

PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA

Revista de Psicanálise, Memória, Arte e Cultura

PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA

Revista de Psicanálise, Memória, Arte e Cultura.

Psicanálise & Barroco em revista é publicada pela linha de pesquisa Memória Subjetividade e Criação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

EDITORES RESPONSÁVEIS

Editora-Chefe: Denise Maurano Mello
Editora: Joana Dark Silva Souza
Editora da Seção de Artigos
Temáticos: Renata Mattos-Avril

Revisão ortográfica: Dercirier Freire e
Eliana Barros
Técnico de Informática: Bruno
Carvalho da Silva
Revisor de Inglês: Bruno Carvalho da
Silva

CONSELHO EDITORIAL

Angela Coutinho (UNIV. SANTA
ÚRSULA/RJ)
Carlos Eduardo Leal Vianna Soares
(FAMATH)
Cristina Monteiro Barbosa (UFRJ)
Edson Luiz André de Souza (UFRGS)
Eliana Yunes (PUC/RJ)
Jean-Claude S. Soares (UFJF)
Júlio Cesar de Souza Tavares
(UFF/RJ)
Luciano da Fonseca Elia (UERJ)
Marco Antônio Coutinho Jorge (UERJ)
Sérgio Paulo Rouanet (Academia
Brasileira de Letras)
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ)
Sérgio Nazar David (UERJ) Sônia
Alberti (UERJ)

PARECERISTAS *Ad-Hoc*

Alinne Nogueira Silva Coppus (UFRJ)
Altair José dos Santos (UFG)
Andrea Bieri (UNIRIO)
Ana Petros (UNT/AR)
Ana Vicentini de Azevedo (UFSCAR)
Betty Bernardo Fuks (PUC/RJ e
CES/MG)
Bruno Wagner D'Almeida de Souza
Santana (PUC-RJ)
Carlos Eduardo Leal Vianna Soares
(FAMATH)
Clarice Padilla Gatto (ENSP-FIOCRUZ)
Cláudia Bodin (Universidade de Paris
VII)
Cristina Monteiro Barbosa (UFRJ)
Daniela S. Chatelard (UNB)
Ecio Pisetta (UNIRIO)
Edson Luiz André de Souza (UFRGS)
Elizabeth Cristina Landi (UFG) Felipe
de Oliveira Castelo Branco
(UFF)
Hélia Freitas (UERJ)
Jean-Michel Vivés (UCA/FR)
Josaida de Oliveira Gondar (UNIRIO)
Laéria Fontenele (UFC)
Lucia Maria de Freitas Perez (UNIRIO)
Luiz Alberto Pinheiro de Freitas (IBMR)
Luiz Eduardo Prado de Oliveira (UNIV.
PARIS VII/FR)
Marcela Toledo França de Almeida
(UFG e Wilfrid Laurier - Waterloo CA,
Canadá)

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Petros (UNT/AR)
Betty Bernardo Fuks (PUC/RJ e
CES/MG)
Jean-Michel Vivès (UCA/FR)
Luiz Eduardo Prado de Oliveira (UNIV.
PARIS VII/FR)
Paola Mieli (SVA/NY)
Paolo Lollo (UNIV. PARIS XIII/FR)

EQUIPE TÉCNICA

Revisor(a) de normas técnicas de
publicação: Matheus Philipe S. Faria,
Filipe Galdino, Pedro Branco e Atália
Lima.

Marlen de Martino (FURG)
Marlise Eugenie D Icarahy (TJ/RJ)
Mariângela Máximo Dias (UERJ)
Maria Das Graças Leite Villela Dias
(UFSJ)
Maysa Puccinelli (Université Nice
Sophia Antipoli)
Miguel Angel de Barrenechea
(UNIRIO)
Nadiá de Paulo Ferreira (UERJ)
Nilda Sirelle (UFF)
Orlando Cruxen (UFC)
Paola Mieli (SVA/NY)
Paolo Lollo
Rodolfo Petronio (UNIRIO)
Sandra Edler (SPID)
Sonia Leite (CPRJ)
Tereza Calomeni (UFF)
Valéria Wilke (UNIRIO)
Walter Kohan (UNIRIO)
Zinda Maria Carvalho de Vasconcellos
(UERJ)

© *Copyright* **Psicanálise & Barroco em revista**

**Endereço para correspondência / *Address for correspondence /
Adresse pour correspondance***

Psicanálise & Barroco em revista

Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO – Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro.

Avenida Pasteur, 458, 22290-240, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil Secretaria

— (21) 2542-2820 | Coordenação — (21) 2542-2708

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA

Ano 17, Número 02: Edição Especial outubro de 2019,
Rio de Janeiro, RJ.

PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA

(ISSN:1679-9887) <http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

Ano 17, Número 02: Edição Especial: Psicanálise e Política: versões e reversões do mundo e do imundo | outubro de 2019.

SUMÁRIO

EDITORIAL - AMOR, ÓDIO E IGNORÂNCIA: EFEITOS DO BOLSONORISMO NA PSICANÁLISE E NA POLÍTICA. ----- 8

ARTIGOS

ATOS INAUGURAIS E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA ATUAL----- 15

CRONOLOGIA DO HORROR----- 39

O ÓDIO COMO AFETO POLÍTICO: SOBRE A COMPOSIÇÃO DO POPULISMO DE EXTREMA-DIREITA NO BRASIL----- 64

A VOZ NA TANATOPOLÍTICA----- 96

PSICANÁLISE E POLÍTICA: O TRABALHO DA DESILUSÃO----- 107

A POLÍTICA E O CORTE----- 125

PARANOIA DE MASSA DAS MASSA DA ERA DIGITAL OS SOFTIDIOTS E A BIGBROTHERIZAÇÃO
-----139

PSICANÁLISE E POLÍTICA: DA MAIS-VALIA AO MAIS-DE-GOZAR----- 156

ABSTINÊNCIA-----172

PSICOLOGIA, PSICANÁLISE, ARTE E ENCARCERAMENTO JUVENIL-----184

A FORACLUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O MAL-ESTAR REVELADO POR SIGMUND FREUD-
-----199

DITADURA CIVIL-MILITAR E PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DA DOR: QUANDO A ARTE PRODUZ
SUTURAS NO REAL-----213

ESSE FILME NÃO É UM FILME-----245

CONTENTS -----	265
SOMMAIRE -----	266

EDITORIAL

AMOR, ÓDIO E IGNORÂNCIA: EFEITOS DO BOLSONARISMO NA PSICANÁLISE E NA POLÍTICA

*Denise Maurano
Joana Souza*

Eis que como um tsunami, sem que pudéssemos imaginar, a onda Bolsonaro foi crescendo nesse Brasil, e com ela, para muitos de nós, um intenso afeto foi nos tomando. Não se tratava de angústia. Era mesmo a agonia, dessas que acompanham os momentos derradeiros. Angústia e agonia não são a mesma coisa.

Essa agonia se espalhou por todos os espaços e nisso, não poupou os consultórios de psicanálise e nem mesmo os psicanalistas de se pronunciarem, ou de se engajarem, mais efetivamente, na cena política. A cena política invadiu todas as intimidades e pôs a nu o debate que báscula entre a **neutralidade**, a **negligência** e a **abstinência** do psicanalista. Nós analistas, fomos premidos, de diferentes modos, a nos pronunciarmos, seja na cena pública, seja na privada.

Foi nesse sentido que a partir de uma iniciativa da *Revue Psychologie Clinique* sob um projeto de Olivier Douville, Luis Eduardo Prado de Oliveira, recolheu, traduziu e editou diversos textos que compuseram na revista mencionada, uma seção intitulada: “A psicanálise na tormenta: testemunho de brasileiros.” Denise Maurano participou dessa edição com seu testemunho e foi então que surgiu a ideia de publicarmos em nossa revista o presente número especial intitulado: **Psicanálise e Política: versões e reversões do mundo e do imundo**. Para tal, convidamos a escrever, tanto alguns colegas que já haviam colaborado com referida revista, quanto vários outros psicanalistas ou não, que pudessem se pronunciar sobre as memórias desses tempos conturbados. A reação de todos os convidados foi de aceitação imediata, o que nos revela o quanto estamos precisando de espaços para nos manifestar diante do momento atual.

Dado a clínica ser o berço da psicanálise, focalizando especialmente o período efervescente das eleições brasileiras de 2018, decidimos começar esse editorial pela

vertente da afetação que Maurano propõe nomear como Efeito Bolsonaro na Clínica, antes da apresentação dos textos que compõem essa publicação. Em tempos de exacerbação desmedida de amor, ódio e ignorância, quatro tipos de experiência nos marcaram nesse contexto clínico. Numa delas escutar a defesa do bolsonarismo, consonante com o estilo do paciente, exigia de nós uma abstinência resignada. Afinal, não estamos na clínica para nos manifestarmos como sujeito que somos. Cabe-nos pendurar o Eu na sala de espera, e nos emprestarmos à função de analista.

Na outra, ouvir acerca do ressentimento quanto ao ex-presidente Lula e seu partido, ensurdecia a analisante quanto às informações acerca do candidato salvador. O não querer ver, não querer escutar, de todo modo nos permitia um questionamento a respeito. Tanto a paixão ressentida, quanto o não querer saber, para manter a esperança num mestre salvador, puderam ser tocados. Eles propiciavam elementos analíticos. O que nos favorecia uma abstinência que poderíamos chamar de investigativa.

Outra experiência, que foi a que mais pôs em risco a abstinência, foi a do espelhamento identificatório, onde vivíamos o risco de nos colocarmos em tal concordância com as críticas e o discurso político do analisante que a escuta efetivamente analítica ficava secundarizada no calor da sideração pela paixão política. Arriscávamos aí, cedermos à tentação de tomarmos da função de analistas, e constituirmos o *setting* clínico não como um espaço de manifestação do inconsciente, mas de militância política, pondo a perder, a análise.

Mas foi com Ester, que tivemos a provocação mais instigante. Ela havia feito um belo percurso de anos de trabalho, e há alguns meses, dando-se por satisfeita, resolveu que era hora de parar sua análise. Efetivamente, sua posição na relação com a vida havia se transformado completamente. Anos atrás, indicada por um médico, ela havia chegado em “surto”, com um diagnóstico de psicose.

Médica notável, contando em torno de 60 anos, diretora de um hospital público, ao qual ela havia se dedicado integralmente com todo rigor e disciplina, ao ver seu serviço desmantelado e tendo sido premeada a se afastar, se desestruturou.

Viu-se paranoicamente perseguida por tudo e todos. Não imaginava como poderia existir sem “o seu serviço”, como dizia, e por vezes, acordava à noite apavorada com a sensação física de estar dormindo, não com seu marido, mas com seu pai.

Tomada de um grande amor por este último, até mesmo a escolha da profissão tinha sido decorrente da tentativa de salvá-lo de um câncer fatal. Bastante colaborativa com a análise, a transferência pode funcionar e o trabalho fluiu de vento em popa. Efetivamente, o diagnóstico de psicose revelou-se completamente equivocado. Ester transpirava histeria. Numa ávida relação com o saber, surpreende-se um dia, quando escuta de si mesma, referindo-se à sua saída do "seu serviço": - "Não é nada fácil sair do meu quartel general."

Sublinho o significante "quartel general" e imediatamente, ela o associa à sua relação com seu pai e, dá-se conta de que pautou sua vida pela disciplina militar dele, que havia sido general do exército e participado ditadura. Dizia ressoar nela a frase repetida por ele, aos filhos: "- Cuidado, porque como general, serei eu, que pagarei pelas faltas de vocês." Apercebe-se que a extrema rigidez tanto consigo mesma, quanto com os outros, a qual sempre se submeteu, lhe custava muito, porque não a reconhecia como sendo algo que estava na sua natureza. Surpreende-se ao reconhecer nisso, uma estratégia para seduzir seu pai, fazer-se tal qual ele. Da mesma forma que quando criança, ia com ele pescar e fazer todos os programas "de menino", afim de conquistar o lugar de favorita.

Então ao "sair do quartel general", teve que se haver com o luto por sua morte, que estava por ser feito, já que na época do falecimento do pai, desviou-se da dor casando-se com um homem semelhante a ele e entrou no hospital, do qual veio a tornar-se a diretora "tolerância zero", fazendo-o tal qual seu pai.

Estou contando essa história porque, essa mulher que se valeu da análise, "mudando da água para vinho", como ela se orgulhava em dizer, celebrando a flexibilidade e a serenidade que tinha conseguido conquistar, e até por isso, decide "finalizar" seu trabalho analítico, reaparece um ano depois, na época que antecedeu as recentes eleições, pela via de mensagens de apoio a Bolsonaro, a nós enviadas por WhatsApp. O que muito nos surpreendeu, não apenas pelo percurso acima descrito, como também pela escolha que fez durante toda vida de manter-se no serviço público, sempre se dedicando às causas sociais em defesa dos menos favorecidos.

Nos abstermos de responder, tal como fizemos com tantos outros, mas, no caso de Ester, depois da terceira mensagem a nós enviada, nos demos conta que todas, tinham em comum, um apelo à organização militar. Bolsonaro parecia encarnar a volta do pai militar.

Foi então que, frente a particularidade desse caso, no qual o militar não era qualquer coisa, percebemos que nos manter abstinente, sem nada responder, seria ser negligente. Fizemos então um ato “whatsAppico”. Remetemos uma mensagem dizendo: -“Ester, vale o caminho de volta ao quartel general? Gostaria que viesse me falar disso na sua análise.”

As mensagens pararam. Silêncio total! Vamos ver o que se segue.

Não foi sem hesitação que enviamos essa mensagem, até porque, sendo a transferência uma via de mão dupla, havia nessa intervenção, uma ponta de satisfação por termos sido autorizados a intervir. Uma esperança inconfessável, mas aqui confessada, de demovê-la de ir na direção do Bozo e ao mesmo tempo um alívio por termos podido nos manter abstinente, fiéis à ética que nos move.

Todos fomos postos à prova, nessa tempestade política que nos assolou, e que mantém o céu carregado e cinzento, mas que nos dá oportunidade de estabelecermos o mais precisamente possível a fronteira entre a negligência irresponsável, na qual o analista se ensurdece e se esconde no medo de seu ato; a neutralidade hipócrita, na qual exhibe a falsa posição de não ter posição; e a abstinência necessária que sustenta nossa ética. É somente dessa última posição, que podemos intervir em consonância com a divisão que se faz absolutamente indispensável entre a pessoa que somos, e a função que ocupamos.

Porém, enquanto cidadãos, qual pode ser a nossa presença, ou melhor, a presença da psicanálise na cena pública? Não foram poucas as manifestações de Freud, o pai da psicanálise e de Lacan, seu seguidor de maior projeção, no âmbito da participação dos achados psicanalíticos na cultura. O legado que seus textos deixaram não é de pouca monta. Basta lê-los, ou saber lê-los para depreender a potência política da psicanálise.

A ampliação da interlocução da psicanálise com diversas áreas, a intervenção que ela fez e faz na cultura, revela seu poder de transformação que transborda do *setting* clínico e das publicações técnicas para fazer dela um método no qual vigora uma ética radical que aponta para um rigor que se encontra a léguas de distância da rigidez e provoca os espaços nos quais ela tem a oportunidade de se inserir. Indica uma dinâmica que é completamente alheia ao imobilismo. Incita transformações que não se conjugam com aprisionamentos. E por tudo isso e muito mais, repele qualquer ditadura,

mesmo aquela das vociferações do inconsciente e é mesmo por isso que se oferece para tratá-las.

Mas o desafio, não é nada fácil! Os sistemas ditatoriais, fascistas, tem horror à questionamentos, dúvidas, proposições, lidam apenas com certezas delirantes, injunções cegas e radicais, automatismos inumanos. E eis que temos que fazer algo diante disso. Operar com a palavra, seja ela falada ou escrita, não é pouca coisa. A palavra, tal como a vida, é mágica. Faz parte da criação, então trabalhamos com ela.

Convidamos a participar desse número especial, não apenas analistas expoentes que tem um trabalho reconhecido na labuta pela liberdade, mas também profissionais expoentes em outras áreas afins, tais como o Professor Javier Lifschit do Programa de Pós Graduação em Memória Social da UNIRIO, cujo trabalho gira em torno das questões relativas à memória política, que trata da memória relativa as ditaduras que assolaram a América Latina a algumas décadas. O texto de Lifschit **“Atos inaugurais e política na América Latina atual”** abre essa edição de forma primorosa, pois retoma autores da chamada “esquerda lacaniana” para pensar o golpe parlamentar de 2016 e seus efeitos nas últimas eleições. Lifschit, circunscreve como determinados fatos políticos parecem remeter ao conceito psicanalítico de *ato* ou *ato inaugural*. Em seguida, em **“Cronologia do horror”**, Marco Antonio Coutinho Jorge nos presenteia com um ensaio extremamente sensível a respeito de eventos violentos que causaram impacto no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo, com vistas a promover uma reflexão extremamente necessária sobre os impactos da barbárie que assola nosso cotidiano, incentivadas pelas vociferações do atual presidente da República, cujas palavras são utilizadas, não para apaziguar a alma sofrida do povo, mas sim para autorizar a violência. A reflexão trazida por Felipe Castelo Branco segue nessa mesma direção no texto **“O ódio como afeto político: sobre a composição do populismo de extrema-direita no Brasil”** que busca em Freud, Arendt e Benjamim as bases para pensar como o ódio pode ser instrumento político que permite o estabelecimento de tendências autoritárias e não-autoritárias das organizações políticas e como a democracia pode funcionar como um tratamento simbólico do ódio.

Em **“A voz na tanatopolítica”**, Mauro Mendes Dias discorre sobre a questão da voz na psicanálise e na filosofia, para evidenciar como a deformação das leis da linguagem se dá pela redução da invenção e do riso. O texto **“Psicanálise e política: o trabalho da desilusão”** de Alexei Conte Indursky e Bárbara de Souza

Conte, propõe uma leitura do bolsonarismo a partir do conceito de identificação de Freud, ao mesmo tempo em que destaca a importância da desilusão como condição necessária para a elaboração da necessidade da crença. Samira Assad em **“A política e o corte”**, parte de uma articulação entre religião, política e psicanálise para então propor o corte e sua orientação ao real, como forma de fazer cair o ideal do bem. Instigante como sempre, Antonio Quinet no ensaio **“Paranoia das massas da era digital - os softidiots e a bigbrotherização”**, utiliza a ideia do panóptico para pensar, à luz da psicanálise, os efeitos da revolução digital. Para o autor, a sociedade escópica, ganhou outro aliado – o ponoptismo digital. Por sua vez, Luciano Elia de forma ousada e rigorosa, aproxima o conceito lacaniano do gozo e o conceito de mais-valia, cunhado por Marx, para propor um tratamento do capitalismo a partir da psicanálise no texto intitulado **“Psicanálise e política: da mais-valia ao mais-de-gozar”**.

“Abstinência”, é o título do artigo de Ana Maria Sigal, que retoma as noções de neutralidade e abstinência, fundamentais para a práxis analítica, para mostrar como essas noções foram utilizadas de forma equivocada pelas instituições psicanalíticas, para promover perseguições aos psicanalistas que participavam da política na vida pública. O texto **“Psicologia, psicanálise, arte e encarceramento juvenil”** escrito por Marlise Eugenie D’Icarahy, Rita Maria Manso de Barros, Lucia Maria de Freitas Perez e Andréa Martelo, traz uma instigante interrogação: diante do cenário de encarceramento precoce que se agrava cada vez mais dada a as violências impetradas pelo Estado, de que forma a psicologia, a psicanálise e a arte podem contribuir para a elaboração subjetivas desses socioeducandos que vivenciam fortes experiências traumáticas, bem como para a transformação de tão cruel *status quo*? Dercirier Freire em **“A forclusão dos direitos humanos e o mal-estar revelado por Sigmund Freud”**, a partir da tríade direito, política e sociedade, estabelece uma acurada análise a respeito do paradoxo colocado pelos Direitos Humanos ou direitos do homem, criado para coibir os crimes praticados pelo Estado contra a população, e seu real marcado pelo fracasso em impedir que tais crimes ocorram. Em seguida, apresentamos o texto **“Ditadura civil-militar e processos de nomeação da dor: quando a arte produz suturas no real”**, escrito por Estefânia Corrêa Boreia e Marcos Pippi de Medeiros, onde as relações entre a psicanálise e a arte produzida no período da ditadura civil militar brasileira são estabelecidas. Os autores propõem que a arte foi um importante

dispositivo na nomeação da dor vivência nesse período da nossa história. Fechamos esta edição especial com o artigo “**Esse filme não é um filme**” de Ricardo Azevedo Pacheco, cuja discussão gira em torno do documentário político “No intenso agora” que retrata acontecimentos da década de 1960 e as considerações sobre a lógica política em jogo no encontro de psicanalistas em torno dessas questões.

Assim, marcados por um profundo incomodo causado pelo momento que vivemos, nos colocamos a produzir. Utilizamos a escrita como modo de bordejar esse real que, momentaneamente nos assola, mas que também faz com reinventemos novas formas de existir e de nos posicionarmos frente à vida com tudo que ela tem de melhor e de pior.

Uma excelente leitura!!!

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

ATOS INAUGURAIS E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA ATUAL

*Javier Alejandro Lifschitz*¹

RESUMO

Com base em autores da denominada esquerda lacaniana, propomos um diálogo a partir do conceito psicanalítico de *ato inaugural* em termos de perspectiva sobre a política. Para abordar essa questão tomamos como referência o último período de governos progressistas, na Argentina e no Brasil, e discutimos alguns atos que consideramos inaugurais – como as manifestações de 2013, as ocupações de escolas e o #elenão - na constituição de novos sujeitos políticos. Problematizamos essa temática no contexto latino-americano, principalmente no que diz respeito à possibilidade de existirem atos inaugurais pelo Estado e sobre os efeitos de clausura a partir do golpe parlamentar de 2016 e após as últimas eleições no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálises e política; América Latina; cultura e política; Estado e atos inaugurais.

¹ Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador do Núcleo de Memória Política da UNIRIO.

INTRODUÇÃO

O politólogo Yannis Stavrakakis foi um dos primeiros a denominar a *esquerda lacaniana*¹. Essa denominação circulou por diversos âmbitos e teve diversos destinos, retomada por outros autores, dentre eles, o psicanalista e escritor argentino, Jorge Alemán, principalmente no livro “Para una izquierda lacaniana: Intervenciones y textos”, lançado em 2009². Na visão de ambos, a expressão *esquerda lacaniana* seria controversa, porque trataria de questões que, a princípio, seriam irreduzíveis. Como observara Stavrakakis (2010), se trata de um campo de saberes muito heterogêneo, no qual inclui autores como Castoriadis, Badiou, Žižek e Laclau e Mouffe, porém, considerava essa própria diferença entre eles como um signo de vitalidade e articulada com uma forma lacaniana de entender o saber (STAVRAKAKIS, 2010, p. 22). Estava, pois, aí colocada uma das questões da perspectiva lacaniana: a ordem simbólica nunca se totaliza, está sempre habitada por uma brecha da linguagem e esse elemento desestabilizador incide na própria teoria. Sempre há uma tensão entre saber e experiência, que não se resolve, e um antagonismo lógico e constitutivo de toda sociedade.

Também para Alemán (2009, p.11), a própria expressão *esquerda lacaniana* “reúne termos que não teriam surgido para estar juntos”. Contudo, se trataria de uma conjectura acerca das possibilidades de pensar a política de outras formas, “não como se fosse um marco geral, um fato dado com relação à qual a psicanálise poderia fazer pontuações interessantes, senão entender o político sempre está fraturado, sempre um espaço atravessado por uma brecha impossível de suturar” (ALEMÁN, 2019: 1). Isso, dentre outras coisas, para conceber uma política que pudesse dirimir de um modo distinto “à atitude conservadora e defensiva que promove o medo pelo desconhecido que pode emergir com o acontecimento” (ALEMÁN, 2019: 1). Nessa perspectiva, propõe reformulações sobre questões clássicas da esquerda e um olhar

¹ O livro de Yannis Stavrakakis, *The Lacanian Left. Psychoanalysis, Theory, Politics*, foi lançado pela Universidade de Edinburg, no ano de 2007.

² Aleman, J. *Para una izquierda lacaniana. Intervenciones y textos*, Ed. Gramma, 2009.² O autor comenta, na introdução desse livro, que na *Revista Pensamento de los Confins* já havia elaborado uma breve nota sobre a esquerda lacaniana.

bastante incomum nesse tipo de abordagem, sobre a singularidade da América Latina com relação ao sujeito político e suas vicissitudes sócio históricas.

Nossa leitura vem por esse viés, e atenta a circunscrever como determinados fatos políticos parecem remeter ao conceito psicanalítico de *ato* ou *ato inaugural*, muito presente em praticamente todos os autores da esquerda lacaniana (STAVRAKAKIS, 2010). O que isso implica em termos de perspectivas sobre a política? Mais precisamente, em situações de forte mudança política, como vem acontecendo na Argentina e no Brasil e em outros países da América Latina. Acaso o julgamento e prisão de militares envolvidos em delitos de lesa humanidade na Argentina não foi um ato inaugural? Que os pobres e negros no Brasil ascenderam à universidade também não foi? E que um indígena na Bolívia fosse presidente? Quais os efeitos simbólicos desses atos inaugurais?

Para abordar essa questão, tomaremos como referência o último período de governos progressistas, na Argentina e no Brasil, considerando autores que incorporaram aos debates da esquerda lacaniana a singularidade de alguns fenômenos políticos latino-americanos.

SOBRE O ATO INAUGURAL

Durante a insurreição política do maio francês de 1968, Lacan ministrava o seminário “O ato psicanalítico” (1968), que fora interrompido em função desses eventos, o que suscitou muitas polêmicas em torno do posicionamento de Lacan (JALOF, 2018). O próprio Lacan reconheceria, em uma conferência posterior, o quanto foi importante esse momento político para a elaboração das questões que estavam sendo tratadas nesse seminário (DOSSE, 1998). De fato, nesse seminário há diversas referências a acontecimentos políticos marcantes, principalmente a Lenin na Revolução Russa e César “atravessando Rubicón”³. Com relação ao primeiro, Lacan se pergunta: o acontecimento que foi a revolução Outubro de 1917 se deveria

³ Uma frase que faz alusão a uma lei romana que proibia atravessar esse rio, para evitar que as tropas que retornavam da guerra pudessem se aproximar de Roma e ameaçar o Imperador. Atravessar o Rubicón implicava uma declaração de guerra e por isso a frase alude a trânsitos que realiza o sujeito que não tem possibilidades de retorno.

associar à autoridade de Lenin, no momento em que dava tal ou qual ordem ou ao fato dele ter conseguido articular significantes *que outorgam a esse sucesso um sentido de princípio já traçado?* (LACAN, 1992⁴).

O Lenin de Lacan não é o da instituição soviética ou da ditadura do proletariado. É o Lenin das “Teses de Abril”, onde desde o fragor dos acontecimentos⁵ enuncia uma travessia subjetiva. É o mesmo Lenin reatualizado por Žižek (2011) no livro “As portas da revolução”, em que retorna a esses textos de Lenin nos quais “se produz uma gramática do franqueamento simbólico, a situação de um sujeito político jogado numa catastrófica constelação na qual as velhas coordenadas se mostram inúteis” (ŽIZEK, 2011:10)⁶.

Nas “Teses de Abril”, Lenin havia enunciado o ato inaugural de um novo tipo de Estado, os *soviéts*, que representavam um corte com relação às instituições do Estado. Acentuava, nessa narrativa, a singularidade de um fenômeno que vinha acontecendo na vida política russa, o surgimento de comitês populares em todas as grandes cidades. Uma verdadeira explosão de democracia popular acontecendo na Rússia, junto a mudanças políticas vertiginosas que foram acontecendo entre os meses de fevereiro a outubro de 1917. Como comenta Žižek, esse texto de Lenin provocou fortes ações contrárias dentro do partido, até acusações de delírio, perante essa convocação inédita de “todo o poder aos *soviéts*” (ŽIZEK, 2011:10). Por isso, Lenin atentava, nas Teses de Abril (principalmente na quarta tese), para a importância de “explicar paciente, sistemática e tenazmente, esclarecer o que está em jogo nesse acontecer: a peculiar natureza do duplo poder”.

Portanto, o retorno a Lenin tinha a ver com a discussão sobre o ato inaugural na política. Uma questão, por outro lado, muito presente desde o pós-guerra no campo da esquerda, precisamente no sentido oposto de assinalar limites à possibilidade de

⁴ Lacan, J, op. cit. *O ato psicanalítico*, Classe 5, 10 de janeiro de 1968.

⁵ Lenin escreveu esse texto quando estava no exílio.

⁶ O livro foi lançado pouco depois dos acontecimentos de *Occupy Wall Street*, em que o próprio Žižek teve uma importante participação. Um movimento tão explosivo como evanescente, ao que Žižek questionava o fato de “não ter podido ir além da resistência, além do exame indefinido das possibilidades que acabava inibindo o ato”, mas que retoma em diversos textos alertando sobre a necessidade de descrever esses acontecimentos perante o que considerava um processo de neutralização de seus significados (ŽIZEK, 2012).

atos revolucionários no capitalismo. O discurso capitalista, com sua circularidade apropriadora, parecia haver tomado conta da ordem simbólica, e Gramsci teorizou esse momento.

Assim, vemos essa discussão se deslocar em diversas direções e nos pareceu oportuno trazê-la para a atualidade do golpe parlamentar no Brasil, a eleição de Bolsonaro e em relação com essas décadas de governos progressistas na América Latina.

Começamos por situar teoricamente o *ato*. Há diversas formas de inscrever o *ato* do ponto de vista psicanalítico, como *ato falho*, *acting-out*, *passagem ao ato* e o próprio *ato psicanalítico* (CHECHIA, 2012), e todas elas dizem respeito à clínica, isto é, supõem uma relação analisado/analísante. Entretanto, como vimos acima, há referências na obra de Lacan ao *ato político*, enquanto um tipo de inscrição na ordem simbólica. Daí, se abririam possíveis caminhos, “seja no sentido de pensarmos a experiência psicanalítica como uma espécie de ato político, seja de pensarmos alguns atos políticos como tendo o estatuto de um ato analítico” (CHECHIA, 2012: 243).

Nos orientamos nesta última direção, cientes de que se trata de um tipo de apropriação conceitual que busca um eco da psicanálise na política, às vezes instigante, distinguível, e outras malgrado em suas possíveis articulações teórico-políticas. O ato diz respeito à ordem simbólica, à relação dos sujeitos com os significantes (BOONS, 1996). Diferentemente de seu uso corrente, que tem a ver com a motricidade, o ato é palavra, ainda que possa envolver a motricidade. Portanto, sujeito a efeitos da linguagem, que o distingue de um modo de ver a política como resultado de um plano ou de uma vontade determinada. “O ato não é subjetivista nem intencional” (STAVRAKAKIS, 2007:141). O ato supõe a incompletude, as contingências de um sujeito político sempre provisório. Mas o próprio do ato, como diz Žizek (2011), é sempre uma relação de assunção e aceitação de uma ruptura, de um início, a preeminência de um corte que estabelece um antes e um depois. Todo ato é um dizer, mas nem todo dizer é um ato, porque para ser tal deve implicar esse corte, que envolve mudanças subjetivas. No ato o sujeito resulta radicalmente modificado, “de um só golpe” (BOONS, 1996). Assim, não se trata de qualquer ação acometida,

mas do enunciado de um atravessamento simbólico, do franqueamento de um certo umbral: “pelo ato, algo do real se põe a responder” (BOONS, 1996).

SUJEITO POLÍTICO E ATO INAUGURAL

Todo ato inaugural supõe um sujeito que o institui e por isso uma das questões da esquerda lacaniana é discutir “a subjetivação política e suas vicissitudes”⁷. Em linhas gerais, consideram que o sujeito político não é algo predeterminado, em termos da classe social, lugar nas relações de produção, etc, mas sim um sujeito que emerge da própria singularidade do ato. Como diz Laclau, “é impossível determinar *a priori* quem serão os atores hegemônicos nessa luta” (LACLAU, 2013:223). Daí, a expectativa de sempre se surpreender perante a emergência do sujeito político e poder articular essa subjetivação sob diferentes coordenadas teórico-políticas.

Em Laclau (2013), essa articulação teria a ver com as operações de construção de hegemonia, que aconteceriam quando uma pluralidade de demandas sociais consegue se inscrever em uma lógica de equivalências que transcende essas diferenças. É o tema do *significante vazio*, quando certa demanda adquire uma centralidade inusitada e se torna uma “demanda popular” (LACLAU, 2013: 185)⁸.

Começando por uma experiência política um tanto afastada no tempo, as *caravanas* que percorreram o país e que se iniciaram antes do primeiro governo de Lula tiveram, a nosso ver, essa característica, porque operaram como significante da construção de um novo sujeito político popular (LIFSCHITZ, 2018). “Uma invenção política”, segundo o próprio Lula, que se iniciou depois do *impeachment* de Collor e que consistiu em um grande percurso que levou Lula e um grupo de dirigentes políticos, jornalistas e intelectuais a adentrar na realidade da pobreza extrema em povoados e cidades, em sete estados do país. Foram 24 dias em um ônibus, refazendo a trajetória que Lula havia feito quando criança, acompanhando sua mãe e seus sete irmãos, quando saíram do interior de Pernambuco rumo a São Paulo.

⁷ Título de um dos capítulos de um dos livros de Žižek (2011), *O sujeito espinhoso*.

⁸ Por exemplo, em 1983, no Brasil, quando houve um grande movimento popular pela volta das eleições diretas para presidente da República, a campanha denominada “Diretas Já” articulou um conjunto de demandas, porque significava também, fim da inflação, fim do desemprego, respeito aos direitos humanos. Para Laclau, a campanha “Diretas Já” se constituiria em um significante vazio (Pinto, 2017)

Portanto, uma maneira de ressignificar sua própria biografia e a de milhões de trabalhadores, que também migraram do Nordeste rumo a São Paulo.

Consideramos que essas caravanas foram inaugurais porque operaram como significante da construção de um novo sujeito político. O PT representava a articulação das demandas dos trabalhadores organizados e o sindicato era a matriz dessa construção. As primeiras caravanas anunciavam, entretanto, novos laços políticos com os milhões de excluídos.

Essa população pobre, sem sindicatos, sem direitos e sem consumo não era um sujeito político constituído ainda, mas sim um sujeito político por vir, algo que se anunciava nesse ato de ir a ouvir o povo e discutir os problemas locais quando se detinham nesses povoados. Por essa razão, alguns autores associam a caravana a “uma espécie de paradigma da sociedade civil”, precisamente por esse caráter local e assembleístico, que teve um caráter agregador de demandas e que esteve na origem de políticas públicas abrangentes posteriormente implementadas.

A retomada das caravanas por Lula, em 2017, iniciadas mais uma vez pelo Nordeste, foi a estratégia escolhida para recompor a força política após a ofensiva da direita, mas o ato inaugural é único, não retorna, apesar de que a transferência de votos para Fernando Haddad, no primeiro turno das eleições de 2018, se poderia inscrever nesses atos de construção do sujeito político popular. O mecanismo de transferência de votos já tinha acontecido em outros momentos históricos, com Getúlio Vargas e Leonel Brizola (AVRITZER, 2018), mas fazê-lo desde dentro da prisão e em pouco tempo teve algo de inesperado, ainda que com um forte componente messiânico.

Entretanto, no que diz respeito à política brasileira mais recente, as mobilizações ocorridas durante o mês de junho de 2013 foram um ato inaugural, que envolveu a constituição de um sujeito político outro. Inicialmente restritas a protestos em São Paulo pelo aumento de vinte centavos nos transportes públicos, foram ganhando uma grande dimensão nas ruas de muitas cidades do país. De fato, foram

as maiores mobilizações do país desde o início da Nova República⁹, e com forte presença de pessoas muito jovens, que em sua grande maioria chegaram às ruas através das redes sociais e sem militância política anterior em partidos ou movimentos sociais (PINTO, 2017; SHERER-WARREN, 2014; GOHN, 2014). Porém, pareceram o contrário de uma dinâmica da construção da hegemonia, conforme Laclau, a partir de um *significante vazio* que articula uma pluralidade de demandas. Mas bem foi desbordado por uma espiral abrangente de demandas – Movimento Passe Livre, investimento na educação e na saúde com padrão FIFA, reforma política, fim da PEC 37, derrogação de políticas homofóbicas, etc. –, que tornava esse sujeito inominável. Como dissemos em um artigo sobre essas manifestações, “praticamente cada manifestante segurava seu próprio cartaz com sua própria palavra de ordem” (LIFSCHITZ, 2013). Portanto, um sujeito em que a questão do *significante vazio* ficara neutralizada desde o início, porque houve a suspensão de qualquer ação articuladora. Segundo Pinto (2017), isso obedecia à liderança do Movimento Passe Livre, que pressionava para centrar nessa única pauta, mas quando as passeatas passaram a ser muito massivas “as diferenças se tornaram mais fortes do que as equivalências” (PINTO, 2017:137). Por parte da mídia havia uma forte ambivalência na nomeação desse sujeito político: ora era um *movimento*, ora *manifestantes*; um movimento de *classe média*, mas também das *periferias*. De qual silêncio o grito surgiu? – nos perguntávamos nesse texto sobre tais acontecimentos. Era um sujeito difícil de situar, porque parecia que era o emergente de um modelo de representação política que havia sido extravasado. Um sujeito político que havia irrompido de forma imprevisível e que até hoje continua sendo motivo de controvérsias. Foi um ato inaugural no campo de direita ou de esquerda? (RICCI, 2018).

Ainda segundo Pinto (2017), tratava-se do lugar que o *significante flutuante*, *corrupção*, passou a ocupar, se deslocando da cadeia de equivalência para se tornar um *significante* à disposição de discursos que o disputam¹⁰.

⁹ Como aponta Pinto (2017), houve muita imprecisão nos dados sobre as manifestações de 2013. O jornal *Folha de S. Paulo* afirmava: “Em junho de 2013 – mês marcado por uma onda de enormes protestos pelo país –, as manifestações de rua passaram de cerca de 2.000 para mais de 1 milhão de pessoas em duas semanas” (apud PINTO, 2017:121).

¹⁰ Como observaram Laclau e Mouffe (2015), um *significante flutuante* se caracteriza por permanecer suspenso e pode ser articulado com uma posição de esquerda, tornando-se equivalente a um governo

Contudo, o que consideramos mais interessante nessa leitura não é a discussão sobre a adequação da perspectiva de Laclau para essa situação, senão a observação sobre como essa fragmentação de significantes se rearticulou em dois projetos opostos nas eleições presidenciais de 2014. Mas a questão do sujeito político, perante o ato inaugural, continua colocada, o corte que esses *microagenciamentos da ação política* representaram. Cada manifestante fazendo de sua reivindicação um cartaz, a gestão expressiva de um conteúdo singular. Um sujeito individualizado no contexto de um protesto coletivo. A isso se agregava uma presença fantasmática muito eloquente: muitos jovens usando a máscara *V de Vendetta* e que logo iria desaparecer quase por completo das manifestações, como uma moda que passa. Contudo, o que de alguma forma permanece é a forma do discurso político que se iniciou em 2013, e que alterou por completo a própria relação entre política e verdade. Conforme a crítica de Alemán:

A verdade deixou de ser operante, então agora se fala em pós verdade, quando em realidade o que há é uma estrutura onde efetivamente o sujeito da verdade está cancelado. Há verdade para cada sujeito, mas enquanto processo de produção de subjetividade não há mais verdade. [...] As interpelações históricas, as heranças, os legados, como temos falando muitas vezes se voltam inoperantes. (ALEMAN, RAYMONDI e APPLETON, 2019: p.14)

Já instaurado o golpe parlamentar e o governo de Temer, a *ocupação de escolas*, durante o período 2015-2016, também deu lugar a leituras pela esquerda lacaniana. O tema da ocupação de espaços públicos, por movimentos de protesto, havia adquirido uma dimensão mundial, mas havia uma singularidade na ocupação das escolas, como apontara Mayerhoffer (2017), que remitia à noção de ocupação desde a psicanálise. “O que se deu foi surpreendente”, disse a autora Mayerhoffer (2017). Foram criadas comissões de organização das mais diversas tarefas exigidas, desde a preparação da alimentação e acomodação para os ocupantes no dia a dia, passando pela comunicação com a comunidade do entorno, mídias, apoiadores, etc,

popular, partidos das classes populares etc, e em outro momento criam-se condições para que seja articulado a posições de centro-direita, tornando-se equivalente a, por exemplo, Estado mínimo, mercado e liberalismo econômico.

a segurança da ocupação e um planejamento diário de aulas e organização de debates sobre questões sociais e identitárias. Uma dinâmica subjetiva dessas ocupações que chamou sua atenção:

A convivência e as deliberações eram construídas pelo desejo de que houvesse lugar para a fala de todos, para a diferença, atravessados pelo que leio como uma barra ao Outro: as falas eram permeadas pela direção aplicada uns aos outros de não totalizar o dito. Fala essa que inclui o registro do não todo aludido por Lacan, na “valorização da esfera do não todo: é isso que sustenta o impossível do universo” [...] havia um reconhecimento do lugar de cada fala como lugar de autorização da experiência. Por exemplo, se alguém era de uma determinada comissão e tinha vivido e “sabido” coisas que eram necessárias serem transmitidas, um espaço lhe era resguardado. Esse saber era então destotalizado, um saber autorizado pela experiência, vetorizado num sentido contrário de um saber totalizante (MAYERHOFFER, 2017 p.2).

A ocupação de espaços públicos também é um tipo de ação coletiva presente em diversos movimentos sociais, principalmente os que demandam de territórios (como o MST ou MTST). Mas não havia, no Brasil, precedente de mobilização de estudantes secundaristas que ocupassem suas próprias escolas públicas. Existia o registro da rebelião dos Pinguins no Chile, via internet, que pode ter ativado emotivamente.

No ano de 2015, o Governo do Estado de São Paulo anunciara um projeto de reestruturação da rede escolar que previa o fechamento de 94 escolas, que seriam deslocadas para outras funções na área de educação (ROSSI, 2016)¹¹.

Contrários a essa reestruturação, as manifestações de estudantes de escolas públicas se espalhavam pelas principais avenidas e ruas por todo São Paulo. Foram em torno de 163 manifestações de rua no estado de São Paulo em menos de três meses (TAVOLARI, et alli, 2018), mas ao longo das manifestações de rua, como uma sorte de torsão, o movimento mudou e se iniciou um ato de ocupação de escolas, que também não tem antecedentes no marco das lutas estudantis do país. Entre os meses de novembro e dezembro de 2015, foram ocupadas entre 200 e 250 escolas em São Paulo. Em abril e maio de 2016 houve um novo ciclo de ocupações, em torno dos desvios financeiros nos programas de merenda escolar e, já no final de 2016, a

¹¹ Segundo a proposta, mais de 300 mil alunos deveriam mudar de escola, quase 100 mil professores seriam atingidos pela mudança e 2000 unidades escolares estariam envolvidas na reorganização (Rossi, 2016).

medida provisória, no governo Temer, da reforma do Ensino Médio e o debate sobre a Escola Sem Partido fez espalhar o movimento de ocupação por todo o país. O movimento de ocupação de escolas se estendeu às universidades e adquiriu uma dimensão nacional. Somente no estado do Paraná aconteceram 850 ocupações de escolas públicas, universidades e estabelecimentos de ensino público (TAVOLARI, et alli, 2018).

Esse ato inaugural mudou o cotidiano de crianças e adolescentes, no espaço escolar, que forjaram uma experiência singular de intervenção. Como observara uma jornalista:

Os estudantes dizem que ocupar a escola trouxe um sentimento de pertencimento àquele lugar. Além disso, a organização da rotina da escola ocupada levantou debates, como o feminismo, na distribuição das tarefas, que eram divididas entre a limpeza, segurança, a cozinha e a comunicação. “Eu era um dos caras da louça”, diz Paulo Henrique Simões, 17, aluno do terceiro ano da Escola Estadual Professor Silvio Xavier Antunes. Sua escola é uma das 92 que estariam de portas fechadas neste ano, se a reorganização não tivesse sido barrada. “Em casa, eu não tinha ânimo [para lavar a louça], mas aqui eu fazia com prazer” (ROSSI, 2016).

O discurso estudantil “a escola é nossa” colocava também o tema da apropriação social e coletiva de um *bem comum*, que, como mostraram Laval e Dardot (2017), estava presente em muitos movimentos sociais a escala mundial com forte participação de jovens, como nos ambientalistas. Nesse caso, eram escolas públicas e colocou-se, em termos do poder do Estado, a discussão sobre a legitimidade desta para a ocupação e que provocou diversos embates judiciais sobre a disjuntiva de posse do patrimônio público e o direito à manifestação para preservar um bem público (TAVOLARI, et alli, 2016). As variações interpretativas, do ponto de vista jurídico, que existiram sobre essas ocupações, mostram também quanto de inaugural tiveram esses atos.

Também incluímos nesta sequência de atos, que em grande parte se entrelaçam, o movimento #Elenão, uma grande mobilização de mulheres que aconteceu no mês de **setembro de 2018**, em todas as grandes cidades do país e no exterior, contra o discurso sexista e homofóbico de Bolsonaro. Uma ação que, apesar de o movimento feminista existir há muito tempo, teve algo de um início. Como afirma Céli Regina Jardim Pinto, autora do livro “Uma história do feminismo no Brasil”:

O #EleNão de 29 de setembro foi a maior manifestação de mulheres da história do país. “O feminismo da minha geração era formado por mulheres acadêmicas ou de movimentos sociais. Teve muita influência na Constituição de 1988, mas era muito fechado em um grupo. Ainda por cima, era muito mal visto tanto pela sociedade mais conservadora como pela própria esquerda”, explica. “O que aconteceu agora foi uma popularização do feminismo. Está espalhado na sociedade. Além disso, o movimento de sábado abraçou pautas que vão muito além do feminismo. #EleNão virou um significante cheio de significados. Isso é muito importante na luta política, continua Céli” (ROSSI, et ALLI, 2018).

Esses feminismos insurgentes, ativados desde a Marcha das Vadias, em 2011, a Primavera das mulheres, em setembro de 2015, e as manifestações de rua de 2013, comporiam a "quarta onda" do feminismo no Brasil (BUARQUE DE HOLANDA, 2018): preponderância de formas de organização autônoma e horizontal, o rechaço à mediação e ao surgimento de lideranças e a importância do corpo e da *performance* como repertórios de protesto. Também a importância das múltiplas posições identitárias das ativistas e a utilização intensa das redes sociais como vetor de ativismo, diluindo fronteiras entre o que é público e privado. Cabe destacar o efeito que tiveram outros movimentos de mulheres na Argentina, que foram quase concomitantes, como a denominada *avalancha verde*. Um movimento de dimensões inusitadas na luta pelo aborto legal e gratuito, a partir do qual as manifestantes instauraram um discurso mais abrangente sobre “construir políticas que tenham como centro uma noção de vida libertária, desejante, comum, e não mera reprodução biológica e consumista”¹² (LOPEZ, 2019).

O que têm esses movimentos de mulheres de inaugural?

Tomando como referência textos feministas, as autoras geralmente acentuam sua transversalidade inédita, incluindo feministas, mulheres negras, lésbicas, classistas, liberais, heterossexuais, militantes do feminismo radical, transsexuais e categorias cruzadas e múltiplas, inscritas no significante *interseccionalidade*. Segundo Angela Davis, uma *metodologia feminista*, que tem a ver com a busca de afinidades e conexões em uma busca pelo que ainda deve ser conectado.

O inaugural é também ter colocado o corpo em cena. Corpos que denunciam violências do machismo e patriarcalismo e que pressionam por políticas públicas para

¹² Tradução nossa.

a mulher que, na Argentina, provocou uma agenda pública e força social para manter futuras ações. No Brasil, esse movimento não se travou nessa direção das políticas públicas, mas no plano das subjetividades algo do real feminino foi convocado no espaço social. Como observa Alemán:

O feminismo se tem tornado um espaço muito complexo, com diversas teorias que mantêm debates entre si. Talvez seja o fenômeno mais interessante no momento em que se reatualiza as relações entre política e sujeito. Graças ao feminismo há um novo campo de debates e experiências. (ALEMÁN, RAYMONDI e APPLETON, T., 2019)

Principalmente, a luta contra o machismo e o patriarcalismo, “uma violência que emanaria mais da impotência e da destituição do viril que de um hiper macho violento que não sabe que fazer com sua energia masculina” (ALEMÁN, RAYMONDI, e APPLETON, 2019). O #elenão teria sido um dos emergentes desse declínio simbólico da função paterna. Como disse o Ministro de Relações Exteriores de Bolsonaro, “o feminismo é uma ofensa contra Deus” (VIEL, 2019).

ATOS INAUGURAIS E ESTADO

Uma das modulações do ato inaugural, na perspectiva da esquerda lacaniana, é que não se atinge seu alcance senão pelo deciframento de seus efeitos. Através de seus efeitos é que retroativamente se lhe outorga sentidos (STAVRAKAKIS, 2011). Então, como situar o ato inaugural com relação ao Estado? Acaso aconteceu “o giro à esquerda” durante os governos progressistas na América Latina? – se perguntam Bringel e Falero (2016), e respondem de forma bastante cética. Contudo, há muitas razões para afirmar que os governos foram de esquerda e que instituíram atos inaugurais.

A posição da esquerda lacaniana sobre esse ponto – sobre se o Estado pode instituir atos inaugurais – é problemática. Tanto em Badiou, Rancière e Žižek, os atos inaugurais são contra o instituído pelo Estado. O ato inaugural pode ter como causa o Estado, mas o próprio Estado não caberia como sujeito instituinte dessas mudanças. Daí a relevância de alguns textos de autores latino-americanos da esquerda lacaniana em torno do *populismo* e do Estado como instituidor de atos políticos inaugurais (ALEMÁN, 2009, 2018; LACLAU, 2013, 2015).

Aconteceram atos inaugurais durante estas últimas décadas de governos progressistas na América Latina?

O julgamento às juntas militares, na Argentina, por delitos de tortura e desaparecimento de pessoas, já no início da volta à democracia em 1983, foi um acontecimento que marcou a política argentina contemporânea. Décadas depois, outro ato inaugural foi a derrogação das Leis de *Obediencia Debida* e *Punto Final*, no início do governo de Nestor Kirchner, que marcou a presença dos movimentos de direitos humanos na vida social do país e “o impressionante e contundente movimento de justiça que se deslançou no país ao Estado assumir a administração da dor como política pública reparatória”¹³ (ROUSSEAU, 2018).

Quando Dilma Rousseff criou a Comissão da Verdade no Brasil, quase 50 anos após o fim da ditadura, muito se questionou o período de abrangência e o fato de não ser uma Comissão de Justiça. Mas depois do golpe de 2016 e o triunfo da extrema direita nas eleições, podemos dizer que esse ato de Estado foi inaugural, em diversos sentidos, considerando as particularidades históricas e políticas do país.

Quando Mauricio Macri assume a presidência na Argentina, e Temer no Brasil, essas políticas da memória mudam de direção. O que acontece quando o Estado tenta cancelar atos inaugurais?

A grande mobilização e as intervenções do movimento de direitos humanos que aconteceu na Argentina quando se quis instituir o benefício conhecido como 2 x 1¹⁴ (LIFSCHITZ, 2018) sugere que os atos inaugurais, quando acontecem, não têm clausura possível, ainda que nem sempre de forma tão contundente como foi na Argentina. Contudo, como observara Stavrakakis, o perigo de que um ato seja reabsorvido é muito real. “Sempre é possível que uma prática significativa, qualquer que seja sua qualidade de ato, devesse truísmo ou adquiram a forma da banalização” (STAVRAKAKIS, 2011:162).

¹³ Tradução nossa.

¹⁴ A Corte Suprema da Argentina havia declarado aplicável o benefício conhecido como 2 x 1 para penas de prisão por delitos de lesa humanidade, Essa lei, que foi derrogada depois de grande mobilização, iria permitir computar, de forma *dobble*, os dias que os militares acusados estiveram na cárcere quando ainda não havia sido determinada a sentença.

No Brasil, a lei instituindo as cotas para alunos negros nas universidades também não teve antecedentes na história política do país. Com a eleição do presidente Lula, a questão racial ganhou projeção pública e se criou uma nova institucionalidade para intervir nessa questão: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, voltada em grande parte para as denominadas ações *afirmativas*, que já existiam em diversos países.

O inaugural dessa política, no Brasil, é que se instituíram como políticas públicas e centralmente voltadas ao ensino superior. A partir de uma lei de 2012 – a chamada Lei de Cotas –, o Estado começou, pela primeira vez, a contemplar a proporcionalidade regional de vagas para estudantes negros, pardos e índios. Em poucos anos, a mudança na composição social dos alunos das universidades passou a ser significativa. Eu, como professor universitário em uma instituição pública de ensino superior (UNIRIO) que adotou o sistema de cotas, acompanhei essa forte mudança ao longo destes anos e concordo com a visão de muitas pesquisas sobre o atravessamento simbólico que isso provocou no discurso universitário. Como observa Vieira e Vieira (2014):

A enaltecida meritocracia, cara ao princípio democrático-liberal, viu-se, simultaneamente, defendida, questionada e relativizada; o sistema de classificação racial que se encontrava, há muito tempo, em suspeita, foi levado à nova avaliação; por consequência, a ideia de raça (assim como a validade e sua aplicação) colocada sob juízo; e, até mesmo a leitura constitucional foi posta à prova.

Um dos efeitos desse ato foi a racialização dos debates acerca das desigualdades no Brasil, um dos temas praticamente denegados no discurso universitário meritocrático, em um contexto social em que as desigualdades sociais são especialmente significativas para o ensino superior (VIEIRA e VIEIRA, 2014; BRANDÃO e MARINS, 2007).

O debate sobre essa política de Estado se estendeu ao espaço público e um dos embates discursivos foi que se tratava de um “modelo americano de ações afirmativas”, que se sobreporia à realidade social, cultural e racial brasileira miscigenada (ZONINSEIN e FERES, 2018). O fantasma era que as cotas instaurariam no Brasil uma lógica racial polarizada, que até então seria inexistente no país.

Houve, sem dúvida, uma relação entre a lei de cotas e a construção de identidades negras (ZONINSEIN e FERES, 2018), mas a reprodução de desigualdades entre brancos e negros continua sendo marcante no ensino superior e um dos alvos preferidos do governo Bolsonaro. O avesso disso é que houve uma disseminação de coletivos negros, presentes em todas as universidades públicas, que se reconhecem nessa forma de subjetivação dos *coletivos negros*. Como aponta uma estudante negra, do coletivo negro Vozes da Rua¹⁵:

“O coletivo é como se fosse uma segunda família. A partir do momento em que você convive e cria um vínculo com pessoas com vivências parecidas, você enxerga que não está sozinho e que sempre terá alguém para te escutar”. A estudante conta que sua participação no coletivo a ajudou a se empoderar enquanto mulher negra. “Depois que você entra no coletivo, a sua visão de mundo muda. Me tornei uma pessoa muito mais segura, minha autoestima se elevou e eu aprendi muito sobre mim e minha história”.

Assim, pode existir a clausura, porém, se o ato é inaugural, há sempre um *depois*, diferente ao ponto de partida – disse Stavrakakis (2011). Esse seria um caminho colocado por Lacan no seminário “O ato psicanalítico” (LACAN, 1992), “quando descreve o ato psicanalítico como uma asserção que permite contínuos re-atos” (STAVRAKAKIS, 2011: 133). Os re-atos seriam o reconhecimento do potencial político pós-fantasmático que existe nesses movimentos.

A MODO DE CONCLUSÃO: A SUBTRAÇÃO DO ATO INAUGURAL

Até que ponto é razoável dizer que a direita também produziu atos inaugurais?

O assunto foi, de alguma maneira, tratado por Jorge Alemán (2018), ao discutir a questão da hegemonia. O autor admite, em consonância com Ernesto Laclau, uma complexidade intrínseca ao conceito de hegemonia, que não é vontade de poder, nem um anelo por se apossar do espaço de representação. Hegemonia é construção de laço social, construção de povo, ainda que existam brechas insolúveis entre o discurso

¹⁵ “Coletivos negros se reúnem para a campanha institucional “Nós sim!”, 24 nov. 2018, Jornal UFJF Notícias. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/11/24/coletivos-negros-se-reunem-para-a-campanha-institucional-nos-sim/> Acesso em 02 ago. 2019.

e aquilo que não se pode representar. Nesse sentido, argumenta que a direita não busca construir povo, busca precisamente quebrar laços sociais populares e ressignificar o político no sentido do fechamento, isto é, “produzir distintos dispositivos que destruam o campo simbólico que sempre precede o sujeito, esse campo que faz possível, em cada um, a possibilidade de uma história, uma memória, uma temporalidade” (ALEMÁN, 2018:55). Entretanto, Alemán considera que a dominação não é alheia ao fato de tentar alterar o lugar do advento do sujeito na linguagem, como aconteceu com o fascismo na Europa nas décadas de 1930 e 1940. Não houve uma transformação radical da sociedade capitalista, mas o capitalismo mudou de ramo e o Estado se tornou policial, infranqueável e convicto da necessidade de *limpezas étnicas*.

Podemos dizer que com Bolsonaro houve o retorno desse objeto arcaico do fascismo, ainda que com componentes locais (VIEL, 2019), e que de fato implica uma alteração do lugar do advento do sujeito no campo da linguagem. Como observamos em outro texto (LIFSCHITZ, 2019), onde tentávamos entender o efeito de *aceleração* que estávamos vivendo na política brasileira, o golpe não foi somente uma sequência de atos jurídicos irregulares, ou apenas acordos parlamentares destituíntes. Foi um profundo processo de transvaloração política, no sentido regressivo, que necessitou de múltiplos meios no campo significativo. Configurou-se uma máquina de discursos interconectados, da mídia, da justiça e do parlamento, juntos e cada um a seu modo, operando a deslegitimação de um governo popular, de um partido e de presidentes da nação.

Essa *máquina de guerra semiótica*, que foi como a designamos com base em um conceito de Derrida, operando a deslegitimação de um governo popular, de um partido e de presidentes da nação, foi inusitada no campo simbólico. Hoje, seria mais taxativo: uma máquina de guerra capaz de torcer a linguagem e produzir *identificação negativa* a escala coletiva. Sem dúvida, o que aconteceu foi um corte, uma derrubada institucional que também não tem antecedentes. Um *abismo*, como tentamos nomear

em um recente encontro¹⁶, onde se aludia à derrubada institucional no Brasil e à busca permanentemente, depois da eleição, por clausurar atos inaugurais na política.

¹⁶ *Encuentro* Brasil, Política y Abismo, expositores: **Lucas Rubinich** e **Javier Lifschitz**, *Cátedra Libre de Estudios Brasileños*, *Secretaría de Extensión Universitaria y Bienestar Estudiantil* da Universidade de Buenos Aires, 11 de Julho, Faculdade de Filosofia e Letras, Buenos Aires.

REFERÊNCIAS

- ALEMÁN, J. A modo de prologo. In: Rousseaux, F. e Segado, S. *Territorios, Escrituras y Destinos de la Memoria*. Dialogo interdisciplinario abierto. Temperley, Argentina: Ed. Tren em movimiento, 2018.
- _____. *Capitalismo. Crimen perfecto o emancipacion*. Barcelona: NED ediciones, 2018.
- _____. *Para una izquierda lacaniana. Intervenciones y textos*. Buenos Aires: Gramma ediciones, 2009.
- _____, RAYMONDI, J, APPLETON, T. *Una conversación sobre la otra politica*. *Revista #lacanemancipa*, n. 0, 2019. Disponível em: <http://lacanemancipa.org/numero-0/>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- AVRITZER, L. *Transferência de votos no Brasil de Vargas e Brizola a Lula*, *Revista Instituto Humanitas Unisinos*, 4 set. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/582424-transferencia-de-votos-no-brasil-de-vargas-e-brizola-a-lula>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- BOONS, M. C. *Uma escola de psicanálise, à Prova do Ato. O ato analítico, Letra Freudiana*. Ano XV, n. 16, 1996. Rio de Janeiro: Revinter.
- BRINGEL, B; FALERO, A. (2016) *Movimentos sociais, governos progressistas e Estado na América Latina: transições, conflitos e mediações*. *Caderno C R H, Salvador*. v. 29, n. SPE 03, p. 27-45, 2016.
- BRANDÃO, A; MARINS, M. Cotas para negros no Ensino Superior e formas de classificação racial, *Educação e Pesquisa*, vol.33 n..1, 2007. São Paulo, Jan./Apr.
- BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org.) *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CHECCHIA, M. *Sobre a política na obra e na clínica e Jaques Lacan*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- DOSSE, F. *History of Structuralism. vol. 2: The Sign Sets, 1967-Present*. Londres: University of Minnesota Press, 1998.
- GOHN, M. *A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*, *Caderno CRH*, vol.27, n..71, Salvador, 2014.

JALOF, A. *A 50 años del Mayo Frances, La insurrección de Lacan*, 10 mai. 2018, Pagina 12, Argentina. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/113685-la-insurreccion-de-lacan>. Acesso em: 28 jun. 2019.

JOZAMI, E. (2019) *Ayer y hoy, 30 de Mayo de 2019, Especiales P12, Pagina 12*. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/196983-ayer-y-hoy>. Acesso em: 26 jun. 2019.

KAROHYT. *Jacques Lacan y la politica*. Editorial Escuela Freudiana de Buenos Aires, Buenos Aires, 2017.

LACAN, J. *O Seminário, livro 15, O ato psicanalítico, Notas de Curso*. (Mimeo), 1992.

LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Editora Três estrelas, 2013.

_____; MOFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAVAL, C; DARDOT, P. *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIFSCHITZ, J. *Brasil, política e vertigem*. e-I@tina, Revista Eletronica de Estudos Latinoamericanos, v. 17, n. 68, Buenos Aires, jul/set, 2019.

_____. *O avesso do golpe no Brasil: formas de resistência*, *Revista Teoria e Debate*, ed. 174, Sociedade, 2018. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2018/07/11/o-avesso-do-golpe-no-brasil-formas-de-resistencia-e-sujeito-politico/> Acesso em: 28 jul. 2019.

_____. *Los espectros de las dictaduras militares en América Latina*, *Estudios Ibero-Americanos*, 2018, v. 44, n. 2, p. 340-353, maio/ago. Porto Alegre.

_____. *Sobre as manifestações de junho e suas máscaras*, *Revista Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social, UFRJ*, v. 6, n. 4, 2013.

MARINE, J. *Lacan y el Mayo del 68: ¿quiénes estaban buscando un nuevo qué?*, *Revista La Trivial*, Barcelona, 2018. Disponível em: <http://latrivial.org/lacan-y-el-mayo-del-68-quiénes-estaban-buscando-un-nuevo-que/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MAYERHOFFER, M. *A ocupação da política e o objeto a, UniNômade Brasil*. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/a-ocupacao-da-politica-e-o-objeto-a/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PINTO, C. *A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100: 119-153. 2017.

RICCI, R. *Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais*. *Revista Saúde e Debate*, vol.42, no.spe. 3, 2018. Rio de Janeiro, nov/2018.

Atos Inaugurais E Política Na América Latina Atual

ROSSI, M. *Reforma do Ensino Médio reacende mobilização um ano após ocupações em São Paulo*. *El País*, 9 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/14/politica/1476476414_549165.html . Acesso em: 25 jul. 2019.

ROSSI, A. et alli. *#EleNão: a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos*. *BBC News Brasil*. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>> Acesso em: 24 nov. 2018.

SCHERER-WARREN, I. *Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política*, *Caderno CRH*, vol.27 no.71 Salvador. 2014.

STAVRAKAKIS, Y. *La izquierda lacaniana. Psicanálisis, teoría, política*, *Fondo de Cultura Economica*. Buenos Aires, 2010.

TAVOLARI, B. et alli. *As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação*1 *Novos estud.* CEBRAP, 2018, vol. 37 no.2, São Paulo: maio/ago.

VIEL, R. (2019) *Entrevista a Manoel Loff, “O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21”*, *Agencia de Jornalismo Investigativo*. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/> . Acesso em: 30 jul. 2019.

VIEIRA, A; VIEIRA, J. *O cenário de ação afirmativa e a desconstrução da elitização no Ensino Superior: notas para uma agenda de ação*, *O Social em Questão*. Ano XVII, n. 32, 2014.

ZIZEK, S. *Às portas da Revolução. Escritos de Lenin de 1917*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2011.

_____. *O ano que sonhamos perigosamente*. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2012.

ZONINSEIN, J; FERES, J. (orgs.) *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

INAUGURAL ACTS AND POLICY IN CURRENT LATIN AMERICA

ABSTRACT

Based on authors of the called lacanian left, we propose a dialog starting from the psychoanalysis concept of inaugural act in terms of perspective about politics. To approach this question we use as reference the last period of progressive governments in Argentina and in Brazil, and discuss some acts which we consider inaugural - such as protests of 2013, the concerns of school and the #elenao - on constitution of new political subjects. Problematizing this theme on a latin-american contest, mainly with regard to the possibility of inaugural acts by the state and the effects of closure after the 2016 parliamentary coup and after the last elections in Brazil.

KEYWORDS: Psychoanalysis and Politics; Latin America; culture and Politics; State and Inaugural Acts.

ACTES INAUGURAUX ET POLITIQUES EN AMÉRIQUE LATINE ACTUELLE

RÉSUMÉ

Sur la base d'auteurs de la soi-disant gauche lacanienne, nous proposons un dialogue fondé sur le concept psychanalytique de l'acte inaugural en termes de perspective de la politique. Pour aborder cette question, nous nous référons à la dernière période de gouvernements progressistes en Argentine et au Brésil et avons discuté de certains actes que nous considérons comme inauguraux - tels que les manifestations de 2013, les occupations d'écoles et #elenao - dans la constitution de nouveaux sujets politiques. Nous problématisons cette question dans le contexte latino-américain, notamment en ce qui concerne la possibilité d'actes inauguraux de l'État et les effets de la fermeture après le coup d'État de 2016 et après les dernières élections au Brésil.

MOTS-ÉCLÉS: Psychanalyse et politique; Amérique Latine; culture et politique; Actes d'État et inauguraux.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

CRONOLOGIA DO HORROR

Marco Antonio Coutinho Jorge¹

RESUMO

Cronologia do horror é a reunião de vários escritos, nunca publicados antes, feitos ao longo dos últimos anos a partir de eventos ocorridos no mundo e, em especial, em nosso país. Transmitem a necessidade de colocar palavras no horror quando este, apresentando-se nu e cru, dilacera nossa alma com uma dor insuportável.

PALAVRAS-CHAVE: Horror; real; trauma; angústia; dor; simbolização.

¹ Médico, psiquiatra, psicanalista, diretor do Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro. Autor da série *Fundamentos da psicanálise – v.1: as bases conceituais; v.2: a clínica da fantasia; v.3: a prática analítica* (publicados); *v.4: o laboratório do psicanalista* (no prelo). Coautor, com Natália Pereira Travassos, de *Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência*. Todos publicados pela editora Zahar.

Essa cronologia do horror reúne textos breves escritos ao longo dos últimos quatorze anos, todos inéditos, exceto *A celebração da lei*, publicado no caderno “Eu e Fim de semana” do jornal Valor Econômico.² Foram escritos no rastro do impacto produzido por eventos violentos ocorridos no Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo. Encontram agora a ocasião para virem à luz, no ano do IX Encontro Nacional e IX Colóquio Internacional do Corpo Freudiano sobre *O mundo e o imundo: a psicanálise diante do horror*.

2005: PERGUNTAS SEM RESPOSTA

Estamos às vésperas do Natal de 2005 e nos perguntamos: como é possível comemorar o nascimento do menino Jesus, Cristo redentor, quando várias pessoas são feridas gravemente ou mortas, entre as quais um bebê, carbonizado, nos braços de sua jovem mãe, num ataque contra simples trabalhadores promovido por bandidos com o intuito de – para nosso estupor – se vingar da polícia pela morte de um traficante? Quem nos relata os detalhes, sem culpa ou remorso, é esta adolescente de treze anos, que comandou a façanha cujo objetivo era matar, queimando-os vivos, todos os passageiros. Quem é essa jovem e seus comparsas que parecem sair da pré-história para conviver com a humanidade?

Por que essa bebezinha, chamada Vitória Cristina Barbosa de Oliveira, não pôde viver mais do que um ano e foi arrancada da vida tão cedo por um tenebroso acaso que lhe lançou subitamente à barbárie da qual não tinha qualquer meio para se defender? Por que sua mãe, Wânia Lúcia Barbosa, não pôde – como Maria, cuidar e amar aquele que seria o salvador – proteger seu bebê e a si mesma da violência que irrompeu como que vinda subitamente do inferno e transformou seu colo caloroso numa chama incandescente? Por que mãe e filha, morreram juntas, indefesas, sem qualquer motivo, sem qualquer causa, sem qualquer misericórdia?

Como poderá viver daqui para frente esse pai, Rogério Mendes de Oliveira, que, desesperado, viu tudo e não pôde fazer o que um pai faz, defender sua mulher e a sua prole? Que tamanha dor é essa que ele sente agora e que podemos apenas

²JORGE, M. A. C. (2006). Efusiva e exemplar celebração da lei. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 299, 16, 17 e 18 de jun. 2006. “Caderno Eu & fim de semana”, p. 13.

pressentir em nossa condição de espectadores atônitos, embora tão desesperados quanto ele, ainda que não tenhamos perdido nossa mulher e nosso bebê, mas, sim, nossa esperança?

A pior dor é a perda da esperança de que possamos vislumbrar um mundo melhor para os brasileiros. Ela queima como o fogo do ônibus 350 e nos retira toda a alegria de que seríamos capazes caso não tivéssemos tido nossa alma devastada por este e outros episódios. Nesse Natal de 2005, sentimos horror, tristeza profunda, desamparo, angústia avassaladora, total desesperança. Sentimos, de uma só vez, todos os sentimentos mais dolorosos de que somos capazes em nossa humanidade. Não temos qualquer motivo para comemorar.

No entanto, a cidade está preocupada com o seu embelezamento. A árvore de Natal implantada anualmente dentro das águas da Lagoa Rodrigo de Freitas, cada vez maior, mais bela, mais rica e feérica, atrai multidões para verem seu complexo espetáculo diário, agora acompanhado por um chafariz sincronizado com luzes. Os prédios são delicadamente iluminados de forma ornamental e concorrem a prêmios organizados pela Prefeitura. As árvores são enlaçadas por minúsculas lâmpadas que dão mais vida a seus troncos. A beleza parece invadir todos os espaços.

Mas o que falta à nossa cidade não é beleza, pois isso ela esbanja. Ela não necessita de qualquer adorno. Suas árvores naturais – as que restam da devastação da Mata Atlântica – já são únicas e perfeitas. A Lagoa – apesar do descuido a que é submetida como, de resto, toda a cidade – é, por si mesma e sem qualquer adereço, um espetáculo deslumbrante para os olhos. Em nossa cidade dita com razão maravilhosa, a beleza é tão comum! Por que querer mais beleza então? Por que tantos enfeites? Será que eles vêm encobrir o que de fato nos falta?

Embora Cristo mantenha seus braços abertos lá no alto do Corcovado, num gesto simples, mas profundamente simbólico, concebido pelo escultor brasileiro Heitor da Silva Costa, que consegue transfigurar a dor da crucificação na comunhão do amor, aqui na cidade, nós, cidadãos, seguimos a Via Crúcis diariamente. Quando esse gesto será convertido em realidade?

A desesperança é, no fundo, política. Quando será possível termos uma democracia em que a participação dos eleitores não se limite a emitir um voto num dia, para depois sofrer calados quatro anos seguidos? Será possível um dia termos uma democracia na qual seja possível julgar os governantes, quando eles faltarem

com as obrigações a que se candidataram, condenando-os a duras penas pela falta de amor pelo seu povo? Quando será possível termos, no lugar desses governantes, pessoas que compartilham de nossa humanidade e não visam apenas seus próprios lucros e interesses imediatos, para que cuidem da população de modo a evitar que nela se desenvolva, como um câncer incontrolável, a fúria assassina que pode facilmente se apossar de uma criança, transformando-a num bárbaro sanguinário, quando ela não tem condições mínimas de amor e de dignidade para viver e sobreviver? Quando acontecerá que uma preocupação humana verdadeira tome posse nos planaltos e nos palácios de governo em nossa cidade e em nosso país, honrando de fato um povo que insiste em afirmar diariamente que Deus é brasileiro?

São essas perguntas sem resposta, entre muitas outras, que nos vêm nesse tristíssimo Natal carioca de 2005.

2005: O QUE VOTAREMOS REALMENTE EM 23 DE OUTUBRO?

Diante da verdadeira pletera de manifestações a favor do voto “Sim”, seguida pouco depois por outras numerosas manifestações a favor do “Não”, no dia 23 de outubro próximo no referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no território nacional, cabe perguntarmos com honestidade: o que votaremos de fato nesse dia?

Pergunta cuja resposta pode decidir uma certa posição a defender por cada um de nós. Eu, que não tenho qualquer dúvida sobre a necessidade de votar “Sim”, parei para me perguntar por que pessoas que acredito que pensam como eu defendem o “Não”.

Estaremos votando – desejando, pois o voto é antes de mais nada, aspiração, desejo - a favor da vida, pura e simplesmente? Não seria de surpreender, pois este é um argumento que vai direto ao ponto: esta invenção humana chamada não sem motivos de “arma-de-fogo” é absolutamente hedionda e que seres pacíficos e civilizados não conseguem entender o porquê de sua existência na face da Terra. A arma de fogo é a materialização da covardia, com ela o homem adquire um poder que ele não tem. Armado, esbanja onipotência e, covarde, distribui impotência e humilhação – quando não morte.

Todos os que, como eu, defendem que se responda “Sim” argumentam de uma maneira tal que somos levados a concluir que “é claro que só há uma resposta possível: somos radicalmente contra o favorecimento do crime passional, do acidente

com armas de fogo, da perda estúpida de vidas, do aumento da banalização da violência, já tão espalhada na sociedade”.

O estranho é que alguns de nós vamos votar “Sim” pelos mesmos motivos que alguns de nós – não todos – seremos levados a votar “Não”: todos nós queremos algo que não se viabilizará de modo algum com esta votação. Pois o que vamos de fato votar é que queremos poder sentir um mínimo de segurança nas ruas e em nossas casas, sem que uma bala dita “perdida” nos atinja ou a alguém que amamos. Sem que sejamos assaltados por traficantes nos famosos “bondes” ou em falsas blitzes. Queremos poder ter uma vida na qual a arma de fogo não seja estampada na nossa cara a cada dia – senão a cada momento – e a possibilidade da morte se torne tão corriqueira que seja preciso que andemos armados até os dentes. O sim e o não raramente estiveram a favor das mesmas coisas como nesse caso.

2006: A CELEBRAÇÃO DA LEI

O que é o futebol? Tal pergunta, colocada nas vésperas da Copa do Mundo em que o Brasil aspira ao hexacampeonato, parece sem sentido. Contudo, assim como Roberto DaMatta já mencionou, no campo da sociologia, o “mistério” do futebol, para a psicanálise há nessa interrogação um grande enigma que pede investigação: o futebol é um poderoso fenômeno de massa.

Pois a cada semana, em todas as partes do mundo, milhares de pessoas, na grande maioria homens, se comprimem em estádios, muitos verdadeiramente faraônicos, construídos exclusivamente para esse fim, para torcer por seus times e, mais esporadicamente – mas também com maior intensidade –, por seu país. O som produzido nos estádios, de uma qualidade inigualável pelo de qualquer outro conglomerado humano, pode ser ouvido à distância. Em absoluto uníssono, urros, gritos, exclamações, imprecações são produzidas pelos torcedores de modo absolutamente surpreendente, colocando questões fundamentais: o que é, de fato, o futebol? O que ele coloca em cena? O que ele mobiliza? Para a psicanálise, a questão é, no fundo: de onde vem a força desse esporte para reunir multidões, arrancar tantas emoções e despertar tanta fala entre os sujeitos? De onde vem essa violenta paixão?

Algumas coisas do futebol já sabemos com a psicanálise. Sabemos que o esporte, em geral, proporciona uma intensa forma de satisfação, ao colocar em atividade o aparelho motor e oferecer-lhe condições ótimas para descarregar a

agressividade. Dito de outro modo, a agressividade é inerente a todo esporte e pode ser bem evidenciada no futebol ao estudarmos a sua linguagem, francamente bélica: ataque e defesa, capitão, artilheiro, tática, barreira, etc. Cada jogo é a representação alegórica da guerra. *O amor e a guerra são o sal da terra*, já dizia o poeta.

O time é um minixército que visa a conquista da vitória. Fala-se de tiro de meta, petardo e canhão (para designar chutes poderosos), de poder de fogo do time etc. Os exemplos são intermináveis e a linguagem futebolística evidencia, com todas as letras, que, inconscientemente, nesse esporte, a guerra comparece velada, traduzida nas exigências da cultura humana. Há alguns anos, a figura da morte, que jamais comparecerá no jogo, se tornou presente, enfim, com a nova regra da “morte súbita”. Mas ela durou pouco tempo. Tudo indica que a “morte súbita” escancarou demais os desígnios destrutivos inconscientes inerentes ao futebol. Ela foi substituída pelo “gol de ouro”.

O jogo de futebol constitui, de fato, a sublimação das forças (chamadas pela psicanálise de pulsões) de dominação e agressão inerentes ao humano, e as coloca em cena sob uma forma civilizada, passível de ser admitida para que haja convívio entre indivíduos, assim como entre povos. Tal afirmação encontra sua confirmação na manifestação oposta – infelizmente cada vez menos episódica - dos fenômenos de violência entre torcidas, dos quais os *hooligans* ingleses constituem o bárbaro paradigma, e entre jogadores. Pois a sublimação das pulsões agressivas e sexuais não pode ser total (este é um dos axiomas da psicanálise), elas exigem sempre uma parcela de realização direta corporal de satisfação.

Mas temos uma hipótese que vai um pouco mais longe. Segundo ela, o futebol é, no fundo, a celebração da vigência da Lei humana. É o juiz que, entre os jogadores, conduz a partida e as possibilidades que esta apresenta; é ele quem, invisível (ninguém olha para ele), sem tocar na bola (ele a evita), dá a ela todo seu sentido (inicia e encerra o jogo, o interrompe se achar necessário, valida ou não o gol) e emoldura o quadro no interior do qual todo o jogo se desenrolará. É com referência a ele - presença materializada da Lei em campo, com sua austeridade, seu apito e cartões amarelos e vermelhos -, que os homens se conduzem para conquistar a vitória. A vitória é buscada, mas deve ser obtida dentro da Lei.

Não seria essa efusiva celebração da Lei o que faz com que o futebol encontre no Brasil sua máxima expressão? Num país onde a Lei, em suas mais diferentes dimensões, parece redundar eternamente em fracasso, os homens bons parecem

denunciá-lo ao encontrar no futebol o espaço para celebrá-la em toda sua plenitude e vigor.

Isso pode ser uma fecunda indicação para nossos (poucos) políticos que almejam bem-estar social verdadeiro: criar projetos que mobilizem pelo menos parte da enorme energia posta em ação com tanto entusiasmo – quando se trata do jogo de futebol, pelos jogadores, times, torcidas – no sentido de ações coletivas urgentes. Pois eles, ao celebrarem periodicamente a Lei nos jogos, demonstram que sabem, ainda que inconscientemente, até onde se pode ir para se conseguir o que se deseja. E isto é a essência da Lei humana. E, por enquanto, algo que no Brasil é raro, a não ser nos domínios desse belo e exemplar esporte.

O poder Legislativo, ao fazer as leis, os juízes, ao aplicarem-na, os promotores, ao fiscalizarem a sua aplicação e os advogados, ao defenderem os sujeitos, deveriam igualmente tomar este exemplo do povo brasileiro e aprender com ele a celebrar a Lei cotidianamente.

Conforme nos mostraram Freud e Lacan, a língua nos ensina muito sobre o que se passa no inconsciente. Um país no qual a palavra *legal*, segundo o Dicionário Houaiss, além de algo relativo à lei do âmbito propriamente jurídico, tem um uso informal que “qualifica pessoas ou coisas com atributos positivos: belo, bom, amável, compreensivo, interessante, curioso, justo”, apresenta problemas evidentes com a lei. Sem substância real no cotidiano, resta à lei ser um adjetivo de uso coloquial, invocado por cada cidadão algumas dezenas de vezes por dia. Inexistente enquanto força social a ser entronizada coletivamente, a lei é pulverizada na fala de cada um como uma constante e impossível aspiração.

2007: UMA MORTE EMBLEMÁTICA

Dou-me conta de que as três histórias mais terríveis de que tenho notícia envolvem todas elas a morte de uma criança. Uma, narrada com estupefação por um amigo, Alain Didier-Weill, que tinha acabado de voltar de uma viagem à Índia, é aquela da criança pequena que, numa certa localidade, foi arrancada de um passeio de mãos dadas com os pais por uma águia e levada embora para sempre. A angústia dos pais, a consternação e o luto do vilarejo onde isso ocorreu eram indescritíveis.

Outra, narrada por Elie Wiesel em seu livro *Night*, sobre o dia em que um menino – um “anjo de olhos tristes” -, foi enforcado pela Gestapo, em Auschwitz,

Cronologia Do Horror

diante do olhar dos milhares de prisioneiros, obrigados a presenciar sua morte. Wiesel conta que à pergunta por todos colocada “Onde está Deus agora?”, ele respondera em seu íntimo: “Aí está Ele – ali, pendurado naquele patíbulo”. Executar friamente um inocente significa matar a própria inocência.

A terceira, foi a morte do menino João Hélio Fernandes, arrastado por um carro dirigido por adolescentes no Rio Janeiro. Das três, a que mais me horroriza é a última, porque ocorreu neste início de 2007 e na mesma cidade em que eu vivo. E também porque se trata de uma morte emblemática.

Fui à Missa de Sétimo dia do menino morto barbaramente. Foi a maneira que encontrei de aliviar um pouco a insuportável dor que sentia pela tragédia. Um amigo que foi comigo levou a bandeira do Brasil que guardava desde a Copa do Mundo e lá entregamos a bandeira aos pais e irmã de João Hélio e dissemos a eles que guardassem esta bandeira para sempre, pois ela simbolizava a dor que o país inteiro sentia. Era preciso dizer alguma coisa, fazer algo, dar a mão a eles.



Dentro da Igreja da Candelária, fiquei de pé na frente, próximo à família do menino mártir e pude ver de frente a comoção estampada no rosto das pessoas. Muitas vestiam camisetas com fotos e nomes de muitos outros jovens e crianças mortos em situações semelhantes, igualmente vítimas da violência descontrolada que acomete a cidade. A multidão urrava de vez em quando “Justiça!”, “João!”. A maioria chorava. Muitos se aproximavam e abraçavam os membros da família, dispostos na primeira fila. O Governador Sérgio Cabral entrou antecedido por um forte corpo de segurança. Foi fortemente vaiado ao ter anunciada a sua presença. Fez uma rápida declaração e se retirou, não permanecendo para a missa. Surpreendeu-me a presença escassa de pessoas na missa e na passeata que se seguiu, da Igreja até a Cinelândia. A Igreja estava lotada, é fato, mas eu esperava muito mais gente, imaginava que a cidade estivesse inteiramente congestionada e que uma multidão

fechasse todas as ruas de acesso à Avenida Presidente Vargas. Afinal, a gravidade do fato pedia isso. Na passeata, as centenas de pessoas que saíram da Igreja e entraram na Avenida Rio Branco entoavam os mais diferentes gritos: “So-cor-ro!”, “Jus-ti-ça!”, “Senhor Governador, chega de horror!”.

O grito que mais me emocionou foi: “Não vai ser em vão a morte do João!”. Mas as pessoas gritavam também chamando para participar da manifestação as outras que, nas calçadas, olhavam o desfile como se fosse algo que não tivesse a ver com elas. Os membros da passeata gritavam e acenavam para os transeuntes, gesticulando com os braços chamando-os a participar: “Você aí parado, também é assaltado!”. Paradas, as pessoas observavam com um misto de receio e de curiosidade. Inquietante a sensação de que a maioria aparentava nem mesmo saber do que se tratava. Ninguém aderiu ao cortejo inflamado, fazendo-nos diagnosticar na população carioca um quadro agudo de ataraxia. A passeata vociferava às vezes: “Cadê os cariocas?”.

A morte emblemática de João nos faz pensar sobre muita coisa. Na missa, intuindo o ódio que se insinuou rapidamente no coração da multidão, os padres enfatizaram a necessidade de não combater a violência com violência e apelaram à justiça divina e proclamaram o amor. A palavra paz foi enunciada dezenas de vezes. Ela é o lema ao qual se agarram todos, mostrando que nessa hora é preciso arranjar um poderoso dique para conter nosso ódio. Devastada pela dor, a irmã de João Hélio disse, contudo: “Para estes criminosos a pena de morte é pouco”.

A morte de João Hélio nos faz, em contrapartida, pensar igualmente sobre o valor da vida. O caráter sagrado da vida. Não é à toa que o primeiro mandamento enuncia: “Não matarás”. Pois sendo a morte irreversível, matar é eliminar a diferença do outro de modo radical. Como afirma Lacan, “a dimensão intolerável oferecida à experiência humana, não é a experiência da própria morte, que ninguém tem, mas a morte de um outro”.³

O que espanta nos debates que se seguiram à chacina do menino é a preocupação que parece incidir somente sobre os bandidos; mas será que alguém consegue imaginar o que sentiu João Hélio ao ser arrastado pelo carro até morrer?

³ LACAN, J. *Hamlet*, Campinas, Escuta/Liubliú, 1986, p.74.

A morte de João Hélio é emblemática de uma situação deplorável em que nos encontramos no país: falta de lei e de governo. É um salve-se quem puder: ao serem roubados, mãe e filha saltaram do carro, mas o menino ficou preso ao cinto e foi arrastado. É como estamos todos nós brasileiros nos sentindo: crianças indefesas, arrastadas pela violência e sem chance de nos desvencilharmos dela, esfolados pelo banditismo desenfreado presente em primeiro lugar nos poderes públicos e, como reflexo imediato, na população.

Mas por que, ainda assim, é preciso entender que, quando aquele que nos fez mal nos suscita ódio, responder com violência a ele não é adequado? A resposta da psicanálise não é pela via do amor universal tornado obrigatório, mas, sim, pelo simples fato de que a vingança não permitirá que a irreversibilidade do ato cometido seja desfeita: condenar o assassino à morte não trará à vida aquele que amamos e que de nós foi arrancado brutalmente. Isso por si só barra nossa sede de violência e nos traz de volta imediatamente ao nosso insuportável sofrimento: quer dizer que nada poderá aliviar a nossa dor?

É isso que mais horroriza nesse e nos outros episódios de crimes que estamos vivendo no Rio. A impossibilidade de que o menino João Hélio volte a sua vida e tenha, como nós tivemos, a possibilidade de desfrutar das outras etapas da existência humana. Ele não conheceu a adolescência com seus medos e ousadias, não conheceu as dificuldades e as angústias ligadas à escolha profissional e à vida adulta; não viveu a paixão amorosa e seus abismos insondáveis. Sua vida limitou-se àquele breve salto do peixe no mar que, por alguns átomos de segundo, vê a vastidão do mundo, mas rapidamente retorna a ele. Sua vida foi excessivamente breve e ele não teve a chance de poder nos ensinar aquilo que todo sujeito tem, no fundo, para nos ensinar sobre seu mundo interior.

2010: PSICOPATIA NA POLÍTICA COTIDIANA?⁴

Recentemente, fortes chuvas trouxeram mais que o caos para o Rio de Janeiro. Além do horror do transbordamento das águas, irrompeu a indignação com o descaso do poder público que permitiu que casas fossem construídas sobre um antigo aterro sanitário, um lixão como costumamos chamar. De lá para cá se descobriu a existência

⁴A escrita deste texto contou com a colaboração da psicanalista Julia Cristina Tosto Leite e de um grupo de trabalho do Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, constituído por Ana Karla Ferreira e Eliana Luiza S. Barros.

de um total de 18 favelas construídas sobre lixões. Um retrato muito claro foi revelado: no Brasil o povo é tratado como lixo.

Em “O mal-estar na cultura”, Freud salienta que um dos propósitos da civilização é proteger os homens contra a natureza. A casa representa para Freud um verdadeiro símbolo do corpo, o abrigo do sujeito; ela é uma metáfora privilegiada, e se enraíza no inconsciente como um substituto do útero materno, o primeiro alojamento pelo qual o homem ainda anseia, onde se achava seguro e se sentia à vontade.⁵

Freud assevera que a palavra *cultura* descreve a soma das realizações e dos regulamentos que se destinam a garantir a proteção do homem em relação à natureza e o ajustamento de seus relacionamentos mútuos. Mas os anseios do homem com o trabalho da cultura não se restringem ao útil: a beleza, a limpeza e a ordem ocupam um lugar especial entre as exigências esperadas pelo homem. A reverência à beleza se estenderia à natureza, assim como às obras criadas pelo homem. Também não nos surpreende, diz Freud, estabelecer o sabão como “padrão real” da civilização. Finalmente, a ordem, inspirada pelas regularidades dos fenômenos da natureza, introduziria um ritmo, uma repetição que daria limites ao imprevisto, dando origem à utilização do espaço e do tempo. Não deixemos de fora as realizações intelectuais, científicas e artísticas que acrescentariam a busca de prazer como força motivadora das realizações do homem ao lado do objetivo de utilidade.⁶

O prefeito de Niterói classificou de “desastre natural” as chuvas que caíram no município e, em entrevista no rádio, chegou a afirmar que “ninguém responsabilizou os governantes da Ásia pelo tsunami ou os chilenos pelo terremoto”. Afirmando que não sabia que a favela do morro do Bumba estava construída sobre um lixão – embora esteja na prefeitura há 12 anos pessoalmente e 16 indiretamente –, pediu que, “neste momento trágico, não massacrassem nem demonizassem o prefeito”. Mas pelo menos dois estudos da Universidade Federal Fluminense já haviam alertado a Prefeitura para os riscos de desabamento. Aprendemos o sentido de uma palavra nova que veio à baila no noticiário: *chorume* – líquido originado da decomposição de resíduos orgânicos –, que parece associar choro e estrume.

⁵Freud, S. “Mal-estar na cultura”, parte III, 1930, p. 110-11.

⁶Freud, S. “Mal-estar na cultura”, parte III, 1930, p.109-114.

Embora o uso da mentira na política não seja apanágio do Brasil (vide a invasão do Iraque baseada na divulgação da mentira de que se encontrariam armas de destruição em massa em seu território), a capacidade de mentir de nossos políticos é particularmente surpreendente.

A mentira na política cotidiana talvez seja um bom índice para se verificar o grau de canalhice dos políticos. Numa tirada famosa, um ex-governador de São Paulo, diante de sua assinatura numa conta bancária suíça, disse que ela não era dele. Nossa ministra candidata à presidência fez recentemente um lapso revelador, como todo lapso, da verdade em jogo no inconsciente: ao se referir ao nordestino que vai para Brasília, disse: “Quando ele vai ao Brasil” – ou seja, o Nordeste não é o Brasil. Ou será que Brasília – essa invenção estratégica mas funesta que isolou o poder artificialmente no centro do país – é que não é o Brasil?

Psicopatia é um termo que foi usado, a princípio, como sinônimo de doença mental, sendo que seu uso em sentido mais restrito começa na psiquiatria alemã com Koch (1891), sendo, então, associada com a personalidade e a constituição. Kraepelin, Birnbaum e Gruhle são autores que contribuem para delimitar as fronteiras entre psicopatia e psicose: a primeira seria entendida como uma certa tendência que se manifestaria ou não, dependendo também de fatores ambientais. Kretschmer (1922), ao contrário, estabelece um *continuum* que vai da normalidade à doença. Progressivamente, a partir da segunda metade do século XX, a importância das influências externas foi sendo privilegiada. “A máscara da sanidade”, de 1941, escrito pelo psiquiatra norte-americano Hervey Milton Cleckley, parece ter sido a principal influência para o conceito atual de psicopatia na psiquiatria.

A partir de uma casuística clínica, Cleckley observou que o transtorno fundamental da psicopatia “seria a ‘demência semântica’, isto é, uma falha na compreensão dos sentimentos humanos em profundidade, embora no nível comportamental o indivíduo aparentasse compreendê-los”.⁷ E por isso ele falou da máscara de sanidade.⁸

⁷ Henriques, Rogério Paes. “De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência”. In *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 285-302, junho 2009.

⁸Entre parênteses, ressalto que não cabe aqui fazer um estudo comparativo entre a noção psicanalítica de estrutura perversa e a noção de psicopatia para a psiquiatria. Tal estudo é, contudo, de grande interesse, sobretudo porque ele traz em seu bojo os problemas inerentes à própria noção de perversão em psicanálise. Mas cabe por outro lado manifestar nosso interesse por uma noção que, utilizada para a desqualificação do outro como sujeito (perverso, psicopata) aporta a ambiguidade da necessidade de estabelecer uma compreensão clínica dessa patologia da lei com o rigor das construções teóricas.

Entre as características destacadas pelo CID-10 para a psicopatia, encontramos no primeiro plano a indiferença insensível pelos sentimentos alheios, assim como a atitude flagrante e persistente de irresponsabilidade e desrespeito por normas, regras e obrigações sociais. Trata-se, portanto, de uma patologia que se poderia denominar de patologia da lei e, por isso, a psicopatia é igualmente chamada de sociopatia. Nesse sentido, tudo indica que o campo político é a região ideal para se verificar essa patologia.

Uma das características mais relevantes que Cleckley reuniu em sua obra sobre a psicopatia (sua descrição da psicopatia como personalidade antissocial – personalidade psicopática – vigora até nossos dias, como o atestam as nosografias psiquiátricas contemporâneas) é “a total desconsideração pela verdade; ele não compreende a atitude das pessoas que a valorizam e a cultivam. Tipicamente, ele não se sente constrangido ao mentir, fazendo-o, muitas vezes, de modo mais convincente que uma pessoa que diz a verdade. Quando desmascarado, ele não sente qualquer remorso e só se defende para se desvencilhar de um problema real ou para atingir algum objetivo, nunca para reparar sua reputação”.⁹

Para Freud, o supereu é a instância psíquica que assume, na construção da cultura, o que antes foi do campo da coerção externa. Seria, aliás, através deste agente psíquico que a criança se torna um “ser moral e social”. Aqueles em quem esta transformação se realizou seriam veículos e não opositores da cultura. Os neuróticos, no entanto, seriam uma desagradável exceção: obedeceriam às proibições culturais apenas sob a pressão da coerção externa: “Há incontáveis pessoas civilizadas que se recusam a cometer assassinato ou a praticar incesto, mas que não se negam a satisfazer sua avareza, seus impulsos agressivos ou seus desejos sexuais, e que não hesitam em prejudicar outras pessoas por meio da mentira, da fraude e da calúnia, desde que possam permanecer impunes”¹⁰.

A relação entre violência e mentira foi abordada por Jean-Jacques Blévis em sua exposição no colóquio em comemoração aos 60 anos da Declaração dos Direitos do Homem, organizado pelo psicanalista Paolo Lollo na Unesco, em Paris, no final de

⁹ Henriques, Rogério Paes. “De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência”, op.cit.

¹⁰ Freud, S. “O futuro de uma ilusão”, p.23.

2008, e do qual eu e Denise Maurano participamos. Chamando atenção para o “vasto programa” que seria estudar o complexo problema da mentira, Blévis ressaltou a importância desse estudo no campo jurídico – “Juro que direi a verdade, toda a verdade, nada mais que a verdade”, rege o juramento do direito – e no campo político. Blévis lembra o artigo de Alexandre Koyré “Reflexões sobre a mentira”, sobre o uso da mentira na guerra e nas catástrofes, no qual ele chega a afirmar que a mentira é mais própria do homem que o riso.

Por sua vez, considerando que o homem se define pela fala, a psicanálise verifica que há diferentes dimensões da mentira. Em essência, esta relação entre violência e mentira revela, para Blévis, que há mentiras necessárias para evitar a violência, e há mentiras que matam e violentam.

Há mentiras e mentiras. Lacan mostrou como a mentira é uma função subjetiva: indo muito além dos animais, que também sabem fingir, o homem sabe fingir que está fingindo. Freud sublinhou que, para a psicanálise, a palavra mentirosa é aquela que porta a verdade. A palavra não diz jamais toda a verdade, ela porta o recalçamento, que extorpe parte da verdade. Nesse caso, a mentira implica uma negação, uma denegação – algo que é negado, mas que existe e cuja existência é afirmada pela própria denegação. Mas há outra forma de mentira, aquela que nega não apenas pela própria divisão inerente à palavra, mas aquela que nega que algo exista. As consequências de ambas mentiras são diferentes.

Quando um político desvia verbas polpudas que eram destinadas à saúde e à educação, isso não deveria ser considerado um crime hediondo, uma vez que tal ato acarretará em prejuízos graves – e até mesmo a morte – para milhares de pessoas? Mas a punição que se vê em tais casos é, no máximo, a perda do mandato. No caso de juizes malfeitores, figuras que no Brasil parecem ter se tornado mais numerosas do que se poderia esperar de alguém que ocupa esta função na sociedade, a punição é a aposentadoria compulsória!

Para dar exemplos desta semana: uma desembargadora de Santa Catarina ficou indignada, e gritou aos berros: “- Você sabe com quem está falando?”, ao ser pega na blitz por documentação irregular e tentando evitar que o carro fosse levado para o depósito. O policial redarguiu: “- Se a senhora é magistrada, deveria dar exemplo!” Mas seu carro não foi levado como todos os outros são. O secretário nacional de Justiça, acusado de envolvimento com o ex-chefe da máfia chinesa no Brasil, é protegido pelo governo por medo de revelações comprometedoras.

Militares que cometem crimes recebem como punição a exoneração, às vezes nem isso. Exemplo dramático: policiais que em outubro de 2009 viram o assalto e a morte de Evandro João Silva, coordenador do AfroReggae, que não só não socorreram a vítima que agonizava no chão de uma agência bancária 24 horas, como ainda ficaram com a jaqueta e o par de tênis frutos do roubo e liberaram os criminosos, estão aguardando o término da investigação exercendo funções administrativas e trabalhos internos burocráticos. E assim caminha a desumanidade.

2015: CULTURA E ARROGÂNCIA DA FANTASIA

Cada cultura é a entronização de algumas fantasias e o recalque de outras, ou, dito de outro modo, do acolhimento de certas formas de gozo e do rechaço de outras. A maneira pela qual as fantasias são entronizadas inconscientemente sempre traz para cada cultura uma posição de rechaço – maior ou menor, na dependência da maneira pela qual a fantasia do outro é atingida – em relação às outras.

Isso é efeito da fantasia, que localiza formas de gozo e, ao fazê-lo, pode levar a isolar todas as formas de gozo que não são compatíveis com ela. Os efeitos no campo da sexualidade são evidentes – desde a discriminação das manifestações plurais, relativas à diversidade sexual, até perseguições e mortes – mas não se restringem a eles. Assim como Freud dá à sexualidade na vida de um sujeito um alcance muito maior do que aquele que se refere exclusivamente às práticas sexuais propriamente ditas e se alastra por diferentes dimensões nas quais o sexual ressoa continuamente, no campo da cultura as coisas não poderiam ser de outro modo.

Se há uma arrogância inerente à assunção da posição fantasística de cada sujeito, na cultura há igualmente uma arrogância que, em maior ou menor grau, implica o desconhecimento e a negação de tudo aquilo que se opõe a ela – e às vezes de modo assassino.

O ataque ao escritório do magazine Charlie Hebdo em 7 de janeiro de 2015 abriu o ano novo com o mais cruel terror. Com o saldo de 12 pessoas mortas e 5 feridas gravemente, grandes artistas consagrados pelo público, esse episódio inacreditável revelou que tanto a cultura francesa quanto a cultura árabe são inimigas no inconsciente e que a pacificação não será possível na medida em que as fantasias que ambas entronizam são nitidamente avessas a tudo o que se mostre francamente opositivo a elas. Os árabes não toleram a mínima brincadeira com seus mitos

sagrados. Os franceses não toleram que as piadas, de qualquer tipo que sejam – até as do mais negro humor – não sejam toleradas.

A arrogância é um efeito virulento do narcisismo.

2015: O IRREVERSÍVEL DA MORTE

Tristíssima a execução em 2015 dos brasileiros Marco Archer Cardoso Moreira, carioca de 53 anos, e Rodrigo Muxfeldt Gularte, paranaense de 42 anos, na Indonésia por tráfico de drogas. Ela nos leva a pensar porque somos contra a pena de morte.

Os cientistas ensinam que a morte é inerente à vida: não há vida sem morte, até mesmo as estrelas morrem – depois de bilhões de anos de existência, mas morrem. Ensinam também que a vida humana é o produto de uma longuíssima evolução através da qual primeiro nos erguemos sobre as duas patas traseiras e, liberando as dianteiras, permitimos que surgisse muito lentamente ao longo de milhares de anos as mãos, a linguagem, a comunicação e a tecnologia.

Se o advento da vida é uma ocorrência absolutamente espantosa (vide a encarniçada busca de planetas com “condições para que haja vida” que se arrasta há décadas sem resultado), a morte é igualmente surpreendente por nos revelar – através da efemeridade, maior ou menor, inerente a toda vida – que não há vida eterna. Assim, fundamentalmente transitória, a vida inclui nela mesma o imponderável de sua duração e – mais terrível – a irreversibilidade de seu encerramento.

A morte é irreversível e nisso ela contraria aquilo que constitui a essência da vida humana – a linguagem –, pois a característica principal da linguagem humana (que em psicanálise denominamos de simbólico) é sua reversibilidade. Podemos dizer uma coisa hoje e o oposto amanhã. E no terceiro dia, voltarmos à posição inicial ou acrescentarmos uma terceira ideia que se oponha às duas anteriores. O simbólico implica uma reversibilidade que é fonte de criação, de renovação e de mudança. O ser humano é por isso mesmo eminentemente paradoxal, contraditório e conflituoso. Sua estrutura se baseia na diferença radical e ineliminável.

O simbólico permite ao ser humano a convivência pacífica, os acordos pessoais e os tratados entre as nações: o simbólico é salutar, ele mediatiza os encontros do sujeito com seus semelhantes e a relação dele com o mundo à sua volta. Executar um homem é arrogar-se o direito de decidir sua hora da morte, e é também destruir de modo inaceitável a reversibilidade simbólica que governa as vidas humanas e os povos: todos nós podemos mudar, voltar atrás, repensar nossas ideias

e decisões. Sem isso, não seríamos diferentes dos animais que vivem uma vida regida apenas pelas leis biológicas que fazem de seu ciclo vital algo previsto e inarredável.

No desespero, Clarisse Gularte, mãe de Rodrigo, diagnosticado com esquizofrenia, comentou apelando para o poder do simbólico: *“Mas eu acho que todo mundo tem chances. Tem que ter uma segunda chance!”*. Sua fala reivindica a lei da reversibilidade simbólica. Já Rodrigo, mesmo esquizofrênico, não conseguiu aceitar que essa lei não fosse preservada e manteve a esperança até o fim: *“Alguém vai me tirar daqui, eu sei que eu vou sair... Meus familiares vão me retirar daqui”*. Marco Archer ficou preso dez anos aguardando o perdão em vão. Ele teria pedido a um guarda da prisão para matá-lo. Ele certamente passou todos esses anos sob a angústia da execução por vir e morreu em vida muitas vezes. Uma vida que aguarda a morte todos os dias está mais próxima da morte do que da vida.

A pena de morte reduz a vida humana à vida biológica, mas ela é muito mais do que isso. A obra dos grandes pensadores e criadores – por isso mesmo chamados de imortais - contraria a irreversibilidade da morte precisamente por fazer valer a potência da linguagem simbólica para afirmar o homem. Lúcido, Salvador Dali enunciou isso com precisão ao fazer com que se escrevesse em seu próprio epitáfio: *“Dali está morto, mas não todo...”*. Por isso também esses homens executados barbaramente não estarão jamais totalmente mortos em nossa memória.

2017: VALOR ESTÉTICO E CONVIVIALIDADE URBANA

O prefeito João Doria errou ao não ter conversado com os artistas e avaliado a receptividade dos grafites na 25 de março e nos Arcos do Jânio, em São Paulo. Mas não se pode aprender com o erro dele e colocar questões importantes para o debate?

Uma discussão que ninguém quer fazer é sobre o valor estético dos grafites. Se o espaço é público, como os grafiteiros alegam para justificar sua arte, também é uma imposição à população circulante a visão diária dos grafites. Por que a arte de uns deve se impor ao olhar de todos?

Uma cidade como São Paulo é uma cidade na qual a saturação e o excesso são regra: excesso de pessoas, de veículos, de prédios, de sons, de poluição saturam os sentidos das pessoas continuamente. Talvez seja uma observação estética simples e inegável que os grafites em geral são também formas de saturação artística:

excesso de cores e de formas nos desenhos que se alinham, um após o outro, saturando o olhar do transeunte. Com eles, o olhar não encontra descanso.

Se a função do quadro é a de atrair o olhar e permitir ao espectador preencher o vazio com uma forma de algum modo atraente, todos sabemos que os museus constituem frequentemente espaços em que o excesso de obras também é capaz de saturar o espectador. O excesso neutraliza a apreciação do valor estético e o vazio se revela absolutamente necessário para apreciar as formas. Mas ao museu o sujeito vai quando quer e talvez se estivéssemos continuamente postados diante das mais belas obras de arte dos museus elas também revelassem uma função de saturação insuportável. Ou melhor: elas perdessem seu caráter impactante de obra de arte.

Será que a convivialidade urbana não deve entrar na conta das conversas entre Doria, os grafiteiros e a população? Nas discussões até agora só se fala em termos sociais: respeito ao artista, diálogo com os grafiteiros etc. Mas se a arte está exposta na rua, trata-se também de avaliar o que e como algo está sendo exposto.

A alegação de que o grafite é cor e arte não justifica a invasão do olhar do público com uma pletora de cores e formas. Quanto a essas, é difícil estabelecer seu valor estético, porque a arte e a criação não devem ser julgadas em função de apreciações que dizem respeito ao conforto, à beleza, ao prazer etc. Pois a grande arte pode ser feia, desagradável e desprazerosa, e por isso mesmo constituir uma expressão artística única, singular. A arte não se mede pelo caráter decorativo de uma imagem, mas pela condensação que ela é capaz de fazer dos mais diversos elementos que regem, na maioria das vezes de forma imponderável e inconsciente, a criação humana.

O melhor de tudo foi a ironia criativa dos foliões que fizeram marchinhas carnavalescas para gozar o Doria:

"Você pode pichar primeiro / Não deixo mole e pinto atrás / Eu quero ver se eu pinto inteiro / Um muro de Moema até o Brás / Pra cidade ficar mais top / Na 23 e na Faria Lima / De fantasia pra dar mais ibope / Poso pra foto e pinto por cima / Pinto da fonte / Pinto no muro / Pinto de branco / Ou pinto mais escuro / Pinto de fora / E pinto dentro / Pinto na Mooca e depois pinto no centro / Eu te faço um convite / Esqueça essa bobagem de grafite / Esse muro fica muito mais bonito / Com um quadro de Romero Britto"

2018: JUSTIÇA?

As crianças têm a especial capacidade de perceber e dizer certas coisas que surpreendem os adultos. Embora não conhecesse a parábola chinesa segundo a qual

um homem disse para o outro “Por que você está tão aborrecido comigo, se eu não lhe dei nada?”, um menino de 6 anos disse outro dia para sua mãe, no meio de grande mal-estar familiar: “ – O bem faz mal para o mal”. Há uma nítida clarividência na criança pequena que se apoia evidentemente na ausência de riscos que ela corre ao pronunciar em alto e bom som: “O rei está nu!”.

Para a psicanálise, os adultos mais criativos e perspicazes são aqueles que conseguem manter esse frescor mental da criança. Para descobrir tudo o que descobriu, Freud certamente precisou preservar aquela curiosidade infantil aguda que leva às grandes descobertas. Ele mesmo manifestou mais de uma vez seu espanto ao comparar a mente de uma criança com a do adulto que ela se torna depois: onde estão a vivacidade e a curiosidade que constituíam sua capacidade de questionar continuamente, perguntava-se ele. O grande psicanalista francês Jacques Lacan também confessou certa vez que tinha uma cabeça de criança de seis anos de idade.

Num esforço de imaginação podemos supor o que diria uma criança desse tipo diante da situação que o Brasil vive com a descoberta das gigantescas redes de corrupção articuladas entre políticos e empresários. Ela se perguntaria como será o julgamento desses sujeitos e por que crimes eles serão punidos. Talvez ela colocasse no primeiríssimo plano da punição pela roubalheira generalizada das finanças públicas os efeitos irreversíveis que ela produziu na população.

Ela se perguntaria: quantas pessoas morreram ou adoeceram gravemente por falta de alimento ou cuidados médicos? Quantas mulheres e homens tiveram suas vidas destruídas por terem perdido parentes na terrível violência sem limite instaurada nas comunidades mais pobres e nas grandes cidades? Quantas crianças e adolescentes tiveram as perspectivas de vida reduzidas a zero e ceifadas cedo devido a nenhuma educação recebida e à grande desorganização familiar na qual foram criadas? Qual será a punição para tanta destruição causada pela ganância e pelo absoluto descaso do poder público com os cidadãos que deveriam ser por ele protegidos? O que fará justiça a tantas mortes e a tanto desamparo, causado numa população indefesa e manipulada da forma mais perversa?

Tais criminosos, agora revelados sistematicamente, serão punidos por homicídio culposo ou doloso, ela ousaria colocar claramente a pergunta, embora sem saber o que responder. Ela indagaria, enfim: “O que poderá fazer justiça nesses casos?”

2019: MORTE E DESAPARECIMENTO

Sempre me surpreendeu muito o fato de que na língua francesa o termo *desaparecer* é utilizado para falar da morte. Nos livros franceses, pode-se ler com frequência nos dados do autor, referindo-se à data de sua morte: *disparu en*, desaparecido em...

Quando prestamos atenção a ela, a língua sempre nos ensina. Sim! É claro que a morte é uma forma de desaparecimento, pois a presença de alguém que estava ali, bem diante de nós – com sua voz, seu olhar, seus gestos, suas palavras – a partir do instante da morte não pode mais ser compartilhada. São muitas coisas que desaparecem quando a morte de alguém chega. Com ela, nunca mais haverá aperto de mãos, troca de olhares, abraços.

Não é à toa que, quando nos rebelamos contra ele, o desaparecimento imposto pela morte pode até trazer consigo a *aparição* fantasmática do morto. E com essa lição da língua acabamos por nos convencer de que, no fundo, o horror da morte parece residir mesmo na irreversibilidade desse desaparecimento, o que justifica a metáfora da língua francesa.

Mas, paradoxalmente, com a morte surge a presença inarredável daquela ausência, que convoca nos vivos a imensa trama de recordações. A morte de uma pessoa amada nos retira do presente e nos lança abruptamente no abismo do passado, numa queda sem fim e sem rede de proteção. Há uma certa abolição do tempo, pois nos sentimos imediatamente sem futuro: como viver sem ela? Que sentido terá a vida agora? A luz que o mundo sempre irradiou através de sua presença subitamente se apagou.

A única forma de evitar que essa morte também nos destrua é o paraquedas nomeado por Sigmund Freud de *trabalho do luto*, a elaboração da perda do ente querido, feita através da revisitação do passado. Recorremos assim às memórias guardadas em nosso mundo interno, que ninguém tem o poder de roubar, e mantemos a pessoa viva, pelo menos dentro de nós. Não à toa, para os egípcios antigos uma pessoa só morre quando deixam de pronunciar seu nome.

Jorge Luis Borges disse certa vez que o que ele mais aspirava com sua obra era atingir esse lugar único que é a memória do leitor. Jean-Paul Sartre também criou em *Huis clos* uma cena teatral para mostrar que, enquanto alguém se lembra deles, os mortos permanecem vivos.

Por outro lado, não há como negar que existe uma diferença entre a morte e o desaparecimento. Quando alguém morre subitamente num acidente (ou num suicídio) ou após um longo período de enfermidade, os efeitos da morte sobre os vivos são diferentes. No primeiro caso, o desaparecimento decorrente da morte produz todo o impacto traumático de que ela é capaz. A morte súbita mostra o poder da morte como nenhuma outra.

Já a morte por adoecimento é uma morte acompanhada passo a passo pelos entes queridos e, por isso mesmo, não é uma morte em que o morto morre só. Trata-se aqui de um desaparecimento feito de mãos dadas com o outro, em que o amor amortece até o fim o niilismo que se insinua sorratamente. Para quem morre e para quem fica vivo, a pior coisa que pode acontecer é alguém morrer desprovido da “redenção trazida pela presença significativa do outro”, para lembrar a bela formulação de Walter Salles ao falar sobre a relação entre a mulher Dora e o menino Josué, numa entrevista sobre o filme *Central do Brasil*.

Há também, infelizmente rara, a única forma bela da morte, chamada por um nome que induz que se a aceite - a *morte natural* -, em que a vida parece quase conseguir vencer a morte ao ser vivida até o fim e não ser interrompida por nada.

Mas quando o desaparecimento é desaparecimento mesmo, isto é, não é o efeito imediatamente visível da morte – pois além do sujeito falante desaparecer, desaparece também seu corpo –, a dor que surge é inominável e não encontra onde se agarrar na queda vertiginosa no abismo, do qual jorra uma avalanche de perguntas inteiramente sem respostas.

Sem o corpo, não é possível realizar o ritual de enterramento, o mais significativo símbolo da cultura humana - onipresente em todos os povos desde a pré-história -, que não pode admitir que se trate seus mortos como uma carniça lançada a céu aberto. Não há o momento do mais verdadeiro choro - o do adeus -, o último beijo na testa, a carícia na pálpebra fechada que vela para sempre a janela do mundo do ente querido.

As declarações ferozes vindas do lugar mais elevado da República Brasileira sobre o trágico desaparecimento de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, em 23 de fevereiro de 1974, aos 24 anos de idade - uma das centenas de vítimas da fúria da ditadura militar que dominou o Brasil por décadas -ofendem terrivelmente não apenas a memória da família Santa Cruz. Elas atingem a dignidade de todos nós, pois não

levam em conta nada daquilo que constitui o cerne da nossa humanidade. O Presidente ironizou com sarcasmo o desaparecimento do jovem e desmentiu o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Negando as afirmações dos documentos oficiais sobre sua morte, afirmou com um sorriso sardônico que sabia como ele morreu e poderia contar a seu filho, Felipe Santa Cruz, presidente da OAB, mas que este não ia querer saber...!

Empreendendo uma guerra contra a memória semelhante à do revisionismo europeu que nega as atrocidades cometidas pelo Terceiro Reich, a insistência do Presidente em apagar a memória do assassinato do jovem estudante representa matá-lo pela segunda vez.

Como tudo aquilo que existe, somos mortais e, além disso, os únicos seres que se sabem mortais. E que, portanto, têm que travar uma luta diária com a dor causada pela morte das pessoas amadas e pela percepção dos limites de nossa própria existência.

Ocupado por uma vociferação cruel, o lugar da Presidência, que deveria ser o porta-voz de uma palavra salutar que apazigue a alma sofrida de seu povo, está nesse triste momento de nossa história inteiramente vago.

HORROR CHRONOLOGY

ABSTRACT

Horror chronology is the collection of various writings, never published before, made over the last few years from events in the world, and especially in our country. They convey the need to put words into horror when it, appearing naked and raw, tears our souls with unbearable pain.

KEYWORDS: Horror; real; trauma; anguish; pain; symbolization.

LA CHRONOLOGIE D'HORREUR

RÉSUMÉ

La chronologie d'horreur est un recueil d'écrits divers, jamais publiés auparavant, réalisés au cours des dernières années à partir d'événements mondiaux, et en particulier de notre pays. Ils traduisent le besoin de mettre les mots en horreur lorsque celui-ci, nu et raw, déchire notre âme d'une douleur insupportable.

MOTS-ÉCLÉS: Horreur; réel; un traumatisme; l'angoisse; la douleur symbolisation.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

O ÓDIO COMO AFETO POLÍTICO: SOBRE A COMPOSIÇÃO DO POPULISMO DE EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

*Felipe Castelo Branco*¹

RESUMO

O ódio aparece nas obras de Freud, Benjamin e Arendt como um importante instrumento político que de certa forma determina o encaminhamento de tendências autoritárias e não-autoritárias das organizações políticas. Neste artigo, busco mostrar como a estrutura institucional das democracias não são capazes de evitar uma destruição interna da própria democracia, mas possibilitam um tratamento simbólico do ódio. A partir dessa reflexão, desejo analisar alguns desdobramentos do fenômeno do “bolsonarismo” atual no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ódio; Psicanálise; Filosofia política; Bolsonaro; Democracia.

¹Psicanalista. Professor de Filosofia Política no departamento de Filosofia da UFF. Doutor em Filosofia pela PUC-Rio e doutor em Psicanálise pela UERJ. Membro do Corpo Freudiano, seção Rio de Janeiro. E-mail: felipecastelobranco@terra.com.br .

DEMOCRACIA E AUTOIMUNIDADE

Ao nos referirmos ao conceito de ‘democracia’, incluímos sob esse conceito um vasto campo de “possíveis”, que podem assumir uma incontável variedade de formas políticas. Nesse sentido, ‘democracia’ é um conceito sem forma definida e sem organização própria. Por exemplo, entre as formas políticas assumidas por esse conceito, devemos contar a democracia liberal, mas igualmente formas de democracia radical, de democracia plebiscitária, de democracia social, de democracia representativa, de democracia autoritária, de democracia direta, de democracia indireta, de democracia deliberativa, apenas para elaborar uma lista que não tem a intenção de ser exaustiva. Pelo fato mesmo de não possuir uma forma unificada e definida, o que chamamos historicamente de democracia não tem sido forçosamente avesso ao que por vezes consideramos como *formas de violência antidemocráticas*. Desde seu surgimento na Grécia clássica, passando pela modernidade e pela contemporaneidade, as democracias ocidentais conviveram e por vezes continuam convivendo relativamente bem com a escravidão, com os colonialismos, com o imperialismo, com a xenofobia, com os despotismos e com os fundamentalismos religiosos. Portanto, é preciso admitir que o que há de comum entre todas as formas possíveis de democracia jamais diz respeito a uma estrutura de governo comum a todas essas formas, mas, antes, à ideia de que toda democracia faz parte de *um conjunto de processos políticos*. Esses processos possuem a característica de se apropriarem das *condições específicas dos contextos sociais* de cada momento histórico, buscando *ampliar* o que podemos chamar de um “*horizonte de libertação*” político. Esse processo de ampliação de um horizonte de libertação é da ordem de um processo *sem fim definido*. Mesmo em meio a todas as suas diferenças de forma, as democracias devem forçosamente defender um horizonte de liberdade que seja capaz de alcançar o maior índice possível de igualdade (liberdades coletivas), colocando o acento do poder sobre o *povo (demos)*.

No entanto, existem certas condições sociais e sistemas de pesos e contrapesos políticos que devem ser considerados quando na construção de um “*povo*”. Aquilo que se reconhece como sendo “o povo” em uma democracia, possui sempre e forçosamente certos *limites*. E, portanto, partindo dos limites daquilo que, a cada momento histórico, pode ser considerado o *povo*, é fundamental se perguntar:

como se estabelecem os limites do que pode ser considerado o povo? Quem esse conceito de povo exclui? Por exemplo: entre os gregos antigos, o *povo* que participava ativamente da democracia se reduzia ao homem branco autóctone (isto é, nascido em solo ateniense). Sob os efeitos da Revolução Francesa e dos movimentos de mulheres, o povo inclui o homem e a mulher branca, nascidos na Europa. A partir dos reflexos da Revolução Haitiana e dos conflitos no interior da democracia norte-americana, o povo passa a incluir, por exemplo, os negros e ex-escravos. Nesse sentido, as lutas pelo reconhecimento de direitos dos homossexuais, das mulheres, dos indígenas e quilombolas, dizem respeito a forças que impulsionam a ampliação do “horizonte de libertação” democrático, que expandem o conceito democrático de povo. O “povo” – e com ele, a democracia – diz respeito a uma espécie de *corpo que se expande e se contrai*, a partir das *condições particulares* do processo democrático, em nome de direitos *universais* que garantiriam liberdades em expansão e condições de igualdade. Uma vez mais: o processo democrático é movido por uma força que corresponde a esse esforço de ampliação – que pode igualmente se contrair – de um horizonte de libertação (individual e coletivo) e da constituição de condições de igualdade que devem ampliar o conceito político de povo. Ora, a ampliação desse “horizonte de libertação” respeita um modelo *bottom-up*, no sentido de que é forçosamente “imposto pelos excluídos” (Balibar), por aqueles que estão na base da pirâmide social, em uma força que é movida de baixo para cima.

Eis aqui a primeira contradição interna à toda democracia: quanto mais o processo democrático amplia a noção de povo e aumenta os signatários que terão sua voz reconhecida politicamente, mais interesses contraditórios entre si passam a conviver no mesmo espaço democrático. Desta forma, o conflito social e o ódio devem em toda democracia se institucionalizar, integrando *politicamente* ao corpo social aquilo que anteriormente era da ordem da simples violência social.

Pelo fato mesmo das democracias não possuírem forma definida, pelo fato do conceito de democracia não poder se representar como uma identidade entre todas as formas que assume – não sendo, portanto, idêntico a si mesmo -, a democracia igualmente não possui limites definidos (ao contrário do conceito de *povo*, cujos limites se expandem e se contraem). Portanto, a democracia não está em franca oposição a *outra coisa*, a um “outro” de si definido. A democracia não se coloca em oposição ao fascismo ou à militarização da vida, por exemplo. Nesse sentido, toda democracia, ao

contrário das formas clássicas de ordenamento político, é “autodestrutiva” ou, mais precisamente, ela é dotada do que Jacques Derrida (DERRIDA, 2003) chama de uma estrutura de *autoimunidade*.

Quando falamos de autoimunidade ou de doenças autoimunes, nos referimos às potencialidades que possuem os organismos vivos (e de um organismo político como a democracia) de utilizar seu próprio sistema de *defesas*, não apenas na tentativa de expelir e manter afastadas de si as ameaças externas, mas igualmente como forma de *destruir as condições de estabelecimento e funcionamento de seu próprio organismo*. A democracia não depende de “forças externas” a si para enfrentar as condições e os instrumentos de sua própria eliminação. O movimento democrático é análogo ao movimento freudiano da pulsão de morte: sem um investimento de sexualidade nos processos democráticos, a tendência das democracias é reduzir a zero e à morte suas tensões internas, que representam a vida de seu organismo. Dito de outro modo, todo processo democrático que se torna incapaz de trazer à luz do debate público sua destrutividade e a elaboração de seu ódio recalcado (ódio de classe, ódio racial, desigualdades e hierarquização social, homofobia etc.), torna automaticamente impossível o vínculo sexual e o laço republicano entre os indivíduos. Nesse sentido, é preciso ter clareza de que os processos *formais* em que se incorporam o processo democrático (sua dinâmica eleitoral, de referendo ou plebiscitária, por exemplo) *não garantem por si mesmos a perpetuidade da própria democracia*. Nenhuma institucionalidade democrática pode assegurar que o resultado de seus processos será a escolha da democracia *pela própria democracia*. O que a processualidade das instituições democráticas garante, diz respeito sempre o que Derrida chama de *maioria aritmética*, isto é, ela assegura simplesmente a legitimidade institucional da escolha feita pela *maioria numérica do povo*, sem levar em consideração as condições sociais e históricas de sua escolha, tampouco suas consequências políticas.

Portanto, um dos mais nocivos efeitos da autoimunidade democrática – em uma processualidade que assegura a maioria numérica de maneira incondicional – diz respeito ao fato de que *o próprio processo democrático pode escolher, democraticamente, o fim da democracia*. O procedimento democrático não garante a perpetuidade da democracia, mas pode significar sua própria autoaniquilação, por

meio da defesa legítima de seus direitos fundamentais – como, por exemplo, a liberdade, a igualdade jurídica e o sufrágio universal. Os totalitarismos fascistas, o nazismo e boa parte dos despotismos nacionalistas que chegaram ao poder ao longo do século XX foram eleitos através de processos eleitorais legítimos, que reconheciam a *igualdade segundo o voto* e asseguravam a *liberdade* individual. Na Alemanha, a figura de Hitler, além de ter sido eleito democraticamente, iniciou sua perseguição aos judeus através da aprovação de uma lei de desnacionalização no parlamento, isto é, governando dentro dos limites da constituição.

FREUD ANTI-CONTRATUALISTA

Tradicionalmente na filosofia política, existe um modelo canônico de interpretação sobre a origem do poder Estado em seu “momento originário” de fundação e de formação da república: trata-se da teoria do Contrato Social. A teoria do contrato social opera ao mesmo tempo como fundamentação ontológica e como legitimação da força estatal sobre os corpos políticos e sobre o corpo social. A mais representativa entre essas teorias contratualistas é aquela de Thomas Hobbes, exposta em sua obra *Leviatã* (HOBBS, 2003). Para Hobbes, *a obediência ao poder político não possui base natural* (Hobbes corresponde à ruptura com a fonte transcendente que oferece legitimidade ao poder político medieval), e o estado natural da humanidade – que Hobbes chama de Estado de Natureza - é visto como necessariamente pré-político (ou apolítico). Esse Estado de Natureza é cheio de insegurança e de ameaças: sem um governo e uma autoridade acima dos membros do corpo social, nenhuma transgressão será punida de maneira justa (provocando um estado recorrente de guerras, violência física e de transgressões), e a relação entre os indivíduos assume a forma de uma reunião caótica marcada pelo medo: é nesse contexto que está instaurada a chamada guerra de todos contra todos, eternizada pelo *Leviatã*.

O destacamento vertical, que funda o poder político do Estado, é motivado, portanto, por uma economia do medo, que emana dos indivíduos no próprio estado de Natureza em seu apelo por uma punição distributiva e justa. A fundação do Estado é a promessa do fim da guerra generalizada e da instauração de uma lei capaz de finalmente instaurar a linha divisória entre o justo e o injusto. Assim, os homens, abandonando o Estado de Natureza, se reúnem e abrem mão de sua liberdade

individual ao se submeter, em conjunto, ao poder centralizado e indivisível de um soberano que irá liderar o Estado. O nascimento do Estado e da república diz respeito ao ato praticado por cada indivíduo de ceder uma parcela de sua liberdade e direito de auto-governo individual à um soberano que possa exercer seu poder de coerção e punição modo incontestável. A partir desse gesto, a violência e o ódio que originalmente pertencem ao Estado de Natureza são sufocados, e o conflito entre vontades e indivíduos é eliminado no Estado político. A violência do Estado de Natureza é superada e eliminada do corpo social.

Em seu clássico artigo “Totem e tabu”, Sigmund Freud vai igualmente refletir sobre a origem do poder político e da organização da sociedade, buscando dados sobre as relações de parentesco entre os povos primitivos totêmicos. Embora o interesse primordial de Freud seja a origem da interdição do incesto e da neurose, a reflexão freudiana possui um grande interesse político, especialmente em seu recurso e interpretação à obra de importantes antropólogos de sua época como James Frazer, Émile Durkheim, Herbert Spencer, John Lubbock, psicólogos como Wundt, biólogos como Darwin, e filósofos como Robertson Smith. Freud encontra em Darwin a ilustração de uma ordem social primitiva, que este último nomeia de “horda primitiva”, que consiste em um grupo de indivíduos que permanecem submetidos a um pai que é invejado e temido por seus filhos que futuramente constituirão um clã totêmico. Esse pai da horda possui um poder desproporcional (e verticalizado) em relação a seus filhos que jamais é compartilhado com nenhum deles. Em função dessa desproporcionalidade de poder, o Pai goza livremente e submete os outros membros do bando a suas leis e caprichos, concentrando inclusive o poder de posse sobre todas as mulheres do grupo. No trabalho de Darwin, a desproporcionalidade de poder que atravessa a horda primitiva leva os filhos a se organizarem para eliminar o pai. Com esse ato extremo de violência contra a hierarquia de poder que está na base da ordem social, a horda finalmente se desintegra, desfazendo a possibilidade de qualquer nova organização social.

Mas, ao contrário das conclusões darwinianas e atravessado pela leitura de Robertson Smith, Freud vai recompor a descrição da constituição da horda primitiva, defendendo que, após o assassinato do pai e da destituição de seu poder, a horda passa finalmente a viver como uma comunidade. Portanto, ao contrário da

compreensão de Darwin, a organização social freudiana se inicia a partir de um ato de violência que tem lugar no assassinato daquele que detém o poder tirânico vertical, isto é, o pai da horda. Assim, mesmo após o ato de violência (o parricídio), um laço social se estabelece e a união social dos membros do grupo se estrutura através da união daqueles que praticaram o ato contra a autoridade desproporcional do pai, que hierarquizava o gozo. Ao contrário do Contrato Social de Thomas Hobbes, a organização da horda primitiva não se estabelece como “pacificação da violência” através da mediação do Estado, mas ela nasce da violência contra a autoridade que deseja concentrar todo o poder para si. Nesse sentido, a visão “republicana” de Freud não nega a origem violenta do Estado (em oposição a Hobbes), ao mesmo tempo em que entende que essa violência apenas assegura sua legitimidade se permanece voltada contra a hierarquia e concentração de poder, que passa a ser redistribuído através do ato de fundação da sociedade. A ordem social (e poderíamos dizer, a ordem democrática) se sustenta inicialmente na institucionalização simbólica do ódio *contra* a tirania e a concentração de poder. Por esse motivo, o totem tem a função de inscrever o ódio e a recordação do assassinato originário do Pai/Tirano no centro da memória coletiva. De que modo?

Após o parricídio, a horda freudiana estabelece a fundação de um totem que se torna uma espécie de “substituto do pai”, no sentido de que permite ao corpo social uma constante recordação de seu antigo lugar de poder, através de sua institucionalização simbólica. A interdição generalizada estabelecida pelo poder do pai totêmico (interdição do gozo absoluto dos bens e das mulheres do clã), não depende mais de sua existência real, mas passa a ser incorporada pelos próprios filhos na forma de uma obediência simbólica. A partir do totem, instaura-se uma lei de interdição válida igualmente para todos. Desta forma, o ato violento e parricida na origem da sociedade se desdobra em uma ordem “jurídico-política”, em que o corpo social encontra sua unidade política através do ato violento que elimina o poder hierárquico, embora esse ato não elimine a autoridade (expressa pelo próprio totem), nem o desejo ambivalente dos membros da horda pelo poder de exceção (e por ocupar o antigo lugar do pai).

Se o ódio contra a tirania não for rememorado e cultivado pela memória coletiva, ele tende a se converter novamente em uma violência fratricida que ameaça a ordem social. Portanto, o que une os filhos da horda em um corpo social é, ao

mesmo tempo, a ausência do Pai morto (representado pelo totem) e o ódio contra seu lugar de exceção. A inauguração simbólica do totem passa a representar a proibição “institucional” de que qualquer membro do clã se identifique ao pai tirânico e busque ocupar o lugar vazio deixado por ele. A partir da instauração do totem, o ato de violência que funda a lei se torna *ilegal* na comunidade – daí a origem da culpa (que para Freud está no fundamento da organização social e da inscrição simbólica). A função do Totem é a de lembrar a todos a respeito dos riscos de autodestruição (ou de autoimunidade) do tecido social, caso aquele ato de violência desregrada retorne no seio da sociedade – uma violência endogâmica e fratricida que ameaça o próprio tecido social –, se um dos membros do corpo social ousar ocupar novamente o lugar de exceção e de concentração de poder do Pai tirânico. O corpo político de Freud se sustenta em uma lei que nasce partir de um ato de ódio, mas que faz circular esse ódio, tanto como ato fundador contra a tirania, quanto como lei que institucionaliza a recordação a respeito da ameaça ao próprio corpo social horizontal case esse ato violento retorne *fora* da institucionalidade simbólica. Através do totem, o pai é admirado (como um líder poderoso e temido) e odiado (como um déspota que concentrava todo o gozo). Eis a necessária ambiguidade do poder na manutenção do tecido social².

O ÓDIO, INSTRUMENTO POLÍTICO

Diante da iminência da chegada do partido nazista ao poder, o filósofo alemão Walter Benjamin passa a denunciar em seus escritos uma das marcas mais fundamentais dos autoritarismos políticos: eles permitem às massas expressarem seu ódio, mas não reivindicar direitos. Mesmo que as relações de classe se tornem cada vez mais desiguais, mesmo que as condições de vida dos trabalhadores se tornem

² Freud entende que, de tempos em tempos, uma celebração – em *Totem e tabu* representada pelo banquete totêmico – precisa acontecer no seio da sociedade (assim como eleições, plebiscitos e referendos acontecem em democracias). A refeição totêmica corresponde à incorporação do ato de violência à cultura, com o objetivo de elaborar o ódio parricida através da distribuição de parcelas do poder paterno aos membros do clã e, ao mesmo tempo, negando a responsabilidade individual e direta de cada um dos membros do clã pela matança. Do mesmo modo, o sintoma neurótico tem a mesma função de repetição que nega, para a consciência, a responsabilidade do neurótico em seu desejo incestuoso e parricida.

cada vez mais precarizadas e mesmo que a população nacional sintasse-se cada vez mais insegura em relação a seu futuro, na moldura dos poderes autoritários não é possível questionar as desigualdades de classe, embora a expressão de um ódio, que é frequentemente efeito dessa relação, seja um dos principais instrumentos políticos do populismo autoritário de caráter nacionalista. Nesse sentido, Benjamin afirma taxativamente: “o fascismo permite que [as massas] se expressem, conservando, ao mesmo tempo, essas relações [de classe]” (BENJAMIN, 1994, p. 195). A instrumentalização do ódio e a mobilização permanente da população para uma guerra sempre iminente (mesmo que fictícia) é a forma *princeps* de transformação do ódio aos privilégios, concentrações de poder e produções de desigualdade, em instrumento político: “somente a guerra [e especialmente a guerra total] permite mobilizar em sua totalidade os meios técnicos do presente, preservando as atuais relações de produção” (BENJAMIN, 1994, p. 196). Mantendo intactas as relações de classe e seus efeitos – desemprego e acirramento das disputas por trabalho inclusive em relação a estrangeiros e imigrantes, pauperização dos assalariados, desigualdade crescente, informalidade, etc. – o autoritarismo populista, no entanto, se vale do afeto primordial que a insegurança social produz – isto é, o *ódio* – não como forma de combate formal e institucional às desigualdades, concentrações tirânicas de poder e renda ou restrições de liberdade, mas como uma espécie de rastilho de pólvora que mobiliza e dá esteio a ações políticas autoritárias.

Foi Hannah Arendt quem melhor revelou como um ódio difuso, distribuído mais ou menos por toda a parte, foi cooptado e instrumentalizado no período anterior à Segunda Guerra Mundial, operando como instrumento de ascensão dos totalitarismos no seio das democracias europeias:

A inflação destruiu toda a classe de pequenos proprietários a ponto de não mais deixar esperança de recuperação, o que nenhuma crise financeira havia feito antes de modo tão radical. O desemprego, quando veio, atingiu proporções fabulosas, sem se limitar às classes trabalhadoras mas alcançando a nação inteira, com poucas exceções [...] O ódio [...] começou a desempenhar um papel central nos negócios públicos de todos os países, de modo que o cenário político, nos anos esmagadoramente calmos da década de 20, assumiu uma atmosfera sórdida e estranha de briga em família [...] Nada talvez ilustrasse melhor a desintegração geral da vida política do que esse ódio universal vago e difuso de todos e de tudo, sem foco que lhe atraísse a atenção apaixonada, sem ninguém que pudesse ser responsabilizado pelo estado de coisas – nem governo, nem burguesia, nem potência estrangeira (ARENDR, 2012, pp. 369, 270).

Esse ódio difuso e vago, no entanto, apenas ganha serventia política quando instrumentalizado e mobilizado contra um “outro” capaz de representar uma ameaça viva o suficiente a ponto de produzir a sensação de unidade social entre pessoas que permanecem à espreita, vigilantes diante de um risco velado, mas iminente. Ao mesmo tempo, essa ameaça deve estar morta o suficiente a ponto de não representar uma desintegração real da unidade social, resultado de uma luta desproporcional de poder em que o líder populista, redentor dos sofrimentos de seu povo, iniciaria sua batalha já derrotado ou com poucas chances de vitória. O populismo nacionalista inevitavelmente nasce no combate a um inimigo, imaginário ou não, de saída derrotado, diminuído, apequenado.

A CONSTRUÇÃO DO POPULISMO CONSERVADOR DE JAIR BOLSONARO

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república brasileira trouxe consigo uma perplexidade que talvez possa ser sintetizada em uma pergunta central: como é possível que um homem com uma biografia militar tão pobre e com uma biografia política tão mediana, como tantos outros políticos orgânicos de pouca expressividade, tenha sido alavancado ao lugar de um representante das forças militares e do “novo” na política? A resposta a essa perplexidade não é simples. Embora seja verdade que a biografia militar de Bolsonaro seja pobre, não é possível afirmar, ao menos no plano militar, que ela seja monótona. Quando jovem militar, Bolsonaro nunca deixou de se envolver em escândalos, entre eles a acusação de planejar e liderar a operação “Beco sem saída”, apenas nove meses antes de disputar sua primeira eleição como candidato a deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Essa operação consistiu em um plano para explodir um conjunto de bombas em quarteis gerais e no fornecimento de água da cidade, como forma de reivindicar aos militares de mais alta patente um aumento nos soldos aos baixa patente. Na ocasião, o médico e coronel da reserva Jorge Coelho de Sá afirmou ao Jornal do Brasil que, com uma mobilização de tal espécie, Bolsonaro seria capaz de receber amplo apoio de jovens militares em sua futura candidatura. Foi precisamente o que aconteceu. Em outra versão para a operação “Beco sem saída”, difundida pelo coronel e pesquisador militar

Geraldo Cavagnari em entrevista ao Jornal do Brasil em 3 de setembro de 1987³, Bolsonaro é visto como o mentor de um atentado contra o exército que visava “desestabilizar a transição democrática”, de modo a produzir dúvidas a respeito da autoria do atentado, pois, segundo o coronel, o grupo liderado por Bolsonaro era contrário ao fim da ditadura civil-militar brasileira.

Desde muito cedo em sua carreira, Bolsonaro se pautou por uma oposição aberta à institucionalização do poder militar nos quadros da abertura democrática liberal do país, após o fim do período ditatorial. Deste modo, Bolsonaro permaneceu conectado a uma corrente ideológica militar – mais popular entre o “baixo clero” da instituição – que se manteve aquecida em meio a uma militância que entendia ser nociva a transição democrática. Essa corrente se insurgia contra certo conjunto de inimigos – entre eles políticos e militares que passaram a compor os altos escalões dos poderes da república – considerados fracos e pouco patrióticos, por abraçar um vínculo institucional com a democracia liberal brasileira. Quando candidato à câmara, Bolsonaro terá sucesso em converter os militares apoiadores dessas pautas em sua base eleitoral. O que implica em reconhecer que a base da carreira militar e política de Bolsonaro se sustentou no apoio de membros do “baixo clero” militar - seu eleitorado cativo. Ao expor publicamente seus ídolos militares, Bolsonaro não costuma escolher figuras como Figueiredo, mas venera abertamente o coronel Ustra. Seu modelo militar não é aquele dos generais do alto comando ou da transição democrática, mas os militares dos porões, do trabalho sujo e sangrento da tortura. A carreira política de Bolsonaro jamais tocou os altos escalões das Forças Armadas e, mais do que isso, sua biografia sempre foi considerada um péssimo exemplo entre coronéis e generais. Em seu livro autobiográfico, o general Ernesto Geisel considerou Bolsonaro um mau militar por cedo se envolver em insurreições pelas quais ele só não foi devidamente punido em função do receio dos generais de transformar esses focos de agitação em uma revolta organizada.

Portanto, é fundamental notar, nesse cenário, que a luta inicial de sua carreira política é uma luta *contra a institucionalidade democrática* (não são poucas as vezes em que Bolsonaro expressa sua nostalgia, não apenas pela ditadura, mas igualmente

³ <http://www2.senado.leg.br/bdsf/browse?type=subject&value=Cavagnari%20Filho,%20Geraldo%20Lebat>. Acessado em 05/2019.

pelas torturas e assassinatos praticados no período). O jovem deputado sustentou durante longos anos um eleitorado que permanecia cativado pela mobilização permanente contra um inimigo que, na verdade, não representava efetivamente um grupo “rival” organizado, que ameaçava diretamente os militares. Bolsonaro construiu seu eleitorado *se opondo àqueles que buscavam a expansão de direitos, após a abertura democrática, especialmente entre as minorias*. Sua carreira política sempre foi alimentada por uma oposição a todos os traços de expansão das liberdades democráticas, de institucionalização de direitos ou de desconcentração de poder. Como é possível, portanto, que tais pautas, sustentadas por nichos tão restritos, tenham sido capazes de eleger um presidente da república?

A VELHA POLÍTICA ORGÂNICA, “DESORGANIZADA”

Como apontam Benjamin e Arendt, em tempos de crise, um perfil político que estabelece contra si um inimigo claro contra quem ele próprio entende de antemão poder medir forças (desde que aliado a grupos estratégicos que possam apoiá-lo), torna-se o modelo ideal para a capitalização eleitoral e a mobilização de grandes grupos da opinião pública. E foi precisamente esse um dos principais sucessos da campanha presidencial de Bolsonaro: ela soube aproveitar as crises contingentes do cenário político e econômico do país, que se combinaram a seu perfil eleitoral militante (inclusive a eliminação de seu principal rival na corrida eleitoral: o ex-presidente Lula, que catapultou seu capital eleitoral alimentado pelo antipetismo). Além disso, a campanha de Bolsonaro teve sucesso em construir sua imagem como a de um político *outsider*, que trava uma cruzada solitária contra o poder, dotado apenas de uma campanha pobre e sem apoio dos poderosos. Com essa estratégia, seus articuladores políticos foram capazes, entre outras coisas, de “limpar” a imagem de Bolsonaro de sua própria biografia, afastando de sua imagem eleitoral o fato do então candidato ter composto, por quase 30 anos de sua atuação como deputado, o tão popularmente detestado “centrão”. Como o político orgânico que sempre foi, Bolsonaro se aliou a esta casta baixa do parlamentarismo brasileiro, composto por um conjunto de parlamentares e partidos que tendem a se movimentar ao sabor de suas associações com os poderes de ocasião, mobilizados apenas por seus interesses eleitorais e pela força do *lobby* político. A principal característica do “centrão”, que é igualmente a

característica da carreira política de Bolsonaro, é a perpetuidade no poder (no caso do então candidato a presidente, quase 30 anos de Câmara dos Deputados) e a inconstância em relação a posições políticas, embora mantendo a fidelidade aos interesses de determinada base eleitoral, sempre capaz de assegurar uma nova vitória eleitoral. Os membros do “centrão” se dividem igualmente em vínculos de fidelidade a pautas ligadas às bancadas mais poderosas do poder parlamentar: a bancada ruralista da agroindústria, a bancada armamentista, vinculada ao *lobby* militar e à indústria de armas, e a bancada evangélica, o mais poderoso curral eleitoral do país. Nesse sentido, em toda sua carreira política como deputado, Bolsonaro se manteve articulado com as forças mais retrógradas e igualmente mais poderosas, política e economicamente, da estrutura parlamentar brasileira.

Essas mesmas forças representam o núcleo duro da corrupção política e empresarial ligada ao Parlamento. Por exemplo, apenas durante o período que corresponde aos governos do PT, Bolsonaro foi filiado ao PTB, no período entre 2003 e 2005, partido presidido por Roberto Jefferson e que tinha entre seus membros Paulo Maluf e Cristiane Brasil. Note-se que o período de filiação de Bolsonaro ao partido é precisamente o mesmo em que, através da confissão do próprio presidente do partido, o PTB teria participado ativamente, como aliado do PT, no escândalo que ficou conhecido como “mensalão”. Outro exemplo é sua filiação ao PP entre 2005 e 2016, após sua saída do PTB. Durante os onze anos em que Bolsonaro foi membro do partido, o PP atingiu recordes imorais no campo partidário brasileiro, sendo, por exemplo, o partido com a maior quantidade de membros condenados pela operação Lava-Jato (com mais condenações do que o próprio PT). Enquanto o PP teve 31 membros condenados na operação, o PT teve 6 membros indiciados e condenados. E a situação atual de seu vínculo partidário não progrediu em relação a seu passado parlamentar. O PSL, atual partido do presidente da república, é uma espécie de dissidência militar do PP, sendo considerado o partido menos transparente do Brasil⁴ e tem se envolvido em constantes escândalos eleitorais, especialmente por prática de Caixa 2. Antes das eleições de 2018, o PSL possuía apenas 8 congressistas em seus

⁴<https://exame.abril.com.br/brasil/psl-novo-partido-de-bolsonaro-e-o-menos-transparente-do-brasil/>. Acessado em 09/2018.

quadros, embora 18 membros do então minúsculo partido fossem condenados por corrupção, tornando-se “ficha suja”.

Apesar disso, a campanha presidencial de Bolsonaro teve êxito em manter sua imagem afastada de todos seus vínculos políticos com os donos do poder econômico, com a política tradicional do “centrão” e com os escândalos de corrupção, contra os quais ele buscou promover a imagem de líder de uma cruzada antiestablishment. A estratégia política da equipe de Bolsonaro teve êxito igualmente em apresentá-lo como um candidato que não contava com nenhum apoio nas engrenagens do poder econômico, inclusive no que diz respeito a sua participação na mais poderosa onda do cenário político internacional: o vínculo do poder econômico ao apelo eleitoral do populismo de extrema-direita. Observado a partir de um enquadramento internacional mais amplo, o fenômeno Bolsonaro surge como o cruzamento perfeito entre as duas principais forças que tem impulsionado a concentração de poder político e econômico de nosso tempo, a saber: o populismo nacionalista de extrema-direita e a ortodoxia neoliberal.

SURFANDO NA ONDA DO PODER

A eleição de Bolsonaro é produto de um fenômeno de poder que se reproduz em escala internacional. A viabilidade eleitoral de Bolsonaro seria extremamente duvidável se sua campanha não tivesse fincado os pés no apoio das duas mais importantes estruturas de poder do mundo atual. A primeira delas é a nova forma de mobilização populista e nacionalista, que tem se insurgido contra as ameaça à “unidade nacional”, alimentando-se do uso de dispositivos tecnológicos de disparos de mensagens em redes sociais a fim de manter seus alvos na constante tensão (e medo) contra uma ameaça iminente. O uso dos disparos em massa, através de aplicativos de mensagens, consegue alimentar em tempo real a participação e o engajamento da base militante de um candidato ou causa, a partir de um pequeno estímulo – uma imagem, uma frase, um vídeo com legenda, um “tweet” etc. – que funciona como uma espécie de faísca capaz de reacender a indignação massiva e a sensação individual de fazer parte de um conjunto maior de “combatentes”, em favor da causa nacional. Essa estratégia continua sendo usada pelo poder executivo brasileiro, sob o comando de Bolsonaro, de modo a recorrentemente produzir uma

mediação entre os acontecimentos nacionais e a base popular de apoio ao governo. A cada acontecimento noticiado em âmbito nacional, seja uma ação do governo ou um dos escândalos que tem ferido sua imagem, o governo divulga um comentário oficial através de seu porta-voz, ao mesmo tempo em que divulga uma espécie de *legenda extra-oficial* a esses eventos, em linguagem popular simples e reduzida, que explicita *como a base de apoio ao presidente deve interpretar aquele acontecimento preciso*. Essa “legenda extra-oficial” aos acontecimentos nacionais é disparada de maneira descentralizada em grupos de mensagens, em vídeos de youtubers e blogueiros, que “interpretam” os eventos políticos, sempre a favor do presidente, de modo a fornecer argumentos à sua militância, minimizando o impacto dos mais desastrosos fatos ou denunciando a responsabilidade por tais acontecimento a uma espécie de “complô”, que teria interesse em destruir a pátria. Deste modo, os acontecimentos políticos nacionais são despolitizados e sofrem um esvaziamento em relação a dados e apurações, em nome de um apelo afetivo ao amor à nação, ao patriotismo e ao vínculo nacionalista.

O apoio do milionário norte-americano Steve Bannon à campanha de Bolsonaro parece ter sido crucial neste ponto. Bannon é o principal estrategista político no mundo atual a se valer do modelo do disparo eletrônico de mensagens, com a finalidade de evocar um apelo nacionalista e populista ao produzir legendas populares capazes de unificar em bloco a interpretação de acontecimentos políticos importantes. Embora a versão popularizada a respeito da campanha presidencial bolsonarista afirme que sua eleição dependeu exclusivamente da colaboração espontânea de seus apoiadores, Bannon admite ter prestado consultoria a Bolsonaro, através dos filhos e dos assessores do então candidato, mantendo-se na liderança de suas estratégias de campanhas⁵. O sucesso da participação de Bannon na eleição presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos e na eleição de Bolsonaro no Brasil, fez com que ele passasse a ser solicitado por um grande número de outros grupos de extrema-direita, especialmente na campanha do *Rassemblement National* de Marine Le Pen, na França, e na campanha da *Liga Norte* de Matteo Salvini, na Itália. Ambos tiveram sucesso significativo nas eleições europeias recentes, a partir do apoio de Bannon. O

⁵ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729_290547.html. Acessado em 05/2019.

uso das redes sociais e o disparo em massa de mensagens sem fonte confiável – as chamadas *fake news* – são uma constante em todas essas corridas eleitorais. Além desses dois candidatos de extrema-direita, um dos mais agressivos nacionalistas da extrema-direita europeia, o autoritário Viktor Orbán da Hungria, é igualmente um dos protegidos do milionário estrategista norte-americano. Portanto, é necessário compreender a eleição de Bolsonaro em um cenário internacional, como uma peça fundamental nessa estratégia política como que tem tido um avassalador sucesso ao redor do mundo, elegendo políticos de extrema-direita a despeito de sua qualidade intelectual, política, administrativa ou ideológica. O perfil desses novos populistas de extrema-direita é muito semelhante: seus rivais imediatos, contra os quais eles clamam sua base eleitoral a se manter em estado de alerta, são professores e jornalistas, ativistas e figuras que se opõem a sua posição ideológica e que imediatamente passam a ser considerados “comunistas” ou “esquerdistas”, mobilizando toda uma agenda anti-intelectual que mantém ativa a força do que Hebert Marcuse chamou de *mobilização total*. O fato é que esses rivais são estabelecidos sem base em dados, pesquisas ou qualquer análise efetiva a respeito do impacto real de suas ações sobre a sociedade. Trata-se de uma excitação do imaginário político que busca causas simplórias para justificar o sofrimento social, a pobreza e o “desregramento dos costumes” no mundo atual. Em última instância, trata-se mais uma vez de despolitizar o campo político, esvaziar esse campo dos dados históricos ou de qualquer análise de conjuntura, para substituir o debate por um inimigo a-histórico, sem forma precisa, que seria capaz de corroer a sociedade por dentro sem que ninguém perceba – ninguém, exceto aqueles “bem informados” que acabaram “descobrimo a verdade” graças a seu líder político e ideológico. É nesse cenário que o velho tema ultra-direitista do combate ao chamado *marxismo cultural* ganhou um espaço eleitoral e ideológico central na última corrida eleitoral brasileira.

A narrativa do “marxismo cultural” tem origem no mundo anglófono após o colapso dos regimes socialistas, e tem obtido certo êxito em continuar alimentando a retórica politicamente útil da ameaça socialista, que construiu a polarização política da guerra fria. Com o desaparecimento das potências militares e políticas socialistas “reais”, os ideólogos do marxismo cultural buscaram, a partir de uma interpretação

enviesada da obra do marxista italiano Antonio Gramsci, a ideia de que, se o socialismo havia sido derrotado no plano político, a guerra ideológica travada por seus apoiadores havia se transportado para o plano cultural, onde as tendências marxistas continuariam doutrinando e formando seus exércitos, na expectativa de um dia retornar ao poder. O inimigo contra o qual a ultra-direita deveria fazer frente não é mais representado por um Estado, mas está disseminado em meio a professores, jornalistas, defensores dos direitos humanos, feministas, ativistas da causa LGBTQ, militantes em defesa dos direitos civis das minorias etc. Nesse sentido, a ideologia do “marxismo cultural” cumpre um papel político fundamental, ao justificar, em nome do combate à expansão do marxismo, uma *oposição a expansão das liberdades democráticas* (o que corresponde, como vimos, a um combate à própria democracia), dos direitos das minorias e do combate aos privilégios sociais, que começava a se esboçar no Brasil – e em outras partes do mundo – nos últimos anos. Segundo Jason Wilson, colunista do jornal britânico *The Guardian*, a ideologia do “marxismo cultural”:

permite que aqueles que sofrem com a perda de privilégios sejam encobertos pela vitimização, apontando para uma elite obscura, onipresente e quase estrangeira que está tentando destruir tudo o que é bom no mundo. Ele oferece uma explicação para o declínio das famílias, das cidades pequenas, da autoridade patriarcal e do poder branco [até então] incontestado: trata-se de uma vasta conspiração de esquerda que já dura um século.

Não é difícil perceber que, apesar de não se valer desde o princípio de sua carreira militar da denúncia de um “marxismo cultural”, desde muito cedo Bolsonaro soube manejar eleitoralmente certas pautas políticas que se encaixam com perfeição nas demandas do anti-marxismo cultural. Embora tenha se limitado inicialmente a reunir em torno de si os insatisfeitos com o processo de abertura democrática do Brasil pós-ditadura, Bolsonaro não teve dificuldades em “internacionalizar” suas pautas, se voltando contra a ampliação dos direitos civis e contra pautas ditas “de esquerda”, ao surfar em um movimento que ganhava robustez no plano internacional. Essa associação se concretizou definitivamente através do reconhecimento prestado ao ideólogo do mundo virtual, Olavo de Carvalho. Ao contrário de alguns de seus filhos,

↳ <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jan/19/cultural-marxism-a-uniting-theory-for-rightwingers-who-love-to-play-the-victim> . Acesso em 05/06/2019

acredita-se que o próprio Bolsonaro jamais tenha travado um efetivo contato com as ideias do ideólogo de extrema-direita; no entanto, o gesto de aproximação do então deputado e futuro candidato à presidência ao grupo de seguidores de Olavo de Carvalho, produziu um efeito simbólico importante para ambos os personagens políticos: para Bolsonaro, sua aproximação a Olavo de Carvalho garante uma aparência de legitimidade intelectual às suas pautas políticas. Para Olavo de Carvalho a aproximação de Bolsonaro ofereceu a seus cursos uma visibilidade nacional que ele jamais alcançara sozinho, além de garantir uma aparência de legitimidade política à sua militância, lhe sendo oferecido – sem que ele tenha nenhuma experiência no assunto – o papel de “guru” do governo executivo (nesse sentido, suas ideias não correm o risco de serem tomadas como a expressão de frustrações ou devaneios de um ideólogo descompromissado com a realidade).

AFINAL, O ALVO DA INSATISFAÇÃO DEVERIA SER O CAPITALISMO NEOLIBERAL!

Onde quer que o novo discurso de extrema-direita tenha conquistado o poder no mundo, ao contrário de fortalecer os “estilos de vida tradicionais” e combater as desigualdades sociais, o que tem se produzido é a auto vitimização daqueles que detêm o poder político que passa a legitimar um ataque às instituições públicas e democráticas – tribunais, universidades, parlamentos, etc. –, ao mesmo tempo em que tem construído novas oligarquias de poder, compostas apenas por “amigos” e aliados ideológicos⁷ desses líderes populistas. Grande parte das vezes, e no Brasil não é diferente, amigos e parentes desses líderes populares fazem negócios diretamente com o governo, ou ocupam lugares estratégicos nos três poderes de modo a auxiliar na disseminação das versões extraoficiais do governo populista e no reforço à ideia de que está em curso um ataque ao governo por parte de inimigos “infiltrados”, presentes nas instituições públicas. Deste modo, produz-se um discurso que, reproduzido por diversos apoiadores e em diversas direções, sufoca as

⁷ É verdade que, por vezes, essas novas oligarquias do poder tem deposto a direita liberal de seu lugar tradicional, configurando-se como o mais profundo abalo e a mais nova exigência de reestruturação que a direita jamais sofreu historicamente. Em seguida, a extrema-direita tem chantageado a direita tradicional a se aliar a seu projeto, sob pena de ser aniquilada politicamente. É precisamente o que Bolsonaro tem feito com o DEM e com antigos PSDBistas como João Dória.

investigações e as matérias jornalísticas oficiais, através de uma denúncia da imprensa como eminentemente aliada ao “marxismo cultural” (mesmo quando se trate de grandes conglomerados de mídia, sustentados pela publicidade das empresas mais capitalistas que existem).

Outra das mais importantes formas de sustentação eleitoral de Bolsonaro, foi o apoio das forças econômicas que dominam o mercado internacional ligadas a agenda do chamado *neoliberalismo*. Desde a década de 1970 e sobretudo a partir da década de 1980, com o colapso da polaridade entre o capitalismo e o socialismo, a agenda política e econômica que ficou conhecida como *agenda neoliberal* – porque inspirada em filósofos e economistas como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman, que recuperavam temas do liberalismo econômico clássico – tem amplamente se disseminado e se instalado como discurso ortodoxo econômico oficial ao redor do mundo. Segundo Hayek – um dos autores neoliberais que possuiu grande poder de influência sobre políticos e economistas britânicos, norte-americanos, suíços e alemães –, sem mudanças radicais no cenário político do Estado de bem-estar social e no campo do direito, as novas crises do capitalismo se tornariam cada vez mais imprevisíveis (porque através da manipulação dos preços e do juros pelo Estado, as informações sobre oferta e demanda se tornariam deturpadas para os agentes econômicos). Mas outra preocupação silenciosa mobilizava igualmente o discurso alarmista dos neoliberais da Escola Austríaca e da Escola de Chicago: se não houvesse uma reformulação radical no modelo de direitos e proteções a trabalhadores e cidadãos que o Estado de bem-estar social produziu na recuperação econômica após a Segunda Guerra Mundial, os custos de produção – sobretudo os custos do trabalho assalariado e dos transportes – se manteriam em patamares muito altos, tornando impraticáveis os preços e uma concorrência competitiva na economia de mercado. Em síntese: o capitalismo se tornaria insustentável. A ideia canônica do pensamento neoliberal é a de que o Estado é um rival ineficiente *por princípio*, e que o neoliberalismo representaria a libertação das iniciativas individuais dos agentes econômicos, como uma espécie de *último suspiro de sobrevivência do capitalismo* (lembre-se do que ficou conhecido como “princípio TINA”, repetidamente aplicado pela primeira-ministra britânica da época, Margaret Thatcher, que bradava: “There Is No Alternative!” (TINA), ou seja: “não há outra alternativa!”).

Uma guinada em direção à política neoliberal, até então estranha a carreira política pregressa de Bolsonaro, passou a sustentar eleitoralmente a candidatura do atual presidente da república. Com isso, Bolsonaro surge como o candidato que igualmente receberia apoio do mercado financeiro e dos grandes grupos de capitais (retirando de outros candidatos tradicionais da direita essa “carta na manga”). Com certa dificuldade, Bolsonaro integra em suas breves falas públicas a cartilha ortodoxa do neoliberalismo. Essa cartilha, a despeito das enormes variações de contexto em que tem sido empregada, possui duas características centrais. A primeira delas é a disseminação da ideia de que é preciso retirar o Estado da cena de algumas de suas mais importantes funções tradicionais, como, por exemplo, algumas garantias de direitos e formas de regulação da economia (o que se abrevia com o jargão “enxugar o Estado”). Na realidade, trata-se menos efetivamente de uma “retirada do Estado” e mais de uma intervenção do Estado de modo a transformar políticas e serviços estatais em nichos de mercado. Por exemplo, quando o Estado privatiza serviços e reduz gastos com áreas que são tradicionalmente compreendidas como *direitos do cidadão*, o Estado deliberadamente e automaticamente *transforma* direitos e formas de arrecadação estatal em novos mercados privados. Desse modo, *o Estado cria mercados novos e em seguida seleciona e entrega ao proveito de empresas e de grupos privados* aquilo que antes era compreendido como função pública, sem finalidade lucrativa. Ao concentrar antigos serviços estatais nas mãos de empresas privadas que visam lucro, os usuários daqueles serviços – isto é, a população – passam a arcar individualmente com custos que antes permaneciam embutidos em seus impostos. Portanto, a “redução do Estado” é, antes de mais nada, uma forma de *transferência de renda dos trabalhadores assalariados para empresas privadas*, por meio de uma *ação do Estado*. Nesse sentido, o poder executivo se vale dos aparelhos de Estado como uma espécie de “testa de ferro” de grupos privados que, apoiados pelas medidas privatistas estatais, passam a lucrar com antigos direitos e serviços públicos. O Estado passa a se comportar como um *agente econômico* que tem a função de criar o espaço propício para que ações de mercado mais agressivas dos *players* privados possam acontecer, através de seu auxílio.

A segunda característica fundamental da ideologia neoliberal é a produção de uma espécie de *novo conceito de liberdade*. Se autoproclamando descendente do

liberalismo clássico, o pensamento neoliberal é movido por um discurso que prometia libertar os indivíduos do peso e do controle do Estado, limitando o Estado em sua soberania e em sua capacidade de planejar a economia de maneira centralizada. Com isso, defendiam e defendem os neoliberais, estaria afastada a sombra do retorno das ditaduras e dos governos totalitários⁸. A ideologia privatista e individualista neoliberal prometia libertar o trabalhador do domínio dos patrões, permitindo que esses trabalhadores abracem iniciativas livres e independentes. Com isso, os intelectuais do neoliberalismo se apropriavam de promessas e lemas característicos do próprio comunismo – mesmo sem produzir comunidade ou coletivização –, em plena polarização política do mundo. Se as lutas por direitos sociais socialistas ou social-democratas apontavam para a excessiva exploração do trabalhador e desigualdade nas relações entre trabalhadores e patrões; através de uma economia desregulada e descentralizada – promete ainda o neoliberalismo –, o trabalhador poderia ser seu próprio patrão e permanecer livre para trabalhar como quiser e, como um empresário, depender apenas de sua livre-iniciativa. Essa promessa desaguou nas desregulações do trabalho, na fragmentação dos direitos trabalhistas, no crescimento do trabalho intermitente e na chamada “uberização” da vida.

Tampouco, do ponto de vista político, esse apelo à liberdade se efetivou na prática neoliberal. Uma de suas mais importantes experiências mundiais foi a criação de uma agenda neoliberal, a golpes de força e de tortura, durante a ditadura militar de Augusto Pinochet, no Chile, inaugurando a face de Frankenstein assumida pelo neoliberalismo no hemisfério Sul mundial: uma espécie de liberalismo sem liberdade. Dito de outro modo, trata-se de produzir um Estado pesado para a população, mas “reduzido” para os grupos econômicos. Durante a ditadura Pinochet, um grupo de técnicos da chamada Escola de Chicago, sob a orientação e supervisão de Milton Friedman, ele mesmo discípulo de Hayek, foram convocados a auxiliar os militares autoritários chilenos a implantar um programa de reformas e privatizações no país, sem passar por qualquer consulta popular. Esse grupo de técnicos ficou conhecido

⁸ Autores neoliberais como Mises e Hayek defenderam deliberadamente esta ideia, ao apontar que toda intervenção do Estado na economia acaba por se aproximar, em maior ou menor escala, da economia planificada de essência socialista. Esta crítica aos economistas socialistas ficou conhecida como o *debate acerca do cálculo socialista*. Além de criticar a economia planificada socialista – e em seguida o keynesianismo –, Hayek criticava igualmente a noção de *justiça social* (HAYEK, 2012), que ele entendia ser imprecisa, equivocada e até demagógica. Para Hayek, a economia não deveria se ocupar com temas “abstratos” como justiça social.

como os *Chicago boys*. O que é mais lamentável nesse acontecimento histórico vergonhoso, é que a implantação forçada do programa neoliberal na América Latina e no Sul mundial, através de sua associação aos braços militares armados locais, não se deteve apenas na ditadura chilena, mas tem se tornado uma espécie de padrão. Essa experiência se repetiu no Peru de Fugimori, e tem se apropriado de outros governos autoritários como o de Rodrigo Duterte, nas Filipinas (que recebeu apoio de setores da elite econômica local para que implantasse um regime de terror contra a população, em nome do combate às drogas e a seus opositores, enquanto aprofunda um conjunto de reformas neoliberais no País). E a subida de Bolsonaro ao poder segue a mesma regra. Por trás de seu programa de militarização do Estado e de retirada de direitos civis e sociais, está seu ministro da economia Paulo Guedes, ele próprio um *Chicago boy* ortodoxo, formado em Chicago na escola de Friedman e Hayek, tendo trabalhado igualmente nas reformas econômicas do Chile durante a ditadura de Pinochet. A eleição de Bolsonaro, portanto, traz o Brasil de volta ao padrão latino-americano de aliança entre o autoritarismo militarizado e a desregulamentação forçada da economia, uma pauta de baixíssimo apelo eleitoral, mas que encontrou na linguagem bolsonarista o vocabulário popular perfeito para torná-la palatável a uma parcela da população. Que linguagem é essa?

A filosofia e a ideologia neoliberal reduzem tudo o que diz respeito ao espaço público a uma linguagem pautada exclusivamente sobre a noção de indivíduo – o chamado *individualismo metodológico*. Nesse processo de *individualização de problemas sociais* (que, na verdade, tem origem estrutural e sistêmica), as crises, fracassos e conquistas sociais – que são efeito direto de uma rede complexa e sobredeterminada de fatores econômicos e políticos de escala mundial –, recaem sobre a responsabilidade dos atores individuais. Deste modo, o neoliberalismo tornou-se responsável pela *colonização generalizada do espaço público pela linguagem da ação privada* (Mises). Com isso, as questões públicas, que resistem a caber nesse modelo de explicação que reduz os fenômenos econômicos e sociais à ação privada, tornam-se incompreensíveis e frequentemente são excluídas do debate público (as mazelas de um país tem que caber na explicação da ação individual de um governante que “gasta mais do que arrecada”, ao contrário do que faria uma “dona de casa responsável”; ou a prática de corrupção de agentes políticos ou empresariais se torna

explicação suficiente para a recessão econômica e para o desemprego de todo um país). Ora, quando a complexidade da situação é descartada, nos valemos daquilo que “está mais à mão” como causa das incertezas. A política torna-se um espaço personalista, composto por salvadores da pátria, mitos e líderes demagógicos. O círculo vicioso da “solução biográfica para problemas sistêmicos” se fecha quando se forja um inimigo com traços biográficos (movido por desejos ocultos individuais de poder e dominação, seja o PTista, o imigrante, ou até mesmo, no caso do Brasil, o demônio), a fim de explicar problemas estruturais. O espaço público se empobrece como campo de associações políticas e de solidariedade social, de modo que o único núcleo social admitido pela linguagem ideológica neoliberal é aquele núcleo, o mais rudimentar possível: o *núcleo familiar*. O “familiarismo” se estabelece como a única forma social aceita pela face conservadora da ortodoxia neoliberal atual. Mesmo que o apoio que o poder público oferecia às famílias esteja se degradando – com a precarização de políticas habitacionais, de renda e de educação pública –, o conservadorismo neoliberal de Bolsonaro tem rezado a cartilha da redução do campo social ao vocabulário da família, a ponto de voltar quase todas as suas políticas públicas, por exemplo, ao encerramento da educação pública ao núcleo familiar (com a permissão de que os pais eduquem seu filhos em casa, ao mesmo tempo em que corta verbas da educação pública), ao encerramento das políticas de segurança ao perímetro das propriedades familiares (com a ampliação da posse de armas para defesa da propriedade residencial e familiar), e com a revisão de temas educacionais que possam ferir a crença dos pais dos alunos (com o projeto chamado de “escola sem partido”). Nesse sentido, o neoliberalismo conservador produz uma desintegração do campo social, convertendo a sociedade em um conjunto de indivíduos isolados e atomizados, encerrados em pequenos núcleos sociais representados pelas famílias:

Como o neoliberalismo declara guerra [...] a própria ideia do que é público, ele dramaticamente dilui a vida pública sem matar a política [...] [o resultado é uma] política em meio a destruição da vida pública e especialmente da vida pública esclarecida, combinada à mercadologização da esfera pública, em partes o que faz da política contemporânea pouco atraente e tóxica – cheia de vociferações e imposturas, esvaziadas de seriedade intelectual, favorecendo um eleitorado deseducado e manipulável [...] (BROWN, 2015, p. 39).

De um ponto de vista social e econômico, a liberalização e “desestatização” da economia tem produzido efeitos de desestabilização social irreversíveis. Desde os anos de 1990, com a implantação dessas políticas de agenda neoliberal, tem se intensificado os índices da desigualdade social no mundo. Segundo o relatório da OXFAM, a concentração de riqueza nos altos extratos sociais chegou a uma marca histórica assustadora: o 1% mais rico da população mundial concentra 82% de toda a riqueza produzida no mundo, enquanto a parcela mais pobre da população não possui nenhuma riqueza material⁹. Além disso, as classes médias têm trabalhado com mais intensidade enquanto recebe pagamentos cada vez menores proporcionalmente. Essa da parcela da população é a que tem sofrido os maiores impactos, na medida em que tem sentido diretamente os efeitos de uma diminuição da segurança, de uma menor mobilidade social e da perda direta de direitos como aposentadoria estável e previsibilidade nas carreiras profissionais a longo prazo. O neoliberalismo tem forçado igualmente uma adulteração na linguagem ao se referir às políticas públicas de Estado. As funções estatais passam a ser medidas em linguagem econômica e a limitação dos serviços básicos que no modelo do Estado social deviam ser amplamente acessíveis, no modelo liberal são medidos em termos de “retorno”, “gasto público” etc. A intimidade crescente entre capital financeiro e Estado jamais é problematizada – inclusive raras são as denúncias a respeito de como a financeirização da economia diminui a produtividade do Estado e das empresas -, mas “gastos” com infraestrutura, educação superior, pesquisa, saúde e acesso à terra – como programas para famílias sem-terra, sem-teto e destinados a reservas indígenas –, tornam-se alvos de denúncias constantes de “gastos excessivos”. O resultado da redução do corpo social à linguagem do indivíduo e da família, somado à linguagem economicista do “gasto” para se referir a direitos, produz o cenário ideal ao desmantelamento e a perseguição conservadora contra todas as instituições públicas que se utilizam da linguagem da associação e da solidariedade social: sindicatos, movimentos sociais e associações de classe são visto *por princípio* como uma ameaça social ou como parasitas aos que “realmente trabalham”.

⁹ <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2018-01-22/richest-1-percent-bagged-82-percent-wealth-created-last-year> . Acesso em 21/05/2018.

A linguagem dos vencedores e dos perdedores individuais em uma disputa de mérito se naturaliza e, como preconizava Hayek, deixa de ser tarefa do Estado garantir condições econômicas e sociais de justiça social para uma competição justa e um tratamento igualitário entre os cidadãos. O resultado é que a economia deixa de ser um mobilizador das potências emancipatórias dos seres humanos e passa a apresentar uma face profundamente ambivalente: o interesse da classe capitalista é promover a auto expansão do capital ao seu mais alto grau possível, ou seja, promover o crescimento econômico de modo a garantir a *estabilidade interna* da organização capitalista. Mas essa “estabilidade interna” do sistema capitalista, através do crescimento econômico, apenas tem sido possível às custas da desestabilização externa de todos os outros subsistemas com os quais o capitalismo neoliberal se relaciona: a fim de manter o crescimento econômico capitalista estável, tem se produzido a *desestabilização* do sistema da natureza planetário, produzindo uma *instabilidade* climática jamais conhecida na história do planeta; tem se produzido igualmente uma *desestabilização* social radical, com a produção de um nível de desigualdade recorde na história humana e de um número crescente de desempregados e de pessoas sem-renda; tem se produzido igualmente uma *desestabilização* das fronteiras e das relações entre Estados e povos, produzindo um número sem precedentes de pessoas em busca de refúgio e de povos sem-pátria no cenário internacional; tem se produzido ao mesmo tempo uma *desestabilização* do sistema de acordos internacionais multilaterais e de organizações de blocos de cooperação no direito internacional, em nome do fechamento de fronteiras e do retorno das ideologias nacionalistas. Por tudo isso, a economia tem deixado de ser uma forma das sociedades se organizarem em busca de mais igualdade, estabilidade e mudança social, para se tornar uma fonte de desesperança coletiva, de imprevisibilidade política, de disputa e de ódio contra o outro. Parafraseando a famosa sentença de Mark Fisher (FISHER, 2014): a economia neoliberal tem se tornado responsável pelo lento cancelamento do nosso futuro.

Neste ponto reencontramos a apelativa guerra ao “marxismo cultural”, que alimentou a eleição de Bolsonaro. Esse acirramento das disputas sociais e de guerra ao outro, somado ao combate/perda de certos privilégios que vinham se produzindo em certas democracias (como a brasileira) tem mobilizado um ódio social que tem se intensificado a partir da constatação da decadência dos padrões de vida, sobretudo

entre as classes médias. Líderes autoritário de extrema-direita como Bolsonaro, tem instrumentalizado esse ódio ao mesmo tempo em que tem sido capaz de desviar a atenção das multidões para o fato de que grande parte das queixas típicas da extrema-direita – a erosão dos padrões de vida e, por consequência, o enfraquecimento das estruturas familiares, o aumento da violência, a imigração em massa etc. – são, na verdade, efeitos diretos de mudanças do capitalismo monopolista atual e de suas novas formas de “flexibilização” neoliberal (que produzem instabilidade em relação aos postos de trabalho, nos salários, nas garantias de emprego etc.). Embora os números mostrem que este cenário mundial catastrófico tem se produzido a partir de uma desregulação e de uma financeirização da economia – representando uma colossal concentração de poder econômico nas mãos de uma pequena classe, às custas de uma degradação das condições de vida da maior parte dos indivíduos –, essas divisões econômicas e sociais raramente tem se traduzido em termos de divisões de classe na expressão pública comum e nos debates das redes sociais etc. Tais divisões se expressam mais comumente em termos de *nacionalidade* do que em termos de *classe*, propriamente. O nacionalismo tem assumido a forma ideológica de um chamado para as massas a ‘fazerem parte da história’, traduzindo problemas mundiais complexos em uma interpelação individual produzida em uma linguagem facilmente compreensível. Dito de outro modo: os nacionalismos têm oferecido um suposto protagonismo *a cada indivíduo*, diante de problemas estruturais grandes demais para serem compreendidos de maneira simples.

AS CARÊNCIAS DO CAPITAL POLÍTICO DE BOLSONARO, O LUGAR DE PAI DA HORDA E SEUS IMPASSES

É uma tarefa árdua conciliar um discurso ultradireitista de defesa patriótica da nação, com uma política “globalista” de abertura da economia, através de um Estado militar forte. Bolsonaro ainda não obteve sucesso nessa conciliação. Os primeiros meses do governo bolsonarista foram marcados pela tentativa constante de assentar as demandas (contraditórias entre si) de cada um dos grupos que o apoiaram eleitoralmente, buscando possibilitar um convívio, o menos tenso possível, entre os interesses antagônicos que emergiram de grupos políticos antagônicos, pacificados por sua promessa de um governo centralizador. Se a eleição de Bolsonaro foi

garantida eleitoralmente pela confluência desses grupos, na passagem de seu capital eleitoral para o campo da articulação política, o governo tem se confrontado com as expectativas específicas de cada um desses blocos: embora todos tenham visto em Bolsonaro o principal impulsionador do antipetismo, alguns esperavam uma guinada neoliberal acelerada - e Bolsonaro tem enfrentado problemas com as políticas de Paulo Guedes em relação a Petrobrás e ao preço dos combustíveis e com sua orientação ao BNDES, por exemplo. Por outro lado, os generais, entre eles o próprio vice-presidente da república, enxergaram em Bolsonaro uma porta de entrada para a “re-institucionalização” dos militares ao poder, passando a limpo a imagem herdada a partir do Golpe de 64, e reconstruindo a relação entre as Forças Armadas e a população¹⁰. Assumindo seu lugar institucional no governo Bolsonaro, o exército teria a chance de desenhar um novo perfil: aquele de um poder ordeiro, capaz de “organizar a casa” dentro dos limites constitucionais. Seu retorno ao executivo através dos procedimentos institucionais democráticos, possibilitaria, ao mesmo tempo, organizar o próprio governo, dirigindo Bolsonaro pela contenção de seus excessos.

Mas a função totêmica que os generais almejavam, na garantia da institucionalidade do governo, tem se chocado frontalmente com a base mais “barulhenta” de apoio ao governo, para quem o presidente e seus filhos têm dedicado constante atenção. Esse grupo, que tem sido liderado simbolicamente pelo “olavismo” mas permanece disperso em certa gama de núcleos militantes, espera um governo com o perfil que sua tendência à extrema-direita e as declarações radicais de Bolsonaro prometeram: um perfil anti-institucional, que concentre o poder em poucas mãos e que seja capaz de capturar a democracia *por dentro*, corroendo as estruturas de equilíbrio de poder, isto é, controlando as universidades, a educação básica, o Supremo Tribunal Federal, a imprensa etc., e reduzindo a ampliação do horizonte de libertação democrático. Sua demanda é um Pai tirânico, capaz de assegurar a garantia da concentração de gozo e de privilégios de poder tradicionais.

Enquanto os militares do governo, para o bem de sua própria imagem, desejam forçar uma liderança institucionalizada ao governo; o núcleo duro populista da

¹⁰ Bolsonaro tem sentido a resistência dos generais em ingressar em sua onda de radicalização. Um exemplo disso foi a visibilidade nacional e internacional que Bolsonaro quis oferecer à celebração do Golpe militar de 1964. Enquanto os quadros militares do governo tentaram afastar sua imagem dos vínculos que as Forças Armadas possuem com a ditadura, a decisão monocrática de Bolsonaro buscou associar diretamente os militares ao Golpe, o que não encontrou eco entre seus ministros de Estado.

militância bolsonarista espera uma ruptura com os militares – e, em certa dimensão, uma ruptura institucional – para que seu líder populista governe com plenos poderes. Em seus atos públicos, esse grupo demonstra apoio incondicional ao governo, se colocando *contra* o Congresso nacional (que passou a ser reduzido ao “centrão”), contra instituições como o STF e contra um possível golpe contra o governo. Essas atitudes mostram, não apenas que as forças militares no governo têm perdido a batalha na tentativa de “reorientar” a direção institucional do executivo, mas igualmente que o poder de mobilização total tem ganhado espaço sobre o poder de organização institucional do governo. Ocupando o lugar de uma espécie de “pai da horda”, Bolsonaro é ao mesmo tempo tomado pelo temor de que os grupos que se “filiaram” ao bolsonarismo – seus filhos políticos - tentem destituí-lo, em um ato parricida (ato que se anunciaria depois de votada a Reforma da Previdência, que tem exigido uma contenção de ânimos políticos para ser aprovada). A violência social e o ódio entre grupos, não tendo sido capaz de se institucionalizar e se converter em capital político, permanece, ameaçados de retornar – como uma espécie de retorno no real de algo não simbolizado – em um ato violento de destituição do poder autoritário do pai-tirano. O fato é que, em um círculo vicioso, a paranoia, fruto da impossibilidade de prever a direção a partir da qual o golpe virá, tem justificado posições ainda mais autoritárias e não-institucionais de um governo que possui apenas uma preocupação: conservar seu poder. E Bolsonaro tem razão em temer.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. I*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BROWN, W. *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nova York: Zone Books, 2015.
- COOPER, M. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. Nova York: Zone books, 2017.
- DERRIDA, J. *Voyous. Deux essais sur la raison*. Paris: Galilée, 2003.
- FISHER, M. *Ghosts of my life: writings on depression, hountology and lost futures*. Alresford: Zero Books, 2014.
- FREUD, S. *Totem und Tabu / Das Unbehagen in der Kultur*. Praga: Anaconda Verlag, 2010.
- HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.
- _____. *Law, legislation and liberty*. Londres: Routledge, 2012.
- HOBBS, T. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

THE HATE AS A POLITICAL AFFECT: ON THE STRUCTURE OF THE ALT-RIGHT WING POPULISM IN BRAZIL

ABSTRACT

The hate appears in Freud's, Benjamin's and Arendt's work as a political instrument that makes possible to understand authoritarians and non-authoritarians tendencies in political organizations. In this article, I try to show how the institutional structure of democracy is incapable to avoid the internal destruction of democracy itself, nonetheless, it turns possible to offer a symbolical treatment to the hate. Starting from this reflection, I try to analyse some of the effects of the "bolsonarianism" in Brazil.

KEYWORDS: Hate; Psychoanalysis; Political philosophy; Bolsonaro; Democracy.

LA HAINE COMME AFFECT POLITIQUE : SUR LA COMPOSITION DU POPULISME D'EXTREME-DROIT AU BRESIL

RÉSUMÉ

La haine surgit dans l'œuvre de Freud, Benjamin et Arendt comme un instrument politique importante, capable de déterminer, d'une certaine façon, l'acheminement qu'on peut donner aux tendances autoritaires et non-autoritaires des organismes politiques. J'essaie de montrer dans cet article que les structures institutionnelles des démocraties ne sont pas capables d'éviter la destruction interne de la démocratie elle-même, mais par contre, elles rendent possible un traitement symbolique de la haine. À partir de cette réflexion, je souhaite analyser quelques effets du « bolsonarisme » au Brésil actuel.

MOTS-ÉCLÉS: Haine; Psychanalyse; Philosophie politique; Bolsonaro; Démocratie.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

A VOZ NA TANATOPOLITICA

Mauro M. Dias¹

RESUMO

O objetivo desse texto é o de mostrar, desde o conceito de voz em Psicanálise e na Filosofia, de que maneira a “vida matável” assim nomeada por Giorgio Agamben, como fundamento da tanatopolítica, se revela para além do exercício do poder na holística, introduzido pela obra de Hobbes na modernidade. Uma vez que a tanatopolítica se realiza segundo a deformação das leis da linguagem, cabe ressaltar que seu avanço se dá pelo consentimento discreto à redução da invenção e do riso.

PALAVRAS-CHAVE: Voz, Tanatopolítica, Poder, Linguagem.

¹ Psicanalista. Diretor do Instituto Vox de pesquisa em Psicanálise, SP. Conduz a atividade, Oficina da voz, no Instituto Vox. Realiza apresentação de pacientes no Hospital São João de Deus Autor de livros e revistas em Psicanálise, sendo o último como organizador da coletânea, A voz na experiência psicanalítica, Ed Zagodoni - SP.

De forma a acompanhar o que segue nomeado como tanatopolítica, é preciso não somente reconhecer que o conceito advém da obra de Giorgio Agamben, *Homo sacer* (AGAMBEN, 2002), e, mais além, que um deslocamento se opera na concepção de política, o qual determina uma mudança em sua apreensão habitual. Da maneira em que tendemos a concebê-la, política deriva “do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável [...]”. Encontra-se, assim, em linha de continuidade com a “influência da grande obra de Aristóteles intitulada *Política*, considerada o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de governo ” (DICIONÁRIO DE POLÍTICA p.954).

Na época moderna, o termo política perdeu seu significado original, já que se encontra “estritamente ligado ao de poder”, uma vez que este último designa, pela influência da obra de Hobbes, “a relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento” (DICIONÁRIO DE POLÍTICA , p.954).

Quando Giorgio Agamben localiza a tanatopolítica “na interseção entre a decisão soberana sobre a vida matável e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da nação” (AGAMBEN, 2002, p.149), ele assim o faz devido à possibilidade, inaugurada na modernidade, de integrar a presença do poder como íntimo à política. Entendemos que, nesse sentido, tal integração condiciona a admitir que o poder aja sobre os corpos de tal maneira que a vida se encontra na dependência do que o autor nomeia de “poder soberano”, ou seja, um tipo de agenciamento que “não permite mais pensar a política sem o corpo” (SAFATLE, 2015, p.22), tornando a vida matável, nua. Por extensão, nas palavras de Agamben: “Não se poderia dizer de modo mais claro que o fundamento primeiro do poder político é uma vida absolutamente matável, que se politiza através de sua própria matabilidade” (AGAMBEN, p.96).

Em continuidade ao que vinha sustentando, Agamben avança na direção de reconhecer “na biopolítica moderna o soberano como aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”. Assim, tomando como referência os totalitarismos do século XX, o Führer “decide da própria consistência da biopolítica”. (p.149).

Acompanhemos a maneira pela qual a presença do Führer se esclarece, para além das análises críticas que em geral recebe, as quais, sem saber, contribuem para uma redução do entendimento da continuidade de sua presença. O autor começa lembrando-nos de que seu poder “é muito mais ilimitado visto que se identifica com a própria vida biopolítica do povo alemão”. O que se impõe devido a essa condição? Agamben responde: “toda palavra sua é imediatamente lei”, e ainda, “ele se reconhece imediatamente no próprio comando”. (AGAMBEN, 2002, p.190).

Consideremos que o Führer, enquanto o soberano “que decide sobre o valor ou desvalor da vida”, é apresentado por via de uma palavra que é, ao mesmo tempo, lei e comando. Sendo assim, o soberano que estrutura a vida política de nossas sociedades se sustenta enquanto exceção às leis da linguagem. Isso porque, devido à competência simbólica das leis do discurso, não há como uma fala se manter fazendo da palavra, lei, tampouco de ser reconhecida no próprio comando, tão somente. Ao considerar a íntima ligação entre linguagem e inconsciente, a fala humana é marcada pela divisão daquele que fala, devido à inclusão do sujeito como atestado da sexualidade desejante.

A presença do inconsciente e do desejo sexual, pela Psicanálise, como forma de situar uma experiência, permite reconhecer que o funcionamento do poder soberano é uma estrutura que promove efeitos tanto na economia do desejo, quanto na dos gozos. Isso porque, ao sermos comandados por uma palavra que é lei e comando, isso significa admitir que a escolha fosse retirada de cena. Contudo, a questão não se reduz a promover um diagnóstico da retirada de cena do poder de escolha. Uma vez que existe o funcionamento de um conjunto de relações baseadas na exceção, fundadas por ela, isso determina que não haja exercício da competência simbólica e, que, se existente, tenderá à sua redução máxima.

A estrutura do poder soberano, destacada como biopolítica, implica a entrada em cena dos corpos como lugar em que exerce sua efetividade. Nesse sentido, pela Psicanálise, pode-se mostrar que há incidências dessa estrutura tanto modalizando posições discursivas, quanto causando desejo. Por isso mesmo é necessário avançar o ponto desde o qual as análises sobre a biopolítica tendem a se encerrar. Não se trata somente de reconhecer as limitações que tal estrutura política condiciona, tampouco de encontrar na razão de sua crítica, o apoio a

causas que a repetem, na medida em que se esgotam em combatê-la. Para tanto, será preciso partir do princípio de que a tanatopolítica não se reduz à destruição dos corpos sob a forma da vida matável, enquanto fim de pertença ao laço social.

Uma vez que a tanatopolítica introduz como prática a presença do poder soberano, ela promove uma redução das significações simbólicas. Isso porque o primeiro efeito que se recolhe de uma estrutura que não se sustenta pelas leis da linguagem é o empobrecimento da língua. É o que se pode acompanhar no estudo de Victor Klemperer sobre “A linguagem do Terceiro Reich.”

A língua conduz o meu sentimento, dirige a minha mente de forma tão mais natural, quanto mais inconscientemente eu me entregar a ela. O que acontece se a língua culta tiver sido constituída ou for portadora de elementos venenosos? Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar. (KLEMPERER, 2009, p.11).

Antes ainda de apreendermos os efeitos da tanatopolítica, pela matabilidade, expressando-se nos genocídios e nas “expulsões”, é preciso reconhecer que os genocídios, em particular o de Ruanda e dos judeus, foram fomentados, cada um deles, pela repetição de discursos que reduziam os semelhantes à condição de objetos repugnantes, dejetos, ratos, baratas. Dessa maneira, sem nenhum reconhecimento simbólico ao outro, o consentimento à sua eliminação avança numa velocidade atroz. A ação que responde ao comando para os massacres obedece a uma voz que se sustenta e é fomentada pelo ódio e pela crueldade. O ódio aí comparece como afeto, isolado por Freud como responsável pela noção de exterior, no sentido de ser sinônimo do que vem de fora barrar a satisfação que se supunha possível e imperdível.

Se há privação de gozo, o fundamento dessa lógica é que há um Outro que quer o meu mal, e por isso ele precisa ser destruído, massacrado, da mesma maneira como se faz com os pequenos répteis e insetos. O apogeu dessa política se estrutura por um ódio que encontra fundamento legítimo pela matança, tornando-a justificável, uma vez que inventa um inimigo, que rouba a satisfação. Como afirmou Jacques Sémelin, “[...] o ato de massacrar constitui a prática mais espetacular de que um poder dispõe para afirmar sua transcendência, marcando, martirizando, destruindo os corpos de quem ele designou inimigo” (SÉMELIN, 2009, p. 25).

A voz que é sustentada por uma posição determinada pela crueldade recusa qualquer tipo de reconhecimento que envolva comoção na presença do Outro. Há uma recusa em se deixar afetar pela existência dos semelhantes. Sendo assim, no avanço da estrutura regida pelo poder soberano, na tanatopolítica encontra-se, hoje, “uma combinação de elites e de capacidades sistêmicas na qual o mercado financeiro é um facilitador fundamental, que empurra na direção de uma concentração aguda” (SASSEN, 2016, p.23). Isto posto “determina diversos tipos de expulsões, que equivalem a um processo de seleção selvagem” (SASSEN, 2016, p.12).

Considerar a crueldade como um afeto que atualiza a ação da estrutura do soberano, uma vez que o Outro não é reconhecido, significa estar advertido para o fato de que ela, a crueldade, desde a melancolia, nos ensina, como paixão extrema, a existência de um “sofrimento sem angústia” (HASSOUN, 1993, p.29), que é efeito do combate a um vazio que engole o sujeito.

Uma vez que se procura sustentar aqui que a tanatopolítica não se atualiza de uma única forma, isso se dá mesmo porque ela, primeiramente, vem precedida pela decomposição das tradições que constituem a herança cultural das diferentes sociedades. Para tanto, o estabelecimento das relações baseadas nas imagens irá compor o solo onde ela se dissemina. Não por acaso, Guy Debord, ao afirmar que: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p.14).

A extensão dessa condição de degradação que as relações sociais mediadas por imagens promovem, enquanto sustentadas pela redução do simbólico, encontra sua plena expressão no deslocamento operado por Mário Vargas Llosa, ao indicar que não se trata mais somente de uma sociedade do espetáculo, mas sim de uma civilização do espetáculo: “O que quer dizer civilização do espetáculo? É a civilização de um mundo onde o primeiro lugar na tabela de valores vigentes é ocupado pelo entretenimento, onde divertir-se, escapar do tédio, é a paixão universal” (LLOSA, 2013, p.29).

Tal tipo de tédio já havia sido reconhecido como efeito da presença da solidão, enquanto componente fértil para fomentar movimentos totalitários nas sociedades não totalitárias, através do estudo de Hannah Arendt sobre *As origens do totalitarismo*. Diz ela:

O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteiriça, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência de massas cada vez maiores. O impiedoso processo no qual o totalitarismo engolfa e organiza as massas parece uma fuga suicida dessa realidade. (HARENDT, 2016, p.530).

Pelo que vem sendo exposto, percebe-se que não somente a tanatopolítica é uma estrutura que promove efeitos reconhecíveis em condições extremadas de destruição, como ainda “logra pleno êxito quando até os fatos que à primeira vista a contradizem começam a funcionar a seu favor” (ŽIZEK, 2009, p.326).

Afirmar que há uma voz da tanatopolítica implica reconhecer que ela não se sustenta, desde a Psicanálise, somente através de enunciados de comando que promoveriam os gozos da matabilidade. Em outro ensaio, num estudo dedicado à “vocaçã e voz”, Giorgio Agamben procura assinalar que, na tradição das obras de Heidegger e Hölderlin, a voz é não somente “um modo existencial fundamental”; ela também comparece como condição de nossa modernidade, uma vez que imprime uma “dívida com o judaísmo em que a revelação é sempre um fenômeno acústico” (AGAMBEN, 2015, p.76).

A voz, como sinônimo da “articulação entre o ser vivo e a linguagem”, permite dizer que ela é “a in-vocaçã da linguagem no duplo sentido de se situar em uma voz e de chamada, de vocaçã histórica que a linguagem confia ao homem.” (p.77). Se se pode admitir que haja invocaçã, sem haver condiçã de se situar em uma voz, no sentido de ausência de reconhecimento na chamada ao Outro, isso significa que não estará mais em exercício a vocaçã histórica que a linguagem confia ao homem, mas sim o surgimento da tanatopolítica como vociferaçã. Nesse caso, não se trata mais da voz como exercício diferenciado das significações que o sujeito dirige ao Outro, tampouco como descolamento e queda de seu emprego como objeto para servir aos desígnios de um gozo sacrificial. Não havendo separaçã, o sujeito haverá de se valer das mesmas estratégias de assujeitamento e destruiçã como forma de fazer constar sua presençã ao Outro. Caso não houvesse as condições de fracasso que o exercício da tanatopolítica produz, não haveria possibilidades de retomada da voz como causa de fracasso dessa estrutura política.

Insistir na direçã da metamorfose das vociferações em voz implica reconhecer que não se trata de uma saída solitária, que encontraria nos

escritores e nos artistas um exemplo idealizado de solução. Mais do que isso, trata-se de reconhecer que o advento da voz do sujeito como sinônimo de tomada da palavra e sustentação do desejo implica o abandono, num deixar cair a fascinação que os discursos de exceção promovem, estruturados que se encontram pela lei e pelo comando.

O desperdício de tantas iniciativas se faz notar já que o combate à fascinação reintroduz o sectarismo e a defesa de causas inabaláveis. Assim, a tanatopolítica engendra suas próprias formas de contestação. Se a experiência psicanalítica pode ser definida como uma experiência de subjetivação —através da verdade que causa o sujeito pelo desejo, deslocando-o de lugar -, isso significa que se torna necessário elencar as diferentes modulações determinadas pela tanatopolítica, como forma de abordar seus tratamentos possíveis (PROJETO, 2016). Implica, portanto, articular uma economia de desejo e de gozo que estruturam o ser de desejo pelo olhar e pela voz, pontos de instrumentalização privilegiados pela tanatopolítica.

A questão que parece permanecer pouco reconhecida tem a ver com certo consentimento discreto à tanatopolítica —responsável pela devoção a máximas que isolam o lugar do fracasso, como experiência que não se conta para estruturar os atos e as reflexões dos sujeitos marcados pela impossibilidade. Nesse sentido, o consentimento discreto à tanatopolítica reduz o poder transformador da invenção, pela vigência de um gozo que padece da falta de riso.

REFERENCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, trad. Henrique Burigo, 2ª Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. Vocação e voz. In: _____. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- ARENDT, H. (1951) *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.
- HASSOUN, J. *A crueldade melancólica*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- KLEMPERER, V. *A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.
- LACAN, J. [1962-63]. *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- LACAN, J. [1964]. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- LLOSA, M.V. *A civiliza o do espetáculo*. Trad. Ivone Benedeti. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.
- POLÍTICA. *Dicionário da política*. Vol. 2. Brasília: Ed UNB, 2008/2010, vol.II, p. 954.
- PROJETO "As vocifera es e seus tratamentos possíveis", Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise, 23 dez 2016. Disponível em: <<http://www.institutovox.com.br>>, <www.youtube.com/watch?v=5E3NwTUsRak>. Acesso em: 9 jun 2017.
- SAFATLE, V. *Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SASSEN, S. *Expuls es: Brutalidade e Complexidade na Economia Global*. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SEMELIN, J. *Purificar e destruir*. 9ª Ed., Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- ŽIŽEK, S. *Como Marx inventou o sintoma?* In Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

THE VOICE IN TANATOPOLITICS

ABSTRACT

The purpose of this text is to show — using the concept of voice in psychoanalysis and philosophy— how Giorgio Agamben’s concept of "killable life" as the foundation of “thanatopolitics” reveals itself beyond the exercise of power in the holistic sense introduced by Hobbes’s work in modernity. Since thanatopolitics is carried out according to the deformation of the laws of language, it is noteworthy that its advance occurs by a discreet consent to the reduction of invention and laughter.

KEYWORDS: voice, thanatopolitics, power, language.

LA VOIX DANS LA TANATOPOLITICA

RÉSUMÉ

L'objectif de ces text est montrer a partir du concept de la voix dans la Psycanalyse et la Philosophie la manière selon la “vie meurtrière”, nommé par Giogio Agamben, comme fondation de la tanatopolitica se montre plus loin d'exercice du pouvoir dans la Politique, introduisant pour l'ouvre de Hobbes dans la modernité. Une fois la tanatopolítica se réalise selon la deformation des lois du langage il convient de mentionner que son avance se mantien par consentement discret à la reduction d'invention e de rire.

MOTS-ÉCLÉS: Voix, Thanatopolitique, Pouvoir, Langage.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

PSICANÁLISE E POLÍTICA: O TRABALHO DA DESILUSÃO

Alexei Conte Indursky¹
Bárbara de Souza Conte²

RESUMO

O presente ensaio propõe-se a discutir qual a postura ética que a psicanálise herda de Sigmund Freud sobre como posicionar-se frente a fenômenos políticos autoritários. Inicialmente, realizamos uma leitura do bolsonarismo a partir de uma revisão do mecanismo de identificação ao líder proposto por Freud. Para tanto, são abordadas as noções de fascismo e populismo, desenvolvidas respectivamente por Theodor Adorno e Ernesto Laclau, decantando daí três operadores fundamentais à emergência desse fenômeno: identificação narcísica, retórica vitimista e “religiosização da política”. Por fim, debatemos a importância do trabalho da desilusão como condição necessária para a elaboração da necessidade da crença.

PALAVRAS-CHAVE: Identificação; desilusão; fascismo; populismo.

¹Psicanalista. Doutor em Psicanálise e Psicopatologia pela Universidade Paris 7, Sorbonne. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. E-mail: alexei.indursky@gmail.com

²Psicanalista. Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri. Membro Pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: bdesouzaconte@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em 1933, o analista Eduardo Weiss chega em Viena acompanhado de uma de suas pacientes, a fim de solicitar a Freud sua ajuda na direção da cura desse caso. Junto com ela, estava seu pai Giovacchino Forzano³, escritor e diretor de teatro, que recentemente ficara íntimo de Benito Mussolini, com quem havia escrito uma peça sobre Napoleão. No intuito de seduzir Freud, a quem ele confiava o destino de sua filha, Forzano trazia consigo uma edição dessa obra autografada com a seguinte dedicatória: “*A S.F. que tornará o mundo melhor, com admiração e reconhecimento*”. Em retorno a seu gesto, Forzano pediu uma foto com Freud e um de seus livros, escolhido pelo próprio *Herr Professor*, com uma dedicatória a ser endereçada ao *Duce* Mussolini. Freud vai a sua biblioteca e seleciona um exemplar de “Por que a guerra?” e escreve: “A Benito Mussolini com as humildes saudações de um velho homem que reconhece no homem de poder um campeão da cultura [kulturheros]”⁴.

Essa cena, trazida por Elisabeth Roudinesco (2011) é um dos poucos testemunhos sobre a postura de Freud quando confrontado com temas políticos. Sua recusa de indicar um lugar de filiação política foi durante muito tempo interpretada como “apolítica”, isto é, espécie de neutralidade, cuja condição de possibilidade seria possível somente pelo gesto de vestir-se das lentes de um “humanismo agnóstico”, do qual Freud sempre foi um entusiasta. Certamente, foi à sombra desse humanismo que ele pretendeu decifrar as montagens da Cultura e do desastre dos ideais culturais que engendraram o nazi-fascismo.

A ciência representava para Freud uma possibilidade de recuo da dimensão política, pois, à luz do Universal que sobrevoa problemas “mundanos”, em que a Cultura representava ganho civilizatório *ipso facto*, a ciência permitia abster-se de pensar sobre as implicações políticas de sua incidência na reprodução material da vida psíquica e na estrutura dos sistemas simbólicos da cultura. A política estava assim no campo do poder, ao passo que a psicanálise procurava situar-se no campo da cultura. Campos que, contudo, não cessavam a demonstrar suas encruzilhadas.

³ https://en.wikipedia.org/wiki/Giovacchino_Forzano

⁴ Em alemão: "Benito Mussolini mit dem ergebenen Gruß eines alten Mannes, der im Machthaber den Kulturheros erkennt. Wien 26. April 1933. Freud".

Essa postura freudiana parece prenhe de sentidos e efeitos equívocos até os dias de hoje. Muito antes de indicar um apoio ao *Duce* – como insinua Michel Onfray (2009) – podemos notar no gesto freudiano uma posição irônica, como forma de interpelar o poder, presente no próprio texto ofertado a Mussolini.

Em “Por que a guerra?” Freud (1932/1974) sugere a Einstein trocar a palavra poder (*macht*) por violência (*gewalt*), lembrando que direito e violência, ainda que pareçam opostos, comungam de uma mesma origem. Desta forma, Freud justifica como o direito que funda o Estado é um direito calcado no monopólio da violência, fato que frente ao fracasso das funções dos ideais, não raro engendra montagens perversas contra seus cidadãos, expondo-os à desmesura da violência. Ou seja, na gramática de seu tempo, pensar a política significava para Freud interpelar o herói (*kulturheros*) que ocupa a posição limítrofe entre cultura e barbárie; que tanto pode inspirar a identificação, quanto a hostilidade do povo, tanto o ganho civilizatório, quanto a suspensão da lei.

Atualmente testemunhamos tempos sombrios, em que a emergência de novos projetos políticos de cunho autoritário e desumanizante coloca novamente a psicanálise frente ao compromisso de posicionar-se. No entanto, essa convocatória a um posicionamento ético tem engendrado um efeito rebote significativo, encontrado em discursos que sugerem que psicanalistas são “socialistas” disfarçados, cuja prática profissional estaria voltada à “doutrinação” de pacientes⁵. De forma que o bordão “Psicanálise sem partido” já é uma realidade.

Se a postura apolítica de Freud – que duvidava tanto dos projetos de esquerda quanto de direita – buscava se resguardar de tornar-se uma visão de mundo (*weltanschauung*), atualmente esse receio freudiano parece mais justificado do que nunca. Apostemos: que a psicanálise tenha se pretendido apolítica, não implica, por consequência, uma espécie de indiferença política ou ainda recusa a qualquer posicionamento nesse campo – questão mais ampla e complexa do que a simples aderência a causas ou partidos específicos. Reparemos: no mesmo texto das *Novas Conferências* em que é afirmado que a psicanálise não deve tornar-se uma “visão de mundo” há uma passagem muito menos lembrada. Nela, Freud defende que a

⁵ Ver, por exemplo, o vídeo de Rodrigo Constantino: <https://www.youtube.com/watch?v=e-BZggdYQAQ>

psicanálise “não pode furtar-se ao mundo cultural, histórico e social de que faz parte; em consequência disso, ela tem que adotar (*annehmen*) a visão de mundo (*weltanschauung*) correspondente à “apreciação geral” nos campos em que não tem uma experiência específica” (FREUD, 1932/1971, p.212).

A proposta desse escrito vem, nesse sentido, ciosa da complexidade e dos perigos que nossos tempos sombrios nos impõem. Como relançar a postura freudiana frente a tais perigos? Qual leitura que a psicanálise pode realizar da emergência do fenômeno político do bolsonarismo?

DE UM POPULISMO PATÉTICO COMO SINTOMA DA RUPTURA DEMOCRÁTICA

Podemos observar atualmente uma divisão na crítica brasileira entre duas formas de analisar o bolsonarismo. Por um lado, identificamos uma série de argumentos que sugerem a utilização do “fascismo” como operador conceitual central de análise. Por outro, uma tendência a analisar a figura de Bolsonaro como uma figura patética, desprovida de capacidade de governo que seria, em última instância, um mero “avatar” a serviço da elite brasileira.

De uma forma geral, os argumentos a favor dessa identificação se distribuem na analogia entre circunstâncias que permitiram a emergência de novos líderes políticos de ultradireita no século passado e em nossa atualidade. A recessão econômica mundial que advém desde 2008 transformou o estado de excepcionalidade da crise em *modus operandi* normal da gestão do Estado democrático. Nesse contexto global, a eleição de Jair Bolsonaro emerge de uma situação de instabilidade econômica e descrédito com a classe política no Brasil que, após a deposição da presidenta Dilma, através de um impeachment instrumentalizado pela Câmara e Congresso, e do desmantelamento da principal liderança do Partido dos Trabalhadores pela operação Lava-Jato, se apresenta como uma espécie de purificação e higienização da “velha política”, trazida curiosamente pelas “mãos limpas” de um sujeito que esteve 28 anos na Câmara dos deputados, com apenas um projeto aprovado. Ou seja, teríamos aí todos os elementos estruturais para realizar essa comparação: crise econômica, esvaziamento da política, apoio das oligarquias à líderes carismáticos, captura do poder judiciário...

Do lado das teses que procuram nuançar essa identificação do bolsonarismo ao fascismo, encontramos a crítica de que Bolsonaro não corresponde ao retorno do mesmo estilo de figuras autoritárias que marcaram os fenômenos nazifascistas do século XX. Ou seja, haveria uma distância considerável entre o fantasma do ditador e os novos presidentes de ultradireita.

Um exemplo disso seria o movimento Escola sem Partido. A comparação feita entre a censura ideológica promovida pelos simpatizantes do governo e a prática da censura na ditadura civil-militar sugeria a princípio essa identificação. No entanto, como argumenta Miguel Lago em matéria à *Piauí* de maio 2019: “Para combater essa pretensa prática [de doutrinação], alunos foram incentivados a filmar seus professores e a constrangê-los. Caso isso de fato ocorresse, a figura de autoridade e a relação de hierarquia entre mestre/aluno seria imediatamente quebrada. Uma política de educação conservadora, ao contrário, estaria focada em fortalecer a figura de autoridade do professor dentro de aula...” (LAGO, 2019)⁶.

Segundo o autor, entre a figura autoritária e suas práticas de censura, encontraríamos supostamente uma distância considerável que, ao invés de inflar e saturar as figuras clássicas da autoridade, como a do professor, acaba expondo-as ao ridículo⁷. Nessa esteira, certas leituras⁸ chegam a afirmar que Bolsonaro seria uma espécie de ‘avatar’ ou ‘fantoche’ de interesses de uma elite econômica cansada de ser boazinha e que presume que possa controlar seu títere a uma distância segura. O que, aliás, efetivamente ocorreu com as elites europeias na década 20 do século passado, que de forma trágica acaram pavimentando o caminho para o arbítrio de Mussolini e Hitler.

Se essas leituras parecem acertar na análise fenomenológica dos traços que constituem o novo perfil dos líderes autoritários do século XXI, elas parecem errar o alvo no que concerne às transformações de nosso laço social, da forma perversa

⁶ Disponível em : <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/>

⁷ Os exemplos, nesse sentido, são incontáveis: a demissão do ministro da Educação Velez, o acordo para migração de cidadãos estadunidenses ao Brasil sem exigência de reciprocidade, o gesto de apoio à Netanyahu que prejudica as relações econômicas com países árabes, as quedas de braço com a Câmara, nas quais os filhos de Bolsonaro prejudicam, senão inviabilizam, a mediação de Rodrigo Maia para a aprovação da previdência, o desgaste entre seu guru astrólogo e a banda militar, etc.

⁸ Ver por exemplo o editorial de Mino Carta: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/bolsonaro-nao-e-ultradireitista-soberanista-fascista-ele-e-demente/>

como se expressa a autoridade e suas formas de gozo em nossa atualidade. Certamente, Bolsonaro é uma figura patética que não se apresenta nem com a mesma retórica, nem com o mesmo projeto político fascista. No entanto, e essa é a posição que gostaríamos de defender, longe de isso ser um demérito, ou uma desqualificação de sua figura, isso tem se apresentado como um de seus principais trunfos. Nossa posição no presente ensaio é de que, como na maioria dos debates promovidos em torno da figura de Bolsonaro, essa é uma falsa discussão que nos faz perder de vista o real problema que estamos enfrentando.

Para melhor abordarmos essa questão, retomemos a justificativa com que Ernesto Laclau (2013) começa sua leitura sobre a razão populista:

“em vez de contrapor “vagueza” e “inconsistência” a uma lógica política madura, governada por um alto grau de determinação institucional [...], deveríamos começar a colocar para nós mesmos um conjunto mais básico e diferente de perguntas: a “vagueza” dos discursos políticos populistas não é consequência da própria realidade social que, em algumas situações é vaga e indeterminada? Nesse caso, o populismo, mais do que uma tosca operação política e ideológica, não seria um ato performativo dotado de racionalidade própria, isto é, em determinadas situações a vagueza não seria condição para a construção de significados políticos relevantes?” (LACLAU, 2013, p.53).

Aceitando a provocação de Laclau, deveríamos estar nos perguntando como ler a emergência de Bolsonaro como uma série de atos que performatizam a vagueza e indeterminação de nosso laço social. Isto é, como ler o bolsonarismo como o sintoma populista da ruptura democrática que vivemos desde o impeachment da presidenta Dilma, a partir do qual passamos a ser confrontados com o que há de mais espúrio e perverso na política.

Eliane Brum (2019) propõe a definição de Bolsonaro como anti-presidente, cujo principal objetivo seria o de governar o país como uma milícia contra a nação, criando sua própria oposição, sequestrando o debate público e deixando o país no rumo político de sua própria vontade. Nossa aposta é de que entender o bolsonarismo como um antigoverno (o que não significa dizer que ele é um “avatar”) nos permite entender como ele tem se utilizado deliberadamente de uma retórica vitimista e patética como forma de governo, que promove sem cessar a circulação da desordem e da insegurança como manutenção de uma identificação com seus apoiadores.

Analisar esse processo inconsciente das identificações que permitiram a emergência do bolsonarismo nos parece fundamental, sobretudo, porque a estratégia

de denúncia e rotulação de ‘fascistas’ ou ‘*bolsominions*’ dirigida aos entusiastas de medidas de ultradireita não parecem surtir um efeito positivo de crítica e tomada de consciência da desumanização que estamos testemunhando. Pelo contrário, a rotulação de ‘*bolsominion*’ deixa escrachada a falência da crítica frente a discursos cínicos que autorizam o sujeito a perverter o que até então era interdito. Ou seja, a rotulação de fascista deixou de produzir um efeito performativo de responsabilização e não repetição da barbárie que possuía até o início do século, passando apenas a reproduzir as clivagens de nosso laço social.

Portanto, a tarefa aqui é menos ontológica do que ética: como desmontarmos o discurso cínico para melhor entender como confrontá-lo?

DESRESPONSABILIZAÇÃO E VITIMISMO: FONTES DA IDENTIFICAÇÃO BOLSONARISTA

Se nossa leitura do bolsonarismo como um populismo patético é plausível, duas questões se impõem: por que nossas democracias parecem destinadas a reviver figuras arcaicas do poder? Quais as fontes dessa identificação?

É a partir da leitura de “Psicologia das Massas e análise do Eu” que Theodor Adorno (2007) realiza em 1949 uma análise marcante sobre a propaganda política do Terceiro Reich. Frente ao contexto do pós-guerra de uma Alemanha humilhada, em plena crise econômica e cuja autoridade paterna encontrava-se em pleno declínio, Adorno soube mostrar, a partir de Freud, como as figuras sociais paternas não simplesmente desaparecem em tais circunstâncias, mas são investidas pela política com a promessa de retorno de um pai forte e arcaico, que não precisaria se submeter aos imperativos de repressão e do politicamente correto. Adorno mostrou que o que fazia com que cidadãos alemães, que não desejavam necessariamente realizar um genocídio depositassem sua fé num líder tirânico, era precisamente uma lógica ressentida que vinculava o culto da pureza germânica à mecanismos de segregação das raças impuras, em nome do reestabelecimento da soberania e da segurança perdida.

No entanto, o que essa nova soberania promoveu não foram necessariamente novas e melhores leis de proteção e segurança do povo, mas a possibilidade de que essas leis poderiam ser suspensas e “transgredidas controladamente” ao sabor da

vontade do *Führer*. Pois, se o que liga o sujeito ao líder é um traço de identificação, o fundamento simbólico da autoridade também guarda um germen fantasmático do lugar de exceção e de desmesura, isto é, de um pai primitivo que se coloca à parte da lei para fundá-la⁹. O que nos demonstra que, já em Freud, podemos compreender que a possibilidade da exceção e do arbítrio estão inscritas na cultura, não como uma regressão arcaica, mas como condição de possibilidade de nossas democracias.

Se parássemos aqui, teríamos todos os ingredientes para explicar o bolsonarismo como um neofascismo. Notemos, contudo, que no transcórre desse mesmo texto, Adorno irá sustentar que a teoria freudiana permite igualmente compreender como essa matriz da propaganda nazista transformou-se em padrão latente de nossas democracias liberais, quando as estratégias de marketing do pós-guerra começaram a se apropriar do fantasma do “pequeno grande homem”, isto é, “uma pessoa que sugere, ao mesmo tempo, onipotência e a ideia de que ele é apenas mais um do povo, um simples, rude e vigoroso americano, não influenciado por riquezas materiais ou espirituais” (ADORNO, 2007, p.172).

O que Adorno pretendia demonstrar é que o fundamento dessa identificação não precisava mais ser de ordem simbólica como quisera Freud. Muito antes, a preponderância das identificações veiculadas então poderiam ser de ordem narcísica, fazendo com que o líder fosse uma espécie de “prolongamento da própria personalidade do sujeito, uma projeção coletiva de si mesmo” (ADORNO, 2007, p.172), que funcionaria como uma espécie de compensação imaginária aos múltiplos sofrimentos psíquicos vividos pelo sujeito.

Nesse sentido, entender a identificação a Bolsonaro como uma identificação narcísica passa inicialmente por compreender a estratégia de sua retórica e os efeitos subjetivos que ela veicula.

Apresentando-se como Mito, o ex-capitão, expulso do exército, faz carreira na política através da instrumentalização do discurso de ódio (“bandido bom é bandido morto”, ou “de que a ditadura no Brasil deveria ter feito como Pinochet no Chile e matado 30 mil”). Com sua retórica patética que propaga a circulação do medo e da

⁹ Para uma leitura mais detalhada dessa questão, ver o texto de Eric Porge, *Como transmitir a Clínica psicanalítica*, em que ele distingue a noção de traço unário em Lacan e a noção de traço unariano na teoria dos conjuntos.

insegurança, sua popularidade nunca havia conhecido alto índices até o ano de 2018. No entanto, a partir da ruptura democrática vivida a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, cujo processo, ainda que ininteligível, é apoiado pela maior parte da população brasileira, Bolsonaro começa a figurar nas intenções de votos, como alternativa à rejeição ao Partido dos Trabalhadores.

Se o populismo fosse tão simplesmente uma operação das elites, teríamos atualmente um presidente do PSDB ou do PMDB no poder. Contudo, a ruptura democrática promovida pela insatisfação das oligarquias brasileiras com a política econômica de Dilma tem um preço alto, que se exprime na pulsionalidade e subjetividade do povo, abrindo um vazio representativo no espectro político que não poderia ser ocupado por nenhum ator situado em seus polos; nem pela esquerda que encontrava-se na posição de denúncia de um “golpe”, cujo espaço semântico havia sido capturado pela mídia, e não realizava assim o luto da perda de seus líderes; nem da direita que após o festim da carnificina política, começava a ver seus principais nomes indiciados na Operação Lava-Jato.

Frente a esse contexto político, “*Não fui eu*” – a pichação encontrada nas ruas do Rio de Janeiro – é a resposta inconsciente que começa a se repetir como justificativa a todo tipo de “transgressão controlada” que autorize o bem comum, como bem formulou João Moreira Salles (2017). Não importa se a fonte é confiável ou não, o que importa é que eu não seja responsabilizado pelo estrago. Doravante, todo discurso de ódio será recodificado como o “ódio do bem”, e uma disjunção entre retórica e ideologia passa a autorizar que frases, até então politicamente incorretas, sejam proferidas sem constrangimento público. Afinal de contas, “se o judiciário pode transgredir, em nome do bem comum, por que eu não posso?!”. Nesse sentido, Bolsonaro entendeu melhor que ninguém que governar por clichês era a melhor forma de nos proteger de uma realidade que não entendemos, empregando as palavras de Hannah Arendt (1990), ainda muito longe da época dos *memes*, *fakes News* e *trolls*.

Contudo, a desresponsabilização ética do sujeito não é o único ingrediente dessa retórica. O que Bolsonaro conseguiu construir com seu discurso foi a possibilidade de que o patético (*Phoniness*, diria Adorno) instaurasse um novo espaço de verdade, por mais absurdo que isso possa soar. Um espaço de verdade pervertido, um espaço de verdade que serve somente para uma parcela da população,

um espaço que, sem dúvida, não é novo (a metáfora aqui é o tio ou tia falastrões que falam impropérios no almoço de domingo, mas que ninguém nunca deu bola), mas um espaço que transformou nossa esfera pública. Atos homofóbicos, racistas e raivosos que outrora eram criticados e combatidos em nossa esfera pública passaram a ser sinônimos de espontaneidade, coragem e, sobretudo, sinceridade: todos aqueles predicados que faltam à classe política.

Bruno Carvalho (2018), em texto intitulado, *Não foi Você*, em resposta ao texto de Moreira Salles, realiza uma análise importante de como se operou uma mudança fundamental na retórica dos candidatos de ultra-direita nos Estados-Unidos. Quando um discurso xenófobo ou racista passa a não ser mais aceito como politicamente correto, ao invés de dizer que não querem morar perto de negros ou estrangeiros, candidatos republicanos passaram a proferir um discurso calcado numa pretensa liberdade individual: o Estado não pode me obrigar a viver com quem não quero. Transformando assim aquele que é opressor e violento em oprimido e vítima.

Certamente, Bolsonaro soube utilizar essa fonte inesgotável de insatisfações e descrença na classe política, através de uma retórica vitimista, em que ele, como qualquer brasileiro, estava cansado de corrupção e insegurança. Mas, assim como Trump, ele se deu conta de que poderia transpor esse limite ao, por exemplo, elogiar um torturador na sessão de votação do Impeachment de Dilma Rousseff na Câmara, chegando ao paroxismo com o episódio da facada em Juiz de Fora. São poucos os casos que podem oferecer tantos elementos para uma fonte de identificação narcísica: um homem que nos braços do povo é atacado, chegando à beira da morte, para retornar como herói. Nesse *remake* brasileiro da via sacra, ao passo que a recepção social se dividiu entre acusações de tentativa de assassinato orquestrada pela esquerda e uma suposta armação auto vitimizante da direita, testemunhamos absortos nossa cena política ser protagonizada, de forma definitiva, pela dimensão fanática da religião. Como em uma tragédia em três atos: após a instrumentalização da justiça, seguida pela ruptura democrática é a religiosização da política, isto é, a hipóstase da dimensão religiosa da crença, fanatismo, que captura nosso campo político.

Parêntese. Com isso, não procuramos reduzir o bolsonarismo totalmente à dimensão fanática. Não resta dúvidas de que a posição de líder que ele ocupa

encontra em outras figuras suas suplências simbólicas: Justiça (Sérgio Moro), Economia (Paulo Guedes), Segurança (Hamilton Mourão). Algumas dessas fontes de autoridade que, inclusive, não são exploradas por Freud em seu ensaio de 1921. Mas o que essa “religiosização da política” nos mostra aqui é que se o líder constitui o povo, o povo igualmente constitui o líder: o episódio da facada, regido sob o signo do sacrifício, foi sua beatificação; e Bolsonaro, o nome a ocupar seu significante vazio.

A IMPORTÂNCIA DA DESILUSÃO

Antes de concluir, talvez valha a pena dar um passo atrás e lembrar as palavras com que Michel Temer começa seu primeiro discurso como presidente interino do Brasil. “O que queremos fazer agora com o Brasil é um ato religioso, um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso país”. Nada mais pertinente para aquele que, após saciar a voracidade das oligarquias brasileiras, procura coesão e harmonia no abrigo da fé. No entanto, como lembra Giorgio Agamben (2005), a ideia da religião como *religare* (religação entre o reino dos homens e dos deuses) é uma noção amplamente mal utilizada em nossa modernidade laicizada. *Religio* seria antes a ação de vigiar constantemente para que esses reinos não fossem cruzados pelos homens.

No momento em que escrevemos esse ensaio, conhecemos um novo episódio que materializa o emprego sistemático da retórica da vitimização, deixando exposto o sintoma da “religiosização da política”. A série de reportagens promovidas pelo *Intercept Brasil* que vaza as conversas de *Telegram* entre Deltan Dallagnol e Sérgio Moro, colocando em questão a imparcialidade e equidistância entre promotoria e investigação na operação Lava-Jato, gera instantaneamente uma divisão da opinião pública em torno da noção de vítima. Por um lado, os procuradores procuram invalidar qualquer análise do conteúdo das mensagens, alegando serem vítimas de uma ação ilegal. Argumento que é rapidamente denunciado pelo próprio *Intercept*, lembrando que os argumentos utilizados pela Operação Lava-Jato, ao vazar ilegalmente os áudios entre a então presidente Dilma e Lula, foram de que, entre a ilegalidade da forma de obtenção de dados e sua relevância pública, deve sempre prevalecer a relevância pública. Tentando assim colocar em xeque a tentativa de vitimização

destes. Do outro lado, parte da esquerda busca imediatamente a libertação de Lula, como vítima de uma investigação ilegal, o que faria com que se recomeçasse o processo, abrindo precedente para anular uma série de etapas da operação.

Há poucos casos que demonstram com tamanha nitidez o quanto os polos do espectro político, ainda que separados em seus opostos, se encontram em posições subjetivas tão simétricas. E no entanto, o que perdemos de vista novamente são os efeitos perversos de uma política completamente dominada pela exceção e pelo arbítrio de um governo de milícia. O que fica fora da discussão é que a dimensão da verdade está capturada, mas está capturada não apenas pelo fanatismo de uma parcela da população que quer, apesar e contra tudo, crer; mas está capturada também pela falta de respostas de nossas instituições, que estão conhecendo um momento ímpar de imobilidade de sua autonomia para investigar e apurar esses fatos novos. Afinal de contas como entregar os *leaks* à Polícia Federal, sendo seu chefe o próprio acusado?

Em “Futuro de uma Ilusão”, Freud (1927) defende que o trabalho científico seria o caminho para eliminar a ilusão religiosa, que abriga o homem do desamparo frente à sua finitude, intuindo que a religião perderia parte de sua influência sobre as massas. Com efeito, a leitura de Freud “deposita muita fé” na ciência, fazendo da ilusão religiosa uma etapa a ser ultrapassada pela posição de mestria da ciência. É nesse sentido que Lacan lembra que a revolução de Copérnico, ao substituir a terra pelo sol no centro do sistema solar, não seria completamente realizada sem a revolução newtoniana que subverte a estrutura do centro, por uma estrutura em elipse, com dois centros.

Já em seu texto sobre “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, Freud (1915), apresenta uma posição diferente que pode nos ajudar a pensar um caminho a tomar frente a esse fenômeno. Ante à guerra, o sujeito poderia conhecer duas posturas: a “desilusão” e/ou a “modificação da atitude”. A desilusão seria uma reação que parte de um excesso de expectativa dos homens na civilização. No entanto, Freud critica tal sentimento engendrado pela desilusão como injustificado, na medida em que haveria uma dimensão “hipócrita” inerente à vida pulsional proveniente da ambivalência psíquica.

Essa postura freudiana parece servir como advertência a nós mesmos nos tempos sombrios que vivemos. Como posicionarmo-nos frente a sujeitos que querem, apesar e contra tudo, crer? Certamente o pensamento, inconsciente ou não, de “eu avisei”, traduzido pelos *memes* em “*Jair me arrependendo*”, cruzou nossas cabeças. E, no entanto, o que testemunhamos é que essa predisposição, por parte da oposição, em antecipar um arrependimento, revela-se muitas vezes danosa e barra um processo dialético de desilusão e modificação de postura por parte dos sujeitos que se identificaram com o projeto de Bolsonaro. Nesse sentido, perguntamo-nos se há forma de realizarmos o luto de nossa democracia, sem experimentarmos nós mesmos a experiência de nossas desilusões, sem antecipá-la aos muitos sujeitos que ainda a experienciarão?

Frédéric Gros em “Desobediência” afirma que o “problema não é a desobediência, o problema é a obediência” (GROS, 2018, p.9). A preocupação do autor é discutir com que ética estamos lidando: “desobedecer não é só invocar uma legitimidade superior, afirmar que se obedece a outras leis, é pôr em causa o próprio princípio de legitimidade” (GROS, 2018, p.91).

A desobediência manifestava-se até Nuremberg como a manifestação de uma parte animal, estúpida e rude do homem que deveria ser punida. Com o julgamento de Adolf Eichmann a obediência é que foi punida. Inverteu-se a lógica de que a desobediência desumaniza, pois é “animal”, para uma obediência que desresponsabiliza, pois o ator cumpre ordens, tornando-se “*não fui eu*” que, ao não ser responsável, se abstém de uma ação ética.

A guisa de conclusão, propomos uma subversão da frase “*não fui eu*”. Se por um lado, ela pode ser pensada como uma postura de desmentida, que se expia da responsabilização frente ao ato, por outro lado, podemos tomá-la como vários atos-imagens que se repetem como um eco, uma repetição que introduz a criação.

Propomos pensar nesta segunda alternativa, como uma postura irônica que interpela o poder e a desresponsabilização, de forma que a repetição passa a ser uma possibilidade de produção de um “desvio” de sentido, como ressonância do dito (PORGE, 2015). Desvios de sentido repetidos e coletivizados que “pervertem” o desmentido, desfazem a mentira, invocando a legitimidade e responsabilidade de um ato de desobediência que promove religação. Se em ambos os polos deste fenômeno

de religiosização da política for possível um processo de desilusão, onde a desobediência responsabilize a todos, será possível uma elaboração, ao modelo de um luto, exigência para a mudança no exercício democrático.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In. *Ensaaios sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp. 1977 [2007].
- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo. 2007.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- BRUM, E. “Cem Dias sob o domínio dos perversos”. In: *El País Brasil*. São Paulo. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html
Acesso em: 02 de Julho de 2019
- CARVALHO, B. “Não foi você”. In: *PIAUI*. Vol. 142. São Paulo. Disponível em : <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/nao-foi-voce/>. Acesso em: 02 de julho de 2019
- FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 1996
- _____. (1915). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In: *A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. _____. (1927). *O futuro de uma ilusão*. Vol XXIV
- _____. (1932) *Por que a guerra?* Vol.XXII.
- FREUD, S. *Nouvelles conferences sur la psychanalyse*. Paris, Gallimard. 1971[1932].
- GROS, F. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu Editora. 2018.
- LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas. 2013.
- LAGO, M. “Procura-se um Presidente”. In: *PIAUI*. Vol.152. São Paulo. 2019. Disponível em : <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/> Acesso em: 02 de Julho de 2019
- ONFRAY, M. *Le crépuscule d’une idole*. Paris, Grasset, 2009.
- PORGE, E. *Entre voces y silencios*. In: *LaPsus Calami: la Angustia y lo Unheimliche. Convergencia – Movimento Lacaniano por el Psicoanálisis Freudiano*. Buenos Aires: Letra Viva Editorial, 2015.
- ROUDINESCO, E. *Freud – mas por que tanto ódio?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SALLES, J. *Anotações sobre uma pichação*. In: *PIAUI*. Vol. 139. São Paulo. 2018. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/anotacoes-sobre-uma-pichacao/> Acesso em: 02 de Julho de 2019

PSYCHOANALYSIS AND POLITICS: THE WORK OF DESILLUSIONMENT

ABSTRACT

The present essay proposes to discuss the ethical stance that psychoanalysis inherits from Sigmund Freud on how to position oneself in the face of authoritarian political phenomena. Initially, we carry out a reading of the bolsonarismo from a revision of the mechanism of identification to the leader proposed by Freud. For that, the notions of fascism and populism, developed respectively by Theodor Adorno and Ernesto Laclau, were chosen, decanting three fundamental operators to the emergence of this phenomenon: narcissistic identification, victimistic rhetoric and "religiosization of politics". Finally, we discuss the importance of the work of disillusionment as a necessary condition for the elaboration of the need for belief.

KEYWORDS : Identification ; disillusionment ; fascism ; populism.

PSYCHANALYSE ET POLITIQUE: LE TRAVAIL DE LA DESILLUSION

RÉSUMÉ

Le présent essai propose de discuter de la position éthique que la psychanalyse hérite de Sigmund Freud concernant la manière de se positionner face à des phénomènes politiques autoritaires. Dans un premier temps, nous avons procédé à une lecture du bolonarisme à partir d'un examen critique du mécanisme d'identification proposé par Freud. Pour cela, les notions de fascisme et de populisme, développées respectivement par Theodor Adorno et Ernesto Laclau, ont été retenues, décantant trois opérateurs que nous considérons comme fondamentaux pour l'apparition de ce phénomène : l'identification narcissique, la rhétorique victimiste et la religiosité politique. Enfin, nous discutons de l'importance du travail de désillusion en tant que condition nécessaire à l'élaboration du besoin de la croyance.

MOTS-ÉCLÉS: Identification ; désillusion ; fascisme ; populisme.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

A POLÍTICA E O CORTE

Samyra Assad

RESUMO

O trabalho visa responder, primeiramente, às consequências de uma conjunção entre política e religião no regime da civilização atual, a saber, o regime do gozo. A partir disso, uma articulação é feita entre a civilização, a política, a religião e a psicanálise para demonstrar os arranjos sociais de uma época. A política da psicanálise, adotando o corte como meio de ir contra o “ideal do bem”, apresenta a sua orientação ao real em uma época em que os aspectos corrosivos da pulsão de morte no laço social são prevalentes.

PALAVRAS-CHAVE: Pulsão de morte; política da psicanálise; inconsciente; laço social.

¹ Psicanalista membro da EBP e da AMP | samyra@uai.com.br

NO INÍCIO ERA O CORTE

O poder é sempre um poder ligado à palavra. (...) No entanto, a política repousa sobre o fato de que todo mundo fica demasiado contente em ter alguém que lhe diga “em frente, marche” – aliás, sem se importar para onde.

Jaques Lacan, *Conferência em Genebra sobre o Sintoma*.

Percorrer a aventura de substituir o Verbo pelo corte enquanto ato e ainda fazer, desse início, uma conjunção com a política: eis onde reside minha inquietação. A princípio, qual terá sido a função dessa montagem ocorrida entre política e corte? Vejamos.

Como um ato de início, no lugar do Verbo, trago o corte, primeiramente, para transcender um pouco a ideia bíblica de origem ao se referir à criação do mundo. Nesta, o Verbo, a palavra, estaria ligado à salvação. “A Palavra liberta!”, dizem os evangélicos. Está aí implícita, no Verbo, a palavra da salvação proveniente de Deus, de Deus Pai, portanto. Desse modo, no início, do lado da religião, temos a palavra, o Pai. Esse é o aspecto religioso que o evangelho de João demonstra. Por outro lado, a psicanálise, quando fundada por Freud, pretendeu, sob certo ponto de vista clínico, também salvar o Pai, tomá-lo uma ferramenta de interpretação. Estávamos no início do século XX quando a civilização se encontrava no regime da interdição.

Logo, torna-se possível pensar em uma articulação a ser extraída entre a civilização, a política, a psicanálise e a religião. Quatro termos que, amarrados, parecem cumprir com a função de traduzir ou fornecer os arranjos sociais característicos de uma época, sobretudo a maneira de se virar nela ou acompanhá-la. No caso do Verbo, marca-se um início em cuja época o Outro existia e o Simbólico estava a toda prova.

A primeira ideia então é a de que a proposta que sustentaria uma articulação entre a política e o corte excluiria a política da religião, ou mesmo uma política da religião. No mínimo, penso que essa articulação se contrapõe a isso ao substituímos o Verbo pelo corte. Ou o Pai pelo gozo, característico dos tempos atuais.

POLÍTICA E RELIGIÃO: UM FLASH

A ideia inquietante então provém, primeiramente, daquilo que seria inerente a uma sustentação do desejo de uma política enquanto um corte que poderia ser instaurado na conjunção entre política e religião. Essa proposta se torna simpática à ideia de um Estado laico, por exemplo, o que, por sua vez, pode se tornar algo risível diante da realidade política brasileira...

Por outro lado, observa-se que esses dois termos, enquanto conceitos, trazem algo em comum, por incrível que pareça: ambos, inicialmente, se voltam para um “bem”. Do lugar da política, teríamos o bem da nação, da polis; do lugar da religião, o bem estaria voltado para uma salvação ligada à libertação pela palavra de Deus, como dizemos anteriormente.

No entanto, é na semelhança entre os supostos “bens” desses dois campos, política e religião – voltando-se para a sociedade –, que se percebe que é aí que se encontra o perigo, o “perigozo”, com z no lugar de s, de salvação, se me permitem dizer assim. O que está em jogo nesse perigo seria o mau uso de um poder, ou seja, os cínicos com poder junto à satisfação que se obtém aí, por exemplo, via corrupção. De todo modo, mantém-se aí um Senhor e um escravo, nas modalidades ou vestimentas de torturas que lhe são próprias atualmente. No lugar da Lei Áurea, temos uma ordem ou lei de ferro: “goze!” e “a qualquer custo!”, “rápido!”. Parece ser esse o chicote.

Portanto, nesse caso de uma política e uma religião serem voltadas, a princípio e em termos gerais, para o bem, trazemos uma inversão que contradiz esse senso comum: é o bem que vem para o mal, aquele de uma escravidão implícita e imposta pelo Mestre Contemporâneo, esse Senhor cuja força superegóica de gozo, ditadora, requer sempre mais, mais satisfação.

Pode-se observar isso nos dias de hoje, portanto, na série instaurada a partir de cargos políticos ligados aos meios empresariais, institucionais, governamentais, ou da ambição de lucros do vale do rio amargo², do corpo nas atrações, do silêncio dos

² Menção às tragédias recentemente ocorridas em Minas Gerais, especificamente nas cidades de Mariana e Brumadinho, pelas quais a mineradora Vale (antes denominada Vale do Rio Doce) foi responsável pelo soterramento de inúmeras vidas.

pais adolescentes, da “onda” da toxicomania, das armas, de uma rede global de exibição, das *fake news*, enfim, de algo sobre o qual o saldo se coloca ligado à preponderância da matéria, demonstrando, sem constrangimento algum, a sua face mortífera.

Dito isso, temos muito o de que tratar aqui.

SATISFAÇÃO PULSIONAL

Sabemos com Freud, em 1921, que a “Psicologia das massas” é a psicologia do indivíduo, a partir da eleição de um líder como Ideal de identificação, e que isso supõe uma satisfação. Esse tipo de identificação, por sua vez, possui o ódio como sustentação primordial.

Parece que Freud preparou essa afirmação de que o ódio sustenta esse tipo de identificação ao Ideal antes mesmo, em seu artigo “As pulsões e seus destinos”, quando nos diz: “O ódio, como relação com um objeto, é mais antigo que o amor, ele brota do repúdio primordial do Eu narcísico perante o mundo externo portador de estímulos” (1915/2014, p. 61). E, mais tarde, em 1929, depois de muitos ensaios, em “O mal-estar na civilização” (1929/1974, p. 145), é que chegou à seguinte conclusão:

(...) o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana. Nessa luta consiste essencialmente toda a vida, e, portanto, a evolução da civilização pode ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida. E é essa batalha de gigantes que nossas babás tentam apaziguar com sua cantiga de ninar sobre o Céu.

E eis que surge um antevisto: “(...) essa característica indestrutível da natureza humana seguirá a civilização” (*Ibid.*, p. 142), ou seja, a inclinação para a agressão, por mais que uma civilização, no caso, a atual, podemos dizer assim, não exija mais a renúncia à satisfação imediata.

De todo modo, compartilho ainda a surpresa de uma atualidade inegável e incrível quanto a três fontes de sofrimento nomeadas nesse mesmo texto, “O mal-estar na civilização”. Sob o ponto de vista ainda de um mundo externo e outro interno, Freud as enumera como:

- o poder superior da natureza;

- a fragilidade de nossos próprios corpos (condenados à decadência e à dissolução);
- a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na Sociedade.

E, a partir disso, elencam-se as saídas possíveis para o indivíduo, no que se refere ao sofrimento:

- religião: formação de um sentido para a vida que, ao mesmo tempo, se desmorona com o sistema religioso;
- drogas: apesar do refúgio num mundo próprio, desperdiça grande cota de energia a ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano;
- sublimação;
- ciência;
- isolamento ou quietude (afastamento do mundo externo, aniquilamento dos instintos, tal como prescrito pela sabedoria oriental, via o sacrifício da vida);
- amor sexual;
- estética;
- fuga para a enfermidade neurótica.

Todas elas sustentam uma inadequação ou impossibilidade de um 'bem-estar' na civilização. É como se pudéssemos traçar uma trajetória que vai do mal-estar na civilização de Freud ao furo irremediável trazido na realização do contorno de um objeto para a satisfação da pulsão, de Lacan.

Mas o fundamental parece estar na revelação de Freud quanto à inexistência de uma regra de ouro que se aplique a todos: “todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1929/1974, p. 103). E, aqui, “sua constituição psíquica desempenhará papel decisivo, independentemente das circunstâncias externas” (*Ibid.*, p. 103).

Isso implicaria dizermos, nos tempos atuais, “salve-se quem puder”? Nem tanto...

CIVILIZAÇÃO MODERNA

Não estamos mais na era do Pai... A civilização moderna atesta isso, a partir do caráter ilimitado do gozo proveniente da era da globalização junto ao avanço da ciência e do capitalismo. A referência não é mais o Pai, e sim um imperativo de gozo, que, como tal, está e fica a serviço da pulsão de morte, que se coloca como pano de fundo de toda a satisfação, na medida em que se instaura um vazio entre um objeto e sua realização.

Isso quer dizer que toda forma de satisfação humana encobre uma perda, uma pura perda. Mais além de uma leitura de que os primórdios da pulsão de morte se encontram na experiência da dor, especificamente no artigo de Freud sobre o “Projeto para uma Psicologia Científica”, de 1905, é preciso salientar, entretanto, que seu fundo é o furo que uma satisfação não cobre, ou o que sempre resta de uma operação psíquica voltada para a obtenção de satisfação. Assim dizendo, observa-se então que toda satisfação está calcada na pulsão de morte.

A partir do Seminário XI de Jacques Lacan, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, Jésus Santiago (2019, inédito) nos lembra de que “Lacan se mostra completamente contrário a essa concepção da pulsão de morte baseada na tentativa de inscrevê-la em uma teoria do ser”. A pulsão de morte é entendida, portanto, partindo de sua desontologização, isto é, como “acéfala com relação ao seu modo de satisfação paradoxal. Para Lacan, o dualismo pulsional é insuficiente para pensar as relações de vida e morte com o gozo, e, menos ainda, o fator destrutivo do laço social” (*Ibid.*).

O curioso é que isso pode ser demonstrado, diga-se de passagem, pelos adolescentes que captam facilmente as mutações da civilização. Entre estas, são destacados o declínio do patriarcado, a destituição da tradição, o déficit de respeito, o Islã como resposta e o problema do corpo do Outro (MILLER, 2015). Podemos dizer que a posição adolescente deflagra, de certa maneira, os arranjos de uma época.

A proposta ficaria mais clara se uma política que trouxesse um corte sobre a morte do sujeito que se submete a um regime civilizatório atual do gozo incrementasse nossa investigação, quando se trata de retomar a semelhança entre a política e o inconsciente, portanto. A política da psicanálise: isso que envolve lidar com esse fator corrosivo da civilização que é a pulsão de morte.

O INCONSCIENTE É A POLÍTICA

Era de se esperar que Freud dissesse algo dessa ordem, a saber:

(...) não hesitaremos em nos deixar guiar pelos hábitos linguísticos, ou, como são também chamados, sentimentos linguísticos, na convicção de que assim estamos fazendo justiça a discernimentos internos que ainda desafiam sua expressão em termos abstratos (FREUD, 1929, p. 109).

Isso permite retomar certa concepção de política, que implica em domínio e poder, se partirmos do ponto de vista inicial na trajetória lacaniana, a saber, o fato de o inconsciente ser estruturado como uma linguagem ou mesmo ser equivalente ao Discurso do Mestre, com os termos que lhe são próprios: identificação, censura, repressão (MILLER, 2011, p. 4)...

Nesse sentido, poderíamos supor uma instância psíquica que orientaria as fantasias, os sonhos, os fracassos e as angústias. Mas, segundo Éric Laurent (2016, p. 86), “Miller lembra que (...) isso não se adequa para qualificar claramente a política”. Podemos dizer que a formulação lacaniana de que “O inconsciente, é a política”, trazida no Seminário XIV, “A lógica da fantasia”, e que, assim, coloca o inconsciente em primeiro lugar na frase, antes da vírgula – e não a política –, “parte não do pai, mas, do inconsciente como aquilo que está para ser definido (...)” (*Ibid.* p. 86).

Assim, a formulação proposta por Lacan indica ser

(...) o contrário de uma redução (qual seja, a política é o inconsciente), trata-se de uma amplificação, do transporte do inconsciente para fora da esfera solipsista para colocá-lo na Cidade, fazê-lo depender da “História”, da discórdia do discurso universal a cada momento da série que nela se cumpre (MILLER, 2011, p. 7).

Penso haver aqui um encontro com a intervenção de uma psicanálise pura em relação aos ideais políticos, sociais e religiosos, através de uma interpretação ou mesmo de uma tradução das questões do século XXI.

Diga-se de passagem, citemos como exemplo o laço libidinal de um candidato para com uma instituição de formação psicanalítica, esta que é permanente em seu rigor ético. Depurado de uma longa experiência analítica, esse laço libidinal que carrega em si uma satisfação *sinthomática* seria algo, a meu ver, que poderia sustentar, via testemunhos, certa faceta de uma luta contra a regulamentação da

psicanálise, tão visada pelos ideais religiosos desde o ano de 2000, que confluem com os ideais políticos no Brasil³: o do controle dos corpos verdes e amarelos na cobiça de um domínio religioso irrefreável e feroz sobre a população. O instrumento para tal ferocidade parece ser a tendência à quantificação, tão característica do Mestre Contemporâneo.

Logo, diríamos que a questão do laço libidinal intrínseco ao laço social, como suporte que contraria essa tendência avaliativo/quantificadora, nos permite trazer, neste momento, outra abordagem referente à formulação de que “o inconsciente, é a política”, se partirmos de uma orientação pelo corte que uma marca pode instaurar. De certo modo, isso acompanharia o fato de que o ponto de partida em nossa civilização atual não é mais sobre o simbólico, e sim pelo gozo.

Diz-nos Laurent (2016, p. 88) que:

(...) a abordagem pelo *parlêtre* permite retomar o comentário de ‘O Inconsciente, é a política’, a partir da inscrição no corpo, a partir do acontecimento de corpo. (...) o acontecimento de corpo do qual nós falamos não afeta o corpo como organismo do indivíduo, mas o corpo do sujeito da linguagem, de saída, transindividual.

O corpo falante (*parlêtre*) não é o corpo do indivíduo, “ele fala e testemunha o discurso como laço social que vem se inscrever no corpo” (*Ibid.*, p. 89). De algum modo, isso nos conduziria, portanto, ao fato de que a política, para o psicanalista, implicaria na concepção do laço social calcada no sintoma, cuja base é a satisfação pulsional (SANTIAGO, 2019). Supõe-se, a partir disso, uma política para a pulsão de morte, já que aí se leva em conta o sintoma como signo e o deslocamento da satisfação da pulsão como uma concepção inédita do laço social (MILLER, 2017, p. 26). Não é difícil perceber hoje que o indestrutível aqui seria o núcleo do gozo trazido nos laços sociais, tomados como calcados no sintoma e, portanto, na satisfação pulsional, com menos recursos simbólicos.

³ Certa vez, trabalhei essa questão específica em um texto intitulado “A Língua Marginal da Psicanálise”, publicado na Revista *Curinga* (n. 31. EBP – MG, nov. 2010, p. 95-98). Foi um momento em que a EBP adotou a “política da enunciação”, e, apresentei esse trabalho na jornada da EBP-MG sobre *Os Sonhos e a Formação do Analista*.

A POLÍTICA É O CORTE

A política da psicanálise, por conseguinte, envolve ter que lidar com esse fator corrosivo da civilização que é a pulsão de morte, e, para isso, essa política tem o recurso da interpretação. O corte, é a interpretação.

Mas a que essa política serviria? Não creio que seja para um bem da polis, do cidadão, ou que contribua para uma salvação do homem pelo Pai, muito menos para adesão a algum partido ou a alguma militância que não fosse única e tão somente pontual.

A questão é propiciar uma base, um terreno (fértil, de preferência), para que essa política sustente o fato de que uma interpretação cumpriria seu papel de corte, principalmente no que tange ao Ideal mortífero, pois não se trata de ir contra esse aspecto de corrosão na civilização, como dizemos. Certamente essa base não seria proveniente de um confronto nem de uma frente militar.

A política da psicanálise não se confunde com o ideal do bem; ela é calcada no real. Nisso, acrescentemos ainda que o corte é trazido sob a égide de certa modalidade de urgência implícita em seu ato como interpretação. Uma urgência que, por sua vez, inaugura a necessidade de algo a se realizar, e assim por diante. Nada está nem deve ficar pronto, acabado, fixado em um determinado momento de concluir. Isso supõe sustentar a base, trazida na formulação lacaniana de que *o inconsciente, é a política*.

Será que, a partir disso, estaríamos autorizados a dizer que a psicanálise se apropria e exerce sua política através da interpretação como corte, cuja orientação é em direção ao real? Talvez seja isso aquilo de que se trata em toda essa investigação.

Qual saída, enfim?

Junto a isso, encontro algo assim:

Ao proferir essa fórmula (O inconsciente, é a política), Lacan nada fez senão denunciar o discurso do Mestre cujo esquema ele construiu na esteira de maio/68, sem dúvida para indicar a seus ouvintes, que, na época se multiplicavam, desnorteados como estavam quanto à participação nos acontecimentos, que a saída que buscavam eles a encontrariam antes, do lado da psicanálise, e pelo viés de uma desidealização da política (MILLER, 2004, p. 13).

Parece que, aqui, a saída para a arte de viver, considerando o laço social uma satisfação pulsional, mais uma vez se dá pela via de uma desidealização. Talvez isso

fosse o mesmo de dizer de uma tarefa fundamental do psicanalista, qual seja, “acompanhar a subjetividade contemporânea” não sem perder o rumo que uma invenção possa trazer a partir de uma marca, seja ela histórica, seja social, seja psíquica, no processo de singularização de cada um, em detrimento da massificação imposta pelo Mestre Contemporâneo.

A marca já é um fato político, e a política, enquanto corte, que tem a interpretação em seu âmago, visaria então o aspecto singular do um a um, portanto, longe de uma cadeia identitária que possa definir um sujeito em uma raça, classe social ou orientação sexual, por exemplo. Extrai-se, assim, a marca do gozo no corpo que capta o discurso social, e, assim, favorecendo o exercício de uma política que resgate a responsabilização de cada sujeito no regime ao qual ele se submete para viver – ou para morrer.

Podemos dizer que, em suma, a política da psicanálise, enfim, intervém sobre os ideais superegóicos, sejam eles trazidos hoje sob a roupagem do fascismo, sejam da religião, sejam até mesmo da democracia. Sabemos que a essência da política da psicanálise é ir contra os ideais. Provavelmente seja isso o que o psicanalista possa oferecer em sua posição de ser o rebotalho da humanidade. Trata-se de esvaziar o ideal político, seja em uma experiência analítica, tal como conduzir o tratamento de um sujeito de modo a que ele possa desalienar-se do inconsciente; seja em fóruns que reúnem outros discursos, preservando-se a diversidade ao se privilegiar o lugar da voz.

Isto é, no lugar das identificações presentes no laço social, trazemos o corte, que, ao delimitar um litoral, faz-se imiscuir o psicanalista na política, em que aí, excepcionalmente, em sua posição, o dentro implica estar fora e vice-versa.

Se trabalhamos com o pressuposto de que tudo não está pronto e resta sempre algo por definir, estaria a chance de uma não submissão aos ideais superegocicos em uma invenção ou em uma desidealização? Essas duas supostas saídas diriam da mesma coisa? Talvez sim. Parece que ambas são consequentes entre si.

Curiosamente, uma volta foi feita aqui, a qual nos permite dizer agora que o corte, como política, é o Verbo, em se tratando, finalmente, da interpretação: isso que é intrínseco à própria psicanálise e que visa à causa do desejo, em um movimento que implicaria o trajeto do sentido ao furo.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1929) “O mal-estar na civilização”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. E., v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1915) “As pulsões e seus destinos”. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (1ª ed., 2ª reimp).
- LACAN, J. “Conferência em Genebra sobre o Sintoma”. In: *Opção Lacaniana* nº 23. São Paulo: Edições Eolia, dez. 1998.
- MILLER, J.-A. “Em direção à adolescência”. In: *Minas com Lacan*, revista eletrônica elaborada pela EBP-MG e pelo IPSM-MG, mai. 2015. Disponível em <http://minascomlacan.com.br/blog/em-direcao-a-adolescencia/>, acesso em jun. 2019.
- _____. “Intuições Milanesas”. In: *Opção Lacaniana* online nova série, ano 2, nº 5, jul. 2011.
- _____. “Lacan e a Política”. In: *Opção Lacaniana*, nº 40. São Paulo: Ed. Eolia, ago. 2004. p. 13.
- LAURENT, É. “O Inconsciente é a política, hoje”. In: *Correio* Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, nº 79. São Paulo: set. 2016.
- SANTIAGO, J. “Pulsão de morte, *moterialité* do laço social”. 2019. Inédito.

POLITICS AND THE CUT

ABSTRACT

This work aims to respond, first, to the consequences of a conjunction between politics and religion in the regime of present civilization, namely, the regime of *jouissance*. From this, an articulation is made between civilization, politics, religion and psychoanalysis to demonstrate the social arrangements of an era. The politics of psychoanalysis, adopting the cut as a medium of going against the "ideal of the good", presents its orientation to the real at a time when the corrosive aspects of the death drive in the social bond are prevalent.

KEYWORDS: Death drive; psychoanalytic politics; unconscious; social bond.

LA POLITIQUE ET LA COUPE

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de répondre, d'abord, aux conséquences d'une conjonction entre politique et religion dans le régime de la civilisation actuelle, à savoir, le régime de la jouissance. A partir de là, une articulation est faite entre civilisation, politique, religion et psychanalyse afin de démontrer les arrangements sociaux d'une époque. La politique de la psychanalyse, adoptant le coup comme moyen de s'opposer à "l'idéal du bien", présente son orientation vers le réel à un moment où prédominent les aspects corrosifs de la pulsion de mort dans le lien social.

MOTS-ÉCLÉS: Pulsion de mort ; politique de psychanalyse ; inconscient ; lien social.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

PARANOIA DAS MASSAS DA ERA DIGITAL - OS SOFTIDIOTS E A BIGBROTHERIZAÇÃO

Antonio Quinet¹

RESUMO

Este trabalho é um ensaio sobre a estrutura do estado paranoico na era digital a partir dos conceitos de sociedade escópica (Quinet), objeto (a) olhar (Lacan), e psicologia das massas (Freud). A pulsão escópica, com o gozo de ver-ser-visto, dá a base ao modelo do panóptico de Bentham da sociedade disciplinar de vigilância monitorizada como desenvolveu Michel Foucault. Esse modelo foi levado a seu zênite na era digital. Estudamos sua utilização na política com a estratégia da “bigbrotherização” que tem por objetivo a manipulação dessubjetivante dos indivíduos e a formação de “softidiots”. Eis a tendência que encontramos particularmente na atual conjuntura de muitos países incluindo, de forma diferente, o Brasil e a China.

PALAVRAS-CHAVES: Paranoia; Panóptico; Bigbrotherização; Psicanálise; Pulsão Escópica

¹ Médico, psiquiatra, psicanalista, doutor em Filosofia e dramaturgo. É Analista Membro da Escola (AME) de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, Professor Adjunto do Mestrado e Doutorado de Psicanálise, Saúde e Sociedade da UVA. Fundou a Cia. Inconsciente em Cena da qual é diretor. É pesquisador da FAPERJ (pesquisa Hilda & Freud - collected words). É Professor convidado do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

Nossa sociedade transformou-se em uma “sociedade escópica” na qual o olhar é prevalente, onde o visto e ser visto se tornou uma prerrogativa, não só pela promoção do imperativo de exhibir-se e do espírito *selfie* que possui e baixa nos corpos humanos, como também pela vigilância a que somos permanentemente submetidos por câmeras, GPS, localizadores, etc. promovendo uma *paranoização* de massa.

Em vários países do mundo o Estado utiliza o dispositivo de paranoização para controlar, vigiar e punir os cidadãos. Assim a sociedade disciplinar como um todo, como apontou Michel Foucault em ‘Vigiar e Punir’, vira um grande panóptico, descrito por Jeremy Bentham, como a forma arquitetônica constituída por um grande torre num pátio aberto rodeada a poucos metros por uma construção redonda com celas abertas e transparentes de tal modo que um vigia na torre central possa ver (sem ser visto) tudo o que ocorre nas celas de toda a estrutura circular, onde cada prisioneiro, ou louco em cada cela é totalmente transparente. Essa forma arquitetônica, que foi (e em muitos lugares ainda é) utilizada para prisões e manicômios foi dando o lugar para as câmeras nas ruas, nas casas, nos escritórios, fábricas, etc. e com a revolução digital e o advento da internet passou-se a visualizar todos os dados, gostos, percursos, preferências sexuais, projetos de cada usuário. A sociedade escópica ganhou como aliado o panoptismo digital. E assim é mantido o mesmo funcionamento da forma arquitetônica do panóptico: a transparência do usuário e a invisibilidade do vigia.

No estado paranoico, a voz que sonoriza o olhar se torna presente como êxtimo (um íntimo externo) encarnado pelo líder. Essa é a política do mais-de-gozar utilizando a tecnologia de ponta da internet. Os dados de todos os que estão na internet são coletados e utilizados para o controle de estado, como veremos mais adiante, já em ação na China. Eis o que estudaremos mais profundamente neste texto.

A SOCIEDADE ESCÓPICA

Nossa sociedade atual pode denominar-se *Sociedade Escópica*, onde o olhar é prevalente. É uma expressão que proponho a partir da psicanálise – tema que desenvolvo na minha tese de doutorado em filosofia sobre a pulsão escópica, o ver-ser-visto na clínica e na sociedade – que é a conjunção da *sociedade do espetáculo* descrita por Guy Debord e da *sociedade disciplinar* descrita por Michel Foucault.

É o olhar, excluído da simbolização efetuada pela cultura sobre a natureza, que retorna sobre a civilização, trazendo o gozo do espetáculo e o imperativo do supereu de um empuxo-a-gozar escópico: um comando de dar-a-ver, seja de mostrar-se inocente e bom cidadão, seja de tornar-se visível. De toda forma, na sociedade escópica, para existir, é preciso ser visto pelo Outro. E assim se instaura a renovação do velho *cogito* religioso: *o Outro me vê logo eu existo*.

A expansão do fenômeno religião é hoje também um fato correlativo ao desenvolvimento da sociedade escópica com seu cogito do olhar do Outro. A religião é um sistema de representação que, à semelhança do delírio, constitui um enquadramento do olhar, fazendo-o assim existir. Esse sistema encontra em Deus seu Ser-supremo-em-olhar em duas versões: do bem e do mal. Do bem, trata-se do Deus da religião; do mal, o Ser-supremo-em-maldade de Sade, descrito em “A filosofia na alcova”.

O SHOW DAS IMAGENS

Guy Debord diagnosticou nossa sociedade: é uma sociedade do espetáculo. Nossa sociedade de *business* é efetivamente uma sociedade de show e segundo o mote americano: *there is no business like show-business*.

Lá onde o mundo real se transforma em imagens, as imagens se tornam mais reais para o gozo do espectador. O *show* da guerra filmada, chocante em *Apocalypse Now*, está hoje banalizado. Orgias de sangue, bacanais de membros despedaçados invadem nosso cotidiano com os “aqui e agora” das atrocidades *live*. São imagens do espetáculo que trazem o gozo do olhar que acorda o espectador com um horror excitante. A pulsão escópica se satisfaz no imaginário por sua face silenciosa e trágica, retraçando imagens que permanecem, que não se apagam. São imagens indelévels inscritas na pulsão de morte, coladas ao olhar letal do real libidinal.

O espetáculo da imagem tem seu lado belo, faz suspirar o sujeito do desejo devido à sua pulsação e brilho, que encobre a falta que lhe é constitutiva. Mas o espetáculo é também sede do mal-estar na cultura ao presentificar o supereu com suas imagens impregnadas pelo real impossível de suportar que provocam o sentimento de culpa no sujeito. São imagens que olham para o espectador, que causam desejo e horror.

Essas imagens também chegam a nós como imperativos de ideais a serem seguidos, modelos de identificação que são fabricados pela publicidade e pelo esporte, no qual o apelo à identificação é tanto mais imaginário por fazer um apelo direto ao corpo: seja futebol, vôlei, ou basquete, onde não só a imagem do corpo está presente, mas o desempenho. O poder da imagem – devido a seu poder de captação, fascinação, captura – faz o espectador identificar-se com o desportista, e achar que, quando seu time ganha, ele também está de alguma forma ganhando. O poder da imagem faz o espectador acreditar-se um vencedor, quando na verdade está apenas sentado em sua casa bebendo uma cerveja diante de uma telinha.

A sociedade escópica, impulsionada pelo discurso do capitalismo, se apropria disso para transformar o exibicionismo próprio do sujeito em imperativo de publicidade, ordenando ao sujeito fazer de tudo para roubar a cena. E assim, conquistar um lugar ao sol. A sociedade escópica reatualiza a ilusão de que o sol brilha para todos ao acenar com a possibilidade de qualquer um pode ser uma celebridade.

Na sociedade escópica, o olhar, dejetado da civilização, mais-de-gozar, é elevado ao status de mestre/senhor, ou melhor, é utilizado pelo mestre/senhor fazendo fundir assim o S_1 da lei com olhar vigilante e exigente do Grande Diretor. O propósito dessa sociedade parece ser o de fazer de nossas vidas um *Show de Truman* (1998), filme de Peter Weir. Truman Burbank foi adotado ao nascer por uma grande rede de comunicação e tem todos os passos de sua vida filmados durante 24 horas. Esse filme mostra que, mais do que a ficção, a realidade nua e crua é muito mais espetacular. Os programas de reality show mostram isso transmitindo sua ideologia de *merchandising* e imperativo de mostraçã para fazer existir um Outro do olhar, panóptico, onividente. Como veremos mais adiante, a sociedade escópica foi acrescida da tecnologia digital ampliando o controle, a vigilância e a transparência.

O PANOPTISMO DISCIPLINAR

Na sociedade escópica, o paradoxo do gozo faz com que cada homem queira fazer de seu próximo um ator e um espectador de um espetáculo obscuro e feroz à altura do supereu que vigia e pune. É o que podemos depreender do que Foucault chamou de “sociedade disciplinar” baseada da estrutura panóptica descrita por Jeremy Bentham.

Diz-se que “a justiça é cega”, mas ela não deixa de ver. O supereu é o lugar desse paradoxo da lei: é uma lei que não tem objeto, como nos ensina Kant, mas não deixa de tê-lo, como nos mostrou Lacan. Esse objeto é o objeto *a*, que se apresenta ao sujeito como o olhar da vigilância da lei, e como a voz da instância crítica. Assim o olhar representa o supereu do sujeito, a instância de vigilância permanente. A lei como máxima pura (S_1) e a lei como instância de vigilância e crítica (*a*) são as duas faces do que o sujeito sofre de sua instância moral. Sua conjunção (S_1/a) faz do Outro o Um que o vigia, julga e pune. O objeto presente na lei se exprime na clínica pelo delírio de observação e na civilização pela estrutura “*panóptica*” da sociedade escópica em que o olhar do Outro faz a lei.

Essa estrutura do olhar como objeto *a* está presente no *Panóptico* de Bentham, uma figura arquitetônica usada no final do século XVIII para vigiar os prisioneiros, cujo modelo serviu para loucos, doentes, estudantes e operários. Trata-se de uma construção composta de uma torre central e de um edifício que a circunda. O vigilante permanece na torre sem que possa ser visto enquanto os prisioneiros estão no edifício circular em celas transparentes, banhados pela luz, para que a visibilidade seja total. Na verdade, o vigilante nem precisa estar lá, basta uma veneziana ou um vidro escuro para fazer existir o olhar. O *panóptico* dissocia o par *ver-ser-visto*, e faz do sujeito não um ser que vê, mas um ser visto que está o tempo todo sob o foco do olhar do Outro, engaiolado na pirâmide visual do Outro. Com esse artifício, o panóptico torna o olhar ao mesmo tempo totalizador (e totalitário) e particularizado para cada um. O olhar é para todos, universal, e para cada um, singular.

Publicado em 1791, o panóptico de Bentham foi redescoberto por Michel Foucault ao estudar as origens da clínica médica. Arquitetura também encontrada nos projetos de reforma penitenciária e da Escola Militar de Paris de 1751. O panóptico foi a solução em termos da tecnologia do poder para os problemas de controle e vigilância da parte dos penalistas, médicos, educadores e industriais, que a partir dele construíram prisões, hospitais, escolas e fábricas.

Com o panóptico, Bentham dissolve o quiasma próprio do campo visual que é o entrelaçamento entre o ver e o ser visto, próprio da pulsão escópica, propondo um Olho central que torna os sujeitos transparentes, sem anteparo tela, quadro ou espelho protetor. Seu sistema se assemelha ao que encontramos na clínica do delírio de observação frequente na paranoia. É um sistema que podemos qualificar de

paranoico na medida em que localiza o gozo escópico no Outro do poder fazendo crer que o Outro efetivamente pode ver tudo o que o sujeito faz e até mesmo pensa. Coloca assim em prática o “olho domiciliar” do *Big Brother* presente na casa de todos na ficção de George Orwell, 1984.

Michel Foucault mostrou em “Vigiar e punir” que o panóptico é o modelo de nossa sociedade disciplinar, a qual, para controlar os indivíduos, deve torná-los visíveis em todos os momentos, enquanto seu Olho está invisível para que reine o objeto olhar. Todos são manchas no quadro da norma – presentificação do mais-de-olhar.

Trata-se, com efeito, de um modelo cuja estrutura nos é dada pela pulsão escópica e pelo olhar como objeto *a*. O panóptico nada mais faz senão dar uma estrutura de cimento armado àquilo que a psicanálise desvela como olhar do supereu, correlato da mancha que o sujeito faz na sociedade disciplinar, em que o olhar está por todas as partes como expressão do mal-estar na civilização. Com o panóptico, Bentham, *avant da lettre (freudienne)*, utiliza a instância do supereu na tentativa de promover a interiorização do olhar para controlar os atos e até mesmo o pensamento dos que ele vigia. Esse olhar do supereu faz existir o Outro como receptor de gozo, constituindo o Outro do poder com seu olhar fuzilante, trazendo-lhe uma existência que inexistente e uma vigilância efetiva de controle social. Torna assim o sujeito transparente submetido ao comando de dar-se a ver.

A TRANSPARÊNCIA

Para Bentham, a questão da visibilidade se organiza em torno de um único olhar dominador e vigilante como técnica do poder e do controle, fazendo a todos seres visíveis e transparente. Tem olhar de Um, aquele que ocupa literal ou simbolicamente a torre central, que faz a função de Lei representando os olhos do poder, que vê sem ser visto, e todos os outros são vistos por ele, transparentes. Os prisioneiros do panóptico não se vêem uns aos outros, há barreiras entre suas celas. Como cada um hoje em dia na era digital, pode ser visto e filmado por sua câmera do notebook ou do celular sem saber na intimidade de sua vida privada, sozinho sem contato com mais ninguém.

A transparência como ideal também invade a vida privada de pessoas (ditas) públicas, como artistas, políticos, “celebridades” de quem, por se darem a ver em

público, é exigida transparência total como imperativo da sociedade escópica. O sujeito ávido de curiosidade do que está escondido é também o sujeito ávido por publicidade – tudo em nome do ideal da transparência que se torna imperativo. O mesmo sujeito que quer ser visto sob os holofotes (da fama e do prestígio) exige a transparência de seus próximos. E perde grande parte de seu tempo espionando os colegas e amigos, a vida de artistas, dos políticos no Instagram e Facebook, etc.

A sociedade escópica com seu imperativo de gozo (S_1) faz cada um sentir-se vigiado e vigiar o outro, e também cada um querer publicidade – “seja uma celebridade!” – e invadir a privacidade do outro, fazer da intimidade, exterioridade, tornar público o privado. E ter seu que será momento de fama e o maior número de seguidores nas redes sociais. O imperativo do mais-de-olhar, com sua topologia de extimidade, traz à sociedade sua estrutura moebiana embaralhando as esferas do que é do sujeito e do outro. Estende assim o propósito do panóptico em que impera o olhar que vigia e, como diz Foucault, “cada um, sentindo-o pesar sobre si, terminará por interiorizá-lo ao ponto de observar-se a si mesmo; cada um assim exercerá essa vigilância sobre e contra ele mesmo”. Esta estrutura desvelada no delírio de observação é arquitetada e concretizada pela sociedade escópica. Ela é a base da razão paranoica – hiper ampliada na era digital.

Se Bentham formulou a técnica do olho do Poder, foi Freud quem teorizou a instância de vigilância e crítica – o supereu – que existe dentro do sujeito e Lacan quem nomeou o objeto pulsional aí em gozo. É o mais-de-olhar, como função do supereu, que permite a existência e a efetivação concreta do panóptico.

A transparência é o grande inimigo da política, como diz Rancière, a qual é “ameaçada de morte quando se faz menção de submetê-la ao reino midiático da visibilidade e da publicidade integrais”. Podemos dizer que o mesmo se aplica para a justiça. Segundo o criminalista italiano Antonio Cristiani (Universidade de Pisa), “o segredo é uma garantia para a Justiça e para o cidadão” – garantia estabelecida inclusive pelo código processual penal italiano (artigo 329).

Atualmente a evolução tecnológica prescinde efetivamente do cimento armado para fazer existir o panoptismo, ao instituir a arma do virtual em suas formas de televigilância, algemas eletrônicas, escuta ambiental, e – depois do que Snowden revelou ao mundo em 2013 – todo o sistema eletrônico e digital é usado para vigiar, influenciar, fazer comprar e fazer votar determinando gostos e desgostos.

A sociedade escópica se organiza, portanto, em torno do mal-estar provocado pelo olhar que retorna como mais-de-gozar, dejetos da civilização.

SNOWDEN E OS VAZAMENTOS

Há também a Internet-Deus que tudo vê, tudo ouve e tudo sabe. Desde junho de 2013 sabemos do sistema de espionagem em massa dos Estados Unidos revelado por Snowden, hoje com 35 anos, que se encontra escondido em lugar desconhecido em seu asilo na Rússia para escapar da justiça americana. Todos somos monitorados 24 horas por dia. Ao frequentar a internet, o Google, as redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc), Whatsapp, enviar e receber e-mails, usar os localizadores de rota como Waze, Google Maps todos seus dados pessoais, e os nomes de seus parentes, de seus amigos, seus gostos sexuais, de roupa, de consumo em geral, sua preferência política, o uso de seu tempo, tudo está devidamente cadastrado para todos os fins possíveis: políticos, religiosos e de consumo e marketing.

Essa questão merece ser debatida. Conforme disse Snowden em entrevista para a televisão brasileira em junho de 2014 (TV Globo, programa “Fantástico”) “esse debate não é só sobre a privacidade, mas sobre a essência da liberdade. Se vigiarmos cada homem desde que nasce até a hora em que morre podemos dizer que eles são livres?” E ele acrescenta algo que coloca em cena a relação de subserviência do ego para com a tirania do superego – relação essa utilizada pela sociedade escópica da era digital: “É perigoso pois mudamos nosso comportamento quando sabemos que estamos sendo vigiados”. Essa tática usada no panoptismo da prisão faz os detentos terem um bom comportamento, ou seja, para não serem punidos – o que é ampliado em grande escala na sociedade disciplinar descrita por Foucault e é hoje já utilizada na China para determinar o comportamento dos “cidadãos de bem”. Em 2017, foi revelado pelo *The New York Times* que a NSA (*National Security Agency* dos EUA) está coletando imagens de nada mais nada menos do que TODOS para constituir um banco de dados das imagens dos rostos para reconhecimento imediato por robôs. “É como se os EUA estivessem contratando detetives particulares para seguir todo o mundo”, comentou Snowden no programa citado. O pretexto alegado para essa coleta de dados de combater o terrorismo é desmentido por Snowden em entrevista de agosto de 2018: “a manipulação das eleições de outros países, especialmente os países vizinhos, está dentre os trabalhos realizados pela agência de inteligência. Os

grupos terroristas não são vistos como uma grande ameaça (para os EUA). Esses programas de monitoramento não são de segurança pública, eles são *hackers*.”

É a sociedade escópica em sua função de espionagem. Do alto do panóptico – que nem se sabe onde está – há Um espião que não se sabe quem é invisível e todos somos espiados.

HOJE NO BRASIL

O ódio se instalou nos lares, nos bares e nos mares de todas as praias do Brasil. O terror de hoje não é o mesmo da época da ditadura militar (64-85). A técnica eleitoral (importada para o Brasil a comando de Steve Banon) via internet não tem ética nem pudor. O terrorismo virtual fez o improvável acontecer: a platitudo de ideias escassas divulgadas e repetidas à exaustão, próprias da propaganda fascista, a avalanche de fake news, a falta de dialetização e a instalação de uma razão ao mesmo tempo messiânica e paranoica fez ganhar uma eleição. E o candidato da extrema-direita virou o Grande Youtuber, como o Grande Irmão do romance 1984 de George Orwell. O que se anunciou na “campanha” arrisca de virar forma de governo em nosso admirável mundo novo. E assim provocar o abominável e inédito linchamento virtual. Para acabar com a reputação de alguém não precisa de argumentos, basta xingamento.

A primeira lista de malditos do regime no Brasil já saiu repleta de artistas e até de psicanalistas a serem boicotados. Não vai ser necessária uma custosa censura de Estado como na época da ditadura militar, pois teremos a “censura cidadã” e um exército virtual e anônimo de pessoas e robôs eletrônicos assim como pessoas robotizadas destruindo a reputação de alguém e incitando sua destruição física (como as ameaças sofridas pela jornalista Patrícia de Campos Mello da Folha de São Paulo autora da matéria sobre o caixa 2 da “campanha” de Bolsonaro). Os “homens de bem” e os tenentes de Deus serão os novos defensores da moral, dos bons costumes e do policiamento. E sua moral incita a violência e seu discurso legitima a perseguição aos que pensam distintamente pela massa anônima de fanáticos religiosos. Uma professora universitária que escreve a favor da legalização do aborto teve que deixar o país devido a ameaças contra sua vida.

O novo presidente youtuber poderá assim se dirigir diretamente a cada cidadão, um a um (como o fez ao estudante João Luis para que filme sua professora

durante a aula). Estará presente nos lares pelos *celu-lares* desde um “Bom dia” até um “Boa noite” a cada um em sua intimidade. E assim ocupar o lugar topológico de *das Ding*, a exterioridade íntima, a extimidade. O celular é a nova cela de prisão e o novo lar: a nova cela do sujeito e o novo lar do presidente. Nessa nova cela virtual, cada um está cada vez mais preso quanto mais exerce sua suposta liberdade. Quanto mais você surfa mais você se afoga.

O estrategista da campanha do presidencial Bolsonaro, Ariek Wierson, desvelou, antes mesmo da apuração dos votos, a intenção de distribuir celulares de graça para a população. Trata-se em suma de criminalizar os *sem teto* e os *sem terra* e favorecer os *sem celular*. É um projeto comandado pelo discurso capitalista de instalar um Estado paranoico com uma moral dos costumes a ser vigiada e punida num governo ultraliberal.

Eis uma arma do Estado paranoico que permite desde a eleição de presidentes da República como do EUA e do Brasil até a relação direta do líder não com a massa, mas com cada um individualmente em sua própria intimidade fazendo um curto-circuito todas as instituições democráticas para falar diretamente com o povo. É uma nova forma de fascismo mantendo a fachada de democracia.

CHINA HOJE É O MUNDO AMANHÃ

A sociedade escópica digital terá na China em 2020 as funções não só de controle e vigilância, mas também de punição e premiação dos 1,4 bilhões de cidadãos chineses que serão colocadas em prática pelo governo. Como? Implantando um sistema de monitoramento, ou melhor “ranking social”, em que todos serão avaliados (como no Uber) em função de seus comportamentos, compras, hábitos e ideias. Suas fontes são os dados recolhidos do comportamento digital pela internet: redes sociais, dados pessoais, sexuais, bancários, acessos de sites, vídeos, youtubers, jornais, rotas diárias a pé, de carro ou transportes públicos e viagens detectadas pelos aplicativos de mapeamento, etc. você quer comprar uma calça na internet: aí você entra em vários sites e não encontra nenhum e vai fazer outra coisa. Na próxima vez que você abrir seu celular está lá a calça correndo atrás de você. Na China os dados são também recolhidos pelas 600 milhões de câmeras com inteligência artificial espalhadas em todo o país. Um Argus de quase um bilhão de olhos. A avaliação e a posição em que cada um se encontra no ranking social

(estabelecido segundo os critérios do governo) serão públicos e cada um poderá saber qual é a avaliação de seu parente, de seu vizinho, de seu amigo e de seu inimigo. Assim como no episódio da série Black Mirror, todos os cidadãos saberão tudo de todos. E cria-se um consenso artificial e o desejo de receber sempre uma melhor avaliação desse supereu personificado no sistema que é ao mesmo tempo invisível e anônimo. Mas transforma cada cidadão em um vigilante de seu semelhante. Pois antes mesmo de você conhecer alguém você terá a avaliação dele a sua disposição na internet. E quem sabe no futuro poderá também dar uma “curtida” (um *like*) em cada um de seus semelhantes. “A pontuação final do ranking poderá influenciar em diferentes aspectos como seleção para uma vaga de trabalho, inscrição em uma determinada escola ou a permissão para assinar um empréstimo no banco” (Redação Galileu. 19/7/2018). Haverá também premiações para aqueles que têm “hábitos corretos” como comprar apenas produtos de origem chinesa.

Estamos na era do ideal da transparência total sem direito algum de privacidade – era do sonho totalitário do controle de tudo e de todos. Assim o governo tomará o lugar mítico de Deus onividente e onipresente que enxerga cada um no âmago de sua vida privada. O panoptismo entra em todos os corações e mentes.

OS SOFTIDIOTS E A PSICOMETRIA DIGITAL

A armadilha panóptica digital torna a todos *softidiots* – os idiotas do software. Estamos presos a uma grande rede mundial virtual e digital de manipulação de dados, informação, espionagem e que entrou na política de forma decisiva na votação do Brexit, no Reino Unido, (promovendo sua retirada da Comunidade Europeia) assim como a eleição de Trump e de Bolsonaro. A enxurrada de Fake News, de ataques aos opositores, de calúnias, slogans, memes, encontrando alvos certos e personalizados de propaganda são modalidades da tática para promover o ignoródio.

Com Freud tivemos a teoria da psicologia das massas, com Lacan a teoria dos discursos no campo do gozo para dar conta cada um em sua época ao mal-estar na civilização. Hoje estamos diante de uma nova ordem mundial e temos que ver em que a psicanálise pode nos ajudar para analisar e combater esse ataque cibernético inumano. Por um lado, um ataque sem tréguas do ultra-neoliberalismo do discurso capitalista promovendo o concentracionismo e a mentalidade rentista e individualista que induz a um onanismo consumista que não tem barreiras nem fim a não ser a

falência, a inadimplência, as dívidas, a pobreza e o suicídio. E do outro lado a indústria da (des) informação digital, o bombardeamento de produtos que são impostos como necessários e a lavagem cerebral para nos transformar em *softidiots*.

Já se fala em *era da pós-verdade*, em que memes e slogans são mais importantes do que fatos reais da era da *infocalipse* – apocalipse informática. Nossas impressões digitais não estão mais nos dedos e sim nos dados digitais. Todos os frequentadores da internet têm suas impressões digitais mapeadas através das curtidas das redes sociais, dos dados pessoais, do gosto pessoal – se você pesquisa o preço de uma calça ela passa a andar atrás de você – gosto sexual, posição política, crença religiosa. Você é espionado 24 horas por dia e a internet te conhece mais do que as pessoas mais próximas a você. Com todos esses dados será que a internet tem um Inconsciente? Os algoritmos e sua combinação são o equivalente ao consciente.

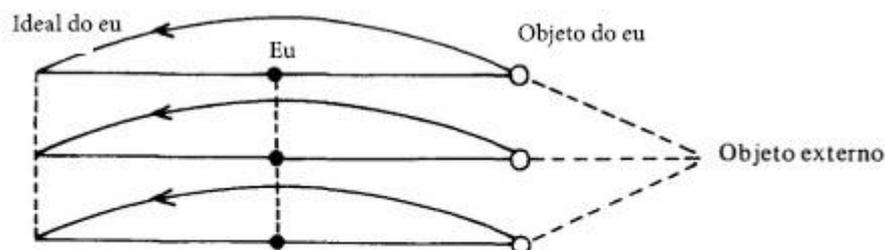
A psicometria digital que é estudada em uma disciplina extraída da formação militar se chama: *Op-psi* – operação psicológica e que tem até o grau de neurose como critério para sabe que tipo de mensagem enviar para você, como os usados pela *Cambridge Analytica*, empresa que promoveu a campanha digital de Trump, cujo diretor era o Steve Banon que esteve na campanha de Bolsonaro.

O cruzamento de dados de cada um é estudado por robots a partir de 5 critérios chamado *OCEAN*: *openness* (abertura), *conscientiousness* (conscienteização), *extraversion* (extroversão), *agreeableness* (amabilidade), *neuroticism* (neurose) aplicado a cada eleitor formando grupos variados combinando os outros fatores pessoais já citados. Assim eles sabem exatamente que tipo de mensagem enviar a quem para conquistar seu voto. É o chamado *behavior microtargeting*. (fonte: Documentário de Thomas Huchon, 2DF/Arte, 2018). E assim somos todos mapeados e alvos personalizados prontinhos para votarmos no boi e irmos todos para o matadouro.

A PSICOLOGIA DAS MASSAS NA ERA DIGITAL

Na era do panoptismo digital da sociedade escópica não se precisa mais propriamente de um líder para incarnar as ideias, ideias que constituem um conjunto humano como grupo ou massa. E talvez nem mesmo de um significante mestre com

o qual todos se identificam para constituir a Unidade como descrito por Freud em seu texto “Psicologia das massas e análise do eu”.



Esquema de Freud

Fonte: Lacan. *Seminário, livro 11* (1964/1989, p. 257).

No esquema freudiano o líder está no lugar de Ideal do eu – as linhas mostram como cada sujeito introjeta o “objeto externo” que é o líder e o coloca no lugar de seu ideal do eu. Eis porque cada indivíduo dirige seu amor a ele confundindo-o com a instância paterna internalizada, remanescente do narcisismo e do complexo de Édipo, é a instância psíquica do representante simbólico do amor parental que alimenta o narcisismo. O ideal do eu é uma instância que funciona como um lugar – ocupado por algumas pessoas - de onde o sujeito se vê como digno de amor. Ao situar o líder nesse lugar, o sujeito não só o ama como a um pai, como também espera seu amor. Às vezes só o fato de amar o líder é suficiente para se sentir amado por ele devido à estrutura de reciprocidade intrínseca do amor (amar e ser amado). Assim o líder chamado por Freud em seu esquema de “objeto externo” vem ocupar o lugar de Ideal do eu, como a encarnação do significante-mestre (S1), que é na verdade um ideal do Outro [I(A)].

Como Lacan nos indica, há uma confusão entre o significante ideal e o objeto a. É nisso que reside o poder hipnótico do líder, pois como no hipnotizador, reside nesse o objeto a que está em jogo sob o ideal do eu que ele representa para cada sujeito da massa. Trata-se, no caso do objeto escópico, o olhar, como objeto pulsional, representante do supereu.

Na era do panoptismo digital todo o dispositivo completo de espionagem de dados, a multiplicação das câmeras, o sistema contínuo de avaliação e notas para em breve ser cada sujeito se colocado num lugar no “ranking social” é um mecanismo

para fazer existir o olhar, como instância superegóica na *extimidade* do sujeito, ou seja, em sua exterioridade íntima. Isso se torna mais ainda evidente quando o líder vem se dirigir através de vídeo para o cidadão que está na sua cama acordando e ligando seu celular. Assim na nova psicologia das massas é o objeto a, como mais de gozar, que se presentifica um a um, não sendo mais necessário nem mesmo um pensamento, uma reflexão, um sistema de valores ou uma filosofia para constituir o grupo. Isso não quer dizer que não seja utilizado para impor um pensamento único. Mas a estrutura da massa prescinde da identificação ao líder que tem por base o Ideal do eu, pois o líder vem no lugar da causa de desejo, como olhar e voz, e como supereu.

A mola fundamental da operação analítica é manter a distância entre o ideal e o objeto a, para poder esvaziar de gozo esse lugar do ideal do eu e fazer cair o objeto a, para que o sujeito o localize como causa de seu desejo, ou seja como uma formação sua e não do Outro. A psicanálise nos mostra que esse olhar estruturalmente não tem substância, é um furo; o Outro é cego e seu lugar um deserto de gozo. Para “contrariar o desejo do tirano”, que Lacan eleva à condição de máxima da psicanálise é preciso saber que o Outro não é Um e que para ele, também, o olhar é um objeto perdido e, sem o objeto, o Outro não existe. Barrar o olhar do Outro é torná-lo inconsistente.

Uma psicanálise não suprime inteiramente o olhar correlatado ao *dar-a-ver* do sujeito, mesmo quando ele encontra a inconsistência do Outro. Mas o sujeito, depois de uma análise, percebe seu caráter de semblante de ser, o que o esvazia de sua virulência mortífera.

Termino meu livro “Um olhar a mais” propondo pensarmos uma ética do olhar que é tributária do objeto causa do desejo. Ela é a que promove o desejo que agalmatiza os objetos do mundo empírico escopizando-os para o sujeito, pois ele vê muitos objetos mas escopiza somente aqueles de seu desejo. A ética do olhar é a que corresponde ao desejo de saber que não visa o gozo escópico da completude, mas que afirma que a falta de saber é constituinte do desejo que a anima. Um desejo de saber que possa se sobrepor à paixão da ignorância.

PARANOIA OF THE DIGITAL AGE SOFTIDIOTS AND BIGBROTHERIZATION

ABSTRACT

This essay is an analysis of the paranoid state structure in the digital era based on the concepts of scopic society (Quinet), gaze as objet (a) (Lacan) and group psychology (Freud). The scopic drive along with its correlated jouissance - to see and to be seen - is the basis for the Bentham panopticon model of the disciplinary society xdescribed by Michel Foucault. This model reachd its zenith in our digital era. We study the application of this model in politics with the *bigbrotherization* strategy aiming to *desubjectivate* and manipulate individuals and produce *softidiots*. This is the current tendency in many countries such as Brazil and China, albeit with different results.

KEYWORDS: Paranoia; Panopticon; Bigbrotherization; Psychoanalysis; Scopic Pulsion

PARANOÏA DES MASSES DE L'ÈRE NUMÉRIQUE, LES SOFTIDIOTS ET LA BIGROTHÉRISATION

RÉSUMÉ

Ce travail est un essai sur la structure de l'état paranoïaque à l'ère numérique à partir des concepts de la société scopique (Quinet), regard comme objet (a) (Lacan) et de la psychologie des masses (Freud). La pulsion scopique à partir de la jouissance de voir-être-vu donne la base au modèle panoptique de Bentham de la société disciplinaire de surveillance monitorisée développée par Michel Foucault. ce modèle a atteint son zenith à l'~]

ère numérique. nous étudions son utilisation dans la politique avec la stratégie de *bigbrotherisation* qui a pour objectif la manipulation désubjectivante et la formation de *softidiots*. Voilà la tendance que nous trouvons particulièrement dans la conjoncture actuelle dans plusieurs pays comme le Brésil et la Chine, malgré leur différences.

MOTS-ÉCLÉS: Paranoïa; Panoptique; Bigbrotherization; Psychanalyse; Pulsion Scopique

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

PSICANÁLISE E POLÍTICA: DA MAIS-VALIA AO MAIS-DE-GOZAR

*Luciano Elia*¹

RESUMO

Neste artigo, o autor visa estabelecer as bases para uma articulação entre Psicanálise e Política que tenha a possibilidade de ser rigorosa. Para isso, faz um percurso preliminar por vários elementos constitutivos do que se pode chamar, com Lacan de discurso psicanalítico, expressão que conjuga as dimensões teórico-conceitual e a ético-clínica e metodológica em um só termo, partindo da condição extraterritorial da psicanálise em relação a outros saberes mas também à própria ordem social e cultural, discutindo as relações da psicanálise com a ciência para, no final, propor, a partir dos avanços lacanianos sobre o gozo, feitos após a virada do seminário XVII, particularmente do conceito de mais-de-gozar, plasmado sobre o conceito marxiano de mais-valia, estabelecer uma distinção entre essas duas categorias, propondo assim um tratamento possível do capitalismo pela psicanálise.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Política; Mais-Valia; Mais-de-Gozar; Capitalismo

¹ Psicanalista, membro do Laço Analítico/Escola de Psicanálise, Professor titular, Chefe do Departamento de Psicanálise e Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas do Instituto de Psicologia da UERJ.

O título deste escrito traz a articulação da psicanálise com a política por um viés interdiscursivo que procura estabelecer uma ponte entre Marx e Lacan, entre marxismo e psicanálise, indo da mais-valia ao mais-de-gozar. Para isso, faremos um primeiro breve percurso que parte da posição eminentemente extraterritorial - e as vezes eu prefiro chamar de transterritorial - que a psicanálise ocupa entre os saberes e práxis. Esta termo e esta noção de *extraterritorialidade* é utilizada por Lacan no seu escrito "Variantes do tratamento padrão" (LACAN: 1955, 325) para caracterizar a posição da psicanálise entre os saberes e práticas, e recorre para isso à metáfora do morcego (ele chama de *questão-morcego*) (Ibid, 323): tal como este mamífero alado, que entre os pássaros é segregado como um mamífero roedor, um rato com asas, e entre os ratos é considerado um pássaro, a psicanálise não encontra seu lugar em nenhum campo que não seja o seu, ela é um campo *sui generis*, conjunto unitário, gênero de elemento único.

Podemos afirmar que, por força de seus conceitos mais fundamentais, a psicanálise não se perfila nas balizas dos saberes instituídos no campo científico e cultural que, assim, não se aplicam a ela, o que poderia nos fazer supor algum grau de extraterritorialidade. Entretanto, o que determina esta posição da psicanálise não é o seu caráter total ou eminentemente *estrangeiro* ao campo civilizatório ou às demais ciências, mas a vocação da psicanálise em situar-se no plano da causa, do fundamento não-representável de toda representação possível, o que só se alcança a partir do que se apresenta no campo mesmo do representável.

...diversamente as ciências humanas que, voltando-se embora para o consciente, permanecem sempre no espaço do representável, a psicanálise avança para tomar o passo à representação, galgá-la do lado da finitude... E nessa região onde a representação fica em suspenso, à beira de si mesma, aberta de algum modo sobre o "fechamento" da finitude, desenham-se as três figuras pelas quais a vida, com as suas funções e as suas normas, vem fundar-se na muda representação da Morte, os conflitos e regras na abertura desnudada do Desejo, as significações e os sistemas numa linguagem que é ao mesmo tempo Lei. [...] Sabe-se como psicólogos e filósofos chamaram tudo isso: mitologia freudiana. Era bem necessário que este procedimento de Freud lhes tivesse parecido tal: para um saber que se aloja no representável, o que margina e define no exterior a possibilidade mesma da representação não pode ser senão uma mitologia. Mas quando se segue, no seu próprio curso, o movimento da psicanálise, quando se percorre o espaço epistemológico no seu conjunto, vê-se bem que essas figuras - imaginárias por certo para um olhar míope - são as formas mesmas da finitude tal como é analisada no pensamento moderno: não é porventura a Morte aquilo a partir do que o saber geral é possível, de tal maneira que seria, no tocante à psicanálise, a figura desse *redobramento* empírico-transcendental que

caracteriza na finitude o modo de ser do homem? Não é acaso o Desejo o que permanece sempre *impensado* no âmago do pensamento? E essa Lei-Linguagem (a um tempo palavra e sistema da palavra) que a psicanálise se esforça por fazer falar não será aquilo em que toda significação adquire uma *origem* mais longínqua que ela mesma, mas também aquilo cujo retorno é prometido no próprio ato da análise? É bem certo que nem essa Morte, nem esse Desejo, nem essa Lei podem encontrar-se no interior do saber que percorre na sua positividade o domínio empírico do homem; mas a razão disso está em que esta tríade designa as condições de possibilidade de todo o saber sobre o homem". (FOUCAULT: 1966, 84)

A longa citação de Foucault deixa claro que a posição extraterritorial da psicanálise se fundamenta na radicalização das condições mesmas de constituição do território a que ela está referida.

Lacan, no início da Lição V do seu Seminário X, sobre *A angústia*, afirma: "Não é culpa minha, como se diz, se a psicanálise põe em causa no plano teórico o desejo de conhecer, e se, em seu discurso, ela se coloca em um aquém de si mesma que precede o momento do conhecimento." (LACAN: 2004, p. 69).

A Psicanálise tem um campo, um território epistêmico e metodológico que lhe são próprios, aliás radicalmente próprios, e, quando incide, afeta ou atravessa, e sofre incidências, é afetada ou atravessada por outros campos discursivos, mantém, contudo, os eixos discursivos que a definem e constituem.

Este tipo de efeito recíproco não deve, portanto, ser confundido com qualquer espécie de adaptação ou "culturalismo". Um exemplo disso é a famosa questão do freudo-marxismo. A Escola de Frankfurt, que atualizou o marxismo nos anos 20 e 30 na Alemanha, acompanhando a ascensão do nazismo, foi marcadamente afetada pelo pensamento de Freud. Uma certa tendência culturalista resultou desta articulação, como em Erich Fromm, como se, ao voltar-se para as questões da civilização e da sociedade humana, os conceitos psicanalíticos devessem relativizar-se, proceder ao famoso *revisionismo*, perdendo seu vigor e contundência. O maior ícone da psicanálise na Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, entendeu por exemplo que para articular-se com a civilização a psicanálise deveria amputar-se da pulsão de morte, afirmando apenas Eros no plano das pulsões. Grosso modo, é isto "Eros e civilização" (MARCUSE, 1965 [1967]), sua mais famosa obra, de 1955. E foi justamente Theodor Adorno, que não era psicanalista, quem pôde advertir quanto aos desastrosos equívocos do revisionismo culturalista, apontando o risco de que a psicanálise perdesse a virulência de seus conceitos mais importantes.

Para os revisionistas, a teoria das pulsões é uma excrescência biologista herdada do século XIX. A psicanálise é dessexualizada. Em vez da libido, os revisionistas falam de impulsos, necessidades, paixões. Para Adorno, essa dessexualização implica a emasculação da Psicanálise. [...] Ao suprimir a libido, o revisionismo abre mão de qualquer possibilidade de crítica ideológica. [...] O que é derivado é apresentado como primário. No mesmo instante em que a política de extermínio dos nazistas fornecia a prova mais sinistra do caráter sexual de fenômenos como o sadismo, os revisionistas falavam da "vontade de poder", associada a impulsos de medo e vingança". (ROUANET: 2003, 132)

Cuidemos, portanto, de manter os eixos do pensamento psicanalítico quando atravessamos territórios discursivos contíguos, conexos, em conflito ou em harmonia com o nosso.

Agrada-me muito pensar, por exemplo, que a proposta de uma prática rigorosa da psicanálise fora dos espaços culturais socialmente configurados pela burguesia - resumidamente, o consultório privado - não se fundamenta em um libelo que apregoe a acessibilidade e a inclusão dos desfavorecidos por motivações meramente ideológicas. São princípios, eixos, coordenadas discursivas que impõem a radical indiferença do *modus operandi* da práxis psicanalítica a um considerável número de atributos ou qualidades sociais identificatórias (econômicas, culturais, etnográficas). A estrutura asemântica e desqualificada do inconsciente impõe a transversalidade desta práxis por todo o espectro social. Impõe, portanto, a desmontagem sistemática e estrutural de todo elitismo em psicanálise. Toda forma de elitismo deixa de ser assim apenas o fruto de uma distorção ideológica de base capitalista para tornar-se também e sobretudo uma impropriedade metodológica e discursiva. Acrescente-se a esse estatuto desvalorativo e, portanto, transversal do inconsciente seu caráter transindividual. O inconsciente tem aversão a qualidades e à noção mesma de indivíduo. No prefixo que compõe sua designação - *in*-consciente - já se inscreve a divisão que torna vão o mesmo prefixo usado em outra palavra: *in*-divíduo, uno, sem divisão, lugar, para Freud, de uma qualificação libidinal fálico-narcísica fundamental na identificação imaginária e eminentemente ilusória, ainda que necessária à relação do sujeito com seus semelhantes e com a realidade dos objetos amorosos.

Há neste ponto um risco que consiste em, recusando o eixo do indivíduo, sejamos atraídos pelo eixo dos grupos. Risco fundado no erro grosseiro de não perceber que grupo e indivíduo são farinha do mesmo saco, unidos no título da obra de Freud "Psicologia das massas e análise do eu" (FREUD, 1969 [1921]). Nas massas

ou nos grupos, é do eu que se trata, sempre. O que está do outro lado da trincheira indivíduo-grupo é uma concepção e uma lógica da fragmentação, dos cacos, da coleção de traços, signos ou marcas que formam a trama do tecido do sujeito do inconsciente, sempre de estrutura coletiva (no sentido de coleção e de coletivo mesmo, se tivermos o cuidado de distinguir coletivo de grupo, (cuidado hoje redobrado, pois o termo coletivo já se banalizou de tal maneira que já não quer dizer quase mais nada de peculiar ou diverso dos grupos). Mas penso no conceito introduzido por Jean Oury nos anos 80 do século XX, em seu trabalho magnífico na Clínica de *La Borde* tratando de esquizofrênicos com a psicanálise (OURY, 2005 [1984-85]).

O estatuto do inconsciente, por não comportar qualidades ou valores, não poderia ser, de modo algum, *privado*, na medida em que, no campo social, o que é privado se caracteriza exatamente por possuir atributos e qualidades. Nesse sentido, o inconsciente não pode ser *para só alguns*, ou para poucos, mas só admite, logicamente, ser *para todos*. Sabemos que não todos farão a experiência do inconsciente, que requer determinadas condições estruturais definidas pelo dispositivo freudiano. Mas o que sustentamos é que tais condições não podem incluir *a priori* valorativos determinados pelas qualidades sociais e culturais. Não é possível, freudianamente falando, estabelecer que a experiência do inconsciente só é possível em determinados meios sociais, mediante determinadas condições de pagamento, com determinado nível de instrução. Sempre que Freud enveredou por considerações deste tipo - que, para ele, envolviam até a idade do analisante - ele estava mais preocupado em não fazer da psicanálise uma panaceia universal que servisse para todos os casos e com isso perder a credibilidade do meio científico, cuja aprovação era uma exigência para ele, do que em estabelecer critérios lógicos de elegibilidade dos possíveis analisantes.

Isso fica muito claro em vários escritos dele, entre os quais cito o inevitável “Caminhos da terapia psicanalítica” (FREUD, 1989 [1919]), título que os tradutores em português, sempre seguindo os passos de seus guias ingleses (a Edição *Standard Brasileira* é a *Standard Edition* em português), decidiram recalcar e fazer retornar como *Linhas de progresso na terapia psicanalítica*, quando o termo usado por Freud - *Wege* - não contém e não remete, nem de longe, nem a *linha* nem a *progresso*, mas significa *caminho* mesmo! Neste texto fica claro que se a psicanálise só vinha sendo

aplicada às classes mais favorecidas, isso não passava de uma circunstância ligada à sobrevivência do psicanalista, que tira seu ganha-pão do seu trabalho clínico, circunstância que não é tão irrelevante metodologicamente por parecer meramente ligada aos interesses de uma classe profissional, mas que justamente demarcam uma relevante desconexão da prática psicanalítica com a institucionalidade estatal ou acadêmica.

Esta desconexão entre a psicanálise e os marcos reguladores e profissionalistas da ordem social civilizada implica uma importante independência da prática psicanalítica em relação às instituições sociais mas sobretudo em relação ao mundo do capital, o chamado mercado. O próprio valor das sessões não pode, a rigor, ser regulado pelo mercado. Freud, como sempre certo em suas formulações dialéticas, diz: "o psicanalista não discute que o dinheiro serve para a sobrevivência e obtenção de poder, mas sustenta que, ao lado disso, poderosos fatores sexuais estão implicados no valor que o dinheiro assume" (LACAN, 1969 [1913] p. 173). Constatase a obviedade e a objetividade positivista da realidade imediata mas apenas para nela introduzir o que não é nem óbvio nem factual, mas concerne ao plano da verdade: se dinheiro é importante para viver (e ter poder!), o que é poderoso no nível da verdade é seu valor libidinal, sexual, que será em Lacan retomado como o dinheiro em seu estatuto de gozo.

Ora, se é assim, como deixar que o mercado financeiro regule quanto cada um paga por seu sintoma, e o modo como paga? Claro que sabemos que os psicanalistas não conduzem com todo esse rigor a sua prática, e a maioria absoluta segue regulações de mercado, mas isso não invalida o que consta dos princípios freudianos, aos quais a prática dos psicanalistas deveria estar mais seriamente submetida, e se não está, problema a resolver, não princípios a alterar. Se a psicanálise nunca pode ser gratuita, porquanto o custo (em quantia de dinheiro ou outro) lhe é inerente, ela, na mesma medida, nunca pode ser inacessível à maior parcela da população, a mais pobre, por implicar em custos proibitivos a esta parcela. As condições que decidem se alguém fará ou não a experiência da análise são outras, contingenciadas pelo movimento do sujeito na transferência, e, portanto, pelo desejo do psicanalista, a contrapartida que antecede e convoca a transferência do lado do psicanalista.

E como tocamos no ponto da transferência, convém lembrar que ela tampouco é privilégio de alguns sujeitos classificados *a priori* por critérios estranhos ao

inconsciente. A transferência está colocada para todo sujeito, na medida em que todo sujeito se constitui em sua relação com a alteridade, na dimensão de um laço social, e não a partir de fatores internos, sejam eles de ordem biológica (endógenos, neuro-cerebrais ou fisiológicos), sejam derivados de alguma condição psíquica constitucional, psiquismo, alma, racionalidade inata ou outra, que faria pensar no absurdo de um sujeito "autóctone", auto-engendrado. *A transferência é, assim, o movimento social do inconsciente*, desde que associemos ao social (relação do sujeito com o Outro) a dimensão do íntimo. O íntimo não é o privado. O inconsciente quer dizer que existe um íntimo no público, um íntimo que nada tem a ver com a privacidade das relações socialmente codificadas pela burguesia, por exemplo, mas que o sujeito, qualquer um, apela por um espaço inter-relacional em que sua intimidade, aquele que é dele próprio desconhecida, encontre as vias de exteriorização, já que sua procedência foi externa, alteritária, veio de fora.

Sabemos que a ciência, não a contemporânea, sem rigor científico algum, centrada no eixo neuro-comportamental e da "saúde" como sustentáculo da mais rentável indústria planetária, que é a de fármacos, mas a ciência clássica, que tinha a Física e não a Neurociência comportamental como modelo, séria e rigorosa, não comportava em seu campo o sujeito que, segundo uma concepção lacaniana chamada de "doutrina de ciência" e que se impôs a Lacan por força do discurso psicanalítico e não como uma excursão epistemológica diletante, foi no entanto por ela mesma, ciência, constituído no mundo do saber. Diremos que a ciência, quando séria e rigorosa, é a inteligência sem transferência, e que a psicanálise é o fruto do acréscimo da dimensão da transferência à racionalidade da ciência. *Incons/ciência*, se quisermos quebrar o significante e produzir um sentido novo. Quando a ciência é apenas a gueixa servil do capitalismo, a conversa é outra.

E por falar em capitalismo, o que pode a psicanálise em relação a ele? Qual a posição da psicanálise em relação ao capitalismo? De maneira análoga àquela pela qual situamos, com Foucault, no início deste ensaio, a psicanálise em relação a outros saberes e à ordem social, ou seja, nos confins extrínsecos ao campo das representações, mas que concernem justamente às condições de representabilidade, podemos dizer que a psicanálise analisa a estrutura do capital através do conceito de gozo, cujo tratamento se tornou possível pela introdução da categoria de discurso,

feita por Lacan a partir do Seminário XVI, “De um Outro ao outro”, dos anos 1968/69, que já mencionamos.

Para situar melhor isso, terei que me deter um pouco neste processo, interno ao ensino de Lacan. Podemos dizer que um grande ciclo inicial de seu ensino consistiu na varredura, absolutamente necessária, de todo psicologismo, biologismo e positivismo pelos quais a psicanálise estava gravemente infectada a partir do desaparecimento de Freud, com os chamados *pós-freudianos*.

O recurso ao estruturalismo, movimento decisivo e crucial de cujas águas Lacan se serviu fartamente sem contudo nele embarcar de vez, à Linguística de Ferdinand de Saussure com a categoria de significante para conceber de modo mais rigoroso o inconsciente freudiano como transindividual e asemântico, mas sobretudo à noção de significante pensada pelos estoicos na era pré-socrática, que o situa como princípio ativo, verbal e não substantivo, da fundação do sujeito como um ato, à razão dialética, hegeliana, que retifica qualquer psicologismo intra-individualista, aos esquemas da Ótica para representar as funções imaginárias do eu, enfim, tudo isso compôs um enquadre que cumpriu sua função de despsicologizar e despositivizar a experiência e a elaboração teórica psicanalíticas.

Podemos dizer que este ciclo iniciou-se nos anos 30, quando Lacan chegou à Psicanálise através de sua tese sobre a paranoia (LACAN, 1975 [1932]) e do movimento surrealista, interrompeu-se durante a II Guerra, quando Lacan recusou-se a produzir o que quer que fosse em termos teóricos (não por acaso ele tinha apresentado uma primeira versão do “Estádio do espelho” no Congresso da IPA de Marienbad em 1936 e o reescreveu em 1949, na versão que está publicada nos seus Escritos) (LACAN, 1966 [1949]), recomeçando já em 1945 a escrever textos com o “Tempo lógico” (IDEM, 1966 [1945]) e estendeu-se pelos dez primeiros anos do seu Seminário iniciado em 1951 e registrado a partir de 1953. Foi um grande ciclo, em que a fala, mais do que a escrita, detinha toda a primazia e importância na experiência e na teoria, e a ordem simbólica, a ordem do significante, constituíam a referência maior do ensino de Lacan.

A partir do Seminário X (não por acaso dedicado à Angústia, que citamos no início), mas sobretudo com a excomunhão da IPA que Lacan sofreu no ano seguinte, em que teria proferido um Seminário sobre os Nomes-do-pai que não durou mais do que uma aula e, já excomungado, fez seu Seminário XI, com o título “Os quatro

conceitos fundamentais da psicanálise” (LACAN, 1973 [1963/64]), o curso de seu ensino de rompe e sofre uma inflexão importante, que exigirá três anos de uma elaboração de três anos que mereceu de Lacan a denominação de *relève logicienne*, a lógica tomando o lugar de proa, antes conferido ao campo da fala e do significante. Os seminários XII, XIII e XIV compõem basicamente esse período de elaboração lógica, do qual Lacan sai com o Seminário XV, o Ato Psicanalítico, em seguida ao qual traz, no XVI, uma nova concepção de discurso, como *sem palavras*.

Esta virada lógica, para não me estender demais e ao mesmo tempo dizer o que é preciso para chegarmos ao ponto em que o capitalismo pôde ser analisado pela psicanálise, teve como novo norte a escrita - não há lógica falada, senão escrita - e isso levou Lacan a formular uma nova conceituação do que fez questão de denominar discurso. Acho isso interessante, pois discurso era até então o que sempre foi, uma concatenação diacrônica de palavras, uma fala concreta, embora em Foucault os termos de discurso e dispositivo já assumissem dimensões além da cadeia falada. Lacan subverte o próprio sentido que ele próprio conferia anteriormente à categoria de discurso, ao manter o mesmo termo e afirmar que *a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras*, na abertura mesma do Seminário (LACAN, 2006 [1968/69]), Lição I, de 13 de novembro de 1968 (dia fatídico no Brasil, em que o governo militar decretou o AI-5!), que se destaca das demais como ocupando uma seção única.

O título desta lição inaugural é “Da mais valia ao mais de gozar”. Por que, ao introduzir sua nova categoria de discurso sem palavras, como um laço social escrito em quatro letras que ocupam quatro lugares, já é da mais-valia que Lacan vai tratar? A entrada do discurso sem palavras abre uma possibilidade inédita de tratar do gozo pelo discurso psicanalítico e é concomitante do recurso a Marx, à categoria de mais-valia como causa do gozo na ordem do capital.

O que é a mais-valia? É o que o capital não remunera ao trabalhador, é o trabalho não pago, não remunerado, que faz girar toda a máquina do capitalismo. É a quota não computável que excede ao lucro, causando-o desde o exterior de seus limites, não se reduzindo a ele que é, ele sim, computável, passível de representação e escrita nos livros contábeis. Onde o lucro entra como aquilo que é visado, necessariamente a mais-valia está em operação, e isso determina toda a lógica e os rumos do sistema e das sociedades capitalistas, com todas as consequências que

conhecemos muito bem na economia, nas aberrantes distribuições de renda, na produção sistêmica da pobreza e da exclusão, da injustiça social, e conseqüentemente da violência social, do crime, da forma criminosa de combater o crime e, nos casos em que o sistema capitalista se degrada (vicissitude sempre iminente em sua repetição histórica e neurótica), resulta a barbárie como a que vivemos hoje no Brasil.

Se o valor da mais-valia não pode ser calculado, sabemos contudo que ela é parte integrante da organização capitalista. Segundo Marx, o processo de produção capitalista, posto em marcha para produzir lucro, só pode produzir mais-valia: mais valia que não é sinônimo de "lucro", nem de "gozo", pois o gozo se perde no processo transformado em trabalho ou em máquinas produtivas suplementares. [...] Notemos que ninguém goza no sistema capitalista: o lucro é reinvestido em um processo infinito. (Cf. Marx, *Manuscritos de 1844*) (LIPPI E LANDMAN, 2013, pp. 17-18)

A categoria marxiana de mais-valia é retomada por Lacan para situar de modo inédito o objeto *a*, causa do desejo, que já estava em seu ensino desde o Seminário X, agora como mais-de-gozar. Lacan propõe em um texto que nunca foi publicado, mas que era dirigido ao *Le monde*, intitulado *D'une reforme sans son trou*, que a relação entre mais valia e mais de gozar não seja de analogia, mas de homologia, e situa esta homologia no nível dos diferentes processos de perda de gozo: é neste nível que a homologia se coloca, implicando diferenças.

Mehrlust e *Mehrwert* denunciam, ambos, uma perda de gozo., mas não podemos identificá-los. *Mehrlust*, enquanto efeito de perda de gozo, torna-se causa do desejo, e acaba por recuperar o gozo em parte. Em contrapartida, a *Mehrwert*, como demonstra Marx, não passa de uma exploração de classe, consequência da organização capitalista, contra a qual os proletários devem lutar. [...] O mais de gozar é um gozo que se obtém de uma cessão de gozo. Gozo como "mais", como "preenchimento" mas que jamais preencherá a perda de gozo O mais de gozar faz gozar mantendo contudo a falta, e nesse sentido o sujeito sai da máquina alienante da busca de um gozo total, enquanto que a mais valia permanece comprimida na máquina capitalista como meio de reinvestir. [...] Na mais-valia não há resto: a máquina capitalista gira sem parar, o gozo perdido é reinvestido no processo infinito de acumulação, processo que nega a possibilidade da falta. Não é a mesma coisa com o objeto *a*, que é um resto que relança o desejo, desejo que passa pela castração e que faz o sujeito confrontar-se com sua falta. [...] Ainda que o valor da mais valia não seja calculável, ele é, na máquina capitalista, completamente engajado e tomado em conta, enquanto que o objeto *a* sai do campo da medida e do cálculo. No capitalismo, é o *mais-mais-mais...* enquanto que o desejo esbarra num *menos* que obstina-se a retornar (LIPPI E LANDMAN, pp. 19-20)

O discurso psicanalítico produz mais-de-gozar, e o produz em perda, e a experiência psicanalítica faz dessa perda uma posição subjetiva a que se chega por escolha, não por impossibilidade de escolher outra coisa, algo como uma resignação

com desgosto, remédio amargo que temos que tomar porque não tem outro remédio. A perda da qual o mais-de-gozar é, em si mesmo, uma forma, é uma perda consentida e, de algum modo, desejada. Isso contraria o capitalismo na mola mais importante de sua engrenagem, que é a mais-valia, também uma forma homóloga de perda, mas perda que se reinveste infinitamente na máquina, diferentemente do discurso psicanalítico, em que a perda, como resto, só pode ser relançada como perda e como falta, levando o sujeito ao desejo e não à acumulação. É bem evidente que um modo de gozo acompanha a operação do desejo, para não concluirmos com o recorrente apelo ao suposto combate ao gozo que a que a psicanálise nos convocaria.

Consentir na perda como forma de gozo (mais-de-gozar), admitindo não relançar a máquina em que alguns continuarão acumulando para que e de modo tal que a maioria viva na privação e na miséria, constitui uma forma de gozo e não sua supressão ou ausência, e é uma arma poderosa contra o capitalismo.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. - *O triedro dos saberes* (capítulo X de *As palavras e as coisas*), in *Estruturalismo - Antologia de Textos Teóricos*, organizado por Eduardo Prado Coelho, Portugália Editora, Livraria Martis Fontes, 1966, pg. 84.
- FREUD, S. - *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969, Vol. XVIII.
- FREUD, S. - *Wege der Psychoanalytischen Therapie*, (1919), in *Studienausgabe*, Frankfurt-am-Main, S. Fischer Verlag, 1989, aqui citada no original alemão em função do problema da tradução do título, indicado no nosso texto, acima.
- LACAN, J. - *Variantes de la cure-type*, 1955, in *Écrits*, Paris, Aux éditions du Seuil, 1966, p. 325.
- LACAN, J. - *Le séminaire, Livre X- L'angoisse* (1962-63), Paris, Editions du Seuil, 2004, p. 69.
- LACAN, J. *Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I)*, [1913], in *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969, Vol. XII. pg, 173.
- LACAN, J. - *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*, ([1932] (Le François), 1975), Paris, Aux éditions du Seuil, 1975.
- LACAN, J. *Le stage du miroir comme formateur de la fonction du Je telle qu'elle nous est révélée dans l'expérience psychanalytique* ([1936]1949), *Écrits*, op. cit., 1966.
- LACAN, J. *Le temps logique et l'assertion de la certitude anticipée*, (1945), *Écrits*, 1966.
- LACAN, J. *Le séminaire, Livre XI - Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, (1964/65), Paris, Aux éditions du Seuil, 1973.
- LACAN, J. *Le séminaire, Livre XVI, D'un autre à l'Autre* (1968/69), Paris, Editions du Seuil, 2006.
- LIPPI, S. e Landman, P. (orgs.) - *Marx, Lacan: L'acte révolutionnaire et l'acte analytique*, Paris, Point Hors Ligne, Erès, 2013, p. 17-18.
- MARCUSE, H. - *Eros e civilização -uma interpretação filosófica do pensamento de Freud* (1955), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
- ROUANET, S. P. - *Adorno e a Psicanálise*, in *Adorno: 100 anos*, número especial da Revista Tempo Brasileiro, comemorativa dos 100 anos do nascimento de Theodor Wiesengrund-Adorno, nº 155, Rio de Janeiro, outubro/dezembro de 2003, p. 132.

OURY, J. - *Le collectif, le Séminaire de Saint Anne* (1984-85), Nîmes, Champ Social Éditions, 2005.

PSYCHOANALYSIS AND POLITICS: TO THE MEHRVERT FROM THE *PLUS-DE-JOUIR*

ABSTRACT

In this article, the author aims to lay the foundations for an articulation between psychoanalysis and politics that has the possibility of being rigorous. For this, it makes a preliminary journey through various constitutive elements of what can be called, with Lacan, the psychoanalytic discourse, an expression that combines the dimensions theoretical-conceptual and ethical-clinical and methodological in one term, starting from the extraterritorial condition of psychoanalysis in relation to other knowledge fields but also to the social and cultural order itself, discussing the relations of psychoanalysis with science and, in the end, to propose, based on the lacanian advances in jouissance, made after the turn of the seventeenth seminar, particularly the concept of plus-de-jouir, based on the marxian concept of Mehrvert, to distinguish between these two categories, thus proposing a possible treatment of capitalism by psychoanalysis.

KEYWORDS: Psychoanalysis; Politics; Mehrvert, *Plus-de-Jouir*, Capitalism

PSYCHANALYSE ET POLIQUÉ: DE PLUS-VALUE AU PLUS-DE-JOUIR

RÉSUMÉ

Dans cet article, l'auteur a pour but d'établir les fondements pour une articulation entre la psychanalyse et la politique qui puisse être rigoureuse. Pour y aboutir, il fait un parcours préalable à travers plusieurs éléments constitutifs de ce qu'on peut nommer, avec Lacan, le discours psychanalytique, catégorie liant les dimensions théorique-conceptuelle et éthique-clinique et méthodologique dans un seul terme, et il part de la condition extraterritoriale de la psychanalyse face à d'autres champs de savoir mais aussi à l'ordre social et culturel lui-même, tout en interrogeant les rapports de la psychanalyse et de la science pour, au bout de ce parcours, proposer, à partir des avancées lacaniennes sur la jouissance, faites à partir du Séminaire XVII, en particulier du concept de plus-de-jouir, forgé sur le concept marxien de plus-value, établir une distinction entre ces deux catégories, permettant ainsi de proposer un traitement possible du capitalisme par la psychanalyse.

MOTS-ÉCLÉS: Psychanalyse; Politique; Plus-Value; Plus-de-Jouir, Capitalisme

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

ABSTINÊNCIA

Ana Maria Sigah

RESUMO

O psicanalista é antes de tudo um cidadão e deve saber-se participante do mundo e da história que lhe concerne. Quando se entende de forma equivocada o princípio da *abstinência*, ligado ao método analítico, surge uma clínica que não beneficia nem ao analista nem ao analisador. A proposta deste artigo é a de abster-se de desejar pelo outro, ao assumir, com Freud, que a ferramenta principal da análise seja a interpretação, através da qual evitamos satisfazer desejos libidinais e propiciamos que se mantenham necessidades e aspirações do sujeito como forças que impelem para o trabalho analítico. Visitando a história da psicanálise é possível conferir, entretanto, que os conceitos de abstinência e de neutralidade foram mal aproveitados e serviram às instituições psicanalíticas para perseguir membros com participação política na vida pública.

PALAVRAS-CHAVE: Abstinência; política; neutralidade; compromisso ético.

¹ Psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, Coordenadora e fundadora do curso Clínica Psicanalítica Conflito e Sintoma desde 1997. Professora do Curso de Psicanálise desde sua Fundação 1976. Representante do Curso do Sedes na Articulação desde 2000. Autora de “Escritos Metapsicológicos e Clínicos” Ed. Casa do Psicólogo. “O lugar dos pais na psicanálise de crianças”, Ed. Escuta. Organizadora de Ofício de Psicanalista² de Ed. Escuta. Numerosos artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

Regra de abstinência: abstinência de desejar pelo outro sim, nunca abstinência de assumir as responsabilidades como sujeitos da história.

Sigmund Freud aconselha a abstinência como ferramenta valiosa para acompanhar a atenção flutuante e ser capaz de instituir uma escuta que nos permita aproximarmo-nos dos pensamentos inconscientes. O que fizeram alguns psicanalistas com esse princípio enunciado por Freud?

No verbete do “Vocabulário da Psicanálise” de Laplanche e Pontalis (1987, p. 1), “ABSTINÊNCIA” é um princípio ou uma regra da prática analítica segundo a qual o tratamento analítico deve ser conduzido de modo tal que o paciente encontre o menos possível de satisfações substitutivas para seus sintomas. Para o analista, implica o preceito de se recusar a satisfazer os pedidos do paciente e a preencher efetivamente os papéis que este tende a lhe impor. Em certos casos e em certos momentos do tratamento, a regra da abstinência pode constituir-se em indicações relativas a comportamentos repetitivos que dificultam o trabalho de rememoração e elaboração.

Poderíamos acrescentar que é importante não só nos abstermos de satisfazer o paciente, mas também de desejar pelo outro: diferenciar o desejo próprio daquilo que o paciente põe em jogo na transferência como forma de encontrar os caminhos de sua subjetividade. A desejar por ele já estiveram seus pais ou aqueles que, a sua volta, foram objetos de seu desejo na infância, aqueles cuja moeda eram o amor e a aprovação e que se reatualizam hoje na transferência. Referimo-nos àqueles que são o motor de sua sexualidade infantil. Hoje, na repetição, não podemos nos atribuir esse lugar.

Em artigo de 1915, Freud (1975b, p. 168) aborda essa questão e diz: “quero propor a regra de que é preciso manter nos doentes necessidades e aspirações, como formas que impelem para o trabalho e para a mudança, e evitar calá-las com sucedâneos”.

E o que esses conceitos de neutralidade e abstinência teriam a ver com o psicanalista politicamente neutro, que não se pode expressar frente às ocorrências de seu tempo?

Abstinência

Parece que muitos psicanalistas, apoiados num conceito que nos oferece a psicanálise, o transmutaram e inventaram uma fórmula cômoda para se manter alheios à realidade e fazer do tratamento uma forma de se desresponsabilizar e não assumir seu lugar cidadão, evadir-se das lutas e esconder-se atrás de uma neutralidade que não faz bem nem aos pacientes, nem a si mesmos. Entenderam por abstinência a abstinência de viver, de participar, de ter opinião.

Parece que psicanalistas não têm time de futebol, não escrevem nos jornais posicionando-se frente aos fatos que lhes atingem, não assinam petições ou manifestos, não podem assumir suas escolhas sexuais livremente. Precisam vestir terno preto com risca de giz –como se diz que ensinava Meltzer - para evitar que o paciente possa reconhecer nossas diferenças e assim influenciar a projeção? Segundo esta concepção, o psicanalista deve se apresentar como tela em branco para permitir que o paciente fantasie. Houve uma época em que se pretendia atribuir ao psicanalista uma imagem mítica, que apenas emergia na penumbra do consultório, afastada da realidade e do contato com o paciente. De que psicanálise estamos falando? Freud atendia em sua casa, seus pacientes cruzavam com suas filhas, conheciam seu ambiente e, como nos conta no *Homem dos Ratos* (1975a, p. 157) o paciente associa com uma jovem que encontra nas escadas de sua casa, e traz uma presença de algo do mundo de Freud que o transforma em sua realidade imaginária. A vida de Freud continua, e o paciente faz com essa evidência o que deseja. Analisava seus próprios discípulos, com os quais *a posteriori* mantinha encontros científicos, brigas institucionais e discussões técnicas. Se a psicanálise tem uma marca, é a singularidade de trabalhar em transferência a neurose clínica, abordando o inconsciente. Não se pode confundir o lugar do analista na sessão, na qual se sustentam as atribuições de suposto saber, com o homem, o sujeito que tem um lugar no espaço social.

Por sermos psicanalistas, temos que deixar que a história nos passe por cima? Nossas declarações, nossas aparições serão sempre vistas pelo paciente segundo sua forma de nos ver na transferência. Essas posições do psicanalista como homem público se enunciam em um espaço diferente do da condução da cura.

Em que, como psicanalistas, estamos afetados pelo mundo que nos circunda?

Nestes sombrios tempos, nos quais testemunhamos atrocidades que jamais pensamos que poderiam ser o foco da condução política, em tempos de horror em

que se fazem tentativas de desmontar universidades e planos de pesquisas, nos quais o ensinar a pensar através da filosofia, da sociologia e da arte resulta ameaçador porque é necessário que não se estimulem as mentes críticas, em momentos nos quais se pode defender a propriedade privada a bala e todo mundo pode estar armado e transportar armas, em que as diferenças e as escolhas sexuais têm que ser reguladas, nos perguntamos: O que os psicanalistas deveríamos fazer: *Abstermonos?*

Vivemos, no nosso país e no mundo, um momento de retorno ao passado, que tenta abolir e renegar todos os processos que nos proporcionaram um avanço na história, tanto no aspecto moral quanto no econômico. Frente ao estado de desamparo em que chegamos ao mundo, estado que se reatualiza nos momentos de crises, as religiões avançam oferecendo a salvação e a certeza de um mundo seguro e mais garantido, utilizando-se da sugestão para marcar os horizontes. Temos que compactuar com isto?

Da mesma maneira, têm se ressuscitado, no nosso país, legislações contra as quais lutamos há anos, luta que se impôs a partir do triunfo da antipsiquiatria e através da qual foi possível humanizar a loucura. Agora, por intermédio de uma nota técnica 11/2019 divulgada pelo Ministério de Saúde no mês de fevereiro de 2019, e que abrange uma série de mudanças, se abandonam os princípios legais e assistenciais das várias estratégias de assistência psicossocial consolidadas pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, com riscos sérios de retrocesso das políticas de Saúde Mental no país. Entre outras determinações se pretende impor a internação compulsória de usuários de drogas e moradores de rua, retornando à instauração dos manicômios. Esse golpe mortal nas conquistas conseguidas também vai na direção contrária das recomendações de entidades internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). A psicanálise está intimamente ligada a esta luta, pois propõe uma conduta não higienista diante dos conflitos psíquicos, entre eles os que se expressam através da drogadição. Freud nos ensinou que, no futuro, a psicanálise também avançaria a novos horizontes e ela realmente tem se comprometido com a saúde pública, a loucura e novas formas de atendimento.

Abstinência

Por que estão sofrendo tantos retrocessos muitas de nossas investigações sobre a sexualidade, sobre a depressão, sobre a psicopatologia que se debruça sobre a angústia crucial do sujeito, sobre a possibilidade de a psicanálise atuar numa clínica que não se restrinja ao consultório privado, abrindo suas asas para a Saúde Mental no âmbito da saúde pública?

A resposta não deixa dúvidas: é porque essas medidas estão inseridas numa política mais ampla que vem dominando o mundo nos últimos anos. Há uma tendência a revitalizar o fascismo, o antissemitismo, o racismo, a perseguição às diferenças de gênero, e há retrocessos econômicos que afetam as populações mais necessitadas. Entendemos por revitalizar *des-recalcar* problemas não foram resolvidos verdadeiramente, e sim recalçados, atuando sempre como modalidades do inconsciente individual e social. O *politicamente correto* foi uma fórmula que serviu para mascarar os verdadeiros conflitos. As políticas ditatoriais, permissivas com essas condutas deletérias, afrouxam o recalque, e cada um se sente no direito de manifestar seus ataques. Cresce a violência.

O processo psicanalítico deveria estar em oposição radical aos atos totalitários, uma vez que pretende facultar ao sujeito a obtenção de uma liberdade interna para questionar, e não para se submeter cegamente. Um espírito livre não pode passar sobre os acontecimentos e os indivíduos com um olhar indiferente. Não podemos aceitar o vale-tudo; pelo contrário, a ética visa à negociação entre pulsões e exigências ética e estéticas.

A psicanálise nos confronta com um homem que é constituído na sua própria história, na história individual e coletiva a que pertence. Não a história como passado, mas como um passado historicizado no presente, a história como entrecruzamento de itinerários possíveis. A história vista desse modo não manifesta um destino ao qual somos alheios. Podemos nos apropriar do recalçado, do desconhecido, podemos dar outros sentidos a nossos atos, podemos construir novas narrativas, podemos lutar para mudar a história, podemos nos comprometer de uma forma implicada com o mundo que nos rodeia.

Assim, a psicanálise aparece como um saber que desaliena, é uma forma de intervenção ético-política. Pela forma em que nosso saber opera, acaba eventualmente se tornando ameaçador, ao propor que o sujeito seja mais regido pelo desejo do que pelo terror e pelo submetimento. Esta ideia tem acarretado duros golpes

para a psicanálise, já que tem sido banida e perseguida por todos os pensamentos autoritários que desejam submeter os sujeitos a suas normas rígidas e morais próprias. Foi um saber banido por todas as sociedades intolerantes que propõem a exclusão e morte das minorias.

Os psicanalistas alemães tiveram que fugir de seu país porque o nazismo os perseguiu. A psicanálise foi um saber condenado pelos pensamentos fascistas, banido pelas diversas ditaduras de direita e de esquerda, e questionado ultimamente pelas ideologias neoliberais que, com o *mainstream* da psiquiatria, propiciam as terapias cognitivistas e de resultados dirigidos, com proposta de metas a serem alcançadas, tentando abolir o conflito e renegar a infelicidade social. Também é atacada pelas ideologias moralistas e religiosas, que veem nela uma ameaça. Estas apresentam a psicanálise como uma ciência que subverte os valores da família e da religião, o que induziria o sujeito a condutas perversas.

No seio da psicanálise, a política foi um elemento fundante, seja na forma das políticas científicas presentes nas lutas teóricas das quais os psicanalistas não se omitiram, seja através das lutas políticas institucionais das quais somos testemunhas e das que nos chegam incessantes notícias que respondem às divisões que se impõem no campo psicanalítico. Os analistas em formação participavam e compartilhavam, nas instituições, com seus analistas, momentos graves de tensão e diferença. Nunca se entendeu isto como algo que impossibilitava uma análise.

Também os psicanalistas tiveram participação política em processos dolorosos de omissões que deixaram rastros na história da psicanálise e da psicanálise no Brasil. Omitir-se é uma forma de participar politicamente.

TESTEMUNHOS DA HISTÓRIA

No Brasil, tristes histórias políticas mostram encruzilhadas trágicas da psicanálise e suas instituições, como é o caso de Helena Besserman Vianna (1994), perseguida implacavelmente, pela Sociedade à qual pertencia, por querer desvendar a verdade sobre membros que colaboraram com a tortura. Não era conveniente na época fazer oposição ao regime, denunciando membros coniventes com a ditadura militar, isto poderia trazer problemas tanto para a instituição quanto para os membros que dela formavam parte. Era mais operativo, como defesa, recusar a realidade, assim

Abstinência

como a criança desmente a castração: *Vejo, mas não acredito no que minha visão me mostra*. Este era o lema: *Não há mortos nem desaparecidos, não há tortura, não é disto que nós, psicanalistas, devemos nos ocupar*.

No prólogo ao livro de Besserman Vianna (1994, p. 9), Ricardo Horácio Etchegoyen, presidente da Associação Psicanalítica Argentina em 1993, faz referência ao entrecruzamento entre a política das sociedades psicanalíticas e a política da ditadura. A Dra. Besserman denuncia Amílcar Lobo, um candidato da SPRJ, como membro da equipe de tortura do 1º Batalhão do Exército durante a época mais feroz da ditadura (de 1974 a 1979, no governo Garrastazu Médici), assim como denuncia seu analista didata, Leão Cabernite, na época presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Este último, supostamente para proteger a psicanálise, defende Lobo contra todas as evidências. Amílcar Lobo, enquanto analista, utilizava seu saber a favor da violência, presenciando as sessões de tortura e regulando os processos que podiam manter a vítima com vida. Leão Cabernite, seu analista didata, sabia sem dúvida sobre os horrores cometidos e, em nome do sigilo terapêutico, foi conivente com esta situação. Dessa vez, a história fez justiça a Helena Vianna que, ainda em vida, pode assistir à retratação de seu nome, enquanto seus dois perseguidores, coniventes com a ditadura militar, eram denunciados e expulsos da SPRJ.

Para lembrar outro ato que desmascara a relação entre posição política e atuação no campo psicanalítico e sua implicação institucional, temos que recordar a expulsão de dois destacados psicanalistas, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, banidos da instituição por exporem publicamente suas posições políticas. A partir de uma apresentação realizada por Hélio Pellegrino durante o seminário "A psicanálise e sua inserção no modelo capitalista", no auditório da PUC-Rio (1980) se deflagrou a crise que esses dois analistas tiveram com a Sociedade de Psicanálise de Rio de Janeiro, motivada pela denúncia do apoliticismo da instituição e pelo fato de ela ter, entre seus quadros de candidatos a analistas didatas, o torturador velado Amílcar Lobo. Tal crise se estendeu por dois anos, e culminou com a expulsão de Mascarenhas e Pellegrino, reintegrados somente por decreto judicial. Temos ainda, na história latinoamericana, a excisão dos grupos *Plataforma* e *Documento* da APA (Sociedade de Psicanálise Argentina). Grupos que lutavam para que fossem aceitas a discussão e a manifestação política dos analistas, além de problematizarem

questões ligadas à política institucional, como o cânone da análise didática. Nessa época tentou-se banir os trabalhos sociais de Freud do ensino da formação. É necessário, portanto, diferenciar abstinência e neutralidade da negligência do âmbito em se desenvolve nosso trabalho como analistas.

Por fim, a psicanalista Regina Schnaiderman, uma das professoras fundadoras do Curso de Psicanálise do Sedes, compromissada com sua época, de espírito democrático e engajamento político conhecido, grande lutadora contra a ditadura que assolou o Brasil, também sofreu perseguições por assumir a defesa da democracia em épocas de ditadura.

Não podemos repetir esses erros, somos chamados a tomar posições sem nos omitirmos do transcurso da história. Entendo que melhor poderemos escutar nossas pacientes quanto mais conscientes e analisadas tenhamos nossas relações com o pacto social.

Gilou García Reinoso (1973, p. 47), conhecida psicanalista argentina já falecida, contemporânea de Pichon-Rivière e de Emilio Rodrigué, que pertenceu ao grupo Plataforma da Argentina, nos formulou o seguinte questionamento, que faço meu: “Parto do paradoxo: como profissional, como intelectual, como indivíduo, como psicanalista, desenvolvo minha atividade aparentemente sem nenhuma perturbação, num mundo em que, por outro lado, tudo está perturbado. Então que classe de liberdade é a minha? É liberdade ou isolamento?”.

REFERÊNCIAS

FREUD, S. (1909) *A propósito de un caso de neurosis obsesiva*. In: *Obras Completas*, tomo X. Buenos Aires: Amorrortu, 1975a.

_____ (1915). *Puntuaciones sobre el amor de transferencia*. In: *Obras Completas*, tomo XII. Buenos Aires: Amorrortu, 1975b.

LAPLANCHE e PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

REINOSO, G. G. (1973). *Questionamos a psicanálise e as instituições*. Petrópolis: Vozes.

VIANNA, H. B. *Não conte a ninguém*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

ABSTINENCE

ABSTRACT

The psychoanalyst is first and foremost a citizen and must know it is a part to the world and history that concerns him. When the principle of abstinence is misunderstood, linked to the analytic method, a clinic that does not benefit neither the analyst nor the patient appears. This article proposes that a party should prevent desiring by the other, to assume, with Freud, that the primary tool of analysis is the interpretation by which we avoid granting wishes and provide libidinous to keep the needs and aspirations of the subject as forces that impel to the analytical work. Visiting the history of psychoanalysis, it is possible to checking out, however, that the concepts of abstinence and of neutrality were underutilized and served psychoanalytic institutions to chase members with political participation in public life.

KEYWORDS: Abstinence; politics; neutrality; ethical commitment.

ABSTINENCE

RÉSUMÉ

Le psychanalyste est avant tout un citoyen et doit savoir s'impliquer dans le monde et dans l'histoire qui le concerne. Quand le principe d'*abstinence* est compris de forme erronée, lié à la méthode analytique, surgit une clinique qui ne bénéficie ni n'analyste ni l'analysant. Le but de cet article est de s'abstenir de désirer par l'autre, en assumant, avec Freud, que le principal outil de l'analyse soit l'interprétation, à travers laquelle nous évitons de satisfaire les désirs libidinaux et favorisons que se maintiennent besoins et aspirations du sujet como forces qui incitent au travail analytique. En parcourant l'histoire de la psychanalyse, il est possible de vérifier, cependant, que les concepts d'abstinence et de neutralité ont été peu utilisés et ont servi aux institutions psychanalytiques à persécuter leurs membres avec une participation politique à la vie publique.

MOTS-ÉCLÉS: Abstinence ; politique ; neutralité ; engagement éthique.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

PSICOLOGIA, PSICANÁLISE, ARTE E ENCARCERAMENTO JUVENIL

Marlise Eugenie D'Icarahy¹
Rita Maria Manso de Barros²
Lucia Maria de Freitas Perez³
Andréa Martello⁴

RESUMO

A experiência de encarceramento precoce, frequentemente agravada por violências perpetradas, desde o momento da apreensão, tanto por agentes do Estado quanto por anônimos transeuntes e estendida ao interior de instituições públicas, é relatada por inúmeros adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado no Rio de Janeiro. As estatísticas dessa macabra violência permanecem subestimadas. Neste perverso cenário instituído, como a Psicologia, a Psicanálise e a Arte podem contribuir para a elaboração subjetiva dos socioeducandos que vivenciaram tão poderosos traumas, bem como para a transformação de tão cruel *status quo*?

PALAVRAS-CHAVES: Socioeducação, adolescência, violência, instituições públicas, Psicanálise, Arte.

¹ Psicanalista. Psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Membro associado do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise do Rio de Janeiro. E-mail: marliseugenie@gmail.com

² Psicanalista. Professora Titular do DFE/UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ. E-mail: ritamanso2008@gmail.com

³ Psicanalista. Professora Adjunta 4 do DFE/UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise do Rio de Janeiro. E-mail: luciafreitasperez@gmail.com

⁴ Psicanalista. Professora Adjunta 2 do DFE/UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: deamartello@gmail.com

A experiência de encarceramento precoce, frequentemente agravada por violências impetradas, desde o momento da apreensão, tanto por agentes do Estado quanto por anônimos transeuntes e estendida ao interior de instituições públicas, é relatada por inúmeros adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado no Rio de Janeiro. As estatísticas dessa macabra violência permanecem subestimadas. Neste perverso cenário instituído, como a Psicologia, a Psicanálise e a Arte podem contribuir para a elaboração subjetiva dos socioeducandos que vivenciaram tão poderosos traumas, bem como para a transformação de tão cruel *status quo*?

Enquanto psicanalistas, professoras da Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro, responsáveis pela condução do Programa de Extensão *Enredando Saberes: impasses da prática* (PROEX/UNIRIO), e psicóloga responsável pelo Serviço de Psicologia da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas e pelo Programa *Eu Apoio a Voz do Adolescente*, firmamos o desafio de pensar sobre essa questão que nos é cotidianamente colocada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, próximo de completar 30 anos, prevê que, ao adolescente de doze a dezoito anos a quem seja imputada a prática de ato infracional, poderá ser imposta medida socioeducativa, cujo objetivo difere das penas aplicadas aos adultos. A diferença se sustenta no conceito de adolescente adotado pelo legislador como pessoa em desenvolvimento. Se para os adultos a pena significa uma punição por um crime ou contravenção cometidos, as medidas socioeducativas têm duplo objetivo: contribuir para que o adolescente se responsabilize pelo ato praticado, como também que lhe seja oferecida a oportunidade de refletir e de se transformar, tal como pessoa em desenvolvimento, que é.

Infelizmente, no campo prático, o Estatuto da Criança e do Adolescente é cumprido apenas parcialmente quando à temática é Socioeducação. O primeiro impasse que se observa é precariedade da rede de equipamentos dos municípios, responsáveis legais pelo cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Os profissionais dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREASs-, além de serem responsáveis pelo acompanhamento de jovens em conflito com a lei, também têm atribuição de cuidar de casos de envolvendo violência

doméstica, vulnerabilidade familiar, direitos de idosos e inúmeras situações em que haja risco de violação de direitos.

Em razão da sobrecarga de trabalho, do número reduzido de funcionários nos CREASs e do funcionamento deficitário dos serviços dos municípios; parte do sistema Judiciário parece não reconhecer a eficácia das ações socioeducativas em meio aberto, e optar pela aplicação de alto índice de internações em meio fechado. As medidas de restrição de liberdade, apesar de bastante aplicadas, são previstas como excepcionais e utilizáveis somente depois de esgotadas todas as demais alternativas.

Enquanto relatos persistentes de violação de direitos constitucionais contra adolescentes pobres a quem são imputados prática de atos infracionais são denunciadas cotidianamente, grande parte dos meios de comunicação de massa insiste em alastrar a ideia de que os adolescentes que praticam ato infracional grave permanecem impunes em razão do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 1990. Ao contrário do que irresponsavelmente se apregoa; a quantidade de socioeducandos que vivenciou a experiência de encarceramento é altíssima.

X, jovem forte e negro de dezesseis anos, residente em uma das favelas do Rio de Janeiro, chega ao Serviço de Psicologia da VEMSE. Extremamente abalado, escondendo os olhos marejados sob o boné, esforça-se para responder a pergunta da psicóloga sobre sua auto avaliação e experiência na internação. Sua mãe relata que o jovem não consegue mais sair de casa desacompanhado, devido ao trauma vivenciado e sobre o qual ainda tem medo de falar. X foi um dos adolescentes que cumpria medida socioeducativa de internação nas unidades do DEGASE e que foi beneficiado pela decisão do STF, que atendendo ao pedido de Habeas Corpus (HC) de número 143988 da Defensoria Pública do Espírito Santo, determinou a extensão do remédio constitucional às unidades de internação socioeducativas nos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e de Pernambuco. Na decisão, o Ministro Fachin delimitou a superlotação das unidades de internação, estabelecendo em 119% a taxa de ocupação permitida nestas unidades.

Para atender a determinação do Ministro, a juíza titular da VEMSE Dra. Lúcia Gliocche passou a prolatar decisão de cumprimento de medida socioeducativa de *internação domiciliar* para parte dos jovens que estavam internados nas unidades do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas – DEGASE, órgão do Governo do

Estado do Rio de Janeiro. Diferentemente das demais medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente que determinam quais os departamentos e órgãos que devem executá-las e redigir os relatórios individuais dos adolescentes, a *internação domiciliar*, ainda não disciplinada por lei, deixava incerto que órgão acompanharia a execução do remédio e produziria os relatórios individuais. Diante deste impasse, a magistrada consultou as equipes técnicas da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da Comarca do Rio de Janeiro, que aceitaram por ora o desafio de acompanhar os adolescentes e de elaborar os respectivos documentos que permitissem as reavaliações judiciais.

Como X, muitos socioeducandos recém liberados de unidades de internação, cujas famílias estão desempregadas e enfrentam extrema dificuldade financeira para custear o transporte, só conseguem comparecer aos agendamentos nas equipes técnicas do juízo, se acompanhados. Estão extremamente fragilizados e têm pânico de voltarem a sofrer o que vivenciaram. A sala do serviço de Psicologia da Vara de Execução situa-se no prédio do Centro Cultural da Justiça, próximo à Assembleia Legislativa e ao Museu Histórico Nacional, cujos setores educativos e departamento de Cultura desenvolvem atividades de acolhimento preparatórias e posteriores aos atendimentos individuais. As atividades desenvolvidas por esses três parceiros institucionais integram o *Programa Eu Apoio A voz do Adolescente*, proposta pelo serviço de psicologia da VEMSE, que conta ainda com o convênio entre o Tribunal de Justiça/UNIRIO, através do Programa de Extensão *Enredando saberes: impasses da prática* (PROEX-UNIRIO) que incluem os Projetos de Extensão *Em nome do sujeito: encontros de Psicanálise, Educação, Literatura e Artes* da Escola de Educação e *O leitor como protagonista* proveniente da Escola de Teatro. *Eu Apoio A voz do Adolescente* tem também a participação do Projeto Parlamento Juvenil da ALERJ. Esse conjunto de parceiros institucionais com seus profissionais engajados na causa da Socioeducação se juntam ao serviço de Psicologia da VEMSE oferecendo espaços de escuta e de elaboração de questões extremamente complexas, que extrapolam a simples avaliação do adolescente frente ao ato infracional a que responde, acolhendo-o como pessoa em desenvolvimento. Por essa razão, avaliar, mas também auxiliar o adolescente a encontrar melhores soluções para os problemas que contribuíram para a prática do ato infracional encontra-se no escopo da intervenção que o Serviço de

Psicologia do juízo se propõe e que se traduz no documento técnico incorporado aos autos, e que subsidia a decisão da magistrada.

Por outro lado, o reposicionamento subjetivo que convoque o adolescente a agir de acordo com a lei tem relação direta com o fato de o Estado cumprir suas obrigações legais, garantindo a construção de uma robusta rede que oferte de Educação, oportunidade de trabalho, moradia, Cultura, Segurança e transporte. Sem essa rede civilizatória, os filhos da população mais pobre permanecem largados a própria sorte.

SOBRE OS JOVENS E A LEI, ONDE AS OPORTUNIDADES NÃO SÃO IGUAIS PARA TODOS

Como promover efeitos educacionais em jovens que cumprem processos judiciais por conflito com a lei, em um contexto de divisão social radical, em classes econômicas, cujas barreiras, ainda que invisíveis e escondidas, são impostas cotidiana e violentamente nesses mesmos jovens? Enquanto psicanalistas, permaneceremos no campo da subjetividade e da perícia psiquicamente patológica, mas ouvimos histórias de realidade objetiva que se revelam extremamente devastadoras, fazendo com que o acesso à cidadania, ao patrimônio cultural e democrático estejam muito além do alcance da maioria desses jovens.

Do lugar de psicanalistas e professoras universitárias inseridas na polis, visamos com nossas pesquisas ainda em andamento, decorrentes das ações extensivas dos já citados programa e projetos de extensão, um mais além da técnica, a ética, que para nós psicanalistas é sempre ética do desejo. Na perspectiva que assumimos, não é mais possível tomar a psicanálise como apolítica e o psicanalista como indiferente no trato das questões sociais. No pensamento de Freud (1921/1976c), a psicologia individual é também social, desde os primórdios da vivência edípica. Para Lacan, o inconsciente é a política, o que, em nosso entendimento, destaca o quanto somos influenciados, determinados e até manipulados pelo discurso do Outro.

POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

Importante deixar claro que as atividades da Justiça infracional na Comarca do Rio de Janeiro estão divididas em duas varas: a VIJ – Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, que decide pela aplicação da primeira medida socioeducativa de todos os processos de Conhecimento e a VEMSE – Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da Comarca do Rio de Janeiro, responsável por fiscalizar a execução de todas as medidas socioeducativas. Quando um adolescente responde a processo infracional e recebe determinação judicial para que cumpra determinada medida socioeducativa, seu processo é extinto na Vara da Infância e da Juventude – VIJ – e um novo número é gerado, desta vez na Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas do Rio de Janeiro, que irá executá-la até a sua extinção. A VEMSE passou a dispor de um Serviço de Psicologia em Junho de 2017, a partir da lotação da psicóloga e psicanalista Marlise E. D'Icarahy, co-autora desse artigo, que, atendendo à demanda da magistrada Lúcia Glioche, propôs a criação do Programa *Eu Apoio* e as primeiras estratégias do trabalho para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, convidando os já citados Programa e Projeto de Extensão da UNIRIO para uma parceria.

Outros primeiros parceiros do Programa *Eu Apoio* foram o Museu Histórico Nacional – MHN, o Centro Cultural Museu da Justiça – CCMJ e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ, através do Projeto Parlamento Juvenil na ALERJ e dos setores educativos das três instituições. Isso nos permitiu oferecer a todos os adolescentes em cumprimento dessa medida três experiências culturais, mediadas por educadores, historiadores, professores e alunos dos cursos de pedagogia, música, medicina e biologia da UNIRIO, para citar alguns.

Cada visita é mediada pelo setor educativo das instituições parceiras (MHN, CCMJ e ALERJ), onde são abordados temas como os aspectos históricos da formação do povo brasileiro, democracia, justiça, leis, esfera pública, direitos, após a qual, os jovens e todos que acompanham a visita, incluindo familiares dos jovens, os profissionais da secretaria de assistência social (CREAS) são convidados pela psicóloga da VEMSE e pelas professoras da UNIRIO para uma conversa sobre as questões suscitadas nas visitas. Trata-se de uma convocação para que os

adolescentes se manifestem em suas singularidades de sujeitos sobre suas interrogações acerca dos desafios de *Cidadania* que considerem mais relevantes.

Logo após os quatro primeiros meses de funcionamento do Programa *Eu Apoio* pudemos constatar que a maioria de adolescentes atendidos também cumpriu medida socioeducativa mais gravosa, de internação provisória ou definitiva, em meio fechado, onde, não raro, ouvíamos de diferentes jovens relatos semelhantes de tratamento extremamente violento e punitivo dispensado a eles pelas autoridades policiais e nas unidades socioeducativas de meio fechado.

Que destino ético dar a tão dramático dado? Apresentamo-lo às autoridades judiciais e à comunidade acadêmica, para que, congraçados, enfrentemos tão grande desafio. Ainda que somente dentro dos escopos de nossas funções institucionais, compartilhamos a alegria de contribuir para que nossas e outras instituições da rede de atenção ao socioeducando possam ouvir o público jurisdicionado, relativamente à eficácia da intervenção do Poder Judiciário e do Poder Executivo em suas vidas. O acesso a esses dados é importante para a melhoria da prestação jurisdicional e a pacificação responsável dos conflitos sociais.

O recorte social dos adolescentes que respondem a processo infracional corresponde à mesma camada social de excluídos em relação às políticas públicas civilizatórias, de saúde, escola, transporte, segurança, arte etc. Ou seja, os jurisdicionados a quem se atribui autoria nas varas infracionais do Rio de Janeiro são oriundos das camadas mais pauperizadas da sociedade, com baixa escolaridade, pouca inserção no mercado de trabalho, muitos sofrem pressão familiar e social para que “banquem” seu sustento e de familiares.

Loic Waquant, em *As prisões da miséria* (2011), defende a tese que quanto menos o Estado investir em políticas públicas sociais de redistribuição de renda; mais policial e penitenciário ele o será. Isso porque a opção por um Estado menor “é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva” (WACQUANT, 2011, p. 9). O autor argumenta que a política de Segurança Pública, cujo slogan é “tolerância zero” é responsável pelo crescente número de pessoas presas, cujo ponto máximo é o encarceramento sistemático da juventude pobre. Observa que tal modelo surgiu nos anos 90 em Nova York, sendo, em seguida, exportado para a Europa e para a América Latina. Acresce que o ostensivo discurso

das mídias oficiais “naturaliza a ideia de: delinquência dos jovens, violência urbana [...] cujos centros de irradiação seriam bairros sensíveis às incivildades” (WACQUANT, 2011, p. 25). A propagação dessas noções “outorgam-lhes a dignidade de fatos sociais ou mesmo de categorias de análise” (WACQUANT, 2011, p. 25). Wacquant pondera que, na verdade, a insegurança decorre da má distribuição de renda e da manutenção de classes sociais distintas, situações consideradas naturais pelo Estado neoliberal, cuja população mais desfavorecida, sofre duplamente, por ser aquela cujos filhos estão mais propensos a cair nas redes da ilegalidade para sobreviver.

Na ausência de qualquer rede de proteção, é certo que a juventude dos bairros populares pelo peso do desemprego e subemprego crônicos continuará a buscar no capitalismo de pilhagem de rua [...] os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano (WACQUANT, 2011, p.10).

A especificidade do período turbulento de travessia da adolescência apontado na Constituição Federal (1998), e nas leis daí decorrentes, no Estatuto da Criança e do adolescente - Lei 8060 (1990) e no SINASE (2006), já fora demarcada pelo criador da Psicanálise. Em *Romances familiares* (1909 [1908]/1996), Freud ensina que a rebeldia juvenil eclode de modo geral sob intensa batalha subjetiva e que o trabalho psíquico de desligamento da autoridade daqueles que foram fonte de amor é certamente um dos mais difíceis, caracterizando a dolorosa passagem da infância para a vida adulta.

Ao crescer, o indivíduo liberta-se da autoridade dos pais, o que constitui um dos mais necessários, ainda que mais dolorosos, resultados do curso de seu desenvolvimento. Tal liberação é primordial e presume-se que todos os que atingiram a normalidade lograram-na pelo menos em parte. Na verdade, todo o progresso da sociedade repousa sobre a oposição entre as gerações sucessivas (FREUD, 1909 [1908] / 1976d, p. 219).

Os efeitos salutares da rebeldia juvenil não se limitam à conquista de relativa autonomia subjetiva em relação aos valores daqueles que foram as pessoas mais importantes na infância; também do ponto de vista social, a rebeldia juvenil exerce significativa função histórica. A insurreição social que conduziu à derrubada da Monarquia e instauração da República, na Revolução Francesa, de 1789, contou com a participação de adolescentes. Também a história do México presta homenagem à

resistência de seis adolescentes, entre 13 e 19 anos, que se aquartelaram no Castelo de Chapultepec, em 1847, defendendo até à morte seu território natal, contra as investidas estadunidenses.

Evidentemente, que não se pretende com esses dados desresponsabilizar o adolescente que responde a processo infracional pelas consequências de seus atos; mas de, como representantes de discurso institucional, interrogar se a forma como temos lidado com os atos de rebeldia juvenil tem contribuído para a transformação das causas econômicas e políticas que influem nas escolhas individuais desses jovens. Terá o estado conservado unicamente sua dimensão punitiva ao resolver os conflitos sociais envolvendo adolescentes? Poder-se-ia colocar em prática estratégias que busquem provocar efeitos transformadores dos jovens e do tecido social?

Nesse contexto, ouvir os adolescentes, convidando-os a se expressarem sobre o que deveria ser transformado é trabalho socioeducativo crucial. O convite é para que além de se manifestarem oralmente, possam também anexar essas considerações aos processos, através de documento denominado *A Voz do Adolescente*, fazendo ecoar a potente e subversiva voz de nossa juventude, uma voz que talvez possa despertar nossa justiça - reconhecidamente cega, mas não necessariamente surda.

Vem em nosso apoio a obra do filósofo Ansel Honneth (2003), que ao tomar o amor como primeira condição para a constituição subjetiva e ao utilizar as noções de reconhecimento e desrespeito, detecta uma continuidade entre os campos afetivo, social, jurídico e político. Em sua perspectiva, o motor das lutas políticas não é o interesse econômico ou a luta pela sobrevivência, e sim, o sentimento de injustiça que provém de experiências nas quais o reconhecimento é recusado. Sentimento de injustiça que ficaria ancorado nas memórias afetivas, funcionando como impulsionadores de conflitos sociais.

Encontramos também afinidades com as ideias de Judith Butler, que, especialmente, em *Vida precária* (2004), não articula o reconhecimento à identidade, nem situa o problema das questões sociais na redistribuição mais justa de recursos, mas propõe uma nova forma de politização cujo fundamento não mais reside no pai ou no Estado, e sim, na vulnerabilidade. A filósofa propõe que o deslocamento das formas tradicionais do poder e da política e o reconhecimento de que somos todos

vulneráveis poderia produzir uma transformação na relação entre grupos, povos e culturas (BUTLER, 2004, p. 67).

A vulnerabilidade pode ser entendida como tendo uma proximidade com o conceito de castração para nós, psicanalistas. Na fórmula da sexualização proposta por Lacan (1964/1985b), o lado feminino dá lugar ao pensamento de que há sujeitos não-todos seduzidos pela dimensão fálica. Para aqueles que se agarram desesperadamente ao lado masculino, não castrado, imaginariamente completo, narcisicamente embotado, o lado feminino, presente em todos os sujeitos castrados, remete ao horror. Não à toa, passam a aspirar ao extermínio do outro na paixão do ódio.

Ao invés da vitimização, o reconhecimento da vulnerabilidade possibilita à potência, concebendo uma ética e uma estética que consideramos mais próxima do feminino por enfrentar de frente a questão da castração, que rege a lógica masculina, cujas respostas operam como um véu em relação à castração.

Embora acreditemos na Socioeducação, sabemos das dificuldades que cercam o exercício da convocação do sujeito em psicanálise e na sociedade. Fazer operar a função do sujeito difere de um adestramento comportamental. Não há um Ideal a guiar o pensamento, o pensamento não está a serviço de uma moral. Dado que não se trata de uma transmissão de valores e sim da criação de um ambiente transferencial, que permita o questionamento.

Também nos voltamos para o trabalho dos técnicos, alunos e profissionais envolvidos nestas atividades socioeducativas, tanto de Liberdade Assistida como de internação domiciliar. Promover a função do sujeito não passa apenas por considerar as medidas de socioeducação em função da transmissão dos conteúdos da cultura. É importante o momento em que o educador promova um espaço de reflexão sobre os conteúdos apresentados de forma o mais livre possível, ao tempo que siga um princípio ético de não permitir que isso acarrete danos morais aos jovens. Habitar esse limite nos parece ser uma importante tarefa na promoção da função do sujeito e uma importante questão a ser trabalhada neste projeto.

Esperamos, com nossa prática, que a Ética do desejo, transcendendo a qualquer moral pré-concebida, possibilite ao sujeito não ser esmagado pelas violentas forças presentes no contemporâneo que clamam por seu silenciamento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.
- BRASIL. (1990) Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.
- BRASIL. (2006) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA.
- BUTLER, J. (2004). *Vida precária. El poder del duelo y la violencia*. Buenos Aires: Paidós.
- HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- FACHIN, E. (2019) *Ministro impõe medidas contra superlotação em mais quatro unidades de internação de adolescentes*. In: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=412292>.
- FREUD, S. (1976a). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. XXI, pp. 75-173. Rio de Janeiro: Imago. Obra originalmente publicada em 1930 e escrita em 1929.
- _____. (1976b). A questão da análise leiga. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. XX, pp. 205- 295. Rio de Janeiro: Imago. Obra originalmente publicada em 1926.
- _____. (1976c). Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. XVIII, pp. 89-181. Rio de Janeiro: Imago. Obra originalmente publicada em 1921.
- _____. (1976d). Romances familiares. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. V. IX, pp. 241- 249. Rio de Janeiro: Imago. Obra originalmente publicada em 1909 e escrita em 1908.
- LACAN, J. (1982). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminários originalmente proferidos em 1959-1960.
- _____. (1985a). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2a. ed. Seminários originalmente proferidos em 1964.
- _____. (1985b). *O seminário, livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Seminários originalmente proferidos em 1972 e 1973.
- _____. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*, pp. 591-652. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Obra originalmente publicada em 1951.

STENGERS, I. (1990). *Quem tem medo da ciência? Ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano.

WACQUANT, L. (2011). *As prisões da miséria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

PSYCHOLOGY, PSYCHOANALYSIS, ART AND YOUTH INCARCERATION

ABSTRACT

The experience of early incarceration, often exacerbated by violence impetrated by State agents or by anonymous passers-by, is reported by countless adolescents, since the moment of their apprehensions, and extended to the interior of public institutions for socio-educational in Rio de Janeiro. The statistics of this macabre violence remain undervalued. In this wicked scenario, what psychology, psychoanalysis and art can do to help those young people to elaborate such powerful trauma, and to change such a cruel social status quo?

KEYWORDS: Socio-education, adolescence, violence, public institutions, psychoanalysis, art.

PSYCHOLOGIE, PSYCHANALYSE, ART ET INCARCERATION DE JEUNES

RÉSUMÉ

L'expérience d'une incarcération précoce, souvent aggravée par la violence déclenchée par des passants anonymes ou par les agents de l'État, dès le moment de l'appréhension et étendue au sein d'institutions publiques, est rapportée par d'innombrables adolescents en conflit avec la loi arrêtés par décision judiciaire à Rio de Janeiro. Les statistiques de cette macabre violence restent sous-estimées. Dans ce pervers scénario, comment la psychologie, la psychanalyse et l'art peuvent-elles contribuer à l'élaboration subjective d'adolescents qui ont vécu des traumatismes aussi puissants, ainsi qu'à la transformation de ce cruel statu quo?

MOTS-ÉCLÉS: Socioéducation, adolescence, violence, institutions publiques, psychanalyse, art.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

A FORACLUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O MAL-ESTAR REVELADO POR SIGMUND FREUD

Dercirier Freire¹

RESUMO

Direito, política e sociedade formam uma tríade inseparável. As legislações são diretamente influenciadas pelas filosofias jurídicas. A filosofia jurídica alemã denominada Direito Penal do Inimigo legitima o extermínio dos rotulados como inimigos e leva à forclusão dos Direitos Humanos que, por sua vez, culmina em um Direito Louco. Esse cenário político/jurídico é propício ao aparecimento de líderes autoritários. O relacionamento entre os seres humanos é a maior fonte de sofrimento humano apontada por Sigmund Freud no texto “Mal-Estar na Civilização” (1930 [1929]). A dimensão real dos Direitos Humanos mostra sua face ao não ser capaz de impedir que atrocidades sejam cometidas, que sujeitos sejam eleitos inimigos de um Estado e que sejam submetidos a legislações de exceção.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise, Direito, Direitos Humanos, Foraclusão, Mal-Estar

¹ Psicanalista e Criminóloga. Analista associada ao Corpo Freudiano Escola de Psicanálise Seção Rio de Janeiro. Doutoranda em Pesquisa e Clínica em Psicanálise na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PGPSA-UERJ). Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera/Uniderp. dercirier@hotmail.com

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO INIMIGO

É precisamente porque teu próximo não é digno de amor, mas, pelo contrário, é teu inimigo, que deves amá-lo como a ti mesmo (FREUD, 1930 [1929]), p.115).

Direito, política e sociedade formam uma tríade inseparável. O Direito a ser aplicado a uma sociedade está diretamente ligado à política exercida por um Governo. Quando o que está em jogo é o Direito Penal, ou seja, aquele Direito que diz o que é crime e o que não é crime em determinada sociedade, o exercício da política governamental é percebido diretamente pela população.

As teorias jurídicas são utilizadas para que as leis de um determinado país sejam feitas de acordo com suas filosofias. Uma dessas teorias, amplamente aplicada em vários países e no Brasil, é a filosofia jurídica alemã denominada Direito Penal do inimigo.

Essa filosofia legitima o extermínio dos rotulados como inimigos. A população de vários países adere e coaduna com políticas e legislações baseadas nessa filosofia.

Essa doutrina começou a ser desenvolvida na década de 80, tomou corpo na década de 90 e, em 1999, durante um seminário em Berlim, o jurista alemão Günther Jakobs declara que somente aqueles que se comportam como pessoas poderão ser tratados como cidadãos.

Para essa doutrina *pessoa* é todo aquele que obedece às leis penais vigentes. Quem tiver comportamento contrário a essas leis, deverá ser excluído da cidadania, ou seja, perderá seus direitos civis, se transformará em inimigo, em uma *não-pessoa*, em um não-humano.

Essa doutrina influencia as políticas públicas de segurança, assim como, fundamenta leis que criminalizam determinados grupos que não sejam bem-vindos. Ela visa o combate à criminalidade através da punição maciça e/ou extermínios dos considerados inimigos.

Assim, aqueles que são inimigos da sociedade e, conseqüentemente do Estado, não devem ter os mesmos direitos humanos que os demais indivíduos, pois cometeram um crime previsto na legislação de seu país.

Mas o que é um crime? Crime é aquilo que o Estado diz que é crime. Por exemplo: matar um ser humano é crime? Sim e não. Pois dependerá de em quais circunstâncias se mata alguém. Também depende de quem mata quem. Principalmente se é o Estado legitimado por leis baseadas na teoria do Direito Penal do Inimigo que matará.

Sigmund Freud não escreveu textos diretamente direcionados ao estudo da criminologia. Entretanto, muitos de seus textos serviram para um questionamento do saber criminológico positivista. A concepção freudiana de sujeitos e, principalmente, seus textos sobre guerra e mal-estar nos ajudam a pensar na política e em seus efeitos.

Em “Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte” (1915), Freud afirma que “o Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la tal como o sal e o fumo” (FREUD, 1915, p. 289). O monopólio estatal de meios coercitivos é justificado pela segurança que, a princípio, o Estado oferece a população. Para isso, o Estado permite-se toda forma de violência e trata os cidadãos como crianças:

Um Estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo. Emprega-se contra o inimigo não apenas as regras de guerra aceitas, como também a mentira deliberada e a fraude... O Estado exige grau máximo de obediência e de sacrifício de seus cidadãos; ao mesmo tempo, porém, trata-os como crianças, mediante um excesso de sigilo e uma censura quanto a notícias e expressões de opinião. (FREUD, 1915, p 289).

Quem são os indivíduos considerados não-pessoas e como tal inimigos do Estado e da sociedade? Quem são esses inimigos? Depende da época, do contexto histórico, dos preceitos morais de um povo, ou seja, depende da política vigente em cada Estado em cada época.

Hereges e mulheres na Idade Média. Judeus, negros e homossexuais no Nazismo. Usuários de drogas nos EUA, principalmente, nas décadas de 70 e 80.

Esses são alguns poucos exemplos de inimigos do Estado, dos quais se retirou discursivamente a condição de humanidade com o intuito de rotulação, segregação e abate. Destinatários dos mais desmoralizantes rótulos: inferiores, vagabundos, monstros. Todos condenados por políticas públicas por serem algo, pertencerem a um determinado grupo e não por terem feito algo.

Assim, é criada uma dicotomia nós *versus* eles, *eles*, leia-se inimigos e como tais serão perseguidos. O historiador, filósofo e sociólogo francês René Girard, em “O Bode Expiatório” (2004) mostra que em toda e qualquer sociedade é possível analisar o processo persecutório que enseja no bode expiatório – o perseguido, o estigmatizado, o culpado. Essa dicotomia (nós x eles) estabelece-se por diversos critérios. Além dos fatores culturais, religiosos e políticos. Somam-se a esses a chamada loucura.

A loucura sempre foi alvo de perseguições. Os chamados de loucos foram perseguidos nos diversos períodos históricos da humanidade. Recebem o rótulo de louco desde os sujeitos psicóticos a quaisquer outros sujeitos cujo comportamento seja inadequado socialmente.

Em “O Futuro de uma Ilusão”, Freud afirma que “todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização”, pois carregamos os sacrifícios que a civilização nos impõe como um pesado fardo. Logo, a civilização tem que ser defendida contra o indivíduo, e os regulamentos, as instituições e as ordens destinam-se a essa tarefa. Para Freud “Todo esse aparato regulador e administrador é monopolizado por uma minoria que compreendeu como obter a posse dos meios de poder e coerção e os impõem a uma maioria resistente” (FREUD, 1927, p. 16). É nessa maioria resistente que se encontram os inimigos a serem punidos duramente pelo Direito Penal do Inimigo.

Mas é necessário que o ranço persecutório seja fomentado na população. Quando não se consegue lidar adequadamente com problemas sociais, faz-se necessário apontar um culpado ao qual nenhuma tolerância será concedida.

Assim, usam-se máscaras discursivas entronizando nos indivíduos que este ou aquele grupo é inimigo do Estado e da sociedade. Raúl Zaffaroni¹, no livro “O Inimigo no Direito Penal” (2006) diz haver uma propaganda através de recursos discursivos maciços que subvertem valores sociais de maneira a destruir a imagem de determinado grupo de pessoas, que passam a ser tratadas como não cidadãos, como seres inferiores, contra os quais tudo é válido, até mesmo porque não são destinatários de direitos.

O elemento mais bem explorado na estruturação da *máscara* discursiva é o medo, o pavor, o apontamento do outro (inimigo) como potencial causador de todos os males. É o medo do desconhecido, do diferente, do incontrolável. Pensar o *outro* como fonte de medo é a base de autorização psíquica para a eliminação deste, como instrumento de alívio da tensão causada.

O sociólogo Zygmunt Bauman, no livro “Estranhos à nossa porta” (2016), analisa a questão do medo em relação aos refugiados. Essa questão foi explorada discursivamente nos últimos anos na União Europeia e, com maior agressividade, na campanha presidencial nos EUA que elegeu o presidente Donald Trump em 2016. Bauman revela preocupação com a repulsa política aos refugiados, apresentados à população como invasores *na* disputa pelos espaços urbanos. A tensão entre o cidadão e o estrangeiro é criada a partir de um discurso que explora o medo, a crise econômica, o desemprego e o temor de perder o *status quo*. Elege-se um determinado grupo de pessoas à categoria de inimigo.

No Brasil esse tipo de filosofia encontra respaldo. Tanto com a criação de leis que visam punir com mais rigor determinados grupos, quanto em políticas públicas de combate à criminalidade com ofensiva agressiva contra um grupo específico de cidadãos. O que está em jogo nesse tipo de política é a criminalização excessiva de grupos específicos, assim como, o extermínio dos eleitos como inimigos da sociedade.

¹ Eugenio Raúl Zaffaroni é um jurista e magistrado argentino. Foi ministro da Suprema Corte Argentina de 2003 a 2014 e, desde 2015, é juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Professor emérito e diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires, é também doutor *honoris causa* pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela Universidade Federal do Ceará, pela Universidade Católica de Brasília e pelo Centro Universitário FIEO.

No Brasil, pessoas são detectadas e executadas ao portarem uma arma de fogo de grande calibre. Toda a cadeia de crimes cometidos para que a arma chegue às mãos dessas pessoas não é fruto de uma criminalização mais enérgica. Somente aos pobres e indesejáveis é destinada a política de abate.

Vejamos como se dá esse processo:

1º Ficamos diante de uma situação de emergência social (*pestes, crises econômicas, catástrofes naturais, violência urbana, refugiados, doenças estigmatizadas.*);

2º aponta-se um culpado, ou seja, o *inimigo*;

3º retira-se a condição humana do *inimigo*, através da exploração do medo, e legalmente através de leis duras. Assim, o inimigo pode ser combatido sem maiores resistências morais.

Ao retirarmos a condição humana do dito inimigo, a este podem ser aplicadas todo tipo de pena, inclusive a morte sumária.

A FORACLUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma, vez criada, não será violada em favor e um indivíduo (FREUD, 1930 [1929]), p.102).

Jacques Lacan, “Em Introduções teóricas à criminologia”, diz que nem o crime, nem o criminoso pode ser concebido fora de sua referência sociológica. Se a referência sociológica é de tirania e houver um conjunto de diferenças cujos indivíduos sejam alçados à categoria de inimigos tem-se um Direito Louco - termo usado pelo psicanalista francês Jean-Gérard Bursteins – no livro “Hitler, a Tirania e a Psicanálise: ensaio sobre a destruição da civilização -, isto é, um Direito desconectado da Lei”. Gérard Bursteins defende uma teoria de psicose social, na qual há rejeição radical do pacto legislativo. O pacto legislativo é o que obriga todos – homens e mulheres – a serem irmãos simbolicamente.

No Direito Louco, há a foraclusão² dos Direitos Humanos, apenas para aqueles que são inimigos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 10 de dezembro de 1948 prevê no primeiro artigo: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo I).

Logo, todos os seres humanos são titulares de direitos humanos, pois nascem livres e iguais. Prossegue a Declaração que todo ser humano tem a capacidade para gozar de todos os direitos estabelecidos nela, sem “distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo II).

Entretanto, vemos que, infelizmente, os Direitos Humanos não nos garantem nenhuma segurança. Vemos em diversas nações que os Direitos Humanos são ignorados e as pessoas são categorizadas e tratadas de acordo com os lugares que ocupam. Se no cotidiano da vivência práticas discriminatórias existem, quando é o Estado que institui essas práticas, ao criar grupos de inimigos a serem perseguidos, ocorre o que Gerard Bursteins chama de Direito Louco.

Podemos pensar os Direitos Humanos a partir de três dimensões:

1 – Dimensão simbólica: sob a forma de Lei, coloca em cena a eficácia do Nome-do-Pai;

2 – Dimensão imaginária no sentido dado aos Direitos Humanos pela cultura;

3 - Dimensão real: impossibilidade dele de existir.

Diante de um Direito Louco, com os Direitos Humanos esvaziados, tem-se um contexto político que viabiliza o surgimento de líderes autoritários surgem como salvadores para defender seus seguidores.

² Termo usado por Jacques Lacan e que caracteriza a estrutura clínica psicose. Retirado do Direito francês, *forclusion* significa, em psicanálise, que não houve a inscrição simbólica.

Em “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, vemos que são os laços libidinais que caracterizam um grupo. Os grupos podem ter ou não líderes. O elemento de coesão entre os membros do grupo pode ser uma ideia ou um líder, ou por ambos ao mesmo tempo.

Freud considera as massas preguiçosas e pouco inteligentes. Para ele só através da influência de indivíduos que possam fornecer um exemplo e a quem reconheçam como líderes, as massas podem ser induzidas a efetuar o trabalho e a suportar as renúncias exigidas pela existência.

Se o líder for imbuído de valores benéficos e tenha dominado seus próprios desejos pulsionais tudo sairá bem. Mas, como isso é quase impossível, as consequências nefastas são facilmente previsíveis. Afinal, a ambição em liderar já explicita a não abdicação pulsional do líder e que ele estará em condições de usar a massa acéfala a serviço de suas ambições pulsionais. (FREUD, 1927, p. 17).

Um líder que atenda ao ideal de caça aos inimigos ocupa a posição de ser exatamente o espelho que seus seguidores almejam. Normalmente é capaz de adaptar seu discurso para atrair diferentes pessoas. Nesses discursos, racismos e extermínio do diferente associam-se a doutrinações religiosas e consegue influenciar as pessoas como verdadeiros seguidores hipnotizados por uma matriz próxima do apaixonamento. Não há argumentos contrários para furar tais discursos hipnotizantes. Conforme observado por Freud, “Os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões” (FREUD, 1927, p.18).

Em seu desamparo infantil, os seguidores aderem ao pai que veem na figura do líder. Esse, por sua vez, encarna o lugar daquele que tudo sabe como um líder religioso extremista. Aliás, não raras vezes, esses líderes utilizam-se de conteúdo religioso. Ao falar do líder religioso de forma crítica, Freud diz que “seus seguidores descobrem que estão destinados a permanecer uma criança para sempre, que nunca poderão passar sem proteção contra estranhos poderes superiores, então, emprestam esses poderes à figura do pai” (FREUD, 1927, p. 33).

Segundo Freud, as doutrinas religiosas são todas elas ilusões e, algumas delas, podem ser comparadas a delírios. Nas ilusões o que está em jogo são desejos humanos. As ilusões podem ser realizáveis ou não realizáveis por estarem em

contradição com a realidade. Por exemplo: uma moça ter a ilusão de casar-se com um homem rico pode acontecer ou não. “Mas que o Messias chegue e funde uma idade de ouro é muito menos provável. Assim, os discípulos seguem na ilusão da idade de ouro, do paraíso prometido” (FREUD, 1927, p.39).

Tais líderes encarnam o pai que protege e pune. Seus seguidores tanto anseiam por sua proteção e nela confiam, assim como o admiram. Temem esse pai que não se abstém de usar meios coercitivos duros para impor sua lei, mas os protegerá. Os seguidores não questionam as políticas duras e que atingem os direitos humanos. Os seguidores não questionavam as ordens, e submetem-se e apoiam seus líderes exatamente como Étienne de La Boétie definiu em “O Discurso da Servidão Voluntária”.

Contrária ao preceito comum de servidão, a servidão voluntária é uma expressão enigmática porque considera a servidão como algo que parte da vontade do indivíduo. Esse enigma, Boétie, esclareceu tirando o foco da questão do tirano e perguntando aos tiranizados porque eles aceitavam o tirano. Por que os tiranizados dão ao tirano os seus olhos, pés, corpo e alma?

Eles responderam: porque nós todos somos tiranetes: a tirania não depende do mal, nem do mau-caratismo do tirano, ela depende do desejo de cada um dominar o outro. Aqueles que se submetem ao autoritarismo são desejosos de autoritarismo.

Assim, vemos a anuência da população ao serem editadas penas mais duras e julgamentos mais rápidos.

CONCLUSÃO

Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte (FREUD, 1930 [1929], p.126).

Em o “Mal-Estar na Civilização” (1930 [1929]), Freud aponta 3 fontes de sofrimentos do humano: o poder superior da natureza, a fragilidade dos nossos próprios corpos e o relacionamento entre os seres humanos. Esse último sofrimento é, segundo Freud, o mais penoso. A vida em civilização exige renúncias pulsionais.

O Direito exerce a função de regular o relacionamento entre os indivíduos. As leis, o conjunto de códigos refletem os ideais políticos de cada Estado. As nações possuem um pacto de convivência, respeito e dignidade entre os humanos: a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A dimensão real dos Direitos Humanos mostra sua face ao não ser capaz de impedir que atrocidades sejam cometidas, que sujeitos sejam eleitos inimigos de um Estado e que sejam submetidos a legislações de exceção.

Freud, ao final do texto sobre o “Mal-estar na Civilização” diz não ter coragem de ocupar o lugar de profeta. Entretanto, ressalta que a questão fatídica para a espécie humana é saber até que ponto o desenvolvimento cultural irá conseguir dominar a perturbação causada pela agressividade e conclui: “Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em esse exterminarem uns aos outros, até o último homem” (FREUD, 1930 [1929] p.147). E finda o texto perguntando: “Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado?” (FREUD, 1930 [1929]) p.148)

Por fim, ressalto que todas as condutas dos Estados totalitários e as consequentes barbáries foram legais, pois havia leis que permitiam tais condutas. A filosofia das leis de um Estado coaduna com as políticas implementadas. Foracluir os Direitos Humanos é o ápice da permissibilidade a todo tipo de barbárie.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia do Direito Penal. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2017.

BURSZTEIN, Jean-Gerard. *Hitler, a tirania e a psicanálise*: ensaio sobre a destruição da civilização. Rio de Janeiro: Companhia de Feud, 1998.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acessado em: 31/08/2018.

JAKOBS, Günther. *Proteção de Bens Jurídicos? Sobre a Legitimação do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Livraria do Advogado, 2018.

Jacques Lacan (1950). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 127-151.

BOÉTIE, Étienne de La.(1549) *Discurso da Servidão Voluntária*. L.C.C. Publicações Eletrônicas – eBookLibris, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autentica, 2013.

FREUD, S. (1915). Reflexões para os tempos de Guerra e Morte. In: *ESB*, op. cit., v.XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. (1921). Psicologia das Massas e Análise do eu. In: *ESB*, op. cit., v.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. (1927). O Futuro de uma Ilusão. In: *ESB*, op. cit., v. XXI, 2006.

_____. (1930 [1929]). O Mal-estar na civilização. In: *ESB*, op. cit., v. XXI, 2006.

GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus, 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminologia: aproximación desde um margen*. Bogotá: Temis, 1988.

THE FORECLOSURE OF HUMAN RIGHTS AND MALAISE ANTICIPATED BY SIGMUND FREUD

ABSTRACT

Law, politics and society form an inseparable triad. Legislation is directly influenced by legal philosophies. The German legal philosophy called the Enemy's Criminal Law legitimizes the extermination of labeled enemies and leads to the foreclosure of Human Rights which, in turn, culminates in a Crazy Law. This political/legal scenario is conducive to the emergence of authoritarian leaders. The relationship between human beings is the greatest source of human suffering pointed out by Sigmund Freud in the text *Malaise in Civilization* (1930 [1929]). The real dimension of human rights shows its face in not being able to prevent atrocities from being committed, subjects to be elected enemies of a state, and subjected to exceptional legislation.

KEYWORDS: Psychoanalysis, Law, Human Rights, Forclusion, Malaise.

LA FORACLUSION DES DROITS DE L'HOMME ET DU MAL ÉVOUÉE PAR SIGMUND FREUD

RÉSUMÉ

Le droit, la politique et la société forment une triade indissociable. La législation est directement influencée par les philosophies juridiques. La philosophie juridique allemande appelée loi pénale de l'ennemi légitimise l'extermination des ennemis étiquetés et conduit à la forclusion des droits de l'homme, qui aboutit à une loi folle. Ce scénario politique / juridique est propice à l'émergence de dirigeants autoritaires. La relation entre les êtres humains est la plus grande source de souffrance humaine signalée par Sigmund Freud dans le texte *Malaise in Civilization* (1930 [1929]). La dimension réelle des droits de l'homme se manifeste par l'impossibilité d'empêcher que des atrocités soient commises, d'être des ennemis élus d'un État et soumises à une législation exceptionnelle.

MOTS-ÉCLÉS: Psychanalyse, Droit, Droits de l'homme, Forclusion, Malaise.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

DITADURA CIVIL- MILITAR E PROCESSOS DE NOMEAÇÃO DA DOR: QUANDO A ARTE PRODUZ SUTURAS NO REAL

Estefânia Corrêa Borela¹
Marcos Pippi de Medeiros²

RESUMO

A finalidade do trabalho é de construir ligações entre a psicanálise e a arte, produzida no período da ditadura civil-militar brasileira. Trata-se, por conseguinte, de uma pesquisa que utiliza a metodologia psicanalítica para a sua constituição. Assim, o texto traz no seu corpo reflexões sobre a gestação e a implantação do momento ditatorial, enlaçando com os movimentos advindos recentemente para pensar as semelhanças detectadas e, sobretudo, passando pela função da arte e do artista nessas ocasiões, pela resistência nascida das palavras e pelo trauma e seu laço com a literatura. Por fim, a proposição de se investigar acerca das temáticas mencionadas nos levou à compreensão da arte como dispositivo de nomeação das feridas impostas nesse tempo histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar; psicanálise; arte; resistência; história.

¹Psicóloga. Residência em Saúde, Maternidade Darcy Vargas. E-mail: estefaniaborela@gmail.com

² Professor do curso de Psicologia da Universidade Franciscana – UFN; Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; integrante do LAPPAP – Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política. Endereço: Rua Ernesto Lopes, 20 97110-280 Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: marcospippi.m@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sob a luz dos anos 1960, o território brasileiro presenciou mudanças que marcariam sua história e, definitivamente, modificariam suas relações sociais, políticas, culturais e econômicas. Com o golpe civil-militar de 1964, já há algum tempo sendo gestado pelas forças correspondentes, o então presidente do Brasil, João Goulart, é deposto da sua função. Assim, o Brasil¹ entra em estado de exceção, cuja característica é a diluição absoluta da democracia. No caso do Brasil, o pretexto utilizado foi o de resguardar a família (burguesa) e não permitir que a ofensiva comunista assumisse o poder, contando com o auxílio dos Estados Unidos no processo (BIZ, 2012).

Nesse período obscuro de ruptura democrática, ocorreu a ebulição cultural, de modo a potencializar a produção artística nos mais variados âmbitos (literatura, música, cinema, artes plásticas e afins). Sob o império da repressão, a cultura foi notadamente mirada², sobretudo a partir do Ato Institucional nº5, que passou a censurar a imprensa e os veículos de comunicação (TORRESINI, 2012). Desse modo, os militares passaram a frear, proibir e extinguir toda e qualquer manifestação que colocasse em evidência posturas políticas contrárias ao regime militar. Tais ações não se restringiam a objetos, mas também atingiam pessoas. Logo, à medida em que grupos de luta e resistência surgiam e se fortificavam frente à ditadura, intensificavam-se a repressão, a perseguição, as torturas e os assassinatos políticos.

Se considerarmos que a arte, enquanto produção humana, busca exatamente produzir fissuras no real, expor o espaço, provocar novas elaborações sobre ele e endereçar críticas a algo (muitas vezes por vias que necessitarão de deciframento), torna-se óbvio o porquê da coerção a ela. Ao monopolizar os processos culturais, a ditadura controlou o espaço das ideias hegemônicas. Com isso, a arte ficou com a

¹ É válido ressaltar que inúmeros países sul-americanos atravessaram processos ditatoriais no século XX, tais como o Chile, a Argentina e o Uruguai.

² Em estudos posteriores realizados para esta pesquisa, encontrou-se semelhante afirmação em Sodré (1987).

função de romper com a supremacia imposta, estabelecendo descontinuidades e, por conseguinte, catalisando ações que colocavam o sistema em questionamento.

A partir dessa constatação, observa-se a possibilidade de resgatar histórias não contadas integralmente, viabilizando a renomeação dessas cavidades que permanecem latejando no social. Em face disso, nasceu o seguinte questionamento: como acontece a utilização da arte como dispositivo para elaborar o processo da ditadura civil-militar brasileira? Este texto não se propõe unicamente a dar respostas, mas também busca abrir novos olhares acerca da temática. Apesar dos inúmeros trabalhos que relacionam a arte e a ditadura, acredita-se que esta nova proposição de concentração é válida justamente pelo fato de os anos ditatoriais se fundarem como um período categórico e que segue impactando todos os cidadãos – de forma direta ou indireta. Logo, é um tema que não se esgota e sobre o qual não podemos parar de falar e elaborar sentidos, visto que a defesa da democracia perpassa a contação da nossa história, a fim de que não voltemos ao obscurantismo ditatorial.

Para essa construção, foram utilizadas produções literárias e produções audiovisuais, fundamentais para a nossa complementação e compreensão histórica. Pontua-se que uma das vias de suporte textual foi a psicanálise, tanto para a fundamentação teórica quanto para fins metodológicos de pesquisa. Um dos pontos fundamentais que difere este modo de realizar pesquisa refere-se ao fato de tanto o pesquisador quanto o objeto de estudo sofrerem modificações ao longo do processo (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006). Desse modo, o resultado obtido por meio do estudo não se configura como algo previamente concebido, sem que haja ali a marca de quem o fez. Muito pelo contrário: ao não se focar apenas na ratificação de algum resultado, viabiliza-se que o pesquisador introduza o seu modo de fazer, não permitindo, portanto, o assujeitamento de quem edifica o estudo. Outra ferramenta da qual se fez uso é o diário de campo metapsicológico, utilizado aqui para marcar sensações, experimentar composições de palavras, selecionar poesias e, sobretudo, para registrar ideias que emergiam no decorrer do tempo. Conforme Iribarry (2003, pág. 126), “o diário clínico permite que o pesquisador deixe fluir associações significantes formando uma trama, um tecido textual, em que sua experiência fica registrada”.

Portanto, para além de um marcador de pensamentos, o diário de campo metapsicológico assumiu um caráter de testemunho do trajeto percorrido.

Para a escrita, utilizaram-se a transferência instrumentalizada e a leitura dirigida pela escuta, conforme Iribarry (2003). Logo, a escrita do ensaio metapsicológico possui o que podemos chamar de vida própria, isto é: letra e escritor se misturam e, dessa fusão tão heterogênea e singular, nasce o texto final.

Por fim, não se coloca a arte com uma acepção estanque, mas como um caminho para restaurar a ferida, pois “a arte renova sempre este curativo, esconde e trata a ferida, mas a ferida nunca cicatriza totalmente. Como poderíamos cicatrizar o vazio?” (SOUSA, 2014, pág. 788). É tendo em vista a impunidade que reina perante aqueles que provocaram esses muitos vazios que a arte sustenta o seu lugar de continuar não permitindo que esse período seja esquecido. Entretanto, ela não faz isso enquanto veículo que busca uma anestesia da dor, mas como uma possibilidade de nomeação da própria ferida.

A GESTAÇÃO E A INSTAURAÇÃO DO REGIME CIVIL-MILITAR

O fim do período ditatorial no Brasil contabiliza 33 anos; porém, as fissuras ocasionadas pelas duas décadas de ausência da democracia permanecem enraizadas na estrutura social do país. Os restos observáveis da ditadura são tantos que falar em resto não parece o mais adequado, mas sim em fendas. E elas estão em todos os campos: no pensamento que segue aliado ao imperialismo norte-americano; na impunidade perante os torturados, de pessoas coligadas aos militares que praticaram crimes de todas as ordens; na impossibilidade de elaboração do luto de inúmeras famílias que não encontraram os corpos de seus entes; nas heranças sociais, culturais e psicológicas que ainda refletem nas vidas brasileiras.

Para tanto, faz-se necessário um pequeno transcurso por entre tais acontecimentos. Conforme Delgado (2010), as posturas de Jango, como era costumeiramente chamado João Goulart, prediziam mudanças sociais no país, tendo em vista que o ex-presidente trazia no seu cerne ideias que caminhavam mais próximas à classe trabalhadora. A partir da anunciação do cumprimento das

chamadas reformas de base (cujos objetivos versavam, sobretudo, para a redução da centralização de renda e de terra), abriu-se uma porta para que determinados conjuntos sociais se articulassem com o objetivo de substituir o então modelo de governo por outro que correspondesse aos próprios anseios, isto é: a manutenção dos privilégios históricos. Delgado (2010, pág. 126), acerca desses conjuntos sociais, afirma que “destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu”.

A partir disso, foram descortinadas ações que almejavam a polarização entre os eixos político-sociais. Tais atos foram orquestrados pelos militares, com forte ajuda dos Estados Unidos, além dos segmentos apontados anteriormente (DELGADO, 2010). No que diz respeito aos Estados Unidos, documentos provenientes da CIA³ demonstram a influência do país no desmantelamento⁴ governamental do presidente João Goulart (BIZ, 2012). É mister destacar a inserção desse país ocorre por interesses econômicos. Eduardo Galeano, em seu livro “As veias abertas da América Latina”, apresenta inúmeros motivos pelos quais o país estadunidense se introduz no processo de dissolução democrática, exemplificando: “No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes, Jânio Quadros e João Goulart, antes que o marechal Castelo Branco, assaltante do poder em 1964, amavelmente as cedesse à Hanna Mining Co”⁵ (GALEANO, 2015, pág. 193-194).

Assim, foram se desdobrando acontecimentos que desaguaram no golpe civil-militar, cuja concretização é explicada pelo anseio que se tinha de salvar o Brasil de uma ofensiva comunista e proteger a família cristã. Nesse ínterim, para fins de constatação do que foi afirmado acima, podemos lançar mão da produção audiovisual “Cabra Marcado para Morrer”, com direção de Eduardo Coutinho. Nessa produção, é ilustrado o cenário de 1964 e o medo que havia sido inserido no imaginário coletivo de uma tomada comunista. Para tanto, o filme foi gravado acompanhando a vida da líder

³ Central de Inteligência Americana, órgão dos EUA.

⁴ Conforme Biz (2012), essa influência era constante e realizada em países que não estavam de acordo com a política visada pelos EUA.

⁵ Empresa estadunidense que trabalha com minério de ferro.

camponesa Elisabeth Teixeira, de seus familiares e amigos, visando relatar a história de seu esposo, João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé⁶, assassinado em conflito pela terra. Em virtude da instauração do golpe civil-militar, as gravações foram interrompidas quando os militares cercaram o local onde estava sendo realizada a filmagem, a qual foi retomada somente após a abertura democrática.

O longa-metragem é fundamental para a compreensão desse momento por dois motivos: 1) a filmagem se dá em tempo real, ou seja: não se trata de uma produção ficcional, mas sim de uma amarração da vida e da história dos sujeitos, das suas relações e suas lutas. Desse modo, demonstra a chegada dos militares e do uso do pretexto de que se tratava de uma articulação comunista que dispunha de armas para provocar desordem. O filme também mostra a necessidade de fuga e a busca por esconderijo na mata; 2) em virtude da parada na filmagem, quando ela é retomada consegue impactar ainda mais ao mostrar as lacunas produzidas pela ditadura, haja vista que Elisabeth permanece, ao longo desse tempo, na clandestinidade, afastada de sua família. Logo, já nos coloca em face com evidências traumáticas, conceito que será trabalhado posteriormente neste texto.

Outro recorte basilar a ser posto aqui é o manifesto dos militares após o golpe. Publicado no jornal “Correio da Manhã”⁷, em 2 de abril de 1964, o comunicado traz elementos importantes para esta análise. Segue a nota⁸ completa extraída do referido jornal:

GENERAIS PROMETEM VOLTA À LEGALIDADE

Os gen. Arthur da Costa e Silva, Humberto Alencar Castelo Branco e Décio Paleiro de Escobar, membros do Alto Comando, encaminharam manifesto a seus camaradas do Exército. Publicamos o documento na íntegra.

Manifesto

“Em ostensivo conluio com notórios *elementos comunistas*⁹, sob cujo domínio parece até mesmo encontrar-se, o presidente João Goulart vem-se colocando

⁶ Localizada no estado da Paraíba.

⁷ Jornal de circulação no Rio de Janeiro, RJ.

⁸ Em virtude da impossibilidade de anexar a imagem do jornal, optou-se pela transcrição completa da nota.

⁹ Grifos realizados com a finalidade de destacar as passagens que corroboram o que foi pontuado anteriormente.

na mais flagrante ilegalidade, através de sucessivos atentados à prática justa do regime democrático. Violando, por intervenções e pressões de toda ordem, a autonomia de vários Estados da União, acabou por tornar letra-morta o próprio princípio federativo. Pressões ilegítimas, através mesmo do *acionamento de organismos sindicais*, são fomentadas contra o pleno exercício do Congresso Nacional, violentando a soberania de um dos Podêres da República. A Nação está sendo mantida em permanente sobressalto que cada vez mais a ameaça do caos econômico-social, negando-se ao povo o clima de tranquilidade e de ordem indispensável ao trabalho honesto e fecundo, ao desenvolvimento da economia nacional e ao aprimoramento da justiça social. Nessa obra de distribuição *de nossas mais caras tradições democráticas e cristãs*, as liberdades públicas encontram-se dia a dia ameaçadas por medidas discriminatórias que impedem a livre manifestação do pensamento.

Atentado

Para golpear a fundo o regime democrático, atentar-se sistematicamente contra as instituições militares que a Constituição Federal requer sejam “organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. É, pois, na sua estrutura e na sua essência mesmo que as Forças Armadas estão sendo destruídas, quando se subverte a hierarquia e é o *próprio presidente da República quem incita à indisciplina e oferece plena cobertura a motins desencadeados, à vista do povo todo, sob a orientação de comunistas conhecidos*. Dessa forma, esvai-se a autoridade de um presidente da República que a si mesmo não se respeita, em atitudes de franca demagogia e de menosprezo total aos padrões fundamentais das *próprias forças, postas, em nome da Segurança Nacional. Sob a sua alta direção. E, tanto mais quanto essa autoridade busca, a todo momento, exerce-se com amplo desrespeito à lei suprema do país, feridas em seus princípios essenciais. Destinam-se as Forças Armadas, como estatui a Constituição, a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. E é justamente para que possam elas integralmente cumprir tal destinação constitucional, que se impõe, sem tardanças, dizer um “Basta!” terminante a essas manobras desagregadoras e subversivas. O exército Brasileiro, fiel a todo o seu passado de devotamento à Pátria, não pode mais assistir impassível – muito menos prestar qualquer colaboração – à trágica derrocada das próprias instituições militares*.

Conclamação

Conscientes das responsabilidades que nos cabem como Chefes, conclamamos a todos os camaradas do Exército Brasileiro, sem distinção de postos ou de graduações, a cerrar fileiras em nome da Segurança Nacional para salvaguarda da estrutura das nossas Forças Armadas irmãs, Marinha e Aeronáutica, bem como as Forças Auxiliares Estaduais, reservas do Exército, não nos faltarão em seu apoio. *Teremos com tal atitude efetivamente evitado a luta fratricida que, na verdade, vem sendo preparada, irresponsável e criminosamente, pelo presidente da República e seus aliados comunistas*. E, coesos e unidos, restauraremos a legalidade, como é do nosso dever, assegurando a plena vigência do regime democrático. Camaradas do Exército, unamo-nos em defesa do Brasil. Esta é a hora decisiva” (JORNAL O CORREIO DA MANHÃ, pág. 1, 1964).

Através dessa constatação, reconhece-se a criação de um plano fantasmático de ofensiva comunista, o qual fora utilizado como ferramenta de manipulação e implantação da ditadura civil-militar que viria a ser, durante 21 anos, um dos capítulos mais sombrios da história brasileira, sobretudo pela perseguição operada contra aqueles que se posicionavam contra o cenário de extermínio de direitos e pessoas. Agamben (2004, pág. 13) discute que “o totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”.

Nesse ponto, solicitamos o comparecimento do instrumental psicanalítico, pois reconhecemos nele a condição de articular diagnósticos da esfera social e da história, de modo a emprestar ferramentas analíticas para a decifração do sujeito nesse momento, além de ferramentas inventivas para a possibilidade de concepção de novos modos de vida.

Então, recorreremos à Freud para pensar o sujeito no coletivo, adicionando o elemento de massa. Poderíamos propor que o conceito sob a luz do pensamento freudiano nos permite refletir sobre a constituição do psiquismo não apenas no campo individual, mas também no coletivo e, sobretudo, compreender que a psicanálise nos dá suporte para a análise de fatos recentes da cronologia histórica, tendo em vista que os fatos se reatualizam. A fim de compreendermos a dimensão que esse posicionamento que assume em Freud, transcrevemos a seguinte passagem:

Na vida psíquica do indivíduo, o outro entra em consideração de maneira bem regular como modelo, objeto, ajudante e adversário e, por isso, desde o princípio, a psicologia individual também é ao mesmo tempo psicologia social nesse sentido ampliado, porém inteiramente legítimo (FREUD, 1921/2013, pág. 35).

Seguindo com Freud (1921/2013), detectamos que a introdução do sujeito nessa massa produz alterações psíquicas, modificando a afetividade para um grau maior e amortecendo a competência intelectual. Esses procedimentos “estão orientados para uma adaptação aos demais indivíduos da massa; um resultado que

só pode ser atingido mediante a supressão das inibições dos impulsos próprias a cada indivíduo e mediante a renúncia às conformações especiais de suas inclinações” (FREUD, 1921/2013, pág. 69). Tal fenômeno visa à moldagem do sujeito aos demais membros da massa, de modo que o sujeito inserido nela adquire novas marcas. O enlace à massa é sustentado através de processos identificatórios, de um poder que Freud remete à Eros e às ligações libidinais, tanto com o líder quanto com os demais sujeitos pertencentes à massa (FREUD, 1921/2013). Em face disso, o apoio de segmentos da sociedade civil à ditadura pode ser relacionado aos processos que o sujeito atravessa ao ser introduzido na massa e ao conceito de identificação, proposto por Freud (1921/2013) como o aparecimento mais primitivo de ligação com outro sujeito. Logo, essa consideração pode nos dar aporte para adentrar mais profundamente nos laços estabelecidos, tendo em vista que a identificação pode adotar o modo de eliminação. Segundo Freud (1921/2013, pág. 99), “a identificação é ambivalente desde o início; ela pode se voltar tanto para a expressão da ternura quanto para o desejo de eliminação. Ela se comporta como um derivado da primeira fase da organização libidinal, a fase oral, em que se incorporava o objeto desejado e apreciado ao comê-lo, aniquilando-o como tal”.

Como decorrência disso, é possível localizar a relação entre o desejo de extinguir o outro, o conceito psicanalítico da identificação e o que foi postulado por Agamben (2004), tomando a compreensão de que a sociedade civil apoiou a ditadura por meio de mecanismos de identificação, pois “seria ingênuo imaginar que um regime ditatorial tenha perdurado por 21 anos sem que, no fundo, os sujeitos se reconhecessem nele. Seja de forma compensatória, seja de forma projetiva, é fato que a sociedade brasileira esteve identificada” (CRISTÓFARO et al., pág. 177, 2018).

Logo, a violência não encontra a sua face somente no Estado, mas em todas as pessoas que foram coniventes com os crimes contra os direitos humanos proferidos nessa época. Falamos aqui de um pavor frente ao outro, ao estrangeiro, de uma postura que se programa para abater o diferente.

Introduzimos, nesse ponto, o narcisismo, conceito essencial na obra freudiana. Esse conceito surge timidamente em “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade” (FREUD, 1905/2016), em que Freud busca dar conta de explicar a seleção de objetos

homossexuais. Mas é em 1914, no texto “Introdução ao Narcisismo” (FREUD, 1914/2010), que o conceito vai assumir um status indispensável ao pensamento psicanalítico, impor transformações no constructo freudiano e se tornar um fator constitutivo do Eu. Portanto, a violência supracitada, que faz embate com aquele que é distinto – neste caso, com posturas políticas que não confluem – refere-se ao narcisismo porque é acionada pelo temor da própria identidade, “sendo o narcisismo a pedra angular constituinte da identidade” (CRISTÓFARO et. al., pág. 170, 2018).

Assim, é possível enxergar linhas de constituição totalmente ambivalentes: de um lado, os que apoiaram o regime; do outro, uma geração que lutou contra a ditadura e, muitas vezes, morreu no embate. Mas, como diz Ventura (2008, pág. 19): “Arriscando a vida pela política, ela não sabia, porém, que estava sendo salva historicamente pela ética”.

Apesar de as duas décadas sob o regime militar produzirem dor ao retornarem à memória, esse retorno é necessário. O esquecimento seria a melhor arma que os grupos saudosos desse período poderiam obter, sobretudo porque o nosso Estado Democrático é recente – em toda a história do Brasil –, não sendo uma estrutura consolidada, mas permeada de restos simbólicos que, vez ou outra, insistem em voltar.

A LINHA QUE SE REPETE

Em 2002, observamos o Brasil eleger o primeiro operário à presidência da república, cargo que Luiz Inácio Lula da Silva ocuparia por dois mandatos consecutivos, sendo substituído pela primeira mulher a chegar nesse posto no país, Dilma Rousseff, ambos pertencentes a grupos de resistência no decorrer da ditadura. Desde então, a direita brasileira – que, em muitos casos, ainda se orienta pelo viés de colonização (do pensamento e de pessoas) – passou a se organizar. Desse modo, foram eclodindo manifestações populares e midiáticas, as quais colocavam a figura do Partido dos Trabalhadores¹⁰, aliado aos movimentos sociais do campo e da cidade,

¹⁰ Partido político de filiação de Dilma e Lula.

como figuras de destruição da família cristã e que visavam a implantação do comunismo no território brasileiro. Somado a isso, em 2016, deflagrou-se um novo golpe de Estado, com o intuito de destituir a presidenta Dilma, eleita democraticamente, e empossar um representante da direita brasileira. Ademais, houve a prisão de Lula no ano corrente (2018), decretada sem provas que fundamentassem sua condenação, fazendo com que entidades e representantes do mundo passassem a considerá-lo um preso político¹¹.

Desse modo, o que acende no cenário é o recrudescimento de uma sintomatologia similar com a que fora vivida a partir do golpe civil-militar. O que vinha se desenhando era concomitante à anunciação do panorama orquestrado e semelhante ao passado. Ou seja: havia uma espécie de repetição na linha histórica do Brasil, cujas parecenças foram tantas que as lutas populares resgataram a frase “*Ditadura nunca mais!*”. Porém, a descrença frente ao desenrolar dos episódios também compareceu e, com isso, esse “aviso” foi taxado como descomedido, fator que abrandava a audição do ruído causado pelo desmoronamento da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Aliada à perda da capacidade de ouvir da massa, verifica-se a participação da mídia¹² que, no caminhar (ou atropelar) dos momentos ditatoriais, já havia desempenhado grande papel de fortalecimento do regime. O célebre linguista Chomsky (2013, pág. 13) escreveu que “[...] a propaganda política patrocinada pelo Estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-la, pode ter consequências importantes. Foi uma lição aprendida por Hitler e por muitos outros e que tem sido adotada até os dias de hoje”.

Portanto, essa transformação do real através da alteração de fatos e divulgação seletiva de informações, assumindo claramente o lado da extrema direita, foi o trabalho desempenhado pela mídia, sobretudo pelos veículos de circulação mais acessíveis à população. Isso fez com que o sujeito pertencente a classes mais baixas

¹¹ Para uma leitura mais profunda sobre esses episódios ver:

<https://teoriaedebate.org.br/2018/04/11/da-deposicao-de-dilma-a-prisao-de-lula/> e

<https://fpabramo.org.br/2018/11/15/democracia-ferida/>

¹² É importante ressaltar que nos referimos as grandes empresas midiáticas e não àquelas alternativas que, por sua vez, foram determinantes para a denúncia da extrema direita e ascensão do fascismo.

passasse a apoiar ideias contrárias à sua própria camada social. Relacionamos esse ponto com a clínica psicanalítica, uma vez que o desconhecimento da situação na qual o sujeito está inserido (e que remete a danos para ele) se assemelha com o desconhecimento que o analisando apresenta acerca do seu sintoma na ocasião do início da análise (GARCIA-ROZA, 2003). Ou seja: o sujeito não dispõe de instrumentos que o auxiliem a entrar em contato com a situação como ela se dá, existindo uma camada anterior ao real (nesse caso, construída pela ação da mídia) impedindo que ele acesse o conteúdo anterior à manipulação realizada pelas vias midiáticas. Em forma similar está o paciente que não acessa o motivo do seu sintoma.

Atualmente, detectamos o deslocamento de todos os posicionamentos de caráter perverso para uma única figura da extrema direita, eleito para a presidência nas últimas eleições¹³. Nesse contexto, compreendemos a perversão como a luta pela não castração, na medida em que a figura de Pai não assume a função simbólica (CERUTTI, 2002). Logo, o perverso busca a concretização do desejo, de modo que, não reconhecendo a diferença, elenca o outro como seu objeto de gozo. Então, as posições e os espaços de fala construídos no último pleito demonstram que o outro, o diferente, vai proporcionar o gozo pela via da sua destruição. Goldenberg (2006) retoma o pensamento freudiano de massa e coloca que a atuação desse fenômeno leva as pessoas a elevarem um “líder” ao nível de adoração. Dessa maneira, retrocedemos na recente experiência democrática e nos deparamos com ascensão do fascismo, velado pelo pretexto da família e pela religião cristã, sustentado pelos veículos de comunicação de massa e pelo grande capital.

Por conseguinte, argumentamos que o retorno do tempo foi alicerçado em considerações análogas às anteriores e, como disse Marx (211, pág.35) no comentário sobre Hegel e seus escritos sobre acontecimentos e pessoas que tendem a se reproduzir: “a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. Consequentemente temos uma passagem que não é o real em si, senão uma dissimulação dele, inserida no social e levantada como verdade inquestionável. O

¹³ Realizadas em outubro de 2018.

conceito de compulsão à repetição trabalhado por Freud em 1914, no texto *Recordar, repetir e elaborar*, nos é caro nesse processo de compreensão de fatos que se repetem. Nessa unidade conceitual, Freud caracteriza a compulsão à repetição quando detecta que ocorre a reincidência de situações que geram sofrimento ao sujeito, sem que esse consiga se libertar do circuito de repetição, sendo um meio pelo qual a pulsão de morte aparece. O texto nos aponta também que a transferência é uma parte da repetição, a qual, por conseguinte, é uma transferência de acontecimentos deslembrados que não se restringe ao processo analítico, mas também chega à vida do paciente (FREUD, 1914/2010). A partir disso, à medida que conflitos persistem em retornar no atual observa-se uma verdadeira compulsão à repetição no tempo histórico.

Conforme visto anteriormente, a dissolução da democracia não ocorre instantaneamente, mas através de um manejo de passagens que fomentam uma desmontagem em série. No entanto, mesmo que o sistema político deixe de ser democrático e promova o descumprimento do texto constitucional¹⁴, a perseguição política e o silenciamento do dessemelhante não deixa de nomear a forma de governo como democrático – conforme apontado no manifesto dos militares no tópico acima. Continua sendo um estado democrático, porém aliado ao capitalismo, o qual impede a existência da igualdade (BADIOU, 2017).

Em suma, o que se torna fundamental é proteger a memória coletiva, visto que ela pode ser uma arma na mão (YSLA, 1995). Resta ponderar que a proteção é díspar do esquecimento, operando no acesso contrário e causando a manutenção e a proliferação dela. Trata-se, portanto, de não permitir a manipulação da memória e não aparelhar o outro lado com a nossa própria falha de retenção do recordar, tendo em vista que estaríamos “favorecendo seu retorno recalcado em leituras acríicas e fantasiosas” (BULHÕES, 1999, pág. 92).

¹⁴ A Constituição Federal em vigência data de 1988 e está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

BREVE PANORAMA ACERCA DOS ATOS ARTÍSTICOS E DO ESPAÇO DO CRIADOR NO DECORRER DOS ANOS DITATORIAIS

As produções artísticas acompanham o andar da história de uma sociedade, transformando-se quando há necessidade, pois não são estáticas, mas sim elásticas, indo até onde é necessário, contornando quando preciso e retornando ao ponto anterior quando convocadas a isso. É claro que nunca regressam da mesma maneira, visto que se expandem e se contraem, e esse movimento não ocorre sem deixar algumas marcas na arte. Porém, não se compreende esse fenômeno como algo negativo, uma vez que são exatamente essas marcas que podem nos dar pistas dos porquês de tais modificações.

Ao analisar a história da arte no Brasil, é possível inferir que se não houvesse a quebra operada pelos modernistas na Semana de Arte Moderna de 1922, realizada na cidade de São Paulo entre os dias 11 e 18 de fevereiro, talvez o ciclo anterior de criação jamais teria sido rompido e, tampouco, emergido no cenário artístico pinturas, poesias e literaturas que ilustrassem um país com representações culturais tão vastas. Tais câmbios estão intrinsecamente ligados ao nacionalismo que pairava no cenário posterior à Primeira Guerra Mundial e ao acréscimo do setor industrial (AJZENBERG, 2012). Desse modo, coloca-se que a ruptura de um modo de fazer arte para a edificação de outro modo é o que, por ventura, mantém a arte em movimento, visto que a revogação do modo anterior de criação (unida ao pensamento europeu), postulada pelos artistas da Semana de Arte Moderna, coloca a pele brasileira à mostra.

Ao avaliarmos uma das funções da arte como a transmissão do *zeitgeist* de um tempo e imaginarmos outro mundo em que a arte não exista, seria plausível afirmar que não haveria a condução da experiência entre os períodos. Logo, se não há a possibilidade de lembrar a própria história, também não é possível evitar que ocasiões que foram negativas se repitam. Destarte, não seria exagero afirmar que a literatura é uma arma, sendo combustível e armadura contra a ignorância. Tal diagnóstico é encontrado na distopia *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, cuja primeira publicação

data de 1953. A obra, porém, segue se reatualizando a cada período em que o retorno do autoritarismo nos ronda. Nas páginas 97 e 98, o autor ilustra o seguinte:

Santo Deus – disse Montag. – Toda hora essas malditas coisas no céu! Por que diabos esses bombardeiros passam lá em cima a todo instante de nossas vidas! Por que ninguém quer falar sobre isso? Desde 1990, já fizemos e vencemos duas guerras atômicas! Será porque estamos nos divertindo tanto em casa que nos esquecemos do mundo? Serpa porque somos tão ricos e o resto do mundo tão pobre e simplesmente não damos a mínima para sua pobreza? Tenho ouvido rumores; o mundo está passando fome, mas nós estamos bem alimentados. Será verdade que o mundo trabalha duro enquanto nós brincamos? Será por isso que somos tão odiados? Ouvi rumores sobre o ódio, também, esporadicamente ao longo dos anos. Você sabe por quê? Eu não, com certeza que não! Talvez os livros possam nos tirar um pouco dessas trevas. Ao menos poderiam nos impedir de cometer os mesmos malditos erros malucos! (BRADBURY, 2012, pág. 97-98).

A narrativa literária nos convoca a duas colocações. O autor ilustra um mundo onde os livros são proibidos, modificando a atuação usual dos bombeiros: ao invés de combater o fogo, eles são acionados para atear-lo nos locais denunciados por protegerem os livros. Assim, partimos para o significado do fogo. Na distopia, ele representa a destruição de provas, no sentido de impedir o acesso ao conhecimento contido nos livros. A isso, podemos enlaçar o documentário “Pastor Cláudio” (2017), de autoria de Beth Formaggini, por meio do qual temos acesso a entrevistas de Cláudio Guerra, responsável por cometer torturas e promover o desaparecimento de corpos no período ditatorial brasileiro. Ele conta que a incineração era praticada para obter a dissipação dos corpos, de modo que o fogo também assume a característica de sucumbir os vestígios.

Voltando ao romance de Bradbury, Montag é um personagem do corpo de bombeiros que começa a escutar os sinais dados pelos livros e, em um determinado momento da narrativa, decide por ler uma obra. Em consequência disso, passa a se questionar sobre si, sobre o mundo e sobre os porquês das proibições impostas aos livros. Indubitavelmente, o trecho citado acima desenha com maestria os pretextos da repreensão, o que nos leva a relacionar o enredo dessa narrativa com a censura que vigorou na ditadura civil-militar brasileira: os livros e a arte em geral impedem a amnésia. Nesse ponto, introduzimos outro conceito advindo da psicanálise, sobre o qual se indaga nesta pesquisa em relação à sua aplicação à arte: *Verdrängung*

(recalcamento). Em Roudinesco e Plon (1998, pág. 661), encontramos a seguinte conceituação do termo: “Para Sigmund Freud*, o recalque designa o processo que visa a manter no inconsciente* todas as ideias e representações ligadas às pulsões* e cuja realização, produtora de prazer, afetaria o equilíbrio do funcionamento psicológico do indivíduo, transformando-se em fonte de desprazer”.

Lançando mão do conceito psicanalítico, abre-se espaço para pensar a arte sob outro viés, ou seja: ela funcionaria como uma espécie de mecanismo que age a fim de evitar o recalamento. Ao considerar o recalamento enquanto ação que visa livrar a consciência de peças que lhe seriam muito custosas, vê-se que a produção artística opera inversamente. Ora, é justamente o não esquecimento da experiência o produto proposto pela arte. Para o entendimento freudiano, a experiência adquire função fundamental na psicanálise. Conforme Rotstein e Bastos,

...a obra freudiana reserva ao menos dois sentidos a ‘experiência’: um deles liga-se à origem do termo e está implícito na tese segundo a qual um desejo motiva todas as atividades humanas: a experiência é um ‘transportar-se para fora’ na tentativa de alcançar algo que não se tem e cuja obtenção traria satisfação. O outro provém da tradição epistemológica a que Freud se filia, e está explicitado em seu discurso sobre a ciência: a experiência é o método científico de conhecimento, oposto à especulação, que consiste na observação previamente ordenada de fenômenos, conforme a princípios e procedimentos compartilháveis (ROTSTEIN e BASTOS, 2011, p. 379).

Neste trabalho, estamos fazendo uso da primeira conceituação apresentada: a experiência enquanto produto de vivências que perfuram o corpo e o psíquico do sujeito. A vivência, desse modo, passa a ser uma experiência através da validação, do entrar em contato com aquilo que se vivencia. Logo, a arte pode legitimar a experiência, pois “para que uma vivência possa se constituir numa *erfahrung* (experiência) é preciso que haja fundamentalmente condições de transmitir e narrar o que se vive” (SOUSA, 2011, pág. 1).

No ensaio “Sobre a linguagem e as palavras”, Schopenhauer (2013, pág. 145) menciona que “a palavra dos homens é material mais duradouro. Se um poeta deu corpo à sua sensação passageira com as palavras mais apropriadas, aquela sensação vive através de séculos nessas palavras e é despertada novamente em cada leitor receptivo”. Nesse ponto, estendemos tal formulação do filósofo a todos os escritos

literários, refletindo que a arte abre um vasto caminho de possibilidades frente ao real, não operando de modo a não fazer o enfrentamento desse real, mas de modo a proporcionar a colisão com uma parte do real (LIMA, 2009). Um vez que cada sujeito é receptor – de maneira ímpar – dos textos literários, é possível advogar que cada um irá elaborar as palavras absorvidas de modo diferente, mas sempre se constituindo por esse embate com algo que lhe é interno, talvez não conhecido, e que se torna passível de nomeação.

Conclui-se, portanto, que a arte gera estranhamento, incômodo, assumindo seu caráter subversivo e demonstrando sua similaridade com a clínica psicanalítica, pois o processo analítico também evoca a subversão (RIVERA, 2005). Mas o que toca quando mencionamos subversão? Ora, o percurso psicanalítico é subversivo na medida em que busca colocar o sujeito em choque com ele mesmo, rompendo com o que é posto e incidindo não apenas no singular, mas no social. É a atuação pela via do desejo do sujeito. Do mesmo modo, entende-se a arte: ela vai nos colocar em contato com aquilo que está encoberto pela cegueira coletiva.

Quando situamos a arte no período da ditadura militar brasileira, verificamos que, em decorrência da censura, novos mecanismos de criação foram desenhados para dar conta da tela obscura na qual a vida se transformara. Com isso, notou-se uma intensa movimentação nos vários campos que compõem a arte. No entanto, a censura infligida resultou em ações violentas contra os artistas, percorrendo desde processos judiciais até prisões e torturas, sendo “tudo isso operado em ‘defesa de Deus, da Pátria e da Família’, de quem seriam inimigos – e, como tais, passíveis de todos os castigos – os intelectuais brasileiros” (SODRÉ, 1987, pág. 62).

Dessa maneira, se a arte não tem importância – como bradam algumas pessoas – por que é justamente a ela que se impõe o silêncio nas eras ditatoriais? Todavia, a força artística possui tantas molas que sua força não cessa, conseguindo operar em espaços micro até eclodir no macro. Foi assim que, mesmo com a intensificação da censura, emergiram “espaços alternativos para a produção intelectual e artística” (HOLLANDA; PEREIRA, 1982, pág. 4).

Em 1970, Chico Buarque constrói a poética musical *Apesar de você*, na qual, alegoricamente, faz crítica ao governo do general Médici. Retiremos uma parte da obra para introduzir uma nova ideia na sequência deste texto:

“Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente”
(BUARQUE, 1970).

Por meio do fragmento exposto, torna-se viável fazer o enlace da criação com a utopia. Não tomamos aqui a compreensão de utopia como algo impossível, mas a entendemos do mesmo modo que Sousa (2011, pág. 3): “a utopia funciona como crítica da ideologia dominante na medida em que busca uma reconstrução da sociedade presente”. Assim, a figura do artista no período da ditadura é reconhecida como um sujeito que lança mão do dispositivo da arte a fim de produzir discontinuidades, de romper com a dominância. Ele faz isso no momento em que sua ação pontua, lesiona e torna permeável a estrutura, inserindo-se nesses pequenos espaços abertos pela força do seu ato criativo, endereçando a sua crítica e sustentando o seu lugar de atuação política.

CARTOGRAFIAS POÉTICAS, EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS E O PROTESTO DAS PALAVRAS

A construção de um modelo literário se dá em virtude do contexto experienciado de uma época, ou seja: se no período ditatorial encontramos um modo de fazer poesia, é porque a conjuntura social e política da época estabeleceu que a experiência poética se constituísse assim. É evidente que a capacidade de criação do artista atende a uma ordem que lhe convoca a colocar o real nas palavras, produzindo furos e costurando os elementos, deixando exposta a costura justamente para lembrar o espaço

perfurado.

Logo, reconhecemos a autoria individual de quem produz a poesia, mas suspeita-se que haja uma borda que envolva a arte poética que compõe algo coletivo, visto que é arquitetada por um sujeito que se formou na relação com o outro. Dessa forma, observa-se a existência de similaridades entre a poesia e a psicanálise, as quais são concebidas exatamente na busca incansável do que não é possível encontrar (MORAIS, 2006). Em se tratando da poesia, é possível discutir esse fenômeno a partir da seguinte exposição:

IDEOLOGEMA

A Carlos Menezes.

No começo,
o mundo era um balão
e a arte era um espelho.

*Mas o mundo mudou:
e a arte, que o refletia,
mudou com ele.¹⁵*

Depois,
o mundo foi um jardim
e a arte foi uma flor.

*Mas o mundo mudou:
a arte, que o adornava,
mudou com ele.*

Hoje,
que o mundo é uma arena,
querem
que a arte continue
refletindo as imagens do balão,
exalando os suspiros do jardim.

*Mas hoje, porque o mundo é uma
arena,
a arte é o que tinha que ser:
- ESTA ARMA.
(PEDRO LYRA, 1983, pág. 117)*

Nesse exemplo, o poeta coloca a sua obra enquanto dispositivo de luta, um emprego plausível, tendo em vista que ela nasce na resistência, divulgando a realidade que as forças hegemônicas procuravam mascarar. Por conseguinte, o poeta

¹⁵ Grifos do autor.

formula uma interdependência entre a poesia e o protesto, sendo as palavras a via adotada para operar no social, constituindo-se como “o lugar linguageiro de uma confrontação radical com o real” (BADIOU, 2017, pág. 40).

No texto “O Poeta e o Fantasiar” (1908/2017), Freud investiga de onde nasce a habilidade que o poeta¹⁶ tem de alocar as palavras, relacionando esse ato inventivo com a brincadeira construída pelas crianças e, após essa fase, com as fantasias nos adultos. No que diz respeito ao processo de análise, orientado de modo a conduzir o analisando a produzir novos significados para a sua narrativa, também é mobilizado o recurso das palavras para a construção desses significados. A poesia faz um caminho análogo, pois tem a capacidade de suscitar realidades e colocá-las em evidência trilhando outros percursos. Em face disso, indaga-se quais exigências o ato criativo faz do aparelho psíquico do poeta. Ou seria a poesia o resultado de uma demanda psíquica? Por essa razão, recorre-se ao fator “produção x demanda” enquanto recurso de nomeação, isto é: o poeta cria a sua obra e a utiliza como dispositivo para dar nome ao que não se consegue trazer ao real por outro acesso.

Ao avaliar o contexto político da época na qual a poesia mencionada foi gestada, argumenta-se que ela nasce quase que a fórceps, como veículo que dá nome a si mesmo como arma, uma arma frente ao estado de exceção, sob o cerceamento da liberdade de expressão imposta pelos militares. É manifesto que tal formulação não governa pelo amortecimento, muito pelo contrário: faz latejar com mais força, ao passo que a escrita se desloca até a elaboração da experiência. Logo, a experiência de criação ocorre como a própria costura da história do sujeito, reafirmando a sua parecença com a análise. Dalcastagnè (1996, pág 15) discorre que “em 21 anos de ditadura militar foram tantos os mortos, os torturados e os humilhados que faltaria espaço onde refugiar toda a sua dor. A memória, terreno tão propício, é demasiadamente instável para semelhantes horrores. Talvez por isso os homens tenham inventado a arte”.

E é nessa toada de invenção que tenta dar conta de elaborar a dor que situamos

¹⁶ Freud não utiliza o termo poeta apenas para quem produz poesia, mas para os demais sujeitos que escrevem também, conforme explicação encontrada nas notas da obra. Mais em Freud (1908).

a arte poética, pontuando que a poesia se ramifica e opera não apenas como objeto potente no campo da história e da sua perpetuação para as gerações que chegaram após o golpe de 64: a poesia também opera como dispositivo que captura subjetividade, ou como apontam Pontalis e Mango (2013, pág.16), “a poesia torna-se assim a manifestação do ser pela palavra”. Considera-se, assim, que, embora o tempo corpóreo do homem seja finito, o tempo das suas criações (não podendo ser medido) alcança a eternidade por meio da sua obra, visto que ela não deixa de existir. Por fim, afirma-se que essa criação poética nasceu do conflito (social e psíquico), sendo este o motivo pelo qual ela pode seguir enlaçando os traumas que restam nas biografias, cujos vazios ainda não puderam ser nomeados.

EVIDÊNCIAS TRAUMÁTICAS E A LITERATURA FICCIONAL ENQUANTO CATALISADORA DA ELABORAÇÃO

No cenário ditatorial brasileiro, a literatura desempenhou importante papel no embate contra a aparelhagem do Estado estabelecida pelos militares. Nesse contexto, verifica-se, em alguns escritos, a dissolução de uma literatura entorpecida e a construção de uma literatura que parte do autor e ressoa no coletivo, reverberando em movimentos que assumem seu fazer como ato político. Torna-se, portanto, uma escrita de intervenção no real, em que cada linha constituída se configura como uma maneira de atuar no mundo.

Para isso, é preciso que haja a capacidade de ler, não no sentido literal: é necessária uma capacidade de interpretar as figuras de linguagem utilizadas e buscar, na ficção, o que lhe foi negado pela censura. Logo, “a arte é transgressora porque criada da amálgama da pulsão de vida e de morte, de Thanatos, potência criativa que subverte e transforma a ordem estabelecida” (MORAIS, 2006, pág. 51).

Sem dúvida, o conceito de trauma, presente desde os primeiros trabalhos de Freud e Breuer, é interessante nessa construção. Logo, uma cena considerada traumática não constitui o trauma por si só, mas também a maneira pela qual a situação repercute psiquicamente (RUDGE, 2009). Logo, é evidente que o trauma não se estabelece em todas as pessoas, visto que está diretamente associado à constituição psíquica do sujeito. De acordo com Rudge (2009, pág. 53), “o trauma é,

pois, o impacto de um acontecimento sobre um psiquismo singular, e o solo constituído pela história passada do sujeito na determinação do significado que esse acontecimento assume para ele não pode ser desconsiderado, seu mundo de fantasias deve ser levado em conta”.

Nesse ponto, se pensarmos que o processo de análise se institui como uma narrativa do sujeito frente aos acontecimentos de sua trajetória é possível sustentar a ideia de que a escrita literária ficcional (não que a realizada por um analisando não venha a se compor como tal) pode operar como catalisadora das evidências traumáticas e da sua elaboração. É evidente que não se trata de propor a busca pela reparação traumática apenas por intermédio das duas formas citadas, haja vista que o mecanismo do trauma pode requerer trabalhos em conjunto, considerando que “seus efeitos são transgeracionais e promovem a paranoia, a exclusão e a violência em múltiplas formas no laço social” (BETTS, 2018, pág. 113). Devido a essa tentativa de enlace, acrescentamos duas obras escritas à época da ditadura militar: “As Meninas”, de Lygia Fagundes Telles, e “Fazenda modelo: novela pecuária”, de Chico Buarque.

“As Meninas” foi publicado em 1973, ainda nos anos de chumbo da ditadura. Esse período é assim denominado em decorrência da intensa repressão e censura instaurada após o AI-5¹⁷, demonstrando a resistência literária empregada. Lygia Fagundes Telles, com sua forma de escrita tão singular, conta a história de três meninas, Ana Clara, Lorena e Lia, tendo a ditadura militar como pano de fundo. O livro é narrado em primeira pessoa, com fluxo de consciência constante entre uma personagem e outra, algo que, por vezes, pode dificultar a leitura. Há também um narrador onisciente. O local no qual a história se ambienta é uma pensão de freiras, na cidade de São Paulo, aonde cada uma das meninas, vindas de lugares distintos e classes sociais diferentes, chega para cursar a universidade.

Em suma, Ana Clara é noiva de um homem rico, mas se apaixona por um traficante, passando a se envolver com drogas e a consumi-las, fator que desencadeia na sua morte por overdose. Lorena é oriunda de família rica e, com o andar da

¹⁷ Ato Institucional n. 5, demarcou o período ditatorial mais intenso. Mais em www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm

narrativa, descobrem-se alguns momentos traumáticos na história da personagem. Ademais, ela passa toda a narrativa na espera da ligação de um médico pelo qual é apaixonada; porém, ele é casado e o telefonema nunca se realiza. Lia, por fim, é a menina que migra do Nordeste e cujo pai é um ex-militar nazista. É ela a personagem que se envolve com os movimentos contrários ao regime e luta contra a ditadura militar. Em uma das passagens, seu namorado, Miguel, é preso e usado na troca de um diplomata. No cenário textual, Lygia Fagundes Telles apresenta cenas muito corajosas para a publicação na conjuntura dos anos de chumbo, como acontecimentos de repressão e tortura.

“Fazenda Modelo” é uma novela escrita por Chico Buarque um ano após “As Meninas”. Nesse período, Chico Buarque era constantemente censurado, principalmente no campo musical, caracterizando-se como um dos grandes artistas que pôs sua arte em jogo para o rompimento ditatorial. Assim, demonstrou uma técnica invejável de construção por meio de figuras de linguagem, talento que o ajudou a vencer a censura muitas vezes e consolidar as suas composições como testemunhos históricos da ditadura. Da mesma forma que a análise da Carta Roubada¹⁸, realizada por Lacan (1985), tem um objeto que se mostra uma prova concreta, os escritos de Chico são provas materiais do sistema.

O livro é caracterizado por ser uma alegoria do regime militar, trazendo traços bastante grotescos na narrativa. Ao invés de pessoas, utiliza animais para dar vida à Fazenda Modelo. Nela, Juvenal é um boi muito autoritário, que abusa constantemente do seu poder para com o rebanho, impondo medidas e modos de comportamento segundo a sua própria vontade. Logo, o boi cerceia as escolhas dos demais que, anteriormente ao seu regime, podiam gozar da liberdade.

Ambas as obras utilizam a ditadura militar para a construção da história, o que as distingue é que, em “As Meninas”, Lygia Fagundes Telles transita pela experiência de três meninas que vão encarar o período de forma bastante particular. Já na “Fazenda Modelo”, Chico Buarque, magistralmente, cria um universo que é o próprio

¹⁸ Conto de Edgar Allan Poe.

momento ditatorial no qual vivia. Desse modo, é possível ilustrar que cada autor atravessa o período e elabora o impacto sofrido de forma singular.

Nesse íterim, propõe-se a adição de outro conceito: o de fantasia. Para Rudge (2009, pág. 54), “a fantasia funciona como um anteparo ou tela que recobre e protege contra o real traumático”. Logo, a fantasia é o modo pelo qual se vive o desejo, cuja consumação não é possível na realidade, obtendo, assim, a diminuição da tensão (NÁSIO, 2007). Destarte, não seria impossível refletir que a criação literária realiza uma espécie de mediação entre esse desejo não atendido e o real. Para Martins (2009, pág. 70),

...o efeito da fantasia é o de possibilitar ao artista, através de sua obra, expor a sua relação com a realidade, isto é, com a sua realidade psíquica. A obra artística, por assim dizer, “embrulha” o recalque de seu autor na forma estética, a qual proporciona satisfação ao artista, na medida em que essa suporta a expressão do representante pulsional – a *Vorstellungsrepräsentanz*. A representação da pulsão constitutiva do inconsciente deteria assim, o seu destino enquanto pulsão, na fantasia do sujeito.

Dessa forma, a fantasia se figura como o que ata a arte e a psique do sujeito e da coletividade (FERREIRA, 2018). Portanto, a literatura adquire múltiplas funções, não só para o artista, mas também para quem lê. Assim, ela pode ser vista como dispositivo que catalisa a elaboração, visto que permite a colocação do real no texto literário, atua no impacto experienciado coordenando possíveis caminhos e, por fim, age politicamente no social, perfurando o real e inferindo o seu rompimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura civil-militar inaugurou um assombro no país. Foi um período de perdas imateriais e humanas, impossíveis de serem recuperadas. Sendo assim, significou um trauma inscrito na história brasileira, cuja elaboração está longe de ocorrer, sobretudo porque, recentemente, vimos a sua atualização sob os mesmos pretextos e as mesmas máscaras. Freud (1914/2010) já enunciava que o elemento que não passa pela elaboração regressa em ato. Logo, detectamos uma ruptura nesse processo enquanto sociedade.

Nesses tempos de quebra no corpo democrático, a arte emerge como dispositivo potente para a nomeação das evidências traumáticas, do fortalecimento da luta e do questionamento. Ela vem e dá nome ao que é posto como inominável para alguns, de forma a estabelecer um laço com o social e com a história. A arte não serve como um mero adorno encontrado nas páginas de história: ela funciona como instrumento que atesta a sua existência. A arte nos tira do afogamento amnésico na medida em que sua presença arde na pele – e na memória.

Parece-nos, também, que é em meio ao caos que os sujeitos afloram a sua capacidade criativa, tanto pela necessidade individual em buscar um dispositivo de nomear as lacunas impostas, quanto pela importância de encontrar uma via de elaboração do processo experienciado. Assim, por conseguinte, a arte produz resultados que ressoam no coletivo, de modo a se constituir como um mecanismo de luta, conforme já afirmamos neste estudo.

Por fim, os efeitos produzidos pelos momentos de estado de exceção, seja em 1964, seja no tempo atual, entrecruzam-se e nos convocam a assumir o nosso lugar político e resistir. Portanto, espera-se que este texto não seja encarado como um remédio frente à memória apagada: espera-se que ele seja um estilete no real. A impossibilidade de esquecer é o resistir.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. (2003). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AJZENBERG, Elza. (2012). A semana de arte moderna de 1922. *Revista Cultura e Extensão USP*, São Paulo, v. 7, pág. 25-29, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491/50247> Acesso em: 18/09/18.
- BADIOU, Alain. (2015). *Em busca do real perdido*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BRADBURY, Ray. (1953). *Fahrenheit 451*. São Paulo: Globo, 2012.
- BETTS, Jaime. (2018). Trauma e testemunho – considerações sobre o conceito de reparação psíquica diante da violência de Estado. In: *Por que uma clínica do testemunho? / Clínicas do Testemunho RS e SC*. Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018. Disponível em: http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf Acesso em: 19/08/18.
- BIZ, Osvaldo. (2004). Por que apagar a memória de 1964? In: BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2012.
- BUARQUE, Chico. (1970). *Apesar de você*. Rio de Janeiro: PHILIPS/POLYGRAM Gravadora, 1970. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/letras/apesarde_70.htm Acesso em: 02/05/18
- _____ (1974). *Fazenda Modelo: novela pecuária*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1976.
- BULHÕES, Maria Amélia. Identidade: uma memória a ser enfrentada. In.: SOUSA, Edson Luiz André (Org.). (1999). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1999. Pág. 90-99.
- CABRA marcado para morrer. Direção de Eduardo Coutinho. (1984). Elenco: Elisabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes de Galileia (Pernambuco). Narração de Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho. 120 min., Globo Vídeo: 1964-1984. 35mm, cor e preto e branco. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HGSRLIs8BGw> Acesso em: 20/09/2018.
- CERRUTI, Marta Quaglia. Perversão e laços sociais: uma tentativa de articulação. 2002. Monografia de conclusão de curso (formação em Psicanálise). Instituto Sedes Sapientiae. Perdizes: 2002. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/perversao_e_lacos_sociais.htm Acesso em: 05/05/2019.

CHOMSKY, Noam. (2002). *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

DALCASTAGNÈ, Regina. (1996). *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora UNB, 1996.

DELGADO, Lucilia (2010). A. N. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Niterói, v.14, n.28, pp.123-143, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf> Acesso em: 13/10/2018.

FERREIRA, Carlos Alberto de Mattos. (2018). *Freud e a fantasia: os filtros do desejo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FIGUEIREDO, Luís Claudio; MINERBO, Marion. (2006). Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257-278, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jp/v39n70/v39n70a17.pdf> Acesso em: 10/08/18

FREUD, Sigmund. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas volume 6*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____ (1908). O poeta e o fantasiar. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud – Arte, literatura e os artistas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____ (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Obras completas volume 10*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ (1914). Introdução ao narcisismo. In: *Obras completas volume 12*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ (1920). Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: volume XVIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1921). *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre: L&PM, 2013

GALEANO, Eduardo.(1971). *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. (1986). *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GOLDENBERG, Ricardo. (2006). *Política e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (1982). *Poesia jovem (anos 70)*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

Ditadura Civil- Militar E Processos De Nomeação Da Dor: Quando A Arte Produz Suturas No Real

- IRIBARRY, Isac Nikos (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Revista Ágora*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v6n1/v6n1a07.pdf> Acesso em: 10/08/18.
- JORNAL O CORREIO DA MANHÃ. (1964). *Generais prometem volta à legalidade*. Primeira página. Rio de Janeiro: 02 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21777.pdf Acesso em: 14/11/18.
- LACAN, Jacques. (1954-1955). *O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.
- LIMA, Marcia Mello de. (2009). Freud, Lacan e arte: uma síntese. In: LIMA, Marcia Mello de; JORGE, Marco Antonio Coutinho. (Org.). *Saber fazer com o real: diálogos entre psicanálise e arte*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009.
- LYRA, Pedro. (1983). *Decisão: poemas dialéticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983
- MARTINS, Laércio dos Santos. (2009). *O fazer artístico para a psicanálise*. UVA: Rio de Janeiro, 2009
- MARX, Karl. (1852). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORAIS, Marília Brandão Lemos. (2006). Poesia, psicanálise e ato criativo: uma travessia poética. *Revista Estudos de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 29, pág. 45-56, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n29/n29a08.pdf> Acesso em: 12/09/18.
- NASIO, Juan-David. (2005). *A fantasia: o prazer de ler Lacan*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2007.
- PASTOR Cláudio. Direção de Beth Formaggini. (2017). *Elenco: Cláudio Guerra, Eduardo Passos, Ivanilda Veloso, Marival Chaves*. 4Ventos, colorido, 2017.
- PONTALIS, J.-B.; MANGO, Edmundo Gómez. (2012). *Freud com os escritores*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. (2012). *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura*. 2011. 127f. Tese (Livre-docência). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/pt-br.php> Acesso em: 03/10/2018.

RIVERA, Tania. (2005). Gesto analítico, ato criador. Duchamp com Lacan. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 18, n.º 184, p. 65-73, 2005. Disponível em: http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/184_07.pdf Acesso em: 15/03/18.

ROTSTEINS, Eduardo; BASTOS, Angélica. A concepção freudiana de experiência. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, vol. 27, n. 3, pág. 371-380, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n3/13.pdf> Acesso em: 02/05/2019.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. (1997). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RUDGE, Ana Maria.(2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

SCHOPENHAUER, Arthur. (1851). *A arte de escrever*¹⁹. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1987). *Literatura e história no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SOUSA, Edson Luiz André de. (2014). A transgressão que salva. *Revista Latino-americana de psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 787-796, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n3s1/1415-4714-rlpf-17-03-s1-00787.pdf> Acesso em: 25/02/18.

_____ (2011). Por uma cultura da utopia. *E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia*, Porto, Portugal, n. 12, p. 01-07, 2011. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8907.pdf> Acesso em: 17/05/18.

TELLES, Lygia Fagundes. (1973). *As meninas*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. (2004). Cultura, a inteligente resistência brasileira. In. BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2012.

VENTURA, Zuenir. (1988). *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

YSLA, Nelson Herrera. (1995). La memoria en tiempos de soledad. *Ars longa: Cuadernos de Arte*, Logroño, Espanha, n. 6, pág. 7-11, 1995. Disponível em: <http://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/28110/7-11.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 17/10/18.

¹⁹ Conforme o prefácio do livro, escrito por Pedro Sussekind, todos os textos dessa coletânea foram retirados do livro *Parerga und Paralipomena*, escrito por Schopenhauer em 1851.

CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP AND PROCESSES OF NAMING PAIN: WHEN ART PRODUCES SUTURES IN THE REAL

ABSTRACT

This paper aims to build links between psychoanalysis and the art produced during the period of the Brazilian civil-military dictatorship. Therefore, it is a research that uses the psychoanalytic methodology for its constitution. Thus, the text brings reflections on the gestation and the implantation of the dictatorial time, by linking it with recent movements in order to think about the similarities detected and, above all, passing through the function of art and artists in such situations, through the resistance from words and through trauma and its bonds with literature. Finally, the investigation on the mentioned themes led us to the understanding of art as a device for naming wounds imposed in that historical time.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship; psychoanalysis; art; resistance; history.

DITACTURE CIVIL-MILITAIRE PROCESSUS DE NOMINATION DE LA DOULEUR: QUAND L'ART PRODUIT POINTS DE SUTURES DANS LE RÉEL.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme but construire des liaisons entre la psychanalyse et l'art, produites dans la période de la dictature civil-militaire brésilienne. Il s'agit, par conséquence, d'une recherche qui utilise la méthodologie psychanalytique pour sa constitution. Ainsi, le texte apporte dans son corpus des réflexions sur la gestation et l'implantation du moment ditatorial, en se liant avec des mouvements provenant récemment pour penser les similarités constatées et, surtout, en passant par la fonction de l'art et de l'artiste dans ces occasions, pour la résistance originée des mots et pour le traumatisme et son lien avec la littérature, Enfin, la proposition d'investiguer les thématiques citées nous a ammenés à la compréhension de l'art comme dispositif de nomination des blessures imposées dans ce temps historique.

MOTS-ÉCLÉS: Ditature civil-militaire; psychanalyse; art; résistance; histoire.

*Ditadura Civil- Militar E Processos De Nomeação Da Dor: Quando A Arte Produz
Suturas No Real*

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

ESSE FILME NÃO É UM FILME

Ricardo Azevedo Pacheco¹

RESUMO

O título do texto foi o de uma mesa do Encontro: “Políticas da Psicanálise: quando os psicanalistas se encontram, o que acontece?” (Campinas, SP, Junho 2019). Ele é efeito das discussões entre os participante da mesa que tomaram o documentário “No intenso agora” (João Moreira Sales - 2017) como dispositivo de trabalho. Trata-se de um documentário político que justapõe imagens de arquivo de uma série de acontecimentos diferentes da década de 1960: a China de 1966 sob o regime de Mao, visitada e filmada pela mãe do diretor na época com a revolta estudantil em Paris e a Primavera de Praga. O autor tece considerações sobre a lógica e a política em jogo quando psicanalistas se encontram, ou seja, sua associação com alguns outros.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Psicanálise; dispositivo; encontro; lógica.

¹Médico (UFMG), psiquiatra (FCM UNICAMP), doutor em saúde coletiva (FCM UNICAMP), psicanalista membro do OUTRARTE, IEL, UNICAMP. E-mail ricardoazedopacheco@yahoo.com.br

PRELÚDIO

O título desse texto é o mesmo de uma mesa do Encontro: “Políticas da Psicanálise: quando os psicanalistas se encontram, o que acontece?” realizado em Campinas entre os dias 15 e 17 de junho de 2019. Nessa mesa participaram além de mim os psicanalistas Luís Américo Valadão e Maria Teresa Lemos. A mesa se intitulou “Esse filme não é um filme”, em referência ao documentário de João Moreira Sales, “No intenso agora”. Esse documentário foi escolhido pelos organizadores do evento como um dispositivo de trabalho, ou seja, o mote, a instância que nos leu e ao fazê-lo nos colocou a trabalho. Esse prelúdio introduziu fala naquele dia. O leitor vai encontrar várias referências ao “No intenso agora” neste texto. Ao João Moreira Sales, diretor do filme, mas também ao “Joãozinho”, sujeito desse texto, e aos efeitos de trabalho com esse dispositivo documental de forma dispersa nas próximas linhas. Dispersão de restos.

Esse texto não é um comentário sobre o documentário, muito menos faz sua crítica ou mesmo faz dele um objeto. “No intenso agora”, para os participantes dessa mesa e como esclareço a seguir foi nosso dispositivo, ou seja, seguindo Foucault (1977), aquilo, uma rede, que, em funcionamento, sempre deixa restos. Deixo à cada leitor a margem de fazer, com essa dispersão, sua leitura singular.

“Cortesia”. Em 17 de Fevereiro de 1971 uma das aulas iniciais do seminário XVIII Lacan é perguntado se manteria sua fala em função de uma greve. (LACAN, J. 2009, pp. 51-70) O contexto não interessa em nada aqui e não fui atrás dessa filigrana. Mas ele diz que falaria. Decide falar e não fazer greve por cortesia. Cortesia ritual, uma das 5 virtudes fundamentais “de um homem de uma certa época”. Lacan se refere a Confúcio. Cortesia ritual. Confúcio dizia haver 5 virtudes cardeais, dentre elas, a cortesia. O que é a cortesia? É responder com imparcialidade a uma presença. Eu escrevi assim a esse respeito no grupo de WhatsApp que eu, Luís e Teresa criamos e onde conversamos alguns meses. O grupo se chamou: “Então China?”.

A foto ilustrativa do grupo, escolhida por mim, é uma foto do genial artista/performer chinês Ai Wei Wei. A escolha não foi aleatória. Wei Wei é um cara

que havia me emocionado sobremaneira na Oca, Ibirapuera SP, por um motivo em especial. O artista, em instalações monumentais, mas também em obras mínimas consegue dizer da verdade de seu tempo pela via da conexão entre, por exemplo, a tradição milenar da arte chinesa da porcelana e o motivo de tais composições: os refugiados árabes em seu drama mediterrâneo e seu destino de exílio. Ele diz: somos todos exilados. É aterrador. Emocionante e lindo.

Pois então. No “Então China?” eu dizia como eu entendi o que Lacan chama “cortesia” nesse dia de aula do seminário XVIII. Entendi que responder com imparcialidade à uma presença é responder ao Outro, mas responder sem grandes paixões. Escrevi assim no “whats”: “ - Sendo mais específico: acho que é encontrar a própria voz, considerando a presença do Outro, mas sem embarcar na passionalidade com ele”. Cortesia = virtude fundamental de anfitrião o Outro”.

Ali pra Frente Teresa escreve sobre o nome da nossa atividade. Ela diz assim: “ - Eu acho legal fazer algo com o intenso agora. Usar esses significantes. No intenso. Agora. Nos incluir nesse agora dele”. Tal como a mãe, o Joãozinho e como todos nós não sabemos o que filmamos, certamente Teresa não sabia a virtude do que falou. Nos incluirmos no agora dele é nos incluirmos onde o Outro se marca em sua queda de um lugar de consistência ou de completude. Não é que ele não exista. Nossa fantasia nunca deixa a gente dizer que o Outro não existe. Precisamos que ele exista para que nós possamos existir nele, ou mais precisamente ainda, para que os significantes dele nos confirmem o lugar intervalar na tela fantasiosa onde criamos o estofo de uma ilusão necessária de ser.

Mas nos incluirmos no “agora dele” é nos incluirmos num significante não-qualquer. O agora é um shifter. Explicarei isso daqui a pouco, mas por ora basta dizer que nos incluirmos no agora dele é nos incluirmos na negatividade do Outro e na marca escrita dessa negatividade para fazer alguma coisa com isso.

O Luís, logo à frente, defende a ideia de que não se trataria de analistas se encontrando para analisar o objeto filme. “- Se eu escutei direito o Ricardo, essa “cortesia seria um nome da posição do analista em extensão (essa nossa posição de agora, nessa mesa de agora, visto que nenhum de nós está aqui conduzindo uma sessão de análise), em contraste com os discursos da histeria/do mestre/universitário

e o capitalista do qual tratou em Vincennes. Cortesia, resposta ao cinismo” ele diz. E eu acrescento escrevendo assim “- (...) um para além do pai, menos cínico.” Foucault tem um curso inteiro que ele chama “A coragem da verdade” (FOUCAULT, M. 2011, pp.3-23). Há uma posição na enunciação da verdade que ele especifica. A do parresiasta. Quem é o parresiasta? Não é o professor, não é o eremita, não é o técnico. O parresiasta é quem estabelece um diálogo franco com seus pares. O que especifica esse diálogo? É que ele sabe que com esse mesmo diálogo ele pode perder o amigo. Talvez, perder a vida. Perder tudo. O que é perder tudo, senão perder sua referência de ser? Portanto, bem-vindos, a vocês que estão aqui hoje nos assistindo, mas bem-vindos em particular meus amigos que me acompanham nessa mesa. Apostamos alto e ao menos nessa mesa, perdemos, sim, mas não perdemos tudo.

Minha fala parte da última frase de um poema e Paul Verlaine, chamado Arte Poética traduzido por Augusto de Campos e que leio agora na íntegra. Esse poema precisa ser lido na íntegra, se o destaque é para essa frase. É como se houvesse essa frase e o conjunto do texto:

Antes de tudo, a música.

Preza portanto, o ímpar.

Só cabe usar o mais vago e solúvel no ar
Sem nada em si que poussa, ou que pesa

Pesar palavras será preciso

Mas com um certo desdém pela pinça.

Nada melhor do que a canção cinza
Onde o indeciso se une ao preciso.

Uns belos olhos atrás do véu

O lusco-fusco do meio-dia

A turba azul de estrelas que estria

O outono agônico pelo céu!

Pois a nuance é que leva a palma.

Nada de cor, somente nuance!

Nuance só que nos afiance

O sonho ao sonho e a flauta na alma!
Foge do chiste, a farpa mesquinha
Frase do espírito, riso aluar
Que o olho do azul faz lacrimejar
Alho plebeu de baixa cozinha!

A eloquência? Torce-lhe o pescoço!
E convém empregar de uma vez
A rima com certa sensatez
Ou vamos todos parar no fosso!

Quem nos dirá dos males da rima!
Que surdo absurdo, que negro louco
Forjou em jóia esse toco oco
Que soa falso e vil sobre a linha?

Música ainda, e eternamente!
Que teu verso seja o voo alto
Que se desprende da alma no salto
Para outros céus e para outra mente

Que teu verso seja a aventura
Esparsa ao árdego ar da manhã
Que enche de aroma ótimo e a hortelã
E todo o resto é literatura.

(Verlaine, Paul, <http://leitoracritica.blogspot.com/2009/10/poesia-antes-de-tudo.html>)

O Joãozinho pega o resto da filmagem que sua mãe fizera ao viajar para a China em 1966, ou seja, 40 anos depois, e diz, com sua voz de pato: “nem sempre a gente sabe o que está filmando.” Há um resto ou, talvez um excesso que excede ou subtrai-se – tanto faz - do filmado. Escotoma. Ponto cego. Mas ponto que nos olha e dali nos interroga. E nos interroga sobre o que? Sobre sua própria utopia, sobre sua queda e sua exclusão. O olhar excluído nos interroga sobre sua soltura, sua queda e sua autonomia erótica. Como pode, descolar-se do Outro e nos atrair desse jeito?

Não se tratou, para o Joãozinho, de entender como estes pontos se desgarraram. Por qual queda, por qual soltura, por qual separação. Interessa que isso aconteceu. Ele constata: ela não sabia o que filmava e com isso o encontro com a China virou um choque com algo que ela viu sem ver e a modificou. Aconteceu ao João que isso que ela viu sem ver causou o seu dizer e que seu dizer foi dito. Sua voz narra, no descompasso entre o visto e o filmado, o documentário. A prova de que há um dizer no dito do Joãozinho, na narração do João é que cá estamos nós dizendo sobre o que nos resta do que o Joãozinho disse. Isso que restou pra nós incitou nosso trabalho e nos faz dizer a terceiros: vocês, que vieram nos encontrar hoje. Transmissão? Talvez. Se aconteceu ao João.... pode acontecer a você, à mim, a um qualquer. Pode, sem garantias.

É com esse resto e com outros que Joãozinho e nós fazemos nosso o “No intenso agora”, dele. João Moreira Sales trabalhou movido, embalado pelo resto. Joãozinho é um compositor que executou com essa colagem de restos, uma outra coisa. Resto do choque cultural na China que depois virou potência econômica capitalista. Resto do protesto silencioso por trás da cortina em Praga que virou a eloquência da resistência doméstica possível. Resto do fetichismo da mercadoria e da sociedade do espetáculo que fez ironicamente com que um pedaço de maio de 68 virasse artigo consumível de revista. Do resto de funerais de mártires, seu uso político. Tudo isso é resto. Todo resto é literatura. Todo resto pode ser documento e com isso, o resto se dignifica, passa ter valor para alguém. Dar um estatuto de dignidade documental não-ideal ao resto me parece ser coisa que interessa a um psicanalista.

Assim como qualificar o “agora”. Qualificar o agora é coisa que interessa a um psicanalista. Entendi muito recentemente, numa conferência de Giorgio Agamben chamada “A linguagem e a morte” (AGAMBEN, G. 2006) que “agora”, é um elemento de linguagem que se chama shifter. Já tinha lido tanto isso. E não tinha entendido nada. É tão curioso o fato de que o maior índice do entendimento possa ser a surpresa, não é mesmo? As palavras isto, aqui, agora, ou mesmo “eu”, são exemplos de shifters. Um shifter é algo que é ao mesmo tempo indicativo de objeto, indica um lugar, um rastro de um objeto (o agora como rastro de um tempo que foi) e ao mesmo tempo

tem lugar de objeto no discurso (o agora dói, por exemplo). Índice de um objeto ausente e símbolo que presentifica esse mesmo objeto. Alguém ontem questionava a função e uso do documentário como dispositivo para o encontro do qual participamos. A questão, pra mim, só faz sentido se entendermos “No intenso agora” como um dispositivo que, como (FOUCAULT, M. explica, é uma rede de saber-poder-sujeito que responde a uma urgência histórica gerando o que o excede, ou seja, algo que não se encaixa. (FOUCAULT, 2014) Isso que resta do funcionamento do dispositivo, do jogo de poder de Foucault é que nos coloca pra falar para que rearranjemos as coisas diante do que não tem e não terá outro lugar.

E o que acontece quando o funcionamento do dispositivo gera um irreduzível e nos coloca pra falar? Lembremos antes de outro ponto da teoria de Foucault sobre os dispositivos. O interlocutor irreduzível dos dispositivos é a sexualidade. Confessada ao confessor, mas sempre parcialmente inconfessa. Qual a especificidade dessa fala em que a sexualidade tropeça e faz registro? Pergunto e respondo ainda sem sustentar. A especificidade de uma fala assim é que ela pode escrever alguma coisa, desde que registrada ou lida como se deve. Isso interessa a um psicanalista. Ler o que resta do dispositivo em funcionamento e conferir-lhe valor. É aí que a noção de *shifter* me pareceu interessante. Hegel tem um trechinho bom pra mostrar o que se revela ao ler o *shifter* como tal e as consequências desse agenciamento de leitura (AGAMBEN, G. 2006, pp.24-26)

À pergunta: “O que é o agora?” podemos responder por exemplo: “o agora é a tarde”. Seria uma sensível certeza. Diferente da certeza se eu dissesse “agora é tarde”. Pior ainda se eu dissesse: “agora é tarde demais”. Nunca é tarde demais. Por isso o feminicídio é um crime mais grave que o abuso. O feminicídio nos faz ter a certeza nefasta: tarde demais. Mas se eu meto o artigo definido, “o agora é a tarde” ele me salva da angústia do nunca mais que o agora é tarde pode comportar. Os artigos me dão uma certeza experimental. 14:30. O Agora é a tarde. Reconfortante. Ao menos estou vivo. Mas o “agora” pode ser esse meio-dia de agora ou a meia-noite da partida desse agora. O pulo do gato em relação ao *shifter* é sacar a sua relação ao ser do ente. Entender que a verdade do “agora é noite” ou do “agora é tarde” se conserva. Ambos são verdade. Mas essa verdade é vazia. E isso não é apenas

poético. É preciso entender que a verdade vazia do agora é questão de gramática e de lógica. Pois então.

“Agora” é aquilo pelo qual o “ente”, “noite” se deu, foi, é. Mas “agora é noite” é tanto verdade quanto “agora é dia”, então a verdade do agora não pode ser localizável em um ente, dia ou noite. A verdade é um não-ente. É o “não-noite”, um negativo de ser, que é o qualificador do “agora é dia”. Ou o inverso. É um “não-dia” o qualificador do “agora é noite” em sua positividade de ser. A verdade é o negativo desse ente que não é “o agora”, mas que nos permite dizer que “o agora tem sua verdade”. Uma verdade em negativo, por assim dizer, ou que se afirmar negando-se, também podemos dizer isso. E é porque a verdade é sempre negativa do ser do ente que a verdade está lá e dela queremos saber muito pouco.

Não queremos saber de não ser. Outra coisa que interessa o psicanalista. Por que? Porque Lacan, num certo momento desenha assim: Ou não sou - já que o sujeito é o que representa um significante para outro significante, como poderia ele ser? Ou não penso, ou seja, só meu eu acha que meus pensamentos são transparentes pra mim. Subversão do sujeito. Mas sabem o que Lacan desenha no círculo do não-ser? A sombra negativa do não ser, Lacan escreve, é o inconsciente. Lá onde não sou, ou sou em fading é que está o inconsciente. Faço um lapso. Caio do cavalo. Rapidamente suspeito que fui, mas não sou o que disse. Meu ser sofreu um pulsar que é um pulsar de linguagem. E segue o baile.

Em certo sentido, a verdade do agora pode ser pensada como o paradigma da lógica do negativo em geral, que é a lógica última de toda linguagem. Ela “se conserva através do fato de que um outro, o dia ou a noite não é. O agora é esse simples. Não isso, não-aquilo e ao mesmo tempo isso e aquilo”, diz Agamben. A homologia com o semi-grupo de Klein dos seminários 14 e 15 é evidente. (LACAN, J. 1967-68) Saber fazer com o negativo, que não é, mas que está inteiramente submetido e deriva de nossa realidade de linguagem também me parece coisa que interessa a um analista. É preciso dizer que esse negativo não é nenhuma espécie de metalinguagem. Esse negativo faz letra. E toda lógica se escreve. Por que que é importante escrever a lógica

do Outro? Essa lógica negativa do Outro? Isso é o mesmo que dizer que o Outro é marcado. O Outro é castrado porque é marcado por uma lógica do negativo.

Os impasses lógico-matemáticos interessam sobremaneira o Lacan. Por quê? Vejamos. A lógica dos sistemas formais tem dois grandes impasses. Impasse número um: “Eu minto”. Se eu digo “eu minto”, estaria falando a verdade? Impasse lógico: não se pode decidir se a proposição é verdadeira ou falsa dentro do sistema. Isso se chama inconsistência. Impasse número 2. Raiz quadrada de 2. Tiveram que inventar os números irracionais para dar conta do estatuto desse número. Tiveram que inventar uma classe de números que não existia, chamados irracionais, para dar conta de Pi ou da raiz quadrada de 2. Esse número existe, mas não é demonstrável pelos elementos do sistema dos números racionais ou dos números naturais. Isso se chama incompletude. Ou não se pode decidir a existência de uma proposição: inconsistência, ou existe, mas não consigo demonstrar com os elementos do sistema, preciso inventar outra categoria: incompletude (HOFSTADTER, D. 2000) Todos os sistemas formais ou não são consistentes ou não são completos. É assim que entendo hoje o Outro e nossa alienação nele.

Não se trata apenas de dizer que nos constituímos como sujeito no campo do Outro. É um passinho a mais. É dizer que a escolha forçada à qual o exercício com o Outro nos leva é a de, mais dia menos dia, ou escrever sua incompletude ou sua inconsistência. Mas esse tipo de exercício, esse sim tem um nome e um nome apenas. Chama experiência analítica. Se quiserem chamar isso de significante de A barrado... fiquem à vontade. Se quiserem chamar de furo, ou falta e botarem isso no altar, fiquem à vontade também. Eu acho bem mais profano. Escrever a lógica do Outro como incompleto ou inconsistente é ato significativo, ou, mais ao meu gosto, sua performance.

O resto dos desdobramentos do Outro, do infinito e repetitivo desfile do Outro em nós, dos paradoxos lógicos a que este desfile repetitivo nos impele, forçosamente e aos que tem coragem de escrevê-los e depois disso, segui-los, eis a grande aventura de uma análise. A isso, esse resto negativo que deve ser legível em sua presença de letra, mas permanecer opaco em sua significação de palavra, eis uma coisa que

interessa ao psicanalista. Por quê? Porque queremos passar isso adiante. Queremos passar adiante, como se passa um bastão esse negativo da letra que não se dá sem a palavra mas que demonstra o que ela é e o que ela não é: palavra que não é mais lugar da verdade da palavra, mais do que do que remissão a outra simples palavra e que faz da verdade não a garantia de uma significação, mas o corte lógico que nos faz duvidar, hesitar, pestanejar ou mesmo, dormir diante de toda significação para acordar e começar tudo de novo. Agora é tarde, mas talvez não tarde demais.

Eis o lugar da letra. Lacan demonstrou isso em seu circuito sobre a carta roubada. *Purloined lettre*. Carta roubada, letra roubada, apenas inferível do circuito da lei do significante e cuja eficácia está em seu conteúdo ausente. A carta. A *lettre* é eficaz em sua ilegibilidade, ou melhor, no movimento, na ação de sua ilegibilidade. Ilegível sob a mesa da rainha, certos efeitos. Ilegível sob os disfarces do ministro, outros efeitos. Ilegível quando subtraída por Dupin, outros efeitos ainda. Em cada intervalo, ação motora, movimento da letra. (LACAN, 1998, pp.13-69) A letra está lá, efeito dessa sintaxe, mas ilegível em essência. Joãozinho nos mostra a letra diversas vezes “no intenso agora”. A letra escrita nos muros. De todas elas, as que mais me tocaram foram os ideogramas chineses. Eles estão lá, na sua qualidade opaca de letra nos interrogando de fora. Joãozinho saca a pergunta da letra: por que eu aqui, na minha obriedade de letra, não fui lida? E responde, traduzindo, uma única vez. Seria Nas letras da filmagem da China, só uma vez, ele traduz os slogans dos poemas políticos de Mao. Mas João traduz o ideograma essa única vez, para dizer que foi algo que a que filmava não leu, por não saber ler um ideograma. Ela, sua mãe, a que filma sem saber que filma, foi encontrar uma coisa, chocou-se com outra. Foi fazer uma viagem cultural e filmou, sem saber, a história em ação. A única vez que Joãozinho traduz os ideogramas é pra dizer de um choque com o imprevisível.

Todas as outras, os ideogramas estão lá, presentes, gritando mudos, dizendo sem falar. Joãozinho deixa-se ler pelos ideogramas e ao deixar-se ler, ele escreve um outro Joãozinho e uma outra mãe do Joãozinho. A letra lê a sintaxe política que a mãe de Joãozinho não leu. A letra muda lê em Joãozinho a alegria dela, objeto nostálgico. Por isso a morte nesse documentário não silencia nada. Toda a obra é um

lamento, um réquiem por um entusiasmo e uma alegria que não resistiram ao passar do tempo. A propósito, não é esse o nosso pavor nos tempos que correm? Não sei se é o de vocês, mas certamente é o meu. Tenho pavor que o entusiasmo e a alegria não sobrevivam ao nosso tempo.

Mas voltando ao nosso Joãozinho. A letra que tá lá e que o lê, lê essa alegria nostálgica, resgatando-a e lê também a ilegível política da qual sua família fugiu. Lembremos. Eles não foram exilados em 1964. Não fugiram do golpe ou da tortura. Eles foram viver na França. Recalcada, a política retorna democraticamente, nisso que o silêncio da letra lê: mamãe, existe uma história em ação. Por que que é democrático? Porque nem o ente “João” nem o ente “mãe do João” podem ficar mais do mesmo jeito. João porque João passa a ser o que ligou coisas que a mãe não pôde ligar. Mãe do João porque ela adquire uma insuspeita habilidade de filmar o político onde haveria apenas a diletante curiosidade estética. É nesse momento único que a mãe passa a ser, brevemente, novamente alegre. Uma alegria que na verdade é a da memória dele, por poder supô-la, em algum momento, assim. Mas uma alegria que é júbilo de um insight. Se ela foi insuspeitadamente alegre, talvez eu, talvez você... Por isso é importante nos deixarmos tomar pelo agora dele. Para nos alegrarmos.

Shoshana Fellman diz que a psicanálise é uma teoria revolucionária da leitura (FELMAN, S. 1987 p. 9). Há a leitura do eu que lê e do texto que é lido. Digamos, teoria convencional da leitura. Nada de revolucionário por aí. Mas para essa autora o inconsciente é isso que lê. Há uma leitura em que o texto inconsciente lê o leitor e faz dele um autor de um texto em ato que está por se escrever. Isso não é a experiência analítica? Um agenciamento de leitura em que nem texto nem leitor são donos da leitura, mas uma leitura se agencia em ato implicando ao mesmo tempo analista e analisando? A posteriori somente pode-se dizer se e como esse ato mudou alguma coisa. Coisa que me parece interessar a um psicanalista.

Lacan precisou da letra para dizer do resto do significante e para dizer há um fim. Há um fim do fim. O fim da repetição inconsciente é nos conduzir à escrita da sua lógica. E há uma finalidade do fim. Essa lógica, a lógica de tanto falar não é mais da ordem da fala. Ela se escreve e se escreve ao ser lida. Ao ser lida, interpreta, mas não

decifra. É isso que a literatura, um Kafka por exemplo ensina a um psicanalista. Adorno (1996) chamou Kafka de parabolista da impenetrabilidade. Seus aforismos por exemplo não induzem um feliz adágio moral. Eles mantêm sua opacidade ao serem lidos e com isso fazem nossas ideias pré-concebidas dançarem, ou seja, a significação e o jogo das significações, jogo que nos parasita e nos parasitará sempre é apenas isso, um jogo. Interessa mais o prazer que podemos extrair dele do que a significação última do que ainda não foi dito, mas seria. Lacan não disse que isso acaba, que o jogo com os significantes da fala se encerra. Ele até idealizou um passe. E errou quem transformou um passe, num fim. Lacan disse que o inconsciente intervém em ato. E se relança. Na quinta de manhã um paciente me dizia isso. Ele tinha sacado que é um prazer fazer escolhas. Disse-lhe em eco: um prazer nas escolhas. Ele me responde: “Não, no processo de fazer escolhas.”

Se é assim, se o falo pode ser apenas o que é, fonte da paixão de significar, isso tem que ter consequências quando se pensa o que acontece quando psicanalistas se encontram. Eu perguntaria agora. Quando os psicanalistas se encontram, será que eles encontram.... a psicanálise? No seminário sobre o ato Lacan (LACAN, J. 1967-68) nos diz algumas coisas importantes nos capítulos iniciais. A primeira é que o que especifica o psicanalista é seu ato. A segunda é que o ato analítico não tem nada a ver com a motricidade, ele é engendrado pelo significante, ou, melhor dizendo, a única motricidade em jogo no ato é a dos significantes, afinal, a fala é um ato motor. A terceira é que o ato analítico interessa àqueles que não fazem da psicanálise profissão ativa, ou seja, aqueles que se garantiram de seu reconhecimento institucional. Aqui Lacan fala das instituições de formação clássica, mas ele observa claramente que entre os lacanianos, os que de fato estavam escutando o que ele estava dizendo andavam rareando. Lacan morreu, mas não sem anunciar a crise das instituições lacanianas. Por fim, Lacan diz que para pensar preliminarmente o ato analítico se deveria poder tomar partido do entendimento da estrutura do que é o ato falho.

O que é um ato falho? Ato sintomático ou equívoco da ação. Faço sem saber algo que não era, parcial ou totalmente, minha intenção de fazer. Não abro a porta do

escritório com a chave de casa. Quebro precisamente um objeto e não outro. Machuco meu corpo, suicidando-me em parte. Em parte, porque quando me suicido, o ato atinge seu fim. O ato falho é o paradigma do ato que não atinge seu fim, mas outros fins, imprevisíveis, antecipadamente. Um psicanalista em seu campo, que é a transferência, lê isso. Lacan é claro: não há ato fora da transferência, ou seja, fora do campo amoroso com o analista. Pois bem. Ato falho. Não reconheço o que fiz e me interrogo, dirigindo essa a interrogação a este leitor analista que também não sabe, mas sabe que leu algo. Ele até se arrisca, mas o que importa mesmo pra mim é que eu saiba que ele saiba, sem saber do que se trata, que ali algo de performativo se deu. Performativo de algo que é produzido num tropeço da ação mas não é seu sentido. É seu evento, tão fugaz quanto efetivo e cuja natureza não pode transformar-se em herança ou aquisição. Essa leitura do ato que faz com que o ato esteja na leitura só é possível a posteriori e portanto, é ato desfeito e deve ser praticado a cada vez, repetido, reencenado, a cada vez uma primeira vez. Coisa que interessa a um psicanalista pois, seguindo esse raciocínio, o que advém de um ato de leitura sobre um ato falho é eminentemente inconsciente e parcial. Fadado à perda e a um novo esquecer, mas, ao mesmo tempo, capaz de mudar o rumo das coisas uma vez algo lido é ao mesmo tempo algo escrito e escrever é dar materialidade e existência a algo que antes não existia assim. Essa natureza do insight (FELMAN, 1987) é a natureza da própria psicanálise. A psicanálise está perdida, não está garantida e precisa ser sempre performativamente recuperada.

Esse filme não é um filme. Esse filme é um documentário. Mas também não é um documentário, ou um documentário histórico que diria: aconteceu. Saibam vocês que aconteceu, ou aconteceu assim ou assado. Chamemos a pesquisa, o inventário, o fuçar nas caixas da mãe, os quarenta anos de intervalo histórico, o roteirista, diretor, o argumento, a câmera, o financiamento, o texto, de dispositivo. Michel Foucault certamente concordaria. Redes de poder, relações de força entre elementos heterogêneos com vistas à produzir numa urgência histórica, ou seja, quando as coisas vão mal, coalescências entre verdadeiro e verdade, o que obviamente produz o que? Como já expliquei, restos.

Imaginemos um salto. Chamemos o dispositivo de Outro. Eu acho que Lacan concordaria. Digamos que do Outro não há saída e Kafka concordaria. Com isso, pensemos. Não basta evocar a presença ineliminável do Outro para que possamos dizer que “o inconsciente é a política não é intuitivo”¹. Sim isso é verdade. O Outro fala. O Outro é o tesouro dos significantes. Portanto os humanos são mais de um quando falamos e em nós há um dizer Outro. Mas esse Outro pode ser a resposta que nossa fantasia constrói ao horror que nós sentimos ao escrever a incompletude ou a inconsistência do Outro de que e com quem tanto falamos. Não tem como saber. Essa letra, a marca da incompletude ou da inconsistência, diante dela, com ela, o que é que vamos escrever? A eternização de nosso destino? Ou será o sopro angustiada do início de uma autoria?

A psicanálise tá aí pra nos chamar pra isso. Todo esse papo sobre a castração, que desde Freud é algo localizável fora de nós e por inversão e retorno, em nós é disso que se trata. De uma operação cotidiana com o nosso Outro, sob as orelhas de um psicanalista. Operar pelo resto, operar com o resto ou talvez, operar como o resto nada mais é que fazer dessa política uma política da castração. Coisa que não vemos de bom-grado, pois nossa fantasia gosta de remontar nosso Outro às expensas de nossas ilusões de amor. Coisa que não entregamos de bom-grado, pois velando a castração do Outro está um cão de guarda tão feroz quanto surdo: nossos ideais.

Se não prescindimos do Outro e se é Nele e com ele que estamos embarcados, haveria que se pensar nesse contexto, e até aqui creio que já circunscrevemos o suficiente e noção de política, qual a política do psicanalista, ou seja, o que determina ou induz seu ato, entendendo ato como esse agenciamento de leitura que lê e escreve em negativo, como no bloco mágico de Freud lido por Derrida (1995)

Para isso, antes de mais nada deve haver um analista. Coisa mais óbvia. Não é. Não é porque estamos ali sentados atrás do divã muito menos porque lemos tanto Lacan que há um analista naquele um momento específico com aquele um analisando específico, que não fique ali numa posição de intérprete decifrador do subtexto de um

¹ Referência à expressão usada no texto de divulgação do evento que sediou a mesa redonda onde este texto foi apresentado.

discurso. É preciso dar um salto junto com o analisando e isso significa se deixar ler por aquilo que do inconsciente, faz letra para ambos, é comum a ambos, o que nem de longe quer dizer que trata-se da mesma coisa para ambos porque se a letra inconsciente, se o resto do dispositivo, da máquina lógica de linguagem é patrimônio comum, a verdade só se declina um a um.

Outro dia lia um conselho do Nick Cave àqueles que querem escrever canções e andam meio inibidos. Ele diz: a inspiração não é sua e você é que não a está deixando sair. Ela está lá fora e é você que não está deixando entrar. Sem o Outro e o que vem dele..... não há inspiração. Mas com uma observação. Se a psicanálise daquele um analista não puder subverter o sujeito e tomar partido do momento mesmo em que esse sujeito se eclipsa, neste mesmo campo que é o campo do Outro, a política da psicanálise não se qualifica como tal porque o Outro seguiria inteiro. Seguir inteiro quer dizer não-marcado, não assinalado pelos paradoxos de sua lógica. Seria um Outro que fala sem parar para nada escrever. É no seminário da lógica da fantasia que Lacan esclarece algo importante sobre a escrita da castração do Outro. S de A barrado é seu algoritmo. O Outro tem um vício institucional grave. Ele padece de um crime que é o grande crime do significante: a paixão de significar.

Aí temos uma questão, que é a questão em jogo quando as análises paralisam, ou se eternizam. O analista leitor intérprete. O analisando ciente do seu Outro, precisa se soltar dele lendo-o, para escrever um novo amor. Sim. Um novo amor. As pessoas têm se esquecido que se a psicanálise é uma política, ela é uma política libidinal e não acho que estejamos num momento tão pudico quanto Freud no século XIX para dizer que libido, assim como transferência = amor. Formas de amor. Declinações do amor. Desqualificações do amor. Impasses do amor. Rancores e mágoas do amor. Ódios de amor. Ódios sem amor. Separações no amor ou reconstruções no amor ou desilusões de amor. A psicanálise é uma aventura amorosa talvez a mais profunda de que se possa ter notícia. Mas em 67 Lacan comenta algo no seminário da lógica da fantasia e que eu entendo assim: a psicanálise só pode propor um novo amor fazendo constar a verdade inoportuna do amor e que o próprio amor, por estrutura, não consegue dizer.

Tu (Outro) não és (não és lugar da verdade da minha palavra), portanto eu (je, sujeito) não sou (embora gostaria de acreditar falicamente que sou ou tenho tal como gostaria de acreditar tu fosses ou serias nada mais do que somos um pro outro e nós dois um dia nos encontraríamos em um). Eis a verdade inoportuna que o amor não consegue dizer, uma vez que ela não é da ordem da fala. Ela pode ser escrita, inferida, inscrita, depois de muito falar e não sem uma certa dose de horror. Trata-se, se quisermos, da escrita da castração, exatamente aquela que Freud classificou de rochedo de final de análise. A barreira contra a qual uma análise não avança. Um novo amor seria um dos nomes próprios do próximo passo. Um amor que incluía, seja sob que forma for, isso que o amor hesita em incluir. Hesitação romântica, mas cuja abertura é a de uma aventura, a inconveniente, obscena e inoportuna aventura de um amor um pouco mais livre.

O analisando fede. Fede ao ponto de incomodar outros pacientes na sala de espera que, ao entrarem depois, reclamam. Dou-me conta que eu também havia sentido, não havia gostado, mas havia recalcado uma observação qualquer a respeito. Inibi-me. Ele me explica que fede cheiro de porra seca, guardada grudada no corpo que ele se deitou sob cobertas quentes depois de masturbar-se. Chama isso de “de passar por esta estufa”. Digo-lhe, surpreendendo-me ao escutar o que disse: “então quer dizer que seu pai é que fede”. Na verdade, ia dizer: “então quer dizer que seu pau é que fede.” Ele: “Você está me dizendo que o meu pai fede no meu pau”. Não sabia que estava dizendo isso. Mas estava.

Lembro-me, naquele momento, horrorizado, que minha cunhada reclamava, nos meses que precederam os eventos que levaram meu pai à morte que o mais insuportável era o quanto o velho fedia no quarto e o quanto era trabalhoso trocar suas roupas íntimas, pijamas e roupas de cama. E o analisando prossegue: “Mas então é uma simples questão de luto”, sabendo que um pai degradado, fedido, fodido, mas eterno era o que mais agradaria à sua mãe. Eu respondo: “Talvez seja mais simples estufar seu pau sem carregar nele o luto pelo seu pai que sua mãe não quer fazer.” “Vamos simplificar então”. Simplifiquemos. Quem leu, naquele agora, o que, de quem? Esse ato, tal como um amor mais livre, não teve dono.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. Genealogia da ética. Subjetividade e sexualidade. Coleção Ditos e Escritos. v. IX. Motta MB, organizador. Chiquieri A, tradutora. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional; 2014. O jogo de Michel Foucault [1977]; p.44-78.
- LACAN, J. O Seminário. De um discurso que não fosse semblante. Livro 18. Tradução vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.; 2009 pp. 51-70
- FOUCAULT, M. A coragem da verdade. Tradução Edurado Brandão. São Paulo: Martinsfontes; 2011 pp. 3-23.
- VERLAINE. P. Disponível em:<http://leitoracritica.blogspot.com/2009/10/poesia-antes-de-tudo.html>
- AGAMBEN, G. A linguagem e a morte. Um seminário sobre o lugar da negatividade. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2006. pp. 31-45)
- FOUCAULT, M. Genealogia da ética. Subjetividade e sexualidade. Coleção Ditos e Escritos. v. IX. Motta MB, organizador. Chiquieri A, tradutora. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional; 2014. Sexualidade e verdade [1977]; p.11-13.
- LACAN, J. Seminario 14 (1966-1967) La lógica del fantasma. Versión crítica. Tradução e Notas: Ricardo E. Rodríguez Ponte. Disponível em: <https://lacanterafreudiana.com.ar/2.1.6.8%20%20CLASE%208%20%20S14.pdf>
- LACAN, J. Seminário 1967-1968. O ato psicanalítico. Escola de estudos psicanalíticos. Circulação Interna. www.freudlacan.com.br
- HOFSTADTER, D. R. Godel, Escher, Bach. Um entrelaçamento de gênios brilhantes. Tradução José Viegas Filho. Brasília: Editora da UNB, 2000
- LACAN, J. Escritos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. O seminário sobre “A carta roubada” [1956] pp. 13-69
- ADORNO, T. W. Prismas, crítica cultural e sociedade. São Paulo: Editora Ática, 1996 Anotações sobre Kafka, pp. 239-270
- DERRIDA, J. A escritura e a diferença. Tradução : Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

THIS MOVIE IS NOT A MOVIE

ABSTRACT

The title of the text was that of a meeting table: "Policies of Psychoanalysis: When the psychoanalysts meet, what happens?" (Campinas, SP, June 2019). It is effect of the discussions between the participants of the table who took the documentary "Intenso agora" (João Moreira Sales - 2017) as working device. It is a political documentary juxtaposing archive footage of a series of different events from the 1960s: China in 1966 under the Mao regime, visited and filmed by the director's mother at the time with the student revolt in Paris and the Prague Spring. The author then ponders considerations about logic and politics at play when psychoanalysts meet, that is, their association with some others.

KEYWORDS: Politics; Psychoanalysis; device; meeting; logic.

CE FILM N'ES PAS UN FILM

RÉSUMÉ

Le titre du texte était celui d'une table de réunion: "Politiques de psychanalyse: que se passe-t-il lorsque les psychanalystes se rencontrent" (Campinas, SP, juin 2019). C'est l'effet des discussions entre les participants à la table qui ont pris comme document de travail le documentaire "Intenso agora" (João Moreira Sales - 2017). C'est un documentaire politique juxtaposant des images d'archives d'une série d'événements différents des années 1960: la Chine en 1966 sous le régime de Mao, visitée et filmée par la mère du réalisateur à l'époque avec la révolte étudiante à Paris et le Printemps de Prague. L'auteur s'interroge ensuite sur la logique et la politique en jeu lorsque les psychanalystes se rencontrent, c'est-à-dire leur association avec d'autres.

MOTS-ÉCLÉS: Politique ; Psychanalyse ; dispositif ; réunion ; logique.

Esse filme não é um filme

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

CONTENTS

EDITORIAL- LOVE, HATE AND IGNORANCE: BOLSONORISM EFFECTS ON PSYCHOANALYSIS AND POLICY. ----- 8

FREE ARTICLES

INAUGURAL ACTS AND POLICY IN CURRENT LATIN AMERICA ----- 15

HORROR CHRONOLOGY ----- 39

HATRED AS A POLITICAL AFFECT: ON THE COMPOSITION OF EXTREME RIGHT POPULISM IN BRAZIL ----- 64

THE VOICE IN TANATOPOLITICS ----- 96

PSYCHANALYSIS AND POLITICS: THE WORK OF DISILLUSIONMENT ----- 107

POLICY AND COURT ----- 125

DIGITAL MASS PASTA PARANOIA SOFTIDIOTS AND BIGBROTHERIZATION -----139

PSYCHOANALYSIS AND POLICY: FROM VALUE TO ENJOYMENT ----- 156

ABSTINENCE----- 172

PSYCHOLOGY, PSYCHOANALYSIS, ART AND YOUTH INCARNMENT ----- 184

FORACLUSION OF HUMAN RIGHTS AND EVIL REVEALED BY SIGMUND FREUD -----199

CIVIL-MILITARY DITADURA AND PAIN APPOINTMENT PROCESSES: WHEN ART MAKES SUTURES IN REAL ----- 213

THIS MOVIE IS NOT A MOVIE -----245

SOMMAIRE

ÉDITORIAL - AMOUR, HATE AND IGNORANCE: LES EFFETS DU BOLSONORISME SUR LA PSYCHANALYSE ET LA POLITIQUE. ----- 8

ARTICLES GRATUITS

ACTES ET POLITIQUES INAUGURALES EN AMÉRIQUE LATINE ACTUELLE -----15

CHRONOLOGIE DES HORREURS ----- 39

LA HAINE EN TANT QU'AFFECT POLITIQUE: SUR LA COMPOSITION DU POPULISME D'EXTRÊME DROITE AU BRÉSIL ----- 64

LA VOIX EN TANATOPOLITIQUE ----- 96

PSYCHANALYSE ET POLITIQUE: LE TRAVAIL DE DÉSILLUSION ----- 107

POLITIQUE ET COUR ----- 125

PASSES DE MASSE NUMÉRIQUE PARANOÏA SOFTIDIOTS ET BIGBROTHERISATION ----- 139

PSYCHANALYSE ET POLITIQUE: DE LA VALEUR À LA JOUISSANCE -----156

ABSTINENCE ----- 172

PSYCHOLOGIE, PSYCHANALYSE, INCIDENCE DES ARTS ET DE LA JEUNESSE ----- 184

LA FORACLUSION DES DROITS DE L'HOMME ET DU MAL REVELE PAR SIGMUND FREUD -199

PROCESSUS DE NOMINATION DE DITADURA ET DE DOULEURS CIVIL-MILITAIRES: QUAND L'ART FAIT DES SUTURES EN VRAI ----- 213

CE FILM N'EST PAS UN FILM ----- 245